

UEMS 30 anos

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE UMA UNIVERSIDADE INCLUSIVA
E DE QUALIDADE SOCIALMENTE REFERENCIADA



Vol. 1

CELI CORRÉA NERES
MARIA JOSÉ DE JESUS ALVES CORDEIRO
ÉRIKA KANETA FERRI
SANDRA ESPÍNDOLA MACENA
Organizadoras

CELI CORRÊA NERES
MARIA JOSÉ DE JESUS ALVES CORDEIRO
ÉRIKA KANETA FERRI
SANDRA ESPÍNDOLA MACENA
Organizadoras

UEMS 30 *anos*

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE UMA UNIVERSIDADE INCLUSIVA
E DE QUALIDADE SOCIALMENTE REFERENCIADA

Volume 1



Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Reitor

Vice-reitora

*Pró-reitora de Extensão, Cultura e
Assuntos Comunitários*

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

Laércio Alves de Carvalho

Celi Corrêa Neres

Érika Kaneta Ferri



DIVISÃO DE PUBLICAÇÕES - EDITORA UEMS

Chefe da Divisão de Publicações

Designer Gráfico

Editora

Revisora

Sandra Espíndola Macena

Everson Umada Monteiro

Eliane Souza de Carvalho

Islene França de Assunção

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Conselheiros(as)

Nataniel dos Santos Gomes

Alberto Adriano Cavalheiro

Cíntia Santos Diallo

Claudia Andreia Lima Cardoso

Cristiane Marques dos Reis

Érika Kaneta Ferri

Eliane Souza de Carvalho

Islene França de Assunção

Marcos Antonio Camacho da Silva

Mirella Ferreira da Cunha Santos

Roberto Dias de Oliveira

Susylene Dias de Araújo

CELI CORRÊA NERES
MARIA JOSÉ DE JESUS ALVES CORDEIRO
ÉRIKA KANETA FERRI
SANDRA ESPÍNDOLA MACENA
Organizadoras

UEMS 30 ANOS

Histórias e memórias de uma universidade inclusiva
e de qualidade socialmente referenciada

- Volume 1 -

EDITORA UEMS

© 2023 by Celi Corrêa Neres, Maria José de Jesus Alves Cordeiro,
Érika Kaneta Ferri e Sandra Espíndola Macena.

Capa e projeto gráfico
Everson Umada Monteiro

Imagem da capa
“Viva à UEMS!”, elaborada por José Genésio Fernandes (2023).

Revisão final
Islene França de Assunção

U24

UEMS 30 anos : histórias e memórias de uma universidade inclusiva e de
qualidade socialmente referenciada : volume I / organizadoras Celi Corrêa Neres
...[et al]. – Dourados, MS: Editora UEMS, 2023.
475 p.

ISBN: 978-65-89374-33-6 (Digital).

1. UEMS - História 2. Memória institucional 3. Educação inclusiva I. Neres,
Celi Corrêa II. Cordeiro, Maria José de Jesus Alves III. Ferri, Érika Kaneta IV. Ma-
cena, Sandra Espíndola V. Título

CDD 23. ed. - 378.098171

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).
Bruna Peruffo Vieira – CRB 1/2959

Autorizamos a reprodução parcial ou total desta obra, para fins acadêmicos,
desde que citada a fonte. Proibido qualquer uso para fins comerciais.

Direitos reservados a
Editora UEMS
Bloco A - Cidade Universitária
Caixa Postal 351 - CEP 79804-970 - Dourados/MS
(67) 3902-2698 | editorauems@uems.br
www.uems.br/editora

Editora associada à



SUMÁRIO

9 PREFÁCIO

Parte I - História da UEMS: Institucionalização, políticas e tessituras

16 A história da UEMS e a UEMS na história de Mato Grosso do Sul e do Brasil: 30 anos de pioneirismos

Maria José de Jesus Alves Cordeiro

50 A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e a inclusão de pessoas com deficiência

Celi Corrêa Neres

74 Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: da criação à concretização da interiorização do ensino superior na perspectiva de um docente

Joaquim Carlos Klein de Alencar

104 O início da história da UEMS pelas capas do *UEMS Informação*: edições de 1994 a 1996

Eduarda Fernandes da Rosa

138 UEMS: uma das mais preciosas joias sul-mato-grossenses

Angela Aparecida da Cruz Duran

164 Unidade Universitária de Naviraí/UEMS: entre fatos e fotos

Élida Galvão do Nascimento

188 **Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: história e memórias na formação de professores**

*Maria Bezerra Quast De Oliveira
Delaine Marcia Martinelli*

**Parte II - História da UEMS:
Memórias, personagens e práticas**

206 **Professoras pioneiras na constituição da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) (1994-1998)**

*Diego Pereira da Silva
Estela Natalina Mantovani Bertolotti*

232 **Educadoras revisitam a história da Unidade Universitária de Campo Grande - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul**

*Kátia Cristina Nascimento Figueira
Léia Teixeira Lacerda
Maria Leda Pinto*

262 **Vivência profissional numa instituição de ensino superior público: fontes, método e pesquisa coletiva**

*Carla Villamaina Centeno
Samira Saad Pulchério Lancillotti*

294 **Memórias que se cruzaram na constituição da história da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul**

*Neide de Araújo Castilho Teno
Elza Sabino da Silva Bueno
Sandra Espíndola Macena*

322 UEMS e a migração internacional: uma história de acolhimento que transforma vidas
Vanessa Maciel Franco Magalhães

352 Kixoku koêku vékoku ne ihíkaxoti têrenoe Dalila Luiz yoko huvó'oxeake Universidade Estadual
Dalila Luiz
Léia Teixeira Lacerda
Onilda Sanches Nincao

382 Programa Rede de Saberes: apoio à presença indígena na UEMS na construção de interculturalidade e valorização das identidades indígenas
Beatriz dos Santos Landa

414 UEMS (1993-2023): relatos de uma trajetória
Zélia Nolasco

448 Percursos históricos do setor de atendimento psicológico da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (1990-2023)
Natali Portela
Lais Castro
Jaqueline de Andrade Torres

466 SOBRE AS ORGANIZADORAS

468 SOBRE OS AUTORES

PREFÁCIO

Lendo os textos da presente publicação, senti-me emocionada ao constatar a fidelidade da maneira de ser da UEMS aos princípios básicos que a moldaram e nortearam desde sua criação, voltada que tem sido à valorização da diversidade sob a égide de democrática condução. É o que, cada qual a seu modo, descortinam os capítulos deste valioso trabalho.

Tive o privilégio de vivenciar essa história. Iniciava-se o ano de 1993 quando a então Secretária de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, Professora Leocádia Aglaé Petry Leme, reúne seus titulares dos cargos de gestão e assessoria para nos comunicar a decisão do Governador Pedro Pedrossian de implantar a Universidade Estadual de MS, criada pela Constituição Estadual de 1989, no seu art. 48. Dispositivo semelhante constara da Constituição anterior, de 1979, sem, contudo, haver sido concretizado.

Dessa vez, o Governador Pedrossian, que tinha em seu currículo a criação de outras duas universidades públicas, determinado a cumprir o preceito constitucional, passou a tomar providências nessa direção. Com sede em Dourados, já definida pelo art. 48 da Constituição vigente, a instituição seria uma universidade de molde *multicampi*, de forte compromisso com o interior do estado, no entendimento de que o saber universitário alavancaria o desenvolvimento humano e econômico nos municípios. Entre os municípios, foram priorizados os de Aquidauana e Jardim, que também haviam sido objeto de dispositivos constitucionais, explicitados nos artigos 46 e 50.

Esse posicionamento em direção a uma instituição *multicampi* contrapunha-se à realidade nacional da época, em que a absoluta maioria das universidades públicas estava sediada nas capitais brasileiras, o que, via de regra, constituía-se em fator de exclusão dos jovens das classes sociais mais pobres, que moravam no interior.

Na sequência, por força do Decreto nº 7.202, de 10 de maio de 1993, foi designada a Profa. Leocádia Aglaé Petry Leme, Secretária de Estado de Educação, para, em nome do Poder Executivo, proceder às medidas necessárias à instalação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Foram, então, constituídas duas comissões de trabalho: uma, de natureza política e decisória, diretamente ligada ao Gabinete do Governador, e a outra, com funções executivas e de apoio, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação. Coube-me, assim, assumir a coordenação dessa segunda comissão, bem como, ainda, a secretaria da comissão política e decisória. Registre-se ter sido essa uma forma encontrada para estabelecer e agilizar o fluxo entre as comissões.

Trabalhos intensos foram então desenvolvidos, com vistas ao estudo de demandas e condições dos municípios, o que, por sua vez, exigiu seguidas viagens aos municípios selecionados, para auscultar e discutir com as comunidades os cursos a serem localmente instalados. Também foi aprovada a proposição da Profa. Leocádia de que essa universidade se balizaria por forte compromisso com a Educação Básica, visando à melhoria do nível de escolaridade da população e à reversão do quadro de elevado número de professores leigos então existentes no estado.

Como forma de ampliar os benefícios da Educação Superior a um maior número de municípios, foi definida a adoção do

sistema de rotatividade, que, segundo regramento regimental posterior, consistia em que os cursos de graduação, principalmente os de formação de professores, teriam caráter permanente para a oferta e de transitoriedade quanto à localidade. Constituía-se critério para a permanência ou a mudança do curso a demanda do profissional habilitado para atuar na região

Esses e outros procedimentos estabelecidos a partir da observância do interesse público e da racionalização de seus recursos chamaram a atenção do Senador Ramez Tebet, quando, após o início do seu funcionamento, a universidade enfrentou dificuldades para a sua inteira legalização. Em sessão de 2 de julho de 1996, ao usar da tribuna do Senado Federal, com vistas a solicitar o apoio daquela Casa à UEMS, o Senador afirmou considerar o seu projeto *“a melhor proposta educacional para o interior do Brasil”*, tendo destacado seu

[...] caráter comunitário, no sentido de fazer com que, efetivamente, a comunidade participe e decida sobre a vida, o futuro, as prioridades institucionais e os cursos a serem oferecidos por intermédio, basicamente, dos conselhos comunitários de cada unidade (Tebet, 1996).

Abordo tais questões para também enfatizar a concepção da UEMS sob fortes princípios de compromisso social e de respeito às comunidades locais, o que, como reconheceu o Senador, encontra-se refletido na sua estrutura e organização institucional sob a forma de gestão colegiada.

Materializaram-se, assim, instrumentos de ausculta de aspirações da sociedade e de apoio à definição e ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura no âmbito da área de influência da Unidade Universitária. A par de cursos de graduação e programas *stricto sensu*, incluem-se ações, cursos e

programas específicos que contemplam segmentos da diversidade, entre eles, pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, indígenas, negros, quilombolas, assentados, comunidades LGBTQIA+, pessoas da terceira idade e migrantes internacionais, conforme relatos registrados em mais de um capítulo.

Tal prática vem fortalecendo o desenvolvimento do senso de pertença entre as comunidades regionais e a universidade e perpassa os testemunhos e relatos aqui registrados sobre o fazer da UEMS ao longo desses 30 anos, em uma demonstração de respeito e valorização da ciência, da cultura, do aprendizado, da diversidade e da inclusão.

Finalmente, desejo externar meus cumprimentos aos gestores e insignes idealizadores, autores e colaboradores que viabilizaram este oportuno registro e sua divulgação.

Profa. Eliza Emília Cesco

Doutora *Honoris Causa* pela Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul

REFERÊNCIAS

TEBET, R. **UEMS, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: uma conquista da comunidade.** Brasília, DF: Centro Gráfico do Senado Federal, 1996.



Arte elaborada pela Diretoria de Comunicação, Social da UEMS.



- PARTE I -

HISTÓRIA DA UEMS:

institucionalização, políticas e tessituras



A história da UEMS e a UEMS na história de Mato Grosso do Sul e do Brasil: 30 anos de pioneirismos

Maria José de Jesus Alves Cordeiro

INTRODUÇÃO



Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), com sede na cidade de Dourados-MS, foi criada pela Constituição Estadual de 1979 e ratificada em 1989, conforme o disposto em seu artigo 48, Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias. É uma Fundação com autonomia didático-científica, administrativa, financeira, disciplinar e patrimonial, de acordo com as Leis Estaduais nº 1.543, de 8 de dezembro de 1994 (já revogada), e nº 2.583, de 23 de dezembro de 2002, e com o Decreto Estadual nº 10.511, de 8 de outubro de 2001. Rege-se por seu Estatuto, oficializado por meio do Decreto Estadual nº 9.337, de 14 de janeiro de 1999, conforme texto histórico que consta em todos os processos de criação, Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC), pro-

cessos de reconhecimento de cursos e Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs), elaborados pela Pró-Reitoria de Ensino (PROE).

Em 1993, foi instituída uma comissão para implantação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, que tinha como propósito elaborar um projeto de universidade diferenciada das que já existiam no país. Para isso, criou-se uma proposta com foco nas necessidades regionais, cujo objetivo é o compromisso com o desenvolvimento técnico, científico, econômico e social do estado. Para isso, considerou-se como objetivo principal, na sua missão, desenvolver políticas de formação de professores/as em exercício, devido ao alto índice de leigos/as na rede de ensino, bem como a formação de novos/as profissionais docentes e das demais áreas de conhecimento.

Assim, a maioria dos cursos criados para oferta em 1994 foi de licenciatura, especialmente Letras com habilitação em Língua Inglesa e Língua Espanhola, e Ciências com habilitação em Matemática e Biologia. Os bacharelados criados foram: em Dourados, Direito (também ofertado em Três Lagoas), Enfermagem, Ciência da Computação, e Zootecnia em Aquidauana.

Entretanto, a implantação só ocorreu após a publicação da Lei Estadual nº 1.461, de 20 de dezembro de 1993, e do Parecer do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul CEE/MS nº 08, de 09 de fevereiro de 1994, ano em que fui convidada pela então Secretária de Estado de Educação, posteriormente Reitora, Professora Leocádia Aglaé Petri Leme (já falecida), para mudar de Campo Grande para Dourados, assumir o Setor de Legislação e Normas da UEMS e auxiliar na implantação da universidade, considerando que eu possuía experiência de vários anos na gestão da educação pública estadual.

Mais tarde, por meio do Parecer CEE/MS nº 215 e da Deliberação CEE/MS nº 4.787, ambos de 20 de agosto de 1997, a UEMS recebeu credenciamento por cinco anos, que foi prorrogado até 2003, pela Deliberação CEE/MS nº 6.602, de 20 de junho de 2002. Por meio da Deliberação CEE/MS nº 7.447, de 29 de janeiro de 2004, o CEE/MS recredenciou a UEMS por mais cinco anos, até dezembro de 2008. O recredenciamento foi prorrogado por três anos, até 2011, pela Deliberação CEE/MS nº 8.955/2008.

O novo recredenciamento pelo prazo de seis anos foi feito com a publicação da Deliberação CEE/MS nº 9.943/2012, de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2018, o qual também foi prorrogado via Ofício nº 145/SUPED/GAB/SED, de 18 de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2019. Devido à pandemia de covid-19, que se instaurou em março de 2020 e impossibilitou a avaliação *in locus* por parte de comissão de avaliação, o recredenciamento obtido em 2012 foi novamente foi prorrogado, até 31 de dezembro de 2020, por meio da Deliberação CEE/MS nº 11.852/2019.

Em 06 de dezembro de 2021, a Deliberação CEE/MS nº 12.238 prorrogou, até 31 de dezembro de 2024, a vigência da Deliberação CEE/MS nº 9.943, de 19 de dezembro de 2012. Com a Deliberação CEE/MS nº 12.685, de março de 2023, foi alterado o prazo concedido pela Deliberação CEE/MS nº 12.238, de 06 de dezembro de 2021, para 31 de março de 2023, e foi concedido o recredenciamento vigente com o prazo de cinco anos, de 1º de abril de 2023 até 31 de março de 2028. Dessa vez, a UEMS conquistou a nota cinco, após ter sido nota três desde o primeiro recredenciamento.

A UEMS foi implantada em Dourados, onde tem sua sede, e em outros 14 municípios, que abrigam as denominadas Unidades Universitárias, pois, além do ensino, passaram a desenvolver

atividades relacionadas à pesquisa e à extensão, essenciais para sua consolidação. Essas Unidades foram distribuídas nos seguintes municípios: Aquidauana, Amambai, Cassilândia, Coxim, Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas, essa última extinta pela Resolução CEPE/UEMS nº 040, de 24 de maio de 1996. Em 2001, a Resolução COUNI-UEMS nº 184, de 10 de outubro de 2001, criou a Unidade Universitária de Campo Grande.

Tendo como eixo principal a sua missão institucional, a UEMS priorizou a democratização do acesso à Educação Superior pública, interiorizando suas Unidades e levando-as para mais próximo das demandas, fortalecendo, assim, a Educação Básica, pela interferência direta no atendimento às necessidades regionais, principalmente de formação de professores/as, com a finalidade maior de equalizar a oferta da Educação Superior no estado, em oportunidades com qualidade. A missão que consta no Estatuto foi atualizada no último Plano de Desenvolvimento Institucional:

Gerar e disseminar o conhecimento, com vistas ao desenvolvimento das potencialidades humanas, dos aspectos político, econômico e social do Estado, e com compromisso democrático de acesso à educação superior e o fortalecimento de outros níveis de ensino, contribuindo, dessa forma, para a consolidação da democracia (UEMS, [20--?]).

Assim, enquanto partícipe da história da UEMS desde o ano de 1994 – quando vim para a instituição como cedida do Governo Estadual, no qual já atuava desde 1980 – até o momento, já que ainda me encontro na ativa, farei um breve relato de algumas ações que foram significativas para a inserção da instituição nos cenários nacional, estadual e municipal, principalmente na área da Educação

Básica e superior e no campo das ações afirmativas. Busquei registrar ações que, em sua maioria, criei, coordenei ou em cuja execução auxiliei. Muitas outras foram realizadas por pessoas que ajudaram e ainda ajudam a construir a UEMS que temos hoje, mas, por falta de espaço, não esgotaremos todos os registros, que devem aparecer em outros capítulos desta obra. Relatarei, portanto, algumas das que fazem parte da história da universidade e da minha história enquanto docente, pesquisadora, extensionista e gestora, e que colaboraram para a marca de universidade inclusiva que temos atualmente.

A IMPORTÂNCIA DA CRIAÇÃO E PRESENÇA DA UEMS NO INTERIOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Para cumprir a proposta de sua criação e missão, buscando racionalizar recursos públicos, evitar a duplicação de funções, cargos e demais estruturas administrativas e a fragmentação das ações institucionais, a UEMS adotou, inicialmente, três estratégias diferenciadas: a rotatividade dos cursos, sendo eles permanentes em sua oferta e temporários em sua localização; a criação de Unidades de Ensino com estrutura centrada em Gerência de Unidade e Coordenadorias de Curso, diferenciando-se de todas as demais estruturas de Instituições de Ensino Superior do país, estrutura que funciona até o momento; e o fortalecimento da Educação Básica do estado por meio da oferta da maioria de seus cursos de licenciatura, em 1994, como necessidade regional.

Em relação ao planejamento da UEMS, foram construídos cinco Planos de Desenvolvimento Institucional e apenas um Projeto Pedagógico Institucional (PPI) (2021-2025) – apesar de existir um

item classificado como PPI dentro do PDI de 2009-2013 –, conforme consta a seguir, todos disponíveis para acesso público¹.

- Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI - 2002 – 2007
- Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI - 2008
- Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI - 2009 – 2013
- Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI - 2014 – 2020
- Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI - 2021 -2025
- Projeto Pedagógico Institucional – PPI - 2021 - 2025

Quando se discutiu o futuro da instituição e a elaboração do PDI para o quinquênio de 2002 a 2007, percebeu-se a necessidade da implantação de um novo modelo de oferta de cursos de graduação, com base no entendimento de que a rotatividade já havia cumprido sua função emergencial. Naquele momento, impuseram-se como alternativa mais funcional e eficiente a fixação e o fortalecimento dos cursos de graduação, por meio do estabelecimento de Polos de Conhecimento. Assim, as Unidades que apresentassem condições para esse fim, conforme critérios pré-estabelecidos, definiriam sua vocação regional e poderiam concentrar esforços no desenvolvimento e na solidificação de cursos de graduação, ações de extensão, grupos de pesquisa, estrutura física e pedagógica adequada, instalações, tecnologia e recursos humanos qualificados, comprometidos em produzir e disseminar conhecimentos de determinada área.

Uma das expectativas com essa proposta era a fixação de docentes nas referidas Unidades Universitárias. Contudo, a discussão desse modelo não avançou e não foi implantado, e temos, até hoje,

¹ Por meio do link <https://www.uems.br/pro-reitoria/proap/Divisao-de-Planejamento-e-Avaliacao-Institucional>

curso de diferentes áreas na maioria das Unidades, fato que ainda dificulta a proposta de lotação permanente em várias áreas e, somado a questões referentes as dificuldades estruturais encontradas nos pequenos municípios, torna difícil a fixação de docentes no interior do estado.

Também administrativamente e sob o ponto de vista das condições de trabalho, o fim da rotatividade, discutido desde o ano 2000 e colocado em prática no período de vigência do PDI 2002-2007, trouxe outras vantagens: os cursos passaram a ser de oferta permanente, com lotação e concursos públicos regionalizados para docentes. A extinção da rotatividade e a consequente fixação de cursos em Unidades específicas possibilitaram que muitos docentes estivessem mais presentes no local de trabalho, com o desenvolvimento efetivo do conjunto de ações que envolvem o ensino, a pesquisa e a oferta de extensão, beneficiando a comunidade e trazendo como retorno o conhecimento científico².

Atualmente, em seu quadro de acadêmicos, a UEMS conta com cerca de 85% de egressos de escolas públicas, oriundos de famílias que ganham até 3 salários mínimos, que ingressam por meio de diferentes processos seletivos, a maioria com a exigência de que os candidatos tenham realizado seus estudos em escola pública. Essa realidade e as especificidades do estado são consideradas em todos os processos de construção dos PDIs e nas políticas de ensino, pesquisa e extensão da instituição, bem como nos programas, projetos e ações institucionais. O estabelecimento de objetivos e metas nos

2 Alguns trechos do texto do item 1 constam, no item histórico dos Projetos Pedagógicos de Cursos, processos de reconhecimento de curso e alguns PDIs, como um texto padrão elaborado pela Pró-Reitoria de Ensino nos anos 2000 – quando também estive como Pró-Reitora de Ensino, de outubro de 2000 a maio de 2005 – e que é constantemente atualizado.

PDIs buscou, também, estar coerente com as premissas e definições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, com vistas ao fortalecimento e à qualidade da Educação Superior no Brasil.

Em seu início, no ano de 1994, a UEMS possuía 12 cursos, com 18 ofertas às comunidades onde estava localizada, conforme quadro a seguir.

Quadro 1 – Cursos ofertados quando da implantação da UEMS (1994)

N.	Unidade da UEMS	Curso ofertado	Modalidade
1	Amambai	- Letras – habilitação Português /Espanhol	Licenciatura
2	Aquidauana	- Zootecnia	Bacharelado
3	Cassilândia	- Letras – habilitação Português/Inglês	Licenciatura
4	Coxim	- Ciências – habilitação Biologia	Licenciatura
5	Dourados - Sede	- Ciência da Computação - Enfermagem	Bacharelados
6	Glória de Dourados	- Matemática	Licenciatura
7	Ivinhema	- Pedagogia	Licenciatura
7	Jardim	- Ciências – habilitação Biologia	Licenciatura
9	Maracaju	- Ciências – habilitação Matemática - Administração Rural	Licenciatura Bacharelado
10	Mundo Novo	- Ciências Biológicas	Licenciatura
11	Naviraí	- Ciências – habilitação Matemática	Licenciatura
12	Nova Andradina	- Letras – habilitação Português/Inglês	Licenciatura
13	Paranaíba	- Direito	Bacharelado
14	Ponta Porã	- Administração – Comércio Exterior	Bacharelado
15	Três Lagoas	- Direito	Bacharelado

Fonte: Elaborado pela autora.

Outra característica da UEMS, a autonomia financeira e patrimonial, foi conquistada com a promulgação de sua regulamentação, por meio do Decreto nº 10.511, de 8 de outubro de 2001. Os repasses financeiros deveriam ser efetuados em 3 parcelas mensais, escalonadas em função da arrecadação da receita total do estado, em um índice de 4% desse total, conforme garantia a Lei nº 1543, de 8 de dezembro de 1994 (revogada). No entanto, no final de 2007, essa autonomia financeira foi retirada da lei.

Nos anos de 2000 para 2001, foi feita a primeira reestruturação administrativa da UEMS, em reunião dos Conselhos Superiores realizada em Campo Grande, na gestão da reitora Profa. Leocádia Aglaé P. Leme e Prof. Luiz Antonio Álvares Gonçalves (ambos falecidos). Nessa reunião, foram criadas as Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP) e a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEC); antes disso, as atividades de pesquisa e extensão eram concentradas na Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PROPE).

De sua criação até os tempos atuais, a UEMS só cresceu, inovou, foi pioneira em diversas ações, tanto no estado quanto no Brasil. Saiu da oferta de 12 cursos, em 1994, para 65 cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e tecnológicos), no ano letivo de 2023, e 2 636 vagas. Alguns cursos são ofertados em diferentes Unidades, nas diversas áreas do conhecimento, em um crescimento da graduação de mais de 500%, o que representa a diversificação e a ampliação da sua atuação, tornando-se, ao longo dos 29 anos de implementação, um importante instrumento para o desenvolvimento do estado e de inclusão social aos sul-mato-grossenses.

A pós-graduação foi discutida e planejada no PDI de 2002-2007, quando não havia nenhum curso de mestrado ou doutora-

do. Em 2023, já existem 9 cursos de especialização encerrados e 9 em andamento; 7 programas de mestrado acadêmico, o primeiro criado em 2007; 7 programas de mestrado profissional; e 2 cursos de doutorado. Foi nessa época que se criou o Comitê de Ética na UEMS. Para fortalecer a pós-graduação, existem mais de 100 grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e 14 Centros de Pesquisa que recebem recursos da UEMS e buscam financiamentos externos. Desses 14 centros, destaco o Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em educação, Gênero, Raça e Etnia (CEPEGRE), criado pela Resolução COUNI-UEMS nº 437, de 11 de junho de 2014, a partir de uma proposta que coordenei e que foi aprovada em edital do Ministério das Mulheres, aprovado no COUNI. O centro foi criado antes de a UEMS normatizar, em 2016, a criação de centros de pesquisa.

Em relação à extensão universitária, pode-se dizer que sempre foi um ponto forte da UEMS, considerando suas ações institucionais que atenderam e atendem aos municípios do estado e que colocaram a universidade no cenário estadual. Dessas ações, algumas se destacam, tais como a participação anual da UEMS no Projeto Rondon (eu mesma coordenei uma edição em 2011, na cidade de Equador-RN); o Projeto institucional TERERÉ de alfabetização de adultos, primeiro projeto de extensão institucional; o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), com cursos de alfabetização, escolarização e curso técnico profissional; cursinho preparatório para estudantes indígenas do Ensino Médio, em 2003, com o objetivo de acesso à UEMS; o Coral da UEMS, vinculado à Casa da Cultura; a Universidade da Terceira Idade; o Programa UEMS ACOLHE - Acolhimento Linguístico, Humanitário e Educa-

cional a Migrantes Internacionais; e outros que não é possível nomear neste trabalho.

Em 2017, a UEMS, por meio do CEPEGRE, aceitou o desafio e participou do edital para realização do IX Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as – (ABPN). O evento, realizado em julho de 2017, contou com a presença dos maiores ícones da intelectualidade negra brasileira na questão racial, tais como Kabengele Munanga, Petronilha Beatriz Gonçalves Silva, Ana Maria Canavarro Benites, Wilson Roberto de Mattos, Ahyas Siss, Paulino de Jesus F. Cardoso, Otair Fernandes de Oliveira, Sales Augusto dos Santos, Candida Soares da Costa, Maria Alice Rezende Gonçalves, Maria Nilza da Silva, Lucimar Rosa dias, e muitos/as outros/as. Participaram vários intelectuais da América latina, a exemplo de Anny Ocoró Loango, Jonh Anton, José Caicedo e outros/as.

Dessa forma, pode-se afirmar que a UEMS fez e continua fazendo a diferença no contexto educacional da Educação Superior do estado, pois abriu suas portas com cursos de graduação e sede em municípios do interior onde jamais se poderia imaginar a presença de uma universidade pública, possibilitando desenvolvimento social, econômico e, principalmente educacional, já que, em poucos anos, transformou a realidade de formação docente na Educação Básica do estado.

As demandas de cursos chegam todos os dias, advindas de toda parte: prefeituras, representantes políticos, movimentos sociais organizados urbanos e do campo, e comunidades indígenas. Um exemplo disso foi a construção, por mais de 2 anos (2003 a 2004), de cursos de licenciatura para assentados e indígenas. As comissões coordenadas pela PROE contavam com representantes da UEMS, outras universidades e movimentos sociais específicos.

Porém, quando levadas aos Conselhos Superiores, as propostas não foram aprovadas por questões políticas internas, sendo necessário, inclusive, devolver recursos já depositados pelo PRONERA para o processo seletivo, pois a UEMS, devido aos projetos anteriores, já tinha reserva de recursos de mais de quatro milhões para os cursos de licenciatura com formação nas cinco áreas do conhecimento: letras, matemática, história, geografia e ciências biológicas.

Em relação aos indígenas, à época, participei, como representante do Fórum Nacional de Pró-Reitores/as (ForGRad), da elaboração do Programa de Licenciaturas Indígenas (PROLIND) e do edital, mas era necessário o aval do COUNI, já que os recursos eram externos e pediam contrapartida. Na época, ouvi do egrégio conselho que deveríamos investir nos cursos que já existiam e na carreira docente. Não posso negar que a construção das políticas que hoje vicejam na UEMS me custou muito desgaste físico e emocional enquanto pessoa e gestora, causando, ao longo dos anos, algumas doenças. Enquanto representante da universidade face aos movimentos sociais, às representações indígenas e de assentados e ministérios parceiros, vi que a UEMS ficou numa situação política muito delicada, e, como resultado, esses grupos requisitaram o projeto e levaram-no para outra instituição; somente em 2021, com meu retorno à PROE e a anuência da reitoria, recomeçamos as discussões com os indígenas. Assim, verifica-se o quanto a UEMS é importante para a população e a história de Mato Grosso do Sul e do Brasil.

As contribuições históricas no desenvolvimento da Educação Básica e superior no estado

Paralelo a tudo o que ocorria nos primeiros anos de implementação, continuava o remanejamento das ofertas de cursos exis-

tentes nas unidades (rotatividade); ao mesmo tempo, iniciou-se um movimento de estudos e discussão para criação de cursos tais como Física e Química, em licenciatura (áreas com grande carência de professores/as no estado), inicialmente para acolher docentes concursados/as nessas áreas que perderam a lotação nas reformulações dos cursos de Ciências com habilitação em Biologia e Matemática, além de outros cursos de bacharelado.

Em 1998, enquanto docente já concursada (antes cedida pelo governo do estado) nas Unidades de Amambaí e Ivinhema, assumi como conselheira no COUNI, e, na Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão (PROPE), por um tempo, fui responsável pela chefia do Núcleo de Pesquisa em Educação (NUPEQ) e assumi, ainda, a coordenação do projeto de extensão institucional em convênio com diversas prefeituras, intitulado Projeto TERERÉ, alfabetização de jovens e adultos em zona urbana, que foi criado em 1995 e durou até o final de 1999.

Foi também em 1998 que a UEMS participou da Reforma Agrária. Coube a mim estruturar e coordenar o projeto em conjunto com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), atendendo, no primeiro projeto, 1 500 jovens e adultos, em mais de 50 assentamentos com 75 salas de alfabetização de improviso, a maioria construída de lona, à luz de lampião e com mesas improvisadas com tocos de madeira e algumas carteiras consideradas sucata, doadas pela UEMS e por secretarias de municípios. Na segunda oferta, foram mais 500 assentados/as.

Além disso, também foi ofertado o curso técnico de nível médio em Agropecuária com ênfase em Agroecologia, com 120 vagas divididas em 3 polos de assentamentos (Sidrolândia, Nioaque e Itahum), sendo o último polo remanejado para o assentamento

Itamarati, no município de Ponta Porã. Cada polo concentrava assentados/as de diversos assentamentos de diferentes municípios e movimentos sociais. O projeto custeava o transporte dos diferentes assentamentos para o polo, a alimentação e a hospedagem, bem como todo material das aulas teóricas e práticas, e bolsas e despesas com deslocamento de professores/as. O projeto PRONERA permaneceu de 1998 a 2005 sob minha coordenação, sendo que, na nomeação no Diário Oficial da época, consta coordenadora estadual do PRONERA. A gestão dos recursos era feita pela Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura de Mato Grosso do Sul (FAPEMS), própria da UEMS e atualmente extinta.

Para a certificação da escolarização dos/das assentados/as que avançaram nos estudos para além da alfabetização, foi feita parceria com o Centro de Educação de Jovens e Adultos de Dourados (CEJAD). Para o curso técnico, foi utilizado o curso técnico em Agropecuária da própria UEMS, que funcionava na Unidade de Aquidauana, que é herança da doação da fazenda pelo então Governo do Estado, sob comando do governador Zeca, do PT.

Em outubro de 2000, assumi, pela primeira vez, a função de Pró-Reitora de Ensino e Pós-Graduação, denominação da pasta à época, alterada com a mudança para Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão, da qual foi retirada a extensão e adicionada a pós-graduação, e a criação da atual Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEC), na reestruturação administrativa como já mencionado.

O Curso Normal Superior com habilitação em Educação Infantil e anos iniciais havia sido criado naquele ano e ofertado em regime de convênio aos diversos municípios do estado. As aulas ocorriam em regime semipresencial, de forma concentrada, às sextas-feiras e sábados, considerando que apenas professores/as em

exercício docente podiam cursar. Esse curso, aliado às demais licenciaturas já ofertadas, possibilitou a habilitação de centenas de profissionais leigos/as que compunham o quadro de áreas específicas da Educação Básica, principalmente no Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

A UEMS também contribuiu para a Educação Profissional/SED/MS quando, em 2005, aceitei e coordenei junto com a Profa. Maura Ferreira Alves, na época chefe da Divisão de Educação Profissional/PROE, o projeto de Capacitação Pedagógica do Centro de Educação Profissional Ezequiel Ferreira de Lima (CEPEF), no qual trabalhamos sob a ótica da educação profissional, legislações, conceitos, referenciais curriculares, currículo, habilidades e valores para desenvolvimento das competências em cada curso, modelo técnico de projeto de curso, perfis profissionais, demandas, áreas, cursos, formas de oferta etc., além da revisão do regimento escolar interno, adequando-o a novas propostas. Em 2008, também fui responsável, enquanto docente da UEMS e doutora em Educação-Currículo, pela discussão e elaboração da proposta Pedagógica da Escola de Artes Moinho Cultural Sul-Americano, em Corumbá-MS, mais uma forma de a UEMS colaborar para a educação do estado, pois jamais realizei qualquer ação que não tenha sido em nome da UEMS.

Nos anos de 2013 e 2014, a UEMS ofereceu, sob minha coordenação e com financiamento do Programa Mais Educação, o curso de formação continuada “A pedagogia de projetos e a educação integral no ensino fundamental”, com o objetivo de atender às demandas de formação de profissionais da Educação Infantil explicitadas nos Planos de Ações Articuladas (PAR) e capacitar professores e gestores do Ensino Fundamental na pedagogia de projetos, como uma alternativa metodológica capaz de suprir as exigências

curriculares dos diversos campos do conhecimento, respeitando a diversidade do ambiente escolar e viabilizando a compreensão e a implementação dos programas de educação integral nas práticas pedagógicas das escolas da rede pública de ensino do município de Dourados. Também coordenei, via CEPEGRE, em 2017 e 2018, a primeira especialização em “Currículo e Diversidade” para professores/as da rede estadual de ensino de MS.

É importante lembrar o pioneirismo da UEMS em relação à formação de professores/as quando, nos anos de 2001 e 2002, criou o Curso Normal Superior Indígena, com projetos pedagógicos específicos, um para Guaranis e Kaiowás e outro para Terenas. Nessa mesma linha, após 22 anos, foi criado em 2022 e ofertado em 2023, na Unidade de Amambai, um curso de licenciatura em Pedagogia Intercultural, em regime de alternância, específico para professores/as Guarani e Kaiowá que estão em exercício nas redes de ensino de Educação Infantil e anos iniciais dos municípios de Amambaí e Caarapó, que assinaram convênio e custearam parte do curso.

Desde o ano de 2005, a UEMS participa da Rede de Saberes Indígenas, projeto interinstitucional com financiamento da Fundação Ford. Em 2023, além do laboratório Rede de Saberes Indígenas, com sede em Dourados e ampliado para outras unidades universitárias, foi criado um Centro de Pesquisa Rede de Saberes Indígenas já em funcionamento, sob a coordenação da Profa. Beatriz dos Santos Landa, que também coordenou o laboratório Rede de Saberes Indígenas desde a sua criação. Muitas outras ações de pesquisa e extensão para indígenas já foram ou estão sendo realizadas por docentes da UEMS, além da cota na graduação.

A inclusão de grupos em situação de vulnerabilidade é marca da UEMS que, desde 2004, passou a ter entre seus ingressantes

pessoas negras e indígenas, por meio das leis estaduais de sistema de cotas étnico-raciais, com recorte social (origem escola pública); em 2021, ingressaram alunos/as por meio da cota específica de 10% para pessoas que residem a mais de 10 anos em Mato Grosso do Sul, a qual é reservada via Lei Estadual nº 5.541, de 15 de julho de 2020.

Em 2023, embora já tivesse pessoas com deficiência em seus cursos, a oportunidade foi ampliada com a criação de cota de 5% para Pessoas com Deficiência (PCD) em todos os cursos de graduação, com direito a presença de um profissional qualificado contratado para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), já normatizado pelo CEPE-UEMS. Também foi aprovada e já está em execução norma para certificação de PCD que não conseguir concluir e se graduar no curso escolhido. É a primeira universidade do Brasil a legislar sobre o assunto.

No ensino, a UEMS participa, desde sua primeira edição em 2009, do Programa de Iniciação a Docência (PIBID) e do Programa de Residência Pedagógica (RP), ambos criados pelo Ministério da Educação (MEC) e financiados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Em 2023, a UEMS conquistou mais de setecentas bolsas nos dois programas. Os programas têm por objetivo

[...] valorizar o magistério, fomentando a iniciação à docência de alunos/as dos cursos de licenciatura, aumentando a convivência dos/as graduandos/as com o cotidiano da função docente, em condições criativas e diversificadas, estimulando o ingresso e permanência na carreira docente e o seu desenvolvimento profissional, contribuindo, assim, para ajustar as ofertas às demandas da rede pública, minimizando a carência de professores/as da educação básica (UEMS, [20--?]).

Com a imersão no cotidiano escolar e na função docente, a universidade valoriza a escola como espaço privilegiado de produção de conhecimentos específicos, tendo como princípio a indissociabilidade entre teoria e prática na formação docente, fazendo a articulação entre a formação inicial e a continuada, de modo a promover a construção da identidade docente, considerando as dimensões técnicas, culturais, políticas e sociais, em toda a sua complexidade.

Dessa forma, seja pela oferta de cursos de graduação, seja pela realização de projetos de ensino, pesquisa e extensão, a UEMS muito contribuiu e continua a contribuir para a Educação Básica do estado, no combate ao analfabetismo, na formação de professores/as e na qualidade da educação, na pesquisa e na extensão. Como se trata de um relato de minha parte, nomeei apenas ações institucionais em que diretamente estive envolvida, principalmente coordenando. Registro que muitas outras ações foram desenvolvidas por outras pessoas e setores, mas não cabe a mim o registro neste texto, dado o limite de texto.

Como testemunha dos fatos, responsável pelo ensino de graduação de outubro de 2000 a maio de 2005 e de setembro de 2019 até o momento, docente no mestrado acadêmico em Educação desde sua criação, em 2011, pesquisadora, extensionista e coordenadora do CEPEGRE/UEMS de 2014 a 2019, posso afirmar que a presença da UEMS no estado de Mato Grosso do Sul é um divisor de águas em relação ao crescimento e à qualidade da Educação Básica e da Educação Superior, e um apoio ao desenvolvimento social, econômico e político do estado.

GESTÃO COLEGIADA COMO PRINCÍPIO DE FUNCIONAMENTO E AUTONOMIA DIDÁTICA E PEDAGÓGICA

Nos processos de gestão, a UEMS, desde a sua criação e implementação em 1994, prima pela gestão colegiada em todos os âmbitos de decisão. Constituem-se como instância de decisão superior o Conselho Universitário (COUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), ambos presididos pelo/a Reitor/a. O COUNI é composto por duas Câmaras, a de Administração e a de Recursos Humanos, e o CEPE é constituído por três Câmaras, a de Ensino (CE), a de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG) e a de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (CECAC).

Os cursos de graduação e pós-graduação, bem como todas as demais atividades da UEMS, são regidos por normas institucionais emanadas do COUNI, do CEPE e do Conselho Estadual de Educação (CEE) de MS. No âmbito da graduação, os cursos são autônomos, vinculados pela coordenadoria de curso e colegiado à Pró-Reitoria de Ensino, conforme consta da estrutura administrativa desde o início, atualmente aprovada pela Resolução COUNI-UEMS nº 568, de 2 de março de 2020.

O colegiado de curso tem como presidente o/a coordenador/a de curso e é composto pelo corpo docente de efetivos/as e contratados/as, representação de alunos/as eleita por seus pares. O colegiado é a instância máxima de decisão no curso, cabendo-lhe validar ou não atos da coordenadoria, do Comitê Docente Estruturante (CDE), da Comissão de Estágio Supervisionado (COES) e da Comissão de Autoavaliação do curso, obedecidas as normas vigentes, especialmente o Regimento de Graduação.

Coordenadores/as são eleitos para um mandato de dois anos; em caso de vacância da função, nomeia-se de forma *pro tempore* para a função. As comissões e comitês são escolhidos e validados pelo próprio colegiado de curso. Para todas essas instâncias e suas ações, existem deliberações ou resoluções aprovadas nos respectivos conselhos.

Outro fato importante é a escolha da reitoria, que é feita pelo voto direto de docentes, técnicos/as e discentes, para um mandato de quatro anos, podendo haver reeleição. Nessa escolha, o peso dos votos se dá da seguinte forma: docentes, 70%; técnicos/as, 15%; e discentes, 15%. A primeira eleição para reitoria ocorreu no ano de 1999, e a Profa. Leocádia Aglaé Petri Leme, que já era reitora nomeada, foi a primeira eleita na história da UEMS. Seu mandato durou de setembro de 1999 a setembro de 2003, quando assumiu como reitor eleito seu vice, o Prof. Luiz Antonio Alvares Gonçalves. Na sequência, tivemos como reitores o Prof. Gilberto Arruda, o Prof. Fábio Edir dos Santos Costa e, atualmente, o Prof. Laércio de Carvalho, que tem como vice a Profa. Celi Correa Neres. Resta observar que a Profa. Leocádia foi a única mulher eleita para ocupar a função de reitora, e a maior parte do que a UEMS é hoje se deve a essa mulher brilhante e corajosa, que nunca se encolheu diante dos desafios e propostas ousadas feitas em nome da universidade. Grande parte do pioneirismo da UEMS ocorreu durante sua gestão, ao lado da qual estive de 2000 a 2005.

A UEMS tem a tradição de organizar suas ações a partir de estudos e discussões em comissões constituídas por representantes da instituição, e muitas delas com representantes de organizações externas. A presença da sociedade civil também existe nos Conselhos Superiores da UEMS, o CEPE e o COUNI.

Portanto, a UEMS é uma instituição diferenciada das demais em todos os aspectos, pois sua estrutura administrativa e forma de gestão permitem transparência de ações, participação de todos os segmentos internos e participação externa, zelando pelo aspecto democrático e pela qualidade na Educação Superior. Isso também é uma forma de garantir sua autonomia didática e pedagógica em todas as instâncias do ensino, da pesquisa e da extensão.

PIONEIRISMOS DA UEMS NAS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DE INCLUSÃO

No Brasil, onde as presenças indígena, negra (pretos e pardos) ou mestiça são superiores à presença branca, os afrodescendentes ainda lutam por reconhecimento e respeito como povo. A ausência de políticas afirmativas engendradas pelo Estado faz com que negros/as e indígenas, mas, principalmente, a população negra, não sejam situados no mapa da pobreza, apesar de constituírem 60% dessa população, sendo os mais pobres. Ademais, os poucos programas desenvolvidos pelo Estado, especialmente na área da saúde e da educação, não consideram as tradições culturais afro e indígena como eixo gerador das ações, o que impede de atingir os objetivos para os quais são criados.

A criação e a implementação de ações afirmativas para indígenas na América Latina têm acontecido essencialmente na área da educação, por meio da abertura curricular, que propõe a incorporação de conhecimentos e saberes indígenas nos currículos oficiais. No Brasil, essas ações têm como base a criação de escolas específicas na Educação Básica e, de forma bastante tímida na Educação Su-

perior, a criação de cursos específicos de Formação de Professores, chamados de Licenciatura Intercultural.

Enquanto Pró-Reitora e representante do ForGrad, participei da comissão nacional de criação do Programa de Licenciaturas Indígenas (PROLIND) e da comissão nacional formada por dez universidades, sendo cinco estaduais e cinco federais, que já possuíam algum tipo de ação afirmativa para negros/as, para a criação do Programa AFROATITUDE³ em 2004, coordenado pelo Conselho Nacional de Combate a Discriminação vinculado à Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SEDH) e representantes do Programa Nacional DST-Aids do Ministério da Saúde, da Secretaria de Ensino Superior (SESU) do Ministério da Educação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial SEPIR). O Programa AFROATITUDE designou para a UEMS cinquenta bolsas para negros/as cotistas em 2004 e 2005. O programa tinha como objetivo geral:

Instituir o PROGRAMA INTEGRADO DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA NEGROS - BRASIL AFROATITUDE em parceria com Universidades que possuam Programa de Ação Afirmativa para negros e que adotam o regime de cotas para acesso dessa população. Esse Programa visa ao fortalecimento da resposta setorial de combate à epidemia e das práticas de implementação de ações afirmativas inclusivas, sustentáveis e permanentes, por meio do apoio a ações diversas nos âmbitos acadêmico e assistencial, destinadas a estudantes universitários negros e cotistas, socialmente precarizados (Brasil, 2004, p. 7).

Essa foi a primeira experiência em nível nacional de promoção da permanência de negros/as cotistas oriundos de ações afirmativas no ensino superior. Posteriormente, foi criada outra comissão

3 AFROATITUDE: Programa Integrado de Ações Afirmativas para universitários/as negros/as/ MEC, MS, SEDH.

no MEC da qual também participei para criação do programa de Ações Afirmativas para a população Negra (UNIAFRO), cujo objetivo era oferecer editais com recursos para formação continuada em estudos étnico-raciais: educação, história e linguagem para professores/as da rede pública. Em abril 2008, a UEMS participou do primeiro edital e, junto com mais 24 universidades, conseguiu recursos e ofereceu projeto de formação continuada em estudos étnico-raciais: educação, história e linguagem, para professores/as da rede pública de ensino de Dourados, Campo Grande e Nova Andradina. O projeto, executado em 2009, resultou na publicação de três livros⁴.

No tocante às ações afirmativas na forma de cotas, a UEMS também é pioneira. Em fevereiro de 2003, já com a aprovação da Lei Estadual nº 2.589, de 2 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a reserva de vagas (cota) na UEMS para indígenas, definidas em 10% no COUNI, e da Lei Estadual nº 2.605, de 06 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a reserva de 20% das vagas para negros/as, a Reitoria da UEMS determinou que a responsabilidade de colocá-las em execução seria minha, considerando a função que exercia e o fato de ser, no contexto dessa universidade, a única gestora negra e acostumada a trabalhar com grupos em vulnerabilidades, conforme projetos já citados. Em 2004, ingressaram os/as primeiros/as negrosas e indígenas cotistas nos diversos cursos de graduação da UEMS.

4 CATANANTE, Bartolina R.; CORDEIRO, Maria José J. A. (org.). **Educar para as relações étnico-raciais: um desafio para os educadores**. Dourados, MS: UEMS, 2010.

RODRIGUES, Marlon leal; SOUZA, Antonio Carlos S. de. (org.). **Linguagem e questões afrodescendentes**. Dourados, MS: UEMS, 2010.

DIALLO, Cintia Santos; SILVA, Dina Maria (org.). **História da África: múltiplas questões**. Dourados, MS: UEMS, 2010.

No período de 2010 a 2013, participei de uma rede de pesquisa com financiamento externo, composta por 11 universidades que adotaram cotas, denominada “Rede de Ações Afirmativas”, com sede no Centro de Estudos Afro-Orientais, da Universidade Federal da Bahia (UFBA). No *site* da rede, a foto da capa é uma delegação da UEMS num encontro do Programa Afroatidade. Desse projeto, resultaram duas publicações em livro⁵, nos quais o primeiro capítulo é de minha autoria e acerca das cotas na UEMS.

Na pós-graduação, somente em 2018 foi aprovada, no CEPE, uma resolução que define cotas para negros/as, indígenas e pessoas com deficiência, e sobrevagas para quilombolas, transexuais e transgêneros. Porém, até o momento, a norma deixa a oferta de cotas ou sobrevagas de forma voluntária para os cursos. O Programa de Mestrado em Educação da Unidade Universitaria de Paranaíba foi o primeiro a aderir às ações afirmativas: há negro/a cotista como mestre, e, atualmente, o único indígena cotista no programa é meu orientando.

Contudo, é preciso dizer que as ações que a UEMS desenvolveu – especialmente em 2005, com o Seminário intitulado “A UEMS e as políticas de ações afirmativas: capacitação da comunidade universitária” quando a universidade reuniu, em 03 e 04 de fevereiro de 2005, por convocação da reitoria, todo o corpo docente, técnico e discente, com o objetivo de fazer uma formação com foco nas cotas para negros/as e indígenas cotistas que haviam ingressando na UEMS e os demais que viriam – impulsionaram várias ações em diversos setores e universidades.

5 SANTOS, Jocélio Teles dos (org.). **Cotas nas universidades:** análises dos processos de decisão. Salvador: CEAO, 2012.

SANTOS, Jocélio Teles dos (org.). **O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012).** Salvador: CEAO, 2013.

As ações em 2004 para docentes e técnicos/as ocorreram em polos – Dourados, Campo Grande, Aquidauana e Cassilândia. Foram convidados/as intelectuais que discutiam o assunto há muitos anos e que são referências nacionais até hoje, a exemplo do Prof. Ivair Augusto Alves dos Santos então presidente do Conselho Nacional de Combate a Discriminação; Prof. José Jorge de Carvalho; Prof. Alex Ratts; o juiz aposentado de MS Aleixo Paraguassu Neto; o deputado estadual Pedro Kemp; Profa. Raimunda Luzia de Brito; e a coordenadora de políticas para igualdade racial no Governo do Estado a época, Ana Sena, e outros/as intelectuais e militantes que participaram de forma voluntária da capacitação. Para os discentes, foram organizados seminários em todas as unidades universitárias, com participantes que discutiram a favor e contra cotas. No entanto, em várias unidades, não houve debatedores contra cotas, e pode-se afirmar que a presença de autoridades no assunto, inclusive pessoas brancas, desestimularam os contra cotas sem argumentos plausíveis que resistiriam ao debate.

No que se refere às cotas para negros/as de cor preta e parda, desde o ano de 2003, a UEMS realiza a avaliação fenotípica. De 2003 a 2013, existia uma comissão institucional composta por pesquisadores/as de questões étnico-raciais e participantes de movimentos sociais negro que realizavam a análise por meio de foto tamanho 5x7 colorida, deferindo ou não a concorrência na cota para negros/as. Até 2010, quem não se enquadrava, era remanejado/a automaticamente para as vagas gerais. A partir de 2011, com a adesão da UEMS em 100% ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU) do MEC, a norma foi reformulada, e o/a candidato/a que não se enquadra no fenótipo perde a vaga. Atualmente, mesmo com 50% das vagas via vestibular e 50% via SiSu e oferta de Processo Seletivo

Permanente com uso do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou do histórico escolar, a regra continua a mesma.

Para os indígenas, além da cota de 10%, foi ofertado, com ingresso em 2002, o Curso Normal Superior Indígena, com 50 vagas destinadas à etnia Terena, na região de Aquidauana-MS, tendo sido diplomados 33 indígenas. Em 2003, após mudanças no projeto pedagógico, o curso foi disponibilizado novamente, com 50 vagas para a etnia Guarani (Kaiowá e Nhandeva) na região de Amambai-MS, diplomando apenas 12 indígenas, pois os demais desistiram, dadas as dificuldades de deslocamento e questões inerentes aos entraves pedagógicos que envolvem o uso da Língua Portuguesa, a interação na sala de aula com demais discentes e docentes, o desconhecimento de docentes e técnicos/as sobre a cultura de cada etnia, formas de comunicação, metodologias de ensino que podem acolher e promover a interação e a permanência dos/as indígenas na universidade e dos demais indígenas que ingressaram por cota (Cordeiro, 2008). Em 2023, houve a oferta do curso de Pedagogia Intercultural, específico para Guaranis e Kaiowás e construído com a participação de representantes indígenas.

Em novembro de 2005, foi realizado um seminário específico para discutir as cotas para indígenas na UEMS, principalmente as dificuldades de acesso e a não permanência dos que já haviam ingressado. Atualmente, o Rede de Saberes Indígenas, a exemplo de todos esses anos, continua discutindo e buscando estratégias para o acesso – ingresso, permanência e conclusão – dos/as discentes de diversas etnias do Brasil que ingressam na UEMS, em todos os cursos e áreas de conhecimento, incluindo a pós-graduação.

Em 2012, realizei como pesquisadora o primeiro seminário de avaliação das cotas, após o qual muitos outros eventos foram

realizados. Hoje, o CEPEGRE está sob a coordenação da Profa. Cintia Santos Diallo, primeira docente a assumir concurso como negra cotista.

Outra ação afirmativa em andamento na UEMS é o Programa UEMS Acolhe – Acolhimento Linguístico, Humanitário e Educacional a Migrantes Internacionais, que visa promover ações de extensão que possibilitem a inserção linguística, humanitária e educacional de migrantes internacionais, por meio do curso de extensão de Português como Língua do Acolhimento, de forma gratuita, que também pode ser classificado como uma ação afirmativa. Desse trabalho, resultaram o estudo, a criação e a execução da política de inclusão no ensino superior da UEMS, em vagas remanescentes, para o ingresso de migrantes, refugiados e apátridas, conforme Resolução CE/CEPE-UEMS nº 2.327, de 4 de agosto de 2021.

Ainda, há ações de extensão como o projeto UEMS na COMUNIDADE, que abrange todo o estado de Mato Grosso do Sul, iniciado agora em 2023, assim como os jogos INTER UEMS e o Congresso de Estudantes, eventos que contam com o apoio da gestão.

As ações descritas são uma clara demonstração de uma UEMS acolhedora e democrática, na qual o ensino é considerado o coração, capaz de abraçar a diversidade em todas as suas formas, na luta contra toda forma de preconceito, discriminação, racismo, xenofobia, homofobia, lesbofobia e outras formas de abuso, assédio e violência, especialmente contra as mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não foi fácil escrever este texto com as memórias indo e voltando e em busca de documentos e registros cuja maioria descobri

não estar disponível para consulta. Nessas idas e vindas da memória, dezenas de outros fatos que merecem registro afloraram na minha mente já cansada dos mais de quarenta anos de efetivo exercício na docência, nos estudos e na gestão, na UEMS e, antes dela, na rede pública de ensino do estado. Um dos fatos mais marcantes foi o recebimento do Prêmio Direitos Humanos na categoria Ações Afirmativas, em 2004. Além disso, em 2006 e 2008, a UEMS recebeu o Prêmio Camélia da Liberdade, oferecido anualmente pelo Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP) desde 2005, em reconhecimento a instituições de ensino, empresas, órgãos do poder público, veículos de comunicação e personalidades que promovem ações de inclusão social de afrodescendentes.

A gestão na UEMS sempre foi um desafio político, seja como chefe de setor, núcleo de pesquisa, coordenadora do curso de Pedagogia durante quatro anos, líder de grupo de pesquisa, fundadora e coordenadora do CEPEGRE, que, hoje, é referência na UEMS e fora dela, seja como Pró-Reitora de Ensino na gestão da Profa. Leocádia, do Prof. Luiz Antonio e, atualmente, do Prof. Laércio e da Profa. Celi.

Emocionei-me várias vezes escrevendo, olhando centenas de fotos, revivendo as reuniões de comissões, dos conselhos superiores, em que estive desde 1998, com exceção do período em que me afastei para o doutorado, defendendo cada uma das ações da UEMS desde sua criação. Chorei ao terminar e não me envergonho de relatar. Já decidi me aposentar em 2024, depois de ter conquistado esse direito em 2015 e permanecido na ativa. Mas, agora, digo a todos que quero ir para casa, porque a escola pública estadual onde fui professora, supervisora, coordenadora pedagógica, vice e diretora, e, depois, a UEMS, com as funções que já citei, sempre acumu-

lando com a docência na graduação ou apenas na pós-graduação, sempre foram a minha casa literalmente falando.

Sei que vou sentir a falta dessa dinâmica diária e das pessoas, mas sei que, neste momento, já posso ir, ou até colaborar mais um pouco, mas sem o ritmo desses mais de quarenta anos. Levo comigo tantas vitórias que sequer me lembro das poucas derrotas sofridas. Irei tranquila e com a sensação de dever e missão cumprida, já que outras pessoas, companheiros/as dessa luta por uma educação democrática, de qualidade, inclusiva e diversa, já estão na luta para manter as conquistas e buscar novas, preservando a marca mais preciosa: uma UEMS INCLUSIVA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

BRASIL. **Brasil Afroatidade.** Programa Integrado de Ações Afirmativas para Negros. Brasília, DF: Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/Programa Nacional de DST e Aids, [200-]. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/BRASILAFROATITUDE.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2023.

CORDEIRO, M. J. de J. A. **Negros e indígenas cotistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul:** desempenho acadêmico do ingresso à conclusão de curso. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

MATO GROSSO DO SUL. Lei Estadual n. 1.461/1993. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. **Diário Oficial do Estado:** Campo Grande, n. 3.691, p. 1-3, 21 dez. 1993.

MATO GROSSO DO SUL. **Parecer CEE/MS nº 215, de 20 de agosto de 1997.** Campo Grande: Governo do Estado, 1997.

MATO GROSSO DO SUL. Deliberação CEE/MS nº 4.787/1997. Concede o credenciamento, por cinco anos, à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. **Diário Oficial do Estado:** Campo Grande, n. 4.599, p. 2-3, 28 ago. 1997.

MATO GROSSO DO SUL. **Decreto nº 10.511, de 8 de outubro de 2001.** Dispõe sobre a autonomia financeira e patrimonial da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, e dá outras providências. Campo Grande: Governo do Estado, 2001.

MATO GROSSO DO SUL. Deliberação CEE/MS nº 6.602/2002. Prorroga o ato de Credenciamento da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, concedida através da Deliberação CEE/MS n.º 4787/97, até o ano de 2003. **Diário Oficial:** Campo Grande, n. 5.803, p. 3, 29 jul. 2002.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei nº 2.589, de 26 de dezembro de 2002.** Dispõe sobre reserva de vagas na UEMS para indígenas. Campo Grande: Governo do Estado, 2002.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei nº 2.605, de 06 de janeiro de 2003.** Dispõe sobre reserva de 20% das vagas da UEMS para negros. Campo Grande: Governo do Estado, 2003.

MATO GROSSO DO SUL. Deliberação CEE/MS nº 7.447/2004. Recredencia a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, sediada em Dourados-MS, pelo prazo de cinco anos, a partir de 2004, até o final de 2008. **Diário Oficial do Estado:** Campo Grande, n. 6.178, p. 15-16, 4 fev. 2004.

MATO GROSSO DO SUL. **Deliberação CEE/MS nº 8.955/2008.** Prorroga o ato de Recredenciamento da Universidade Estadual de

Mato Grosso do Sul, sediada em Dourados/MS, concedido pela Deliberação CEE/MS nº 7447, de 29 de janeiro de 2004, pelo prazo de três anos, a partir de 01/01/2009 a 31/12/2011. Campo Grande: Governo do Estado, 2008.

MATO GROSSO DO SUL. **Deliberação CEE/MS nº 9.943/2012.** Recredencia a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, sediada em Dourados-MS, pelo prazo de seis anos, de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2018. Campo Grande: Governo do Estado, 2012.

MATO GROSSO DO SUL. **Ofício nº 145/SUPED/GAB/SED, de 18 de janeiro de 2019.** Prorroga o Recredenciamento da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul até 31 de dezembro de 2019. Campo Grande: Governo do Estado, 2019.

MATO GROSSO DO SUL. **Deliberação CEE/MS n. 11.852/2019.** Prorroga o prazo de vigência da Deliberação CEE/MS nº 9.943, de 19 de dezembro de 2012, que recredencia a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, sediada em Dourados, MS, até 31/12/2020. Campo Grande: Governo do Estado, 2019.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei Estadual nº 5.541, de 15 de julho de 2020.** Dispõe sobre reserva de 10% das vagas da UEMS para residentes de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Governo do Estado, 2020.

MATO GROSSO DO SUL. Deliberação CEE/MS nº 12.238, de 06 de dezembro de 2021. Prorroga o prazo de vigência da Deliberação CEE/MS n.º 9.943, de 19 de dezembro de 2012, que recredencia a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, com sede em Dourados, MS, até dia 31/12/2024. **Diário Oficial do Estado:** Campo Grande, n. 10.712, p. 29, 20 dez. 2021.

MATO GROSSO DO SUL. Deliberação CEE/MS nº 12.685, de 7 de março de 2023. Altera o prazo concedido pela Deliberação CEE/MS nº 12.238, de 6 de dezembro de 2021, para até 31 de março de 2023 e recredencia a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, pelo prazo de cinco anos, a partir de 1º de abril de 2023 até 31 de março de 2028. **Diário Oficial do Estado:** Campo Grande, n. 11.107, p. 13, 20 mar. 2023.

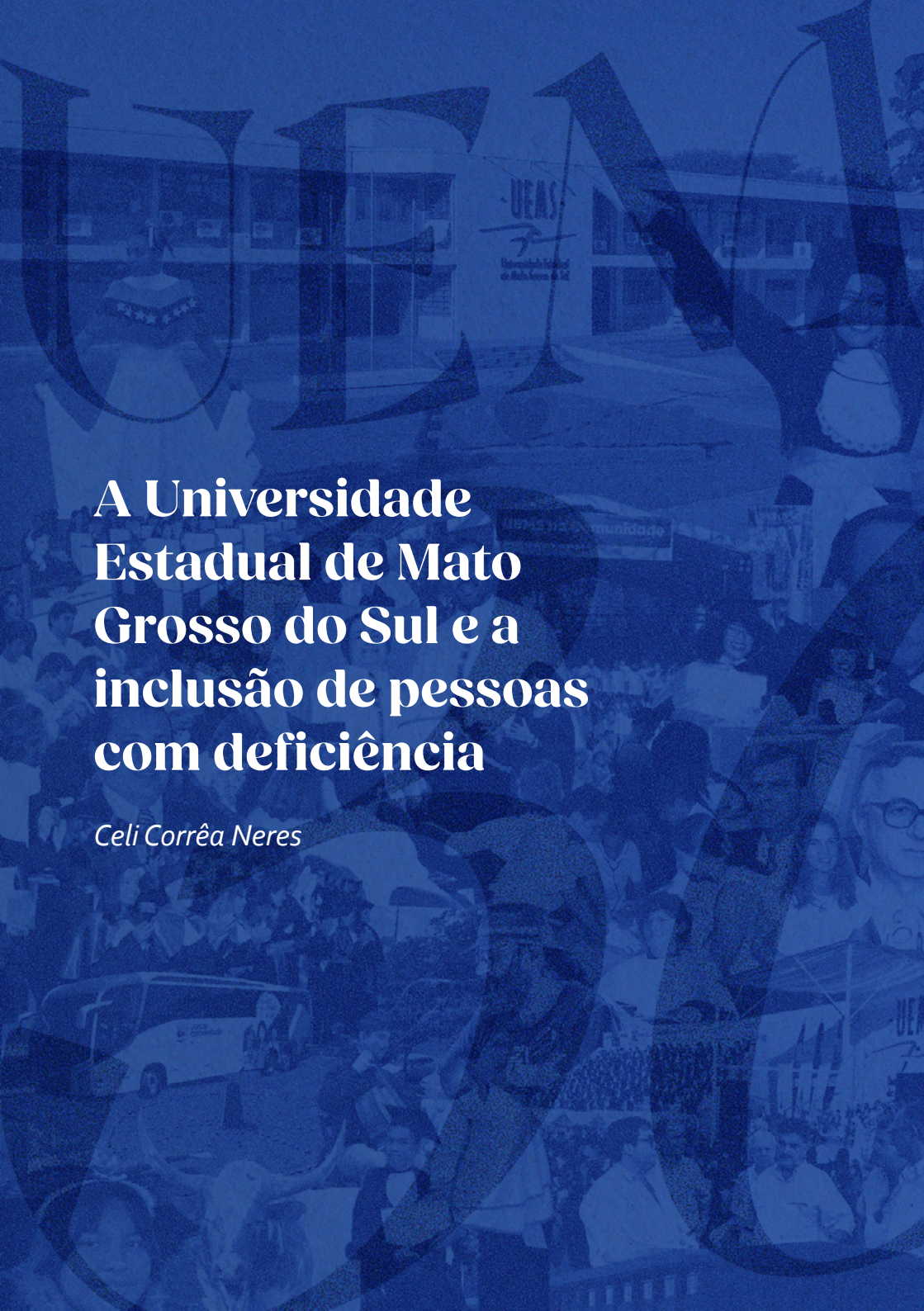
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Resolução CEPE/UEMS nº 040, de 24 de maio de 1996.** Extingue a Unidade de ensino de Três Lagoas. Dourados, MS: UEMS, 1996.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Resolução COUNI-UEMS nº 184, de 10 de outubro de 2001.** Cria a Unidade Universitária de Campo Grande. Dourados, MS: UEMS, 2001.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Resolução COUNI-UEMS nº 437, de 11 de junho de 2014.** Cria o Centro de Estudos, pesquisa e Extensão em Educação, Gênero, Raça e Etnia - CEPEGRE. Dourados, MS: UEMS, 2014.


UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Resolução CE/CEPE-UEMS nº 2.327,** de 4 de agosto de 2021. Aprova a oferta de vagas remanescentes para migrantes, refugiados e apátridas. Dourados, MS: UEMS, 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **História e missão.** Dourados, MS: UEMS, [20--?]. Disponível em: <https://www.uems.br/reitoria/reitoria/Historia-Missao>. Acesso em: 18 ago. 2023.



A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e a inclusão de pessoas com deficiência

Celi Corrêa Neres



Desfazer o normal há
de ser uma norma
(Barros, 2006)¹.

No momento em que a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) completa trinta anos de sua criação, não poderia deixar de registrar o seu legado na construção de uma sociedade inclusiva, focando no recorte da inclusão de pessoas com deficiência. Uma universidade e suas políticas são tecidas por pessoas, suas histórias, permeadas pelas lutas e ideais. Assim, este texto é um tributo a duas pessoas que foram protagonistas na elaboração de políticas de inclusão na Educação Especial em Mato

¹ BARROS, M. **Memórias inventadas**: a segunda infância. São Paulo: Planeta, 2006.

Grosso do Sul (MS) e na UEMS, as professoras Eliza Emília Cesco² e Mônica Scharth Gomes (*in memoriam*).

A professora Eliza Emilia Cesco foi uma das pioneiras na implantação de serviços de Educação Especial em MS e teve contribuição decisiva na construção de ações da área na universidade. A professora Mônica Scharth Gomes foi professora da disciplina de Educação Especial em cursos de licenciatura, coordenou cursos de especialização e esteve à frente da Divisão de Inclusão e Diversidade na UEMS. Partilhamos dos mesmos sonhos, construímos lado a lado, na UEMS e fora dela, as trilhas, as pesquisas, dedicamo-nos ao ensino e à extensão, a projetos em favor da educação das pessoas com deficiência, que criam as condições necessárias para uma sociedade plural e inclusiva.

O movimento “Educação para Todos”, marcado nas Conferências realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), dentre elas a Conferência Mundial sobre Educação para Todos e a Conferência sobre Necessidades Especiais: Acesso e Qualidade, realizadas, respectivamente, em Jomtien, em 1990, e em Salamanca, em 1994, desencadearam muitas políticas a favor de populações que, historicamente, foram excluídas da escola.

No Brasil, esse movimento é respaldado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, que se pautaram nos princípios de igualdade e respeito à diversidade humana. As políticas de inclusão são balizadas, a partir dos anos de 1990, pela universalização da Educação Básica como estratégia de combate à exclusão social.

² Ver mais sobre a participação da Profa. Eliza Cesco como pioneira da Educação Especial em Mato Grosso do sul no endereço: <https://portalpioneiros.fae.ufmg.br/eliza-emilia-cesco/>

Em síntese, a década de 1990 foi marcada por uma reforma educacional nos países em desenvolvimento, orientada, entre outros elementos, pelo consenso em torno da universalização como política que organiza a educação básica e que passou a ser difundida como estratégia de inclusão social na virada do século. A educação de sujeitos com deficiência vem sendo focada no conjunto desses debates (Garcia, 2008, p. 13).

No bojo da universalização, verificou-se um incremento no investimento nas políticas de inclusão na Educação Básica que resultou num aumento de matrículas de crianças e adolescentes nos ensinos Fundamental e Médio e, conseqüentemente, no percentual de ingressos de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e/ou superdotação na Educação Superior, a partir dos anos 2000. Tal situação passou a requerer das universidades a necessidade de planejar estratégias para garantir o acesso, a permanência e a progressão nos estudos.

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, que completa trinta anos de criação em 2023, tem sua trajetória marcada pelas políticas de inclusão, sendo a primeira a implantar cotas para indígenas e a terceira para pessoas negras e quilombolas, além da tradição em pesquisa, extensão e ensino também na Educação Especial.

No que tange à Educação Especial, ao longo da sua história, a universidade ofertou cursos de formação continuada, pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* na área, inserção de disciplinas específicas nos cursos de graduação e pós-graduação, contribuindo na formação de professores para atuação na área, além de desenvolvimento de projetos de extensão, pesquisa e estruturação de ações

de gestão alinhadas com os processos de inclusão de pessoas com deficiência.

Nesse sentido, o objetivo do presente capítulo é apresentar as ações da UEMS referentes à inclusão das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e/ou superdotação, bem como os avanços nas políticas de gestão, especialmente as de ensino e pós-graduação, implantadas nos últimos anos.

AÇÕES E POLÍTICAS DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

Criada em 1993, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, em 1994, iniciou a disponibilização de 12 cursos de graduação, nas modalidades bacharelado e licenciatura, com 18 ofertas nas suas Unidades Universitárias. Entretanto, ao longo dos anos posteriores, observou-se um aumento na abertura de cursos para formação de professores, já que, no estado de Mato Grosso do Sul, havia carência de professores habilitados para atuação na Educação Básica.

A oferta das licenciaturas na UEMS, no que se refere à educação de pessoas com deficiência, esteve respaldada pela Portaria MEC nº 1.793/1994, que recomendou a inclusão de disciplina específica de Educação Especial nos cursos de Pedagogia, Psicologia, em todas as licenciaturas, e de conteúdos nos demais cursos, e, ainda, pela publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, em relação à exigência de nível superior para a exercício de docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

Dois anos depois, o Aviso Circular nº 277/1996, do Ministério de Educação, orientou as Instituições de Ensino Superior no que diz respeito às condições para acesso e permanência da pessoa com deficiência. No anexo, foram despachados também a Portaria MEC nº 1793/94 e o Documento “Sugestões e Estratégias”, referentes às deficiências e aos principais problemas para o acesso e a permanência e soluções propostas para sua superação (Cesco, 2001).

Portaria nº 1793/94, que faz recomendações às Universidades quanto à inclusão da disciplina “Aspectos ético-político-educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais”, prioritariamente, nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as licenciaturas”, bem como, de conteúdos relacionados a essa disciplina, nos demais cursos, tanto os da área da saúde como das demais áreas do conhecimento (Neres; Gomes, 2013).

A análise do documento “A Educação Especial nas Universidades Brasileiras” mostra que, em 1998, somente 11% das universidades tinham, em seus currículos, disciplinas sobre Educação Especial em cursos de licenciatura. Destas, apenas 37% eram obrigatórias, enquanto 62% eram eletivas (Brasil, 2002). Esses dados revelam fragilidade na formação inicial e mostram a necessidade de investimentos nas políticas de formação docente que exigem resposta das universidades.

Em pesquisa realizada por Cesco, Neres e Gomes (2010) dedicada a analisar a participação da UEMS na construção de uma sociedade inclusiva, é possível observar que os cursos ofertados em 1994, inicialmente, não atendiam ao previsto na Portaria MEC 1793/1994. Tal situação foi sendo alterada, mais tarde, por força de normas específicas e pela necessidade de adequar currículos e processos de gestão capacitados para o enfrentamento de realidades re-

queridas da formação docente para a Educação Básica e a demanda social. As autoras mostraram que

[...] a UEMS tem avançado, significativamente, nos últimos anos, na oferta de disciplinas relativas à educação dos alunos com necessidades especiais, já que dos 30 cursos de licenciatura que oferece apenas 3 não há oferta de disciplinas relacionadas a LIBRAS ou Educação Especial ou a Educação Inclusiva (Cesco; Neres; Gomes, 2010).

Ressalta-se que, com a publicação das instruções e normas citadas, alguns dispositivos legais foram publicados, entre eles: previsão de condições específicas ao aluno com deficiência para realização de provas (Decreto nº 3.258/1999); requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência para instrução de processos de autorização e de reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições (Portarias MEC nº 1679/1999 e nº 3284/2003); acessibilidade arquitetônica e comunicação e informação (Lei nº 10.098/2000) e a observância desses itens nos instrumentos de avaliação utilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Esses requisitos foram adotados também no instrumento de avaliação, a partir do ano de 2010, nos quesitos referentes à acessibilidade, na dimensão Infraestrutura como cumprimento compulsório. Nesse mesmo período, passou a ser obrigatória a oferta da disciplina Libras na estrutura curricular dos cursos de licenciatura e de Fonoaudiologia, e optativa para os de bacharelado, em conformidade com o Decreto nº 5626/2005 (Cesco, 2011).

Neres e Gomes (2013, p. 622), pontuam que, dentre as licenciaturas, o Curso Normal Superior, iniciado em 2000 e com oferta em algumas Unidades Universitárias, passou a contar, em sua matriz curricular, com disciplina específica para a Educação Especial,

denominada “Tópicos em Educação Especial”, figurando-se como a primeira iniciativa nesse aspecto. As autoras registraram, ainda, que a inserção dessa disciplina foi feita “[...] a partir de sugestões de docentes que atuavam ou já haviam atuado na educação especial e que, posteriormente, passaram a constituir, dentro da Instituição, um grupo de estudos da área”.

No âmbito das políticas educacionais, os anos 2000 foram férteis na constituição de normativas para a efetivação da inclusão escolar das pessoas com deficiência. Merece destaque a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva publicada pelo MEC em 2008, na qual observa-se a orientação para o acesso à Educação Superior para a garantia do acesso, da permanência e da participação desse público, desde o processo seletivo até as ações de ensino, pesquisa e extensão. Ainda nesse mesmo ano, o Decreto nº 6.571/2008 definiu apoio técnico e financeiro do MEC à estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de Educação Superior, o que também acaba por estabelecer parâmetros para outras IES. Destaca-se, nessa linha, a Lei Brasileira de Inclusão, publicada em 2015, em que há a previsão, no Cap. IV - Do Direito à Educação, de acesso e permanência assegurados em todos os níveis de ensino, na Educação Superior, profissional e educação ao longo da vida.

A UEMS, seguindo com seu compromisso com a inclusão de pessoas com deficiência, criou, em 2006, a Assessoria de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (ANEE), vinculada à reitoria, para coordenar ações de apoio pedagógico específico. Tal iniciativa foi recomendada na dissertação de mestrado elaborada pela Profa. Eliza Emilia Cesco, em 2001, e fruto de Comissão instalada para esse fim (Cesco; Neres; Gomes, 2010).

Dois anos depois, a partir de reestruturação administrativa, definida na Resolução COUNI/CEPE nº 332, de 2007, foi instituída a Divisão de Inclusão e Diversidade (DID), na Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários. O art. 34 da referida Resolução elenca suas competências e atribuições, das quais destacam-se:

Art. 34. A Divisão de Inclusão e Diversidade, órgão que orienta, coordena, acompanha e avalia as atividades desenvolvidas no âmbito de sua competência, e tem como atribuições:

I - acompanhar as políticas públicas implementadas em âmbito federal, estadual e municipal no que se refere a questões de inclusão social e o combate à exclusão dos grupos histórica e socialmente discriminados;

II - promover a articulação com os órgãos executivos e os de assessoramento e apoio, assim como com toda a comunidade acadêmica, visando à prevenção da discriminação de gênero, classe, raça, etnia, orientação sexual e pessoas com necessidades educacionais especiais na Instituição;

III - subsidiar a prática da comunidade acadêmica, orientando os profissionais técnicos, de apoio e os da docência, em relação aos recursos de acessibilidade [...] (UEMS, 2007).

No que tange à estrutura administrativa, houve uma primeira iniciativa por meio da Instrução Normativa Conjunta PROE/PROEC nº 01, de 18 de maio de 2009, que autorizou a convocação especial de docentes para o desenvolvimento de projetos de ensino vinculados à Educação Especial:

Art. 1º Autorizar a convocação especial, para o exercício de função docente, para o desenvolvimento de projetos de ensino vinculados à Educação Especial, especificamente para atendimento dos alunos com dificuldades de comunicação e sinalização diferen-

ciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis (UEMS, 2009).

Em 2010, mais uma iniciativa para contribuição no processo de inclusão de estudantes com deficiência foi definida na Resolução CEPE-UEMS nº 977, de 14 de abril de 2010, em que constam as diretrizes para elaboração de projetos pedagógicos dos cursos de graduação, entre elas a orientação de que os cursos de licenciatura devem contemplar conteúdos e/ou temas de Libras, Educação Especial e Inclusiva, conforme prego o art.16:

§ 1º Na carga horária destinada à formação pedagógica deverá constar, na estrutura/matriz curricular, conteúdos/temas de: Didática, Psicologia da Educação, Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, Legislação Educacional, Libras, Educação Especial e Inclusiva, História e Cultura Étnicorracial, História da Educação e outros conteúdos/temas afins (UEMS, 2010).

No que se refere ao apoio educacional especializado, houve, no mesmo ano, a publicação da Instrução Normativa Conjunta PROE/PROEC/PROAP nº 01, de 05 de maio de 2010, que autorizou a convocação de docente para o exercício da função específica para atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos matriculados em cursos de graduação, especificamente para atendimento especializado na área da deficiência visual e intérprete de aluno surdo:

Art. 1º Autorizar a convocação para o exercício da função docente, para atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos matriculados em cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, nas seguintes áreas: I - Atendimento Especializado na Área de Deficiência Visual; II - Intérprete do Aluno Surdo (UEMS, 2010).

Cesco, Neres e Gomes (2010), em pesquisa realizada, mostraram a construção das ações de formação nos cursos de graduação e as primeiras iniciativas da universidade frente ao desafio de contribuir para a inclusão dos estudantes com deficiência. Apontaram, ainda, a necessidade de a instituição criar cargos específicos para atendimento educacional especializado, entre eles: tradutores intérpretes da Língua Brasileira de Sinais, de códigos diversos e guias intérpretes; fortalecer a Divisão de Inclusão e Diversidade, com provimento de equipe com profissionais especializados; promover formação continuada e elaborar normas que possibilitem acessibilidade curricular e desenvolvimento de estratégias que favoreçam a inclusão na universidade.

No ano seguinte, em 2011, houve a publicação da Instrução Normativa Conjunta PROE/PROEC/PROAP nº 01, de 11 de fevereiro de 2011, que autoriza a convocação para o exercício da função docente, para atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos matriculados em cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul:

Art. 1º Autorizar a convocação para o exercício da função docente, para atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos matriculados em cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, na área de Tutor (UEMS, 2011, p. 25).

Com vistas a ampliar a política de inclusão de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, a UEMS designou uma Comissão de Estudos para definição de procedimentos para o atendimento educacional especializado, por meio da Portaria UEMS nº 083/2016, de 06 de setembro de 2016. A Comissão foi composta pelos seguintes

membros: Márcia Bueno Gomes, Chefe do Setor de Inclusão e Diversidade (DID/PROEC – Titular); Ana Lúcia de Souza Pires Fagundes (PROEC – Suplente); Gabriel Luis Bonora Vidrih Ferreira (PROE – Titular); Gustavo França dos Santos (PROE – Suplente); Cristiane Domingos (PRODHS – Titular); Cecília Freitas Martins (PRODHS – Suplente); Alessandra Paim Berti (PROPP – Titular); Terezinha Coelho de Souza (PROPP – Suplente); José Roberto de Arruda Leme (DINFRA – Titular); Gustavo Fraile Sordi (DINFRA – Suplente); Celi Corrêa Neres (Docente da UEMS, pesquisadora “Educação Especial” e conselheira do Conselho Estadual de Educação de MS – Titular); Eliza Emilia Cesco (Docente aposentada da UEMS, pesquisadora da área de Educação especial e conselheira do Conselho Estadual de Educação de MS – Suplente); José Aparecido da Costa (Técnico do Laboratório de Pesquisa em Educação Especial, representante da comunidade acadêmica com deficiência – Titular). A Comissão iniciou estudos a fim de regulamentar a seleção e a contratação de docente para Atendimento Educacional Especializado (AEE) e definir procedimentos para o apoio educacional especializado e estudo sobre a implantação de política de cotas para os cursos de graduação e pós-graduação (Mato Grosso do Sul, 2016).

Em relação à contratação de docentes para atuar no AEE, na pós-graduação, a universidade autorizou, por meio da Resolução COUNI-UEMS nº 496, de 29 de março de 2017³, a convocação em caráter excepcional:

Art. 1º Autorizar a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social (PRODHS), em conjunto com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP), a convocar, em caráter excepcional, profissionais para

³ A citada Resolução foi atualizada em 2022 pela Resolução COUNI-UEMS nº 637, de 13 de dezembro de 2022.

o exercício da função docente, para o Atendimento Educacional Especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, regularmente matriculados nos cursos e programas de pós-graduação, ofertados pela UEMS (UEMS, 2017).

Ainda na pós-graduação, a UEMS estabeleceu, na Deliberação CPPG/CEPE-UEMS nº 231, de 28 de agosto de 2018, as cotas para pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, indígenas, negros e comunidade LGBTQIA+: 20% das vagas para candidatos/as negros/as; 10% para indígenas; 5% para candidatos/as com deficiência; 5% de sobrevagas para candidatos/as quilombolas; e 5% de sobrevagas para candidatos/as transexuais e travestis (UEMS, 2018).

Em 2019, com a posse de novo grupo gestor na universidade (2019-2023), por meio de reestruturação administrativa, a DID migrou para a equipe da Pró-Reitoria de Ensino (PROE). A DID atuou na regulamentação interna, no sentido de avançar nas ações que visam a educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação regularmente matriculadas na universidade. Entre essas ações, a DID passou a reorganizar o Atendimento Educacional Especializado para acadêmicos e a prestar apoio às coordenações de cursos, coordenar a seleção de professores de Libras e iniciar as parcerias para formação de professores.

No mesmo ano, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, o Conselho Estadual de Educação publicou a Deliberação CEE/MS nº 11.883, de 5 de dezembro de 2019, que “Dispõe sobre a educação escolar de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou su-

perdotação no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul” e orienta o sistema de ensino para a educação escolar para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. A Norma trata, pela primeira vez, no Cap. IV, da Educação de Alunos com Deficiência Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades ou Superdotação na Educação Superior: “Art. 89. A educação das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na educação superior far-se-á em Instituições de Educação Superior (IES), em cursos de graduação e de pós-graduação” (Mato Grosso do Sul, 2019, p. 16).

A citada Deliberação define ações a serem desenvolvidas pelas instituições de Educação Superior para a inclusão dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, envolvendo condições de acesso, permanência e progressão nos estudos:

Art. 90. As IES farão constar no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI), programas, ações e destinação orçamentária, voltados ao processo de acesso, permanência e progressão dos acadêmicos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, no âmbito do ensino, pesquisa e extensão (Mato Grosso do Sul, 2019, p. 17).

Com base nas orientações da Deliberação CEE/MS 11.883/2019, por meio de assessoramento da PROE/DID, a universidade publicou a Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 312, de 30 de abril de 2020, que “Dispõe sobre a educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação regularmente matriculadas na Universidade Estadual

de Mato Grosso do Sul” e que visa regulamentar os serviços e as ações para o atendimento às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

A Deliberação CEE/MS nº 11.883 expressa os conceitos de Educação Especial, seu público-alvo e suas especificidades, a saber:

A Educação Especial perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. É um processo educacional definido pelas instituições, em suas propostas pedagógicas e ou projetos de curso e em seus regimentos, de modo que assegure recursos e serviços educacionais com vistas a apoiar a educação do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo acesso, permanência, progressão escolar e terminalidade, devendo ser ofertada, inclusive, na Educação Superior (Mato Grosso do Sul, 2019, p. 17).

O documento dispõe ainda sobre os processos de identificação de necessidades educacionais especiais, o AEE, o ingresso e a permanência das pessoas público da Educação Especial, os procedimentos didático-pedagógicos a serem adotados na universidade, dos quais destaca-se:

Art. 12. A UEMS, por meio de seus órgãos/setores competentes, deverá contemplar:

I - a organização do processo de ensino, proporcionando ao acadêmico percurso formativo que contemple as diferenças, de forma a favorecer a aprendizagem;

II - a oferta de serviços, condições de acessibilidade, organização curricular flexível, tecnologia assistiva, material didático acessível e recursos humanos, de acordo com as necessidades educacionais dos acadêmicos;

III - a promoção de estudos e pesquisas sobre Educação Especial e educação inclusiva envolvendo as diversas áreas que fazem interface com a educação [...]

[...] XI - estratégias de ensino específicas, a partir das necessidades educacionais do acadêmico, identificadas no processo avaliativo, sendo que estas devem constar no plano de ensino e no plano de trabalho de cada componente curricular [...] (Mato Grosso do Sul, 2019, p. 54).

Sobre o AEE, a Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 312 expressa que deve ser organizado de forma a complementar e suplementar o currículo, por meio de apoio especializado:

VII - o AEE, organizado de forma a complementar e ou suplementar o currículo, por meio de acompanhamento individualizado e ou em pequenos grupos, quando for o caso; VIII - o enriquecimento e aprofundamento curricular, quando for o caso, mediante a oferta de atividades, serviços e apoios suplementares na própria Instituição de Ensino Superior (IES) e ou em outros espaços da comunidade; IX - a atuação colaborativa entre o professor lotado na disciplina, a coordenadoria de curso e o professor especializado em Educação Especial responsável pelo AEE; X - aos acadêmicos com graves deficiências, intelectual ou múltipla, a possibilidade de conclusão do curso em maior tempo, por meio de flexibilização do período de integralização curricular e, sempre que possível, e sem prejuízo para o acadêmico, o enquadramento em Projeto Pedagógico mais recente; XII - apoio, realizado por profissional capacitado, aos acadêmicos que necessitem de auxílio nas atividades de higiene, alimentação e locomoção (UEMS, 2020b).

Seguindo ainda a necessidade de pessoal qualificado, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2021-2025), houve a previsão de criação de Cargo técnico de intérprete de Libras, Revisor de Braille e profissional de AEE:

Objetivo 14. Institucionalizar a Divisão de Inclusão e Diversidade (DID)

Meta 3. Criar os cargos Técnicos de Nível Superior (TNS) de Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e de Revisor de Braille e cargo de TNS para Atendimento Educacional Especializado (AEE) para as diferentes deficiências (UEMS, 2020a, p. 40).

Com respaldo no PDI (2021-2025), o concurso para provimento do cargo de intérprete de Libras foi realizado em 2022, com duas vagas para atuação institucional, de forma a tornar acessível a comunicação oficial no âmbito da universidade. Além disso, esses profissionais irão subsidiar, também, as ações da DID na inclusão de pessoas surdas.

No mesmo ano, a UEMS aprovou a Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 337, de 12 de julho de 2022, que “Dispõe sobre a cota para pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, nos cursos de graduação, no âmbito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)”. Na Deliberação, foi instituída a cota de 5% das vagas, nos cursos de graduação, para o acesso às pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento (UEMS, 2022).

Um dos maiores desafios da inclusão de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação nas escolas e universidades tem sido a acessibilidade arquitetônica, atitudinal e curricular. Essa última, em particular, demanda romper com barreiras curriculares postuladas por uma pedagogia homogênea e calcada numa perspectiva inflexível do fazer pedagógico. O gargalo se coloca de maneira evidente na terminalidade específica⁴. No caso da Educação Superior, Silva e

⁴ Terminalidade Específica: “[...] certificação de conclusão de escolaridade fundamentada em avaliação pedagógica - com histórico escolar que apresente, de forma descritiva, as habilidades e competências atingidas pelos educandos com grave deficiência mental ou múltipla” (Brasil, 2001, p. 59).

Pavão (2019) verificaram, em pesquisa desenvolvida, que a terminalidade específica é um tema pouco conhecido no meio acadêmico e precisa ser estudado a fim de garantir ações de permanência, aprendizagem e conclusão de cursos.

A Deliberação do CEE/MS nº 11.883 estabelece que as universidades devem organizar o ensino de forma a assegurar um percurso formativo que garanta a aprendizagem, flexibilização curricular de acordo com as necessidades educacionais dos acadêmicos, conclusão antecipada de cursos e terminalidade:

Art. 95. Na oferta dos cursos de graduação e pós-graduação, as IES deverão, no que couber: I – organizar o processo de ensino, proporcionando ao acadêmico percurso formativo que contemple as diferenças, de forma a favorecer a aprendizagem; II – oferecer serviços, condições de acessibilidade, organização curricular flexível, tecnologia assistiva, material didático acessível e recursos humanos, de acordo com as necessidades educacionais dos acadêmicos, favorecendo acesso, permanência, participação, aprendizagem, progressão, conclusão e ou terminalidade [...]. (Mato Grosso do Sul, 2019).

Para atender ao dispositivo e cumprir tal previsão, a UEMS publicou a Deliberação CEPE/UEMS nº 389, de 29 de novembro de 2022, que “Dispõe sobre os procedimentos referentes à conclusão antecipada e à terminalidade para discentes público-alvo da Educação Especial regularmente matriculados(as) nos cursos de graduação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul”, e realizou a primeira certificação de conclusão de estudos por meio de Terminalidade Específica, caso inédito no país (UEMS, 2022).

Ainda que tenhamos o reconhecimento de muitos avanços nas políticas de inclusão de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na

universidade, é preciso observar que há muitos desafios, sobretudo na formação de professores e profissionais da educação, na implementação de acessibilidade curricular, na transposição de barreiras atitudinais e pedagógicas.

Essas barreiras só serão superadas com estudo, produção de conhecimento, e, nesse sentido, a pesquisa é fundamental. Da mesma forma, é necessário criar políticas institucionais eficazes e que atendam às necessidades educacionais dos estudantes. É urgente o investimento, por parte da universidade, na formação de seus quadros, técnicos e docentes para o atendimento da diversidade, entre essa população, as pessoas que são o público da Educação Especial. Até aqui, percebe-se que a presença de pessoas em cargos de gestão disparou esse processo. No entanto, o que se espera da universidade são políticas permanentes, afiadas pelo inerente compromisso enquanto espaço de produção de saberes e de transformação da realidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a universidade como um espaço privilegiado de produção do conhecimento e de construção de novos paradigmas, espera-se dela um protagonismo na construção de uma sociedade inclusiva. Ao observar as ações da UEMS, pode-se identificar sua participação por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão articuladas para a formação profissional no sentido de desconstruir práticas segregacionistas.

A presença de alunos com deficiência na Educação Superior tem mobilizado a academia e tem posto em xeque a pedagogia excludente que ainda permeia os espaços, as relações e o modo de

produzir e disseminar o conhecimento nos ambientes universitários. Essa presença tem exigido dos gestores, docentes e de toda a comunidade acadêmica, novos olhares, novas práticas e novo posicionamento frente às políticas que perpetuam a desigualdade. Que o compromisso político da UEMS seja sempre renovado e que venham mais trinta anos de militância na construção de uma sociedade mais inclusiva, plural e de qualidade socialmente referenciada!

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, com atualizações. Brasília, DF: Ed. do Congresso Nacional, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. ed. atual. Brasília, DF: MEC, 2007.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura/Gabinete do Ministro. Aviso Circular nº 277, de 08/05/96. **Revista Integração**, Brasília, n. 18, 1997.

BRASIL. **Decreto nº 3.258, de 20 de dezembro de 1999**. Brasília, DF: Presidência da República/Casa Civil, 1999.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Brasília, DF: Presidência da República/Casa Civil, 2000.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2001.

BRASIL. **Portaria MEC nº 3.284, de 07 de novembro de 2003**. Brasília, DF: MEC, 2003.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Brasília, DF: Presidência da República/Casa Civil, 2005.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 05 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

CESCO, E. E. **O curso de Pedagogia e a escola inclusiva**: analisando a ação da Universidade Estadual de MS. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

CESCO, E. E.; NERES, C. C.; GOMES, M. S. **A participação da UEMS na construção da educação inclusiva em Mato Grosso do Sul**. Dourados, MS: 2010. (Relatório de pesquisa).

CESCO, E. E. *et al.* A participação da UEMS na construção da educação inclusiva em Mato Grosso do Sul. **Anais do ENIC**. Dourados, MS: UEMS, 2011. Disponível em: <https://anaisonline.uems.br/index.php/enic/article/view/1398>. Acesso em: 12 jan. 2023.

GARCIA, R. M. C. Políticas inclusivas na educação: do global ao local. *In*: BAPTISTA, C. R. *et al.* **Educação Especial**: diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Mediação, 2008.

MATO GROSSO DO SUL. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação CEE/MS nº 11.883, de 5 de dezembro de 2019**. Campo Grande: Conselho Estadual de Educação, 2019. Disponível em: <http://www.cee.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/del.-11.883-2019-Educa%C3%A7ao-Especial-.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2023.

NERES, C. C.; GOMES, M. S. Formação inicial de professores para a inclusão escolar: a atuação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. *In*: CAPELLINI, V. L. M. F. *et al.* **Formação de professores: compromissos e desafios da educação pública**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

SILVA, M. C. da; PAVÃO, M. de O. Terminalidade específica para estudantes com deficiência na educação superior: práticas (a serem) implementadas? **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], n. 24, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/f8drxrBXYWTTnhws-vnJmxyy/?lang=pt>. Acesso em: 03 abr. 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Resolução CEPE-UEMS nº 332, de 07 de novembro de 2007**. Dourados, MS: UEMS, 2007.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Instrução Normativa Conjunta PROE/PROEC nº 01, de 18 de maio de 2009**. Dourados, MS: UEMS, 2009. Disponível em: <https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/PaginaDocumento/40176/?Pagina=11>. Acesso em: 15 abr. 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Resolução CEPE-UEMS nº 977 de 14 de abril de 2010**. Dourados, MS: UEMS, 2010a.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Instrução Normativa Conjunta PROE/PROEC/PROAP nº 01, de 05 de maio de 2010**. Dourados, MS: UEMS, 2010b.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Instrução Normativa Conjunta PROE/PROEC/PROAP nº 01, de 11 de fevereiro de 2011**. Dourados, MS: UEMS, 2011.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Portaria UEMS nº 083/2016, de 06 de setembro de 2016.** Dourados, MS: UEMS, 2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Deliberação CPPG/CEPE-UEMS nº 231, de 28 de agosto de 2018.** Dourados, MS: UEMS, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/cnere/Downloads/DELIBERA%C3%87%-C3%83O%20CPPG.CEPE-UEMS%20N%C2%BA%20231,%20de%2028%20de%20agosto%20de%202018..pdf>. Acesso em: 30 mar. 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2021-2025).** Dourados, MS: UEMS, 2020a. Disponível em: https://portal.uems.br/pro_reitoria/administracao/divisao_planejamento. Acesso em: 12 fev. 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 312. **Diário Oficial do Estado:** Campo Grande, n. 10.183, p. 52, 27 maio 2020b. Disponível em: <https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/PaginaDocumento/46102/?Pagina=52>. Acesso em: 03 abr. 2023.

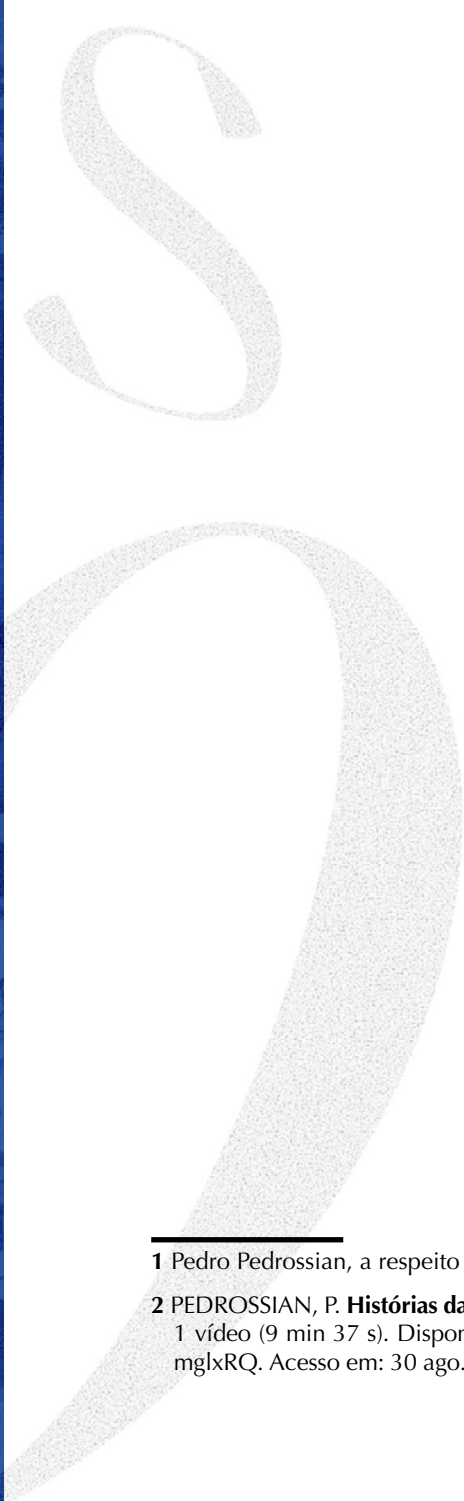
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 337, de 12 de julho de 2022. **Diário Oficial do Estado:** Campo Grande, n. 10.913, 12 ago. 2022. Disponível em: https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO10913_12_08_2022. Acesso em: 03 abr. 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. Resolução CEPE-UEMS nº 2.574, de 16 de dezembro de 2022. **Diário Oficial do Estado:** Campo Grande, n. 11.034, p. 91, 5 jan. 2023. Disponível em: <https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/PaginaDocumento/47638/?Pagina=91>. Acesso em: 13 jan. 2023.



**Universidade
Estadual de
Mato Grosso do
Sul: da criação à
concretização da
interiorização
do Ensino Superior
na perspectiva de
um docente**

Joaquim Carlos Klein de Alencar



Ela não é do tipo destas
universidades tradicio-
nais já com todas as
regras impostas,
ela não!
Ela difere um pouco
das outras devido a essa
flexibilidade.
Ela não espera o aluno.
A universidade tradi-
cional espera o aluno
(Pedrossian¹, 2015)².

1 Pedro Pedrossian, a respeito da função da UEMS.

2 PEDROSSIAN, P. **Histórias da educação em Mato Grosso do Sul**. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (9 min 37 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2BTcG-mglxRQ>. Acesso em: 30 ago. 2023.

INTRODUÇÃO

O objetivo precípua deste texto é enfatizar a função transformadora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, especialmente com foco na interiorização como um meio (política pública) de proporcionar o bem comum (finalidade), do meu ponto de vista pessoal e profissional, entrecortando um lapso temporal entre o final do ano de 2003 até o momento presente, sintetizado por minhas memórias.

Para tanto, farei, na primeira parte do desenvolvimento do texto, uma breve contextualização histórica do desmembramento do estado de Mato Grosso e a conseqüente criação do estado de Mato Grosso do Sul, fato que é relevante para o surgimento da UEMS, conforme constata-se desde a primeira Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, publicada em 1979, cujo documento já previa a criação da universidade com sede em Dourados, portanto, no interior.

No segundo momento do texto, enfatizo a minha experiência pessoal e profissional no ambiente universitário, em algumas das Unidades Universitárias onde trabalhei e ainda trabalho, as viagens constantes e necessárias, os/as colegas de itinerários, os cursos localizados em diversos e distintos municípios, enfim, uma gama de possibilidades de vivências que a UEMS me proporcionou tanto pessoal quanto profissionalmente e que me transformou como pessoa.

Nesse prisma, misturando artigo científico e memória, buscarei dar sentido à interiorização do conhecimento como um princípio constitucional, cuja finalidade é proporcionar o bem comum à população e, pois, um objetivo jurídico-político a ser alcançado

pelo próprio Estado e cujo instrumento institucional de consecução foi, é e sempre será a UEMS.

A interiorização do conhecimento, neste texto, além dos aspectos fáticos e científicos respectivos, conecta-se com as experiências, expectativas e relatos do autor, transcendendo, portanto, a mera e única ideia de acesso ao Ensino Superior apenas ao/à aluno/a, mas, sobretudo, enfatizando-se a oportunidade de acesso ao exercício da profissão de professor do Ensino Superior numa instituição pública, em cargo efetivo, cuja viabilidade, ao menos sob a minha ótica, seria infinitamente inferior não fosse a UEMS e as suas características interioranas, que possibilitaram o meu acesso ao cargo público de professor e, conseqüentemente, a tudo o que o cargo proporciona, especialmente à riqueza do convívio diário com a comunidade acadêmica.

Assim, por meio da pesquisa de fontes teóricas e documentais e dos relatos advindos dos recônditos de minha memória, das reminiscências até o presente momento, pretendo entregar ao leitor, primeiramente, o contexto do surgimento da UEMS, a importância da compreensão de interiorização como uma política pública concretizadora de um fim social, e, no segundo instante do texto, um extrato das vivências docentes proporcionadas pelo princípio da interiorização da universidade e sua efetivação, principalmente a minha vida viva vivida no percurso, em que mais aprendi e aprendo do que ensinei e ensino.

ANTES DO INÍCIO: O CONTEXTO ANTERIOR À CONCEPÇÃO

É relevante que este texto referente às comemorações dos trinta anos de implementação da Universidade Estadual de Mato

Grosso do Sul, cujo marco legal determinante aponta para o dia 20 de dezembro de 1993, analise e compreenda minimamente o contexto – no tempo e no espaço – da fase pré-embrionária da instituição, em vista da essencialidade do desmembramento do estado Mato Grosso para a origem da UEMS.

Primeiramente, destaco que os anseios e os discursos divisionistas têm uma íntima relação com a ideia de pertencimento, pois houve, por parte das pessoas do sul, um sentimento de não pertencer aos planos sociais, culturais e políticos de Cuiabá, então capital de todo o extenso território de Mato Grosso, em face da distância e das dificuldades de comunicação e deslocamento de fato existentes entre aquela capital e a população residente nestas bandas do sul do estado.

A ideia separatista, no decorrer do tempo, transformou-se em um movimento das elites sulistas, que passaram a reivindicar a separação legal da parte sul do então estado mato-grossense (Machado, 2020). Logo, quando o desmembramento foi realizado na última metade da década de 1970, mais precisamente em 11 de outubro de 1977, a ideia divisionista há muito não era uma novidade, pois os clamores da divisão do então estado de Mato Grosso já haviam sido aludidos na longínqua Constituinte da primeira Constituição do Brasil, no primeiro quarto do século XIX. É o que se lê no texto denominado *A divisão de Mato Grosso*, produzido pela Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República, em outubro de 1977:

Na verdade, a idéia não é nova, podendo afirmar-se que nasceu com o Brasil independente: já em 1823 a Assembléia Constituinte preocupava-se com os enormes vazios demográficos e econômicos de grandes províncias do nascente império, como Pará, Amazonas e Mato Grosso.

Outras fontes apontam também para movimentos divisionistas no final do século XIX, conforme descreve Silva Filho (2008, p. 21)

O sítio oficial do Governo de Mato Grosso do Sul, é apresentado com fontes historiográficas, descrevendo a iniciativa de construir um novo estado, em 1.892, por alguns revolucionários, comandados pelo Coronel Silva Barbosa, fato que não teve muita repercussão.

Certo é que o debate divisionista ocorreu num processo histórico de longa duração, com inúmeros eventos, fatores e atores no transcurso do tempo.

Outro fato determinante para o desmembramento de Mato Grosso foi a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil, na primeira metade do século XX, pois mão de obra que trabalhou na construção, tanto da estrada de ferro quanto das estações ferroviárias e demais equipamentos, acabou permanecendo na região sul do estado. Eis o texto de Silva Filho (2008, p. 22), citando entrevista do ex-deputado estadual Roberto Razuk:

Em entrevista para o NMHU (Núcleo de Memória e História da UEMS), Roberto Razuk, em 31/05/2007, comenta que a inauguração da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1914, foi um ponto determinante para a divisão do Estado de Mato Grosso, pois ela possibilitou uma forma de transporte para toda a sociedade. A estrada de ferro viabilizou, por exemplo, que os estudantes do norte do Mato Grosso fossem estudar no Rio de Janeiro e os do sul fossem estudar e São Paulo e no Paraná. Essa divisão foi marcante para a formação dos novos políticos do Estado, tanto que os nortistas tornaram-se aliados de Getúlio Vargas, enquanto que os sulistas colaboraram diretamente com as forças de São Paulo.

Percebe-se, nesse cenário, uma fronteira imaginária que transpõe as divisas territoriais e que se confundem com fronteiras ideológicas, em que uma das consequências naturais é o poder (Silva Filho, 2008).

Conforme Queiroz (2006), citando Corrêa (1995, p. 56-57),

A historiografia registra, já em fins do século XIX, o aparecimento de “movimentos rebeldes dos *coronéis* sulistas”, constituindo um “embrião” de divisionismo, ou “separatismo” em relação ao domínio das oligarquias “cuiabanas”, ou “nortistas”, que desde a época colonial enfeixavam em suas mãos o poder político.

Na mesma trilha, Queiroz (2006, p. 160) aponta que

O episódio de 1932 – com a existência em Mato Grosso, durante mais de dois meses, de dois governos, paralelos – ganhou maior realce, nos meios sul-mato-grossenses, depois da criação do novo Estado de Mato Grosso do Sul, em 1977. De fato, esse episódio tem sido alçado por vários autores à condição de uma “primeira divisão” do Estado, chegando-se mesmo a afirmar que, durante esse período, teria formalmente existido no Sul o “Estado de Maracaju”. Trata-se, no entanto, de uma versão fantasiosa, o que já foi aliás demonstrado por Bittar. Essa autora considera muito mais plausível que as elites sulistas (majoritariamente campo-grandenses) tenham vislumbrado naquele episódio não necessariamente a ocasião da separação do Sul, mas “apenas” a oportunidade da mudança da capital: “É possível”, escreve ela, “que houvesse a intenção de, caso vitorioso o movimento paulista de 1932, a capital de Mato Grosso permanecesse em Campo Grande com o estado uno”.

O movimento constitucionalista de 1932 deu uma independência provisória e bastante curta à porção sul do então estado de Mato Grosso, mas, em razão do próprio insucesso da revolução, a brevidade da independência do que se denominou estado de Ma-

racaju, criado sem autorização da União, deu-se no mesmo passo, entre 10 de julho de 1932 e 02 de outubro de 1932. É o que se extrai do texto citado da Biblioteca da Presidência (1977):

Já em 1932 a porção meridional do Estado chegou a constituir-se em unidade independente. Formou-se um Governo provisório, chefiado por Vespasiano Barbosa Martins, ex-prefeito de Campo Grande. No entanto, os autonomistas de então eram aliados da Revolução constitucionalista de São Paulo; com a derrota do levante, o novo Estado não sobreviveu.

Constata-se, pois, que, a partir da participação na Revolução Constitucionalista, houve, na região sul do Mato Grosso, além do fortalecimento do ideal separatista, uma mudança no comportamento político das elites do sul, que amadureceram e se afirmaram economicamente; Campo Grande estabeleceu-se como centro político e econômico do sul, e houve a organização da Liga sul-mato-grossense³ (Machado, 2020).

É importante anotar, conforme se observa na leitura do texto produzido pela Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República (1977), que os estudos de viabilidade da divisão do en-

3 Embalados pelos acontecimentos de 1932, universitários mato-grossenses oriundos das elites agrárias do sul criaram, em outubro de 1932, no Rio de Janeiro, a Liga sul-mato-grossense. No extrato publicado no Diário Oficial da União, em abril de 1934, lê-se que a entidade tinha por objetivo “pleitear a divisão do Estado de Mato Grosso em dois Estados Federados”, mas, paradoxalmente, propunha-se também a “promover a união dos mato-grossenses”, conforme observamos a seguir: “Fundada nesta cidade por tempo indeterminado, onde tem sede e foro, com o capital a constituir-se, tem por fim: Pleitear a divisão do Estado de Mato Grosso em dois Estados Federados, promover a união dos matogrossenses, e tudo o que estiver ao nosso alcance para o levantamento material, intelectual e moral do Estado, fundando congêneres, etc. Será administrada por um Congresso Representativo que é o seu poder máximo, composto de cinco delegados de cada Liga Municipal [...]. A Diretoria.” (Bittar, 2009, p. 217 apud Machado, 2020, p. 26).

tão estado de Mato Grosso levaram em consideração, em primeiro plano, a questão do desenvolvimento, de forma que se lê, na página 9 do referido documento, que “[...] tais estudos consideraram, em primeiro lugar, as possibilidades de desenvolvimento das duas porções do Estado”.

No decorrer do Governo Vargas, foram criados estímulos às atividades agroexportadoras a fim de captar divisas para a acumulação interna. Os resultados dessa política foram a derrubada das barreiras regionais e a distribuição espacial das atividades produtivas por meio da expansão das fronteiras agrícolas no Norte e no Centro-Oeste. Nesse contexto, em 1938, houve a campanha “Marcha para o Oeste”, com a intenção de garantir a efetiva integração nacional, povoar e explorar as imensas áreas brasileiras que se apresentavam desertas (Machado, 2020).

Nota-se que a narrativa da política expansionista e integracionista de Vargas considerava a possibilidade de povoamento e exploração de imensas áreas consideradas desertas quando, na verdade, grande parte dessas terras eram habitadas pelos povos indígenas originários, com costumes próprios, línguas próprias e uma cultura milenar, cujas populações eram fartas na região antes mesmo da chegada dos espanhóis e dos portugueses por ali. Esse tipo de narrativa serviu para invisibilizar e marginalizar essas populações, que eram consideradas como um obstáculo ao desenvolvimento, sendo este um dos motivos da existência e aplicabilidade de políticas reparatórias, como as cotas para indígenas, em que a UEMS é pioneira no Brasil. Mas essa é uma temática que merece texto próprio.

Para o Regime Civil Militar, instalado no Brasil em 01 de abril de 1964, com a mesma ideia da “Marcha para o Oeste”, idealizada por Vargas nos anos 30, era premente a ocupação dos lugares con-

siderados “vazios”, que, por estarem nessa situação, colocavam em risco a segurança e não estavam efetivamente integrados ao país. Nesse sentido, o então estado de Mato Grosso, possuidor de uma extensa área territorial com espaços não ocupados e por fazer fronteira com o Paraguai e a Bolívia, estaria propenso a sofrer invasões indesejadas e, por isso, foi inserido no contexto daquela ocupação. Conseqüentemente, o então presidente Geisel tomou a decisão de desmembrar o estado de Mato Grosso. Mesmo considerando-a contraditória, tendo em vista que o discurso do governo militar era pela unidade da nação, o desmembramento ocorreu com a decisão tomada pelo Governo Federal, sem a participação da população e em prol de um grupo hegemônico: os grandes proprietários de terras que viviam no sul. O mais comum e tecnicamente correto em situações assim seria a realização de um plebiscito, o que não aconteceu. A divisão se deu pela decisão do presidente. Vejamos a colocação:

E começávamos a tomar conhecimento [...] do Governo Federal no processo de divisão do Estado. Sim, começávamos, porque como toda Ditadura que se preza, a Ditadura Geisel operava em sigilo, rotulando de secreta qualquer iniciativa que, no regime democrático, seria exposta, debatida, submetida ao crivo do contraditório e, finalmente, aprovada ou não pela sociedade através do Parlamento. Como em todo regime opressivo, não existia transparência. [...] A decisão de dividir o Estado de Mato Grosso foi uma decisão pessoal, um ato de arbítrio do presidente Geisel. Nada mais que isso (Valle, 1996, p. 40-56 *apud* Machado, 2020, p. 34).

Nessa conjuntura, nasce o estado de Mato Grosso do Sul. Como adverte Ferreira (2013, p. 79), citado por Benfica (2016, p. 41),

No regime militar, o sistema universitário ganhou relevo na pauta política. A universidade, entendida como uma das agências especiais do Estado para a promoção da modernização dos setores produtivos, era pressionada por grupos sociais que enxergavam no acesso à universidade uma via segura para a ascensão social. Atentos a essa demanda, os militares planejaram a expansão das vagas dos cursos de graduação, objetivando evitar a pressão popular, na “esperança de que a expansão controlada das vagas contribuisse para reduzir a insatisfação dos estudantes”.

Destaco, sobre esse aspecto, que as estruturas vigentes no Ensino Superior, inauguradas durante o período do regime civil militar, tendem a aparecer como naturalizadas e silenciam políticas bem-sucedidas daquele período. O discurso de oposição ao regime militar também deixa de fazer as devidas referências à atuação de indivíduos, contrários à ditadura, que atuaram enquanto agentes do Estado, numa perspectiva pragmática. Projetos modernizadores foram construídos por “técnicos especialistas”, cujos quadros poderiam recorrer aos talentos do campo ideológico adversário, iniciativa tolerável, desde que não exercessem cargos de mando (Benfica, 2016, p. 39).

Nesse sentido, segundo Rodrigo Motta (2014, p. 52), citado por Benfica (2016, p. 40),

[...] paradoxalmente, o poder autoritário construído para expurgar as esquerdas e manter a ordem social foi usado também para alavancar os projetos modernizadores, removendo obstáculos e impondo caminhos escolhidos pelos tecnocratas.

Alguns autores denominavam as políticas educacionais implementadas pelo período militar como imbuídas de concepção pedagógica tecnocrata (Saviani, 2011). Mesmo sendo encontrados diversos exemplos, a tecnocracia no campo educacional não ficou

restrita ao período circundante à década de 1970, mas a frieza da lei não foi suficiente para extirpar os laços emocionais daqueles que se dispuseram a colocá-la em funcionamento, pois é nesse processo que se encontra o papel de destaque da “autoridade pessoal”, que levou à “flexibilidade em relação às normas oficiais”, que podiam dispor de “estratégias de cooptação” que “propiciaram o amortecimento da repressão” (Benfica, 2016, p. 40).

Rodrigo Motta (2015[b], p. 58), novamente citado por Benfica (2016, p. 40), assim resumiu os paradoxos do regime militar que motivaram questões complexas:

[...] demitir professores que depois eram convidados a voltar, para em seguida afastá-los novamente; invadir e ocupar universidades que ao mesmo tempo recebiam mais recursos; apreender livros subversivos, mas também permitir que fossem publicados e circulassem. Como explicar o paradoxo de uma ditadura anticomunismo que permitiu a contratação de professores marxistas e manteve comunistas em seus cargos públicos, enquanto outros eram barrados e demitidos?

Concluo, nesse viés, que o regime civil militar, embora passível de inúmeras críticas a respeito da repressão às liberdades como políticas de Estado, da aversão à democracia e ao Estado de Direito, do uso da força desproporcional e do uso da tortura e da morte como forma de resposta às oposições ideológicas, também implementou políticas educacionais modernizadoras, mormente no Ensino Superior, e o fato da previsão da criação da UEMS nesse contexto, em 1979, apenas confirmaria, por via reflexa, essa ideia.

Assim, nesse cenário, o estado de Mato Grosso do Sul fora criado na perspectiva desenvolvimentista, sobretudo a partir de trabalho realizado anteriormente pelo General Golbery do Couto e Silva, pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, assinada

pelo então Presidente General Ernesto Geisel. Referida lei estruturava basicamente o novo estado, desmembrado do então estado de Mato Grosso, e previa que os deputados que seriam eleitos em 15 de novembro de 1978 seriam naturalmente os constituintes originários que escreveriam a primeira Constituição Estadual, e a Assembleia Constituinte seria instalada em 1º de janeiro de 1979, o que de fato ocorreu (ALMS, [202-]). A primeira Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul foi publicada no *Diário Oficial* nº 113, em 13 de junho de 1979, e promulgada em solenidade no Teatro Glauce Rocha, em Campo Grande, que estava sob a responsabilidade e cuidados da Universidade Estadual de Mato Grosso (ALMS, [202-]).

Antes do seu início, da sua criação propriamente, a UEMS surge, pela primeira vez, ao lado da primeira Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, em 1979, no artigo 190, onde se lê: “**Fica criada a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com sede na cidade de Dourados**” (Mato Grosso do Sul, 1979, art. 190, grifo nosso).

Esse dispositivo constitucional, enaltece, do meu ponto de vista, duas questões importantes: a primeira é que a UEMS nasce, por vontade política, juntamente com o próprio estado de Mato Grosso do Sul e desponta no Documento Estruturante do Estado; a segunda é que o dispositivo já indicava a interiorização do conhecimento como a característica essencial da UEMS e como política pública perene da recém criada Unidade da Federação ao apontar que a sede da Universidade seria no interior, em Dourados.

Dallari (2012) defendeu que os elementos essenciais de constituição de um Estado, enquanto nação, são quatro: (1) ordem jurídica; (2) finalidade; (3) povo; e (4) território. Ao procurar definir Estado, o autor ensinou que

[...] parece-nos que se poderá conceituar o Estado como a **ordem jurídica** soberana que tem por **fim** o bem comum de um **povo** situado em determinado **território**. Nesse conceito se acham presentes todos os elementos que compõem o Estado, e só esses elementos. A noção de poder está implícita na de soberania, que, no entanto, é referida como característica da própria ordem jurídica. A politicidade do Estado é afirmada na referência expressa ao bem comum, com a vinculação deste a um certo povo, e, finalmente, a territorialidade, limitadora da ação jurídica e política do Estado, está presente na menção a determinado território (Dallari, 2012, p. 122, grifo nosso).

Anoto, com olhar no princípio da simetria, uma das quatro qualidades essenciais do Estado, segundo Dallari (2012), com quem concordo: **o bem comum como fim**. Ou seja, para o referido autor, se o Estado não tiver objetivos capazes de promover o bem comum do seu povo, faltar-lhe-ia uma das suas qualidades essenciais de constituição e existência.

Esse aspecto me parece de crucial importância para compreender a interiorização do conhecimento como uma das finalidades do recém-criado estado de Mato Grosso do Sul ao situar a sede da UEMS no interior – e isso se confirma na vigente Constituição, promulgada em 05 de outubro de 1989 –, o que, conseqüentemente, é a forma de promover o acesso e a permanência da população do estado no Ensino Superior, ressaltando-se que, embora a UEMS esteja consolidada em solo sul-mato-grossense, todas as pessoas, independente da sua origem devem ser acolhidas pela instituição, sem distinções, logo, a diversidade também é uma marca da UEMS. Em outras palavras, a interiorização do conhecimento tem por objetivo proporcionar um bem comum (Ensino Superior/conhecimento) à população do interior do estado, seja ela residente permanente ou temporária.

Nessa perspectiva, proponho que a UEMS, pelo motivo de concretizar um dos objetivos/fins precípuos do Estado – aqui compreendido enquanto Unidade da Federação –, qual seja, o de levar o ensino público superior aos residentes do interior, vontade que surge a partir do nascimento do próprio estado, na sua fase embrionária, e que depois se confirma no pós-1988, deve ser considerada exatamente por cumprir concretamente essa finalidade, uma Instituição Permanente de Estado e, por esse motivo, carregar consigo todos os caracteres de uma entidade dessa natureza, ou seja, um organismo que é parte integrante do estado e que jamais poderá ser desmembrado deste, sem o qual a própria Unidade da Federação estaria incompleta. Portanto, não seria possível, na atual conjuntura constitucional, cogitar a extinção, a concessão ou a privatização da UEMS, justamente em razão da característica de Instituição Permanente que defendo. Pensar e agir no sentido contrário seria o mesmo que aniquilar o próprio estado.

Abro um parêntese, neste momento, para defender que a Unidade de Campo Grande, que jamais será sede, por força do mandamento constitucional que considero cláusula pétrea e, portanto, fora da ideia de revogação, ainda que seja parcial, está compreendida no sentido finalístico da interiorização do conhecimento. Embora a Unidade esteja localizada na capital do estado, a ideia de interiorização não se altera, posto que a sede jurídica e política da instituição permanece e permanecerá em Dourados, alçando o município ao *status* de capital do Ensino Público Superior Estadual.

A vigente Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, promulgada sob a claridade do pacto democrático, reafirmou a criação da UEMS, dessa vez no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT): “**Art. 48 Fica criada a Universidade Estadual de**

Mato Grosso do Sul, com sede na cidade de Dourados, cuja instalação e funcionamento deverão ocorrer no início do ano de 1992”

(Mato Grosso do Sul, 1979, grifo nosso).

Essa cláusula, que foi um pouco além daquela expressa na Carta de 1979, trouxe expressamente o marco inicial de instalação e funcionamento da UEMS, cujo prazo ficaria fixado no dispositivo para o ano de 1992, muito embora a instalação e o funcionamento da universidade somente tenham ocorrido depois da publicação da Lei Estadual nº 1.461, de 20 de dezembro de 1993, e do Parecer do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul CEE/ MS nº 08, de 09 de fevereiro de 1994.

Proponho e advirto, inclusive, que o dispositivo que cria a UEMS na vigente Constituição Estadual, no citado art. 48 do ADCT, seja considerado cláusula pétrea e não um dispositivo meramente exaurido pelo seu cumprimento, ainda que esse tema também seja propício para um outro momento. Nesse sentido, Ayres Brito (*apud* PEC [...], 2010) já defendeu que “O ADCT é parte integrante da CF e seus efeitos serão exauridos somente com o passar do tempo. Não podemos simplesmente retirá-lo”.

Concluindo esta primeira parte do texto, afirmo que a UEMS foi inicialmente pensada numa fase ditatorial conservadora e, por isso, traz marcas históricas indelévels desse tempo, e reputo necessário demarcar esse fato como importante para compreendermos a história da instituição, mas também denotando a realidade atual, que ocorre com as escritas de uma nova história, um novo percurso, mais humano e diverso, porque a UEMS somente foi criada de fato e de direito já no ambiente democrático do pós-1988, logo, tem como característica a preocupação e a responsabilidade com a inclusão, com os direitos dos vulneráveis, com as pessoas invisibilizadas pela

História, e sua finalidade precípua deve ser colaborar concretamente no processo de construção de uma sociedade mais plural e igualitária, com a marca da diversidade, como deve ser da essência de uma universidade pública.

ENSINO PÚBLICO SUPERIOR E AS MEMÓRIAS DE UM DOCENTE INTERIORANO

Walter Benjamin (1987) nos assegura que as lembranças individuais são relevantes para a compreensão dos eventos passados, pois valorizam as experiências de vida e a atuação dos grupos sociais e dos indivíduos, bem como contribuem para a produção do conhecimento e para a construção de fontes históricas. Para Benjamin (1987), citado por Oliveira (2017, p. 166-167),

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesanato – no campo, no mar e na cidade – é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. Os narradores gostam de começar sua história com uma descrição das circunstâncias que foram informados dos fatos que vão contar a seguir [...]

É assim, pois, que me proponho a narrar e relatar fragmentos das minhas memórias, a fim de entregar ao/à leitor/a minhas impressões desse espaço público, plural e diverso, um oceano em que mergulhei e ainda mergulho na busca incessante do conhecimento, inclusive do meu próprio saber interior, para compartilhar com quem, de repente, o procura.

Para Meihy e Seawright (2020), a experiência filtrada pela memória, ainda que relatada verbalmente, possui a função de buscar sempre o seu sentido social:

Mesmo traumas, dores pessoais e históricas, incuráveis agruras dos outros, relatos extraídos do íntimo, ou, pelo contrário, expressões de interesses triunfantes, narrativas amorosas; tudo, enfim, se dinamiza por meio da comunicação verbal e assim ganha enlevo, dignifica a experiência de registros por modestos que sejam. [...] Memória de expressão oral [...] é sempre sondagem profunda, reflexão sobre o que é retido e reelaborado na intimidade da memória [...] (Meihy; Seawright, 2020, p. 13).

Nessa perspectiva, dos relatos extraídos da minha intimidade, das minhas dores, dos meus fracassos e triunfos, dou *carne e espírito* a esta caminhada enquanto professor de Ensino Superior na UEMS, no lapso de tempo em que estou na instituição vivenciando tais experiências, seja enquanto professor contratado, seja como professor efetivo, e, até mesmo, no exercício da função de coordenador de curso.

Importa, assim, na perspectiva deste texto, que a história retrate a pessoa, visando demonstrar a importância da instituição em que ela viva e atue. Nessa linha de pensamento, Bloch (2002, p. 54) atesta que

Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas,] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serçival da erudição.

Desse modo, capturo-me, para dizer que iniciei minha trajetória profissional na UEMS no ano de 2003, depois de ser aprovado

em processo seletivo para exercer a função de professor temporário no Ensino Superior, ministrando conteúdos jurídicos. Eu, que jamais havia sequer cogitado a possibilidade de estar uma sala de aula para ensinar, de repente, me vi professor, diante de turmas variadas de diversos cursos que previam em seus currículos disciplinas jurídicas, como o de Administração, em Maracaju e em Ponta Porã, o de Turismo, em Dourados e em Jardim, o de Economia em Ponta Porã, o de Ciências Contábeis, em Ponta Porã, e, obviamente, os cursos de Direito, ofertados nas Unidades de Dourados e Naviraí (em Paranaíba não lecionei enquanto professor contratado).

Aquela nova realidade me levou, primeiramente, ao desafio de estudar para dialogar acerca de conteúdos diversos com alunos/as, bem como me alçou à experiência de conhecer outras Unidades da instituição, no interior do interior, como aquelas localizadas nas cidades de Jardim, Ponta Porã, Naviraí, Maracaju, além, é claro, da sede, em Dourados, que também se encontra no interior. Evidentemente, essa experiência foi e ainda é uma constante no ambiente institucional, pois, lembro ao leitor, essa é a proposta essencial da UEMS, antes mesmo da sua criação: a interiorização do conhecimento.

Por um bom tempo, atuei no magistério superior quase que instintiva e mecanicamente utilizando-me da mesma linguagem meramente expositiva, técnica e dogmática com a qual fui forjado, pois era aquela a metodologia que me conduziu até ali e que seria por mim reproduzida aos/às alunos/as, componentes, como eu, de uma estrutura que mantinha e ainda mantém a repetição sistemática do conhecimento jurídico, com as devidas exceções. Porém os vícios, erros, equívocos não invalidaram a minha experiência docente, pelo contrário, impulsionaram-me a corrigir, aparar, reparar erros e equívocos

que, ainda hoje, carrego comigo, já que jamais estarei absolutamente pronto, pois creio sempre terei algo mais a aprender e conhecer.

Trabalhei como professor contratado na instituição por um pequeno período no final de 2003, o ano de 2004 por inteiro, o ano letivo de 2005 também integralmente e até o último dia do mês de maio de 2006, até que a aprovação no concurso público para professor de Ensino Superior proporcionou a minha posse como professor efetivo na UEMS, em 01 de junho de 2006, tendo entrado em exercício no curso de Direito na Unidade de Paranaíba, no extremo nordeste do estado, região que, até então, desconhecia.

Fui efetivado no cargo de professor de Ensino Superior na UEMS, depois da aprovação do concurso público realizado em 2005, cuja banca de avaliação foi composta pelas professoras Loreci Gottschalk Nolasco, Maria Goretti Dal Bosco e pelo professor Helder Baruffi. O tema sorteado previamente para a prova escrita do certame foi na direção dos Direitos Humanos⁴ e, por uma questão de afinidade temática, foi um dos tópicos que mais assimilei para a prova, embora tenha estudado todos os quatorze itens e respectivas

4 Mais especificamente, "Jurisdição Constitucional e Direitos Fundamentais: Remédios Constitucionais", que era o décimo terceiro dos quatorze itens previstos no programa da prova escrita: a) Teoria Geral do Estado e aspectos modernos da ciência política; b) Legalidade, Efetividade e Legitimidade da ordem jurídica; c) Os fundamentos éticos da política, da justiça e do direito; d) Direito: conceito, história, natureza, caracteres, princípios gerais, divisão, hermenêutica e finalidade; e) Inconstitucionalidades e responsabilidade civil do Estado; f) Tributação em face dos direitos e deveres do Estado; g) Princípios constitucionais: sua relevância para o Direito Tributário e o Direito Administrativo; h) O controle da administração e a responsabilidade do Estado: discricionariedade administrativa e controle judicial; i) Licitação e contrato administrativo; j) Direitos fundamentais na Constituição brasileira: classificação, titularidade, sujeitos passivos e colisão de direitos; l) Internacionalização e Direitos Humanos; m) Cidadania e Direitos e Garantias Fundamentais; n) Jurisdição e Direitos Fundamentais: Remédios Constitucionais; o) Biodireito e Direitos Fundamentais: limites e implicações jurídicas.

bibliografias de forma equilibrada, treinando e aperfeiçoando a escrita de cada item antes da prova.

Estive em Paranaíba até o final do ano letivo de 2006, viajando semanalmente, indo aos domingos à tarde e retornando para Dourados às quartas pela manhã. Eram viagens longas e cansativas pela Viação São Luiz, com nove, dez horas de percurso, cujo itinerário compreendia Dourados – Rio Brilhante – Nova Alvorada do Sul – Campo Grande – Ribas do Rio Pardo – Água Clara – Inocência – Paranaíba, e o retorno em sentido contrário. Nessa jornada, cito os/as colegas que estiveram juntos dividindo a estrada, como a professora Cecília Luci Rodrigues, de Ponta Porã, os professores Marcelo Vilela Silva Barros e Wander Medeiros Arena da Costa, de Dourados, como eu, aprovados no mesmo concurso e lotados no mesmo curso na Unidade Universitária de Paranaíba.

No ano de 2007, assumi aulas em vagas puras no curso de Direito na Unidade de Naviraí e viajei semanalmente pela BR 163 para lecionar naquela Unidade. Nesse trecho, dividi histórias com os mesmos professores que estavam lotados em Paranaíba e de lá vieram, como fiz para Naviraí, além de outros colegas de trecho, como os professores Elioterio Fachin Dias, Hassan Hajj, Luiz Tadeu Martins Oliveira, Marcos Alcará e Rogerio Turella.

As idas e vindas da Unidade de Naviraí foram feitas até o ano de 2012, quando assumi a disciplina de Direito Administrativo na Unidade de Dourados, na vaga pura oriunda da aposentadoria da professora Maria Goretti Dal Bosco, coincidentemente uma das componentes da minha banca de concurso público e que, naquele momento, me oportunizava uma lotação, ainda que com uma carga horária parcial, no curso de Direito de Dourados, depois de seis anos viajando para Paranaíba, Naviraí; dessa unidade, deslocava-me

também para as unidades de Maracaju, onde lecionava no curso de Administração, e Ponta Porã, onde lecionei nos cursos de Ciências Contábeis e Administração. Tanto em Naviraí quanto em Dourados, complementava carga horária no ensino ora deslocando-me para Maracaju, ora para Ponta Porã, cujos percursos me reportam ao saudoso professor Edson França Lange, companheiro de viagens com seu Parati cinza. A minha lotação completa em Dourados somente ocorreria a partir do ano 2017.

Nessa efervescência, a UEMS me proporcionou e possibilidade de fazer pós-graduação *stricto sensu*, e, depois de aprovado no processo de seleção, retornei para a Unidade de Paranaíba, para cursar o mestrado acadêmico em Educação (2012-2014), em que busquei demonstrar, sob a orientação da professora Maria José de Jesus Alves Cordeiro, em diálogos com Paulo Freire, Cipriano Carlos Luckesi, entre outros/as, que o professor de Direito não pode ser apenas um transmissor de conhecimentos prontos.

Compreendi, no mestrado em Educação, que o professor de Direito há de ser muito mais do que um reproduzidor das leis; deve ser, sobretudo, um profissional crítico e reflexivo e incentivar o/a aluno/a à reflexão crítica, para que o Direito possa alcançar as pessoas onde a lei não se dispõe a alcançar; há de ser um analista crítico do sistema jurídico – porque o “Direito é um aparelho ideológico”, como adverte Althusser (2013, p. 141) –, na busca incessante da justiça social; deve ser, finalmente, um proclamador da paz social, defensor incondicional dos direitos e das garantias fundamentais, advogado indelével dos direitos humanos e curador permanente da efetivação da justiça.

Portanto, o mestrado foi paradigmático para mim, pessoal e profissionalmente, prova de que a UEMS proporciona conhecimento,

capacitando e qualificando, também os profissionais que nela atuam, embora tenha estudado sem nenhum afastamento, por opção própria.

Deixo aqui o registro do método absolutamente isento como foi conduzido e realizado o processo de seleção do mestrado em Educação de Paranaíba para início no ano de 2012, totalmente às cegas; prova disso é que, por ocasião da entrevista, eu não conhecia os/as professores/as da banca e eles/as também não me conheciam. Lembro muito bem da reação da professora Doracina quando me identifiquei como professor efetivo do curso de Direito de Dourados.

O mestrado em Educação me possibilitou mensurar e compreender que a humanidade que trazia tímida em meu íntimo poderia e deveria ser compartilhada como uma singela fórmula de fazer reflexões sobre os problemas do mundo, com o fim de, quem sabe, transformá-lo, pelo menos até onde eu pudesse alcançar e ser um instrumento dessa transformação. A UEMS, portanto, com a sua política de interiorização e sua capacidade quase que natural de acolhimento, transformou a minha vida, tanto como pessoa quanto como profissional.

Concluo parcialmente meu raciocínio, para dizer que o preceito da interiorização do conhecimento tem um conteúdo finalístico do estado de Mato Grosso do Sul e, sendo concretizado pela UEMS, trata-se de uma política pública que me proporcionou, no mínimo, quatro questões essenciais para e na minha vida: primeiro, a possibilidade de acesso à profissão de professor, especialmente diante do fato de que a minha formação no bacharelado, sem condições básicas de compreensão das vivências práticas de uma sala de aula, pouco insinuassem para a atividade docente; segundo, e conseqüentemente, possibilitou-me conhecer, em razão da atividade docente, alguns rincões do estado de Mato Grosso do Sul, o que

me deu noções de pertencimento para além das que eu já possuía; terceiro, e talvez o mais importante, viabilizou as trocas de experiências com outros/as colegas, bem como com alunos/as das mais variadas matizes culturais, sociais, além do convívio com o diverso, diante do pioneirismo da UEMS no pacto com as ações afirmativas, especialmente com o sistema de cotas para negros, indígenas e, mais recentemente, para pessoas com deficiência; e, quarto, a oportunidade da qualificação profissional por meio do mestrado acadêmico em Educação, que muito me enriqueceu pessoal e profissionalmente.

A compreensão do Direito para além do Direito, depois de iniciada uma reflexão no mestrado em Educação, abriu-me portas para me atrever a buscar uma terceira área, a História, no doutorado do Programa de Pós-Graduação em História/PPGH da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), que iniciei em 2020, em plena pandemia, estando agora, em 2023, na reta final da tese.

O campo historiográfico, assim como o da educação, auxiliou-me a preencher lacunas e responder questões que apenas o ramo jurídico não seria capaz de preencher e responder, sem querer dizer, obviamente, que as lacunas serão todas preenchidas, mas, pelo contrário, os vazios sempre existirão. Por meio dos estudos da História e do Direito, posso compreender melhor as estruturas que compõem a sociedade e o Estado e tentar explicar alguns problemas do momento presente, como o racismo em suas várias faces, o machismo, o colonialismo e várias outras estruturas que desencadeiam problemas jurídicos quotidianos.

A disciplina História do Direito, que leciono para alunos/as do primeiro ano do curso de Direito de Dourados e que, agora, também é ofertado no curso de Direito de Jardim, sob a coordena-

ção do professor Wander Matos de Aguiar, e no curso de Direito de Aquidauana, sob a coordenação do professor Ricardo Guilherme Silveira Correa Silva, talvez tenha influenciado na escolha do doutorado em História, mas confesso que sempre tive afinidade com a área, embora com uma visão totalmente distinta da que tenho hoje, especialmente depois do conhecimento adquirido no PPGH/UFGD e de todo o seu corpo docente e técnico-administrativo.

Também não posso deixar de destacar que a minha lotação na disciplina História do Direito apenas se deu porque o professor André Martins Barbosa abdicou, em meu favor, da sua lotação na referida disciplina, a fim de que eu pudesse ser integralmente lotado em Dourados, por ocasião do remanejamento no ano de 2016.

Eis, portanto, de um modo bastante singelo, minhas vivências nesta Instituição de Ensino Superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero, à guisa de conclusão, três teses primordiais para efeito deste trabalho.

A primeira é a de que a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul nasce, ao menos na perspectiva da vontade política, no mesmo instante em que se formaliza a criação do estado de Mato Grosso do Sul, com a Constituição do Estado, promulgada em 1979, e considero esse ponto digno de registro conclusivo em razão da essencialidade que o poder constituinte derivado decorrente possui na construção de uma Unidade da Federação, sendo legítimo e verdadeiro se falar da inexistência formal do próprio estado, ausente a sua Constituição.

Nessa perspectiva, a previsão da existência da UEMS na certidão de nascimento do estado de Mato Grosso do Sul denota a relevância que a universidade teve naquele momento de desmembramento da porção sul do estado de Mato Grosso e, conseqüentemente, a criação do estado de Mato Grosso do Sul, até porque a universidade poderia ter nascido a partir da lei ordinária, mas não foi o que houve: as duas assembleias constituintes (1979 e 1989) optaram por atribuir *status* constitucional à UEMS, e essa escolha há de ser destacada, analisada, compreendida e mantida.

A segunda é a defesa da ideia da interiorização do Ensino Superior que vem junto, vinculada, conexas à proposta de criação da própria universidade. A concepção da sede da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul na cidade de Dourados, no interior, traduz uma vontade política de cunho finalístico. Trata-se de uma política pública para levar o Ensino Superior aos mais distantes interiores do estado, e o instrumento de execução desse fim social é a UEMS.

Desse modo, defendendo, neste ensaio, e em razão do que expressei acima, que a UEMS, por levar o conhecimento à população do interior, é o instrumento que concretiza o Ensino Superior no interior do estado, proporcionando o bem comum às pessoas nesse lugar, portanto, a universidade deve ser entendida e reconhecida como uma Instituição Permanente de Estado. Logo, em virtude de ser o instrumento de um fim que viabiliza o bem comum à população, por mandamento constitucional, jamais poderá ser extinta, privatizada ou concedida ao particular. A UEMS é, nessa conjunção, uma Instituição Permanente de Estado.

Defendo, ainda, e pelas mesmas razões, em terceiro lugar, que o art. 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da

vigente Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, é uma cláusula pétrea e não um mero dispositivo exaurido pelo seu cumprimento, tendo em vista que seria incoerente defender a UEMS como uma Instituição Permanente e não considerar o dispositivo constitucional que a previu como tal. Nesse sentido, e conseqüentemente, como o dispositivo constitucional foi cumprido em 1993, cumpramos respeitá-lo e mantê-lo como fora escrito, sendo impossível se considerar a hipótese de qualquer linha de reforma, inclusive para efeito de mudança de sede e, até mesmo, de retirada do dispositivo da Constituição. Sendo assim, qualquer hipótese de alteração ou retirada do dispositivo ora mencionado da Constituição nem há de ser debatida na Assembleia Legislativa Estadual.

Ademais, concomitantemente com a ideia da interiorização, há o compromisso com políticas públicas de ações afirmativas, atrelada à realidade da política do acesso das minorias à universidade, a visão acadêmica na perspectiva do diverso, característica fundamental da UEMS, que cumpre também essa importante função social, cuja proposta fundamental é a inclusão social das populações sem o devido acesso ao Ensino Superior, das pessoas historicamente marginalizadas, como as pessoas negras, as pessoas indígenas, as pessoas com deficiência, e é por isso que 35% das vagas existentes na graduação são reservadas para esses coletivos, além de 10% das vagas serem reservados para os residentes no próprio estado, totalizando 45% do ingresso pelo sistema de cotas.

Todavia, o caminho ainda é longo. Apropriando-me de Angela Davis (2020), anoto que o maior desafio do século XXI para as pessoas historicamente excluídas e, naturalmente, para o sistema de cotas, não é mais “reivindicar oportunidades iguais para participar da maquinaria da opressão”; segundo a filósofa citada, o desafio

é “identificar e dismantelar aquelas estruturas nas quais o racismo continua a ser firmado” (Davis, 2020).

Por derradeiro, expresso, neste texto, as minhas singelas memórias para externar a importância transformadora que a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul teve e tem na minha vida pessoal e profissional, pois a política pública de interiorização do Ensino Superior proporcionou-me a profissão de professor desse nível de ensino, experiência que, talvez, em circunstâncias outras, jamais viveria. O meu crescimento, a minha reforma íntima, minhas desconstruções e reconstruções pessoais apenas foram possíveis em face do convívio acadêmico, dos estudos, seja nos preparos de aulas e em outras atividades de ensino, pesquisa e extensão, seja nas pós-graduações *stricto sensu*.

Atesto, portanto, que a UEMS não transformou, nesses 30 anos, apenas a vida das alunas e dos alunos que por aqui passaram, mas, sobretudo, a vida de um docente que aprende mais do que ensina, para, de repente, compartilhar o que aprendeu e, quem sabe, também, ensinar, numa via de mão dupla entrelaçada pelas experiências diversas e contraditórias, mas também coerentes com o que propõe a ciência que é suscitar questões bem elaboradas na busca incessante da solução de problemas reais. É isso o que me faz gente transformada e, quem sabe, transformadora. “Nada melhor do que criar pessoas independentes e a universidade é o grande instrumento pra isso” (Pedrossian, 2015).

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos de Estado. In: ZIZEK, S. (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO DO SUL. História. Campo Grande: ALMS, [202-]. Disponível em: <https://al.ms.gov.br/Paginas/1/historia#>. Acesso em: 07 ago. 2023.

BENFICA, T. A. O. **História e universidade:** a institucionalização do campo histórico na Universidade Estadual de Mato Grosso/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1968-1990). 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2016.

BIBLIOTECA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **A divisão de Mato Grosso.** Brasília, DF: Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República, 1977. Disponível em: <file:///C:/Users/Islene/Downloads/A%20divis%C3%A3o%20de%20Mato%20Grosso%20-%201977.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2023.

BLOCH, M. **Apologia da História ou o ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

DALLARI, D. de A. **Elementos da Teoria Geral do Estado.** São Paulo: Saraiva, 2012.

DAVIS, A. **A democracia da abolição:** para além do império, das prisões e da tortura. Rio de Janeiro: Difel, 2020.

FERREIRA, M. de M.; FRANCO, R. **Aprendendo História:** reflexão e ensino. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

MACHADO, A. de A. **Mato Grosso do Sul:** história, divisão e sociedade. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Amambai, MS, 2020.

MATO GROSSO DO SUL. [Constituição (1979)]. **Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul.** Campo Grande: Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, 1979.

MATO GROSSO DO SUL. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, 1989.

MEIHY, J. C. S. B.; SEAWRIGHT, L. **Memórias e narrativas**: história oral aplicada. São Paulo: Contexto, 2020.

OLIVEIRA, G. A. de. História, memória e educação: trajetória de uma normalista no Sul de Mato Grosso. In: PINTO, A. A.; FURTADO, A. C. (org.). **A história da educação em Mato Grosso do Sul**: temas e abordagens. Dourados, MS: UFGD, 2017.

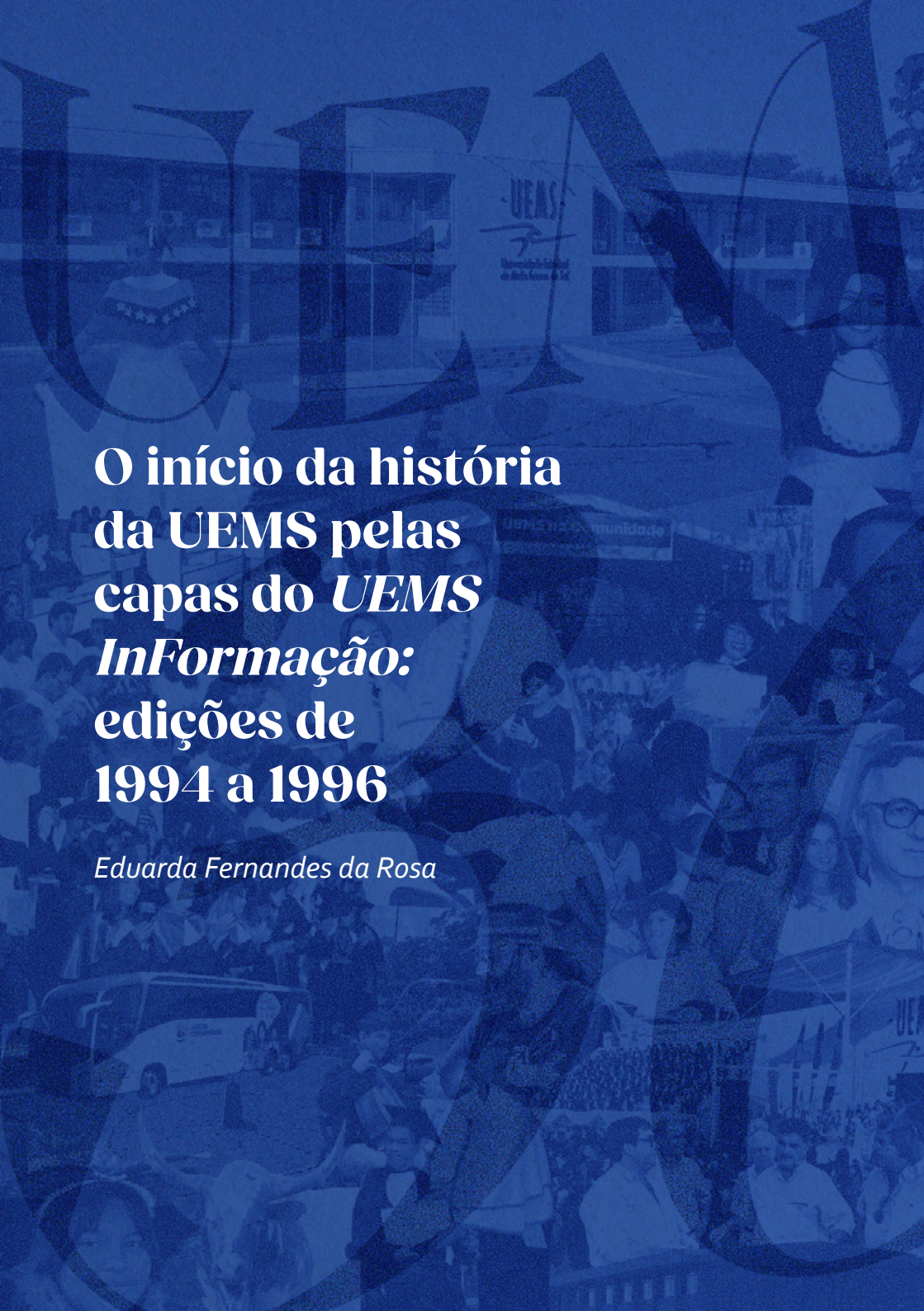
PEDROSSIAN, P. **Histórias da educação em Mato Grosso do Sul**. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (9 min 37 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2BTCCmgIxRQ>. Acesso em: 30 ago. 2023.

QUEIROZ, P. R. C. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidades (um breve ensaio). **Diálogos**, Maringá, v. 10, n. 2, 2006.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SILVA FILHO, L. A. da. **Educação e política**: apontamentos sobre a história da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (1979 – 1995). Dourados, MS: UFGD, 2008.

PEC extingue Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e, com ele, direitos trabalhistas. **SINAIT**. Brasília, 01 jul. 2010. Disponível em: <https://sinait.org.br/site/noticia-view/?id=1540/pec-extingue-ato-das-disposicoes-constitucionais-transitorias-e-com-ele-direitos-trabalhistas#:~:text=%E2%80%99CO%20ADCT%20%C3%A9%20parte%20integrante,%2C%20perder%20%C3%A3o%20a%20efic%20%C3%A1cia%20naturalmente%E2%80%9D>. Acesso em: 07 nov. 2023.



**O início da história
da UEMS pelas
capas do *UEMS*
InFormação:
edições de
1994 a 1996**

Eduarda Fernandes da Rosa

INTRODUÇÃO

A comunicação, atualmente, faz parte da vida rotineira das pessoas. A facilidade do acesso à Internet e à telefonia móvel permite às pessoas que não são profissionais da comunicação publicar suas rotinas, opiniões e informações, como quiserem, em suas redes sociais. Na comunicação profissional, em meios de comunicação como tv, rádio, internet e impressos, a tecnologia é amplamente utilizada para que a informação chegue o mais rápido possível aos usuários, e os meios de comunicação organizacionais também utilizam a tecnologia para atingir os seus públicos, seja interno ou externo. Contudo, no início de 1990, não existiam todas essas tecnologias para se empregar na comunicação institucional. Assim, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, fundada em 20 de dezembro de 1993, teve como seu primeiro veículo de

comunicação, em 1994, um jornal impresso, chamado de *UEMS InFormação*.

Tendo isso em vista, a proposta deste capítulo é discutir o início da história da UEMS pelas capas do *UEMS InFormação*, com o recorte das edições de 1994 a 1996, acessíveis por meio da Biblioteca da UEMS, relatando a importância desse meio para a comunicação institucional da época, bem como para a memória histórica da instituição.

COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

Além dos veículos de comunicação de massa tradicionais que transmitem as informações para o público em geral, existem as organizações, tanto privadas quanto públicas, que também necessitam informar seus públicos quanto ao que está ocorrendo na empresa. No caso das Instituições de Ensino Superior, como é o caso da UEMS, os públicos são o interno, composto por servidores e alunos, e o externo, futuros alunos e público em geral. No caso das universidades públicas, a divulgação das ações também é uma forma de prestar contas à sociedade de como os recursos estão sendo investidos.

Ao longo do percurso de desenvolvimento das tecnologias, os veículos jornalísticos empresariais também foram para as plataformas digitais, como relacionam Lemos e Gáudio (2018, p. 265-270): informativo/boletim; boletim gerencial/*position paper*; jornal; revista; *newsletter*; mural; mídia *indoor*; intranet; internet; *blog*, Facebook e outras mídias sociais; mídias móveis/instantâneas; publicação especial; programa de tv/vídeos/videoconferência/*webtv* programa de rádio; *outdoor*.

Atualmente, a Assessoria de Comunicação Social da UEMS tem várias formas de divulgar suas informações: portal institucional (em que são produzidas notícias, reportagens e reportagens especiais); perfis em diversas mídias digitais (Facebook, Instagram, Twitter, LinkedIn, Youtube); Boletim institucional (não impresso). Entretanto, nos primeiros anos da UEMS, ainda não existia Assessoria de Comunicação, que foi criada somente em 2011 (conforme Portaria UEMS nº 065, de 28 outubro de 2011), bem como não existiam esses recursos tecnológicos, de forma que foi criado o primeiro meio veículo de comunicação jornalístico da instituição, chamado de *UEMS InFormação*.

Conforme Lemos e Gáudio (2018, p. 265), enquanto os boletins têm poucas páginas, diagramação mais simples e periodicidade curta (diária ou semanal), os jornais empregam mais trabalho e são de periodicidade mais longa:

Jornal: em geral tem periodicidade mais estendida que o informativo, funcionando como uma síntese dos acontecimentos na organização em determinado período, com um foco mais de alinhamento estratégico que informativo. Exige maior elaboração dos textos e da apresentação gráfica. Pode trabalhar com uma variedade de gêneros jornalísticos, como reportagem, entrevista e artigos, além de fotografia e ilustração. Tem custo mais alto, por demandar produção mais elaborada, impressão de qualidade e distribuição física. É muitas vezes utilizado para atingir públicos como a família do empregado ou formadores de opinião, sendo publicado mensal ou bimestralmente. Com a predominância da comunicação digital, é cada vez menos comum, ainda que seja uma das formas muitas vezes citada como preferida pelos empregados, pela facilidade de leitura, acesso e memória (Lemos; Gáudio, 2018, p. 265).

O *UEMS InFormação*, como será analisado mais detalhadamente a seguir, tem essas características; com periodicidade mensal (na maior parte de seu período de publicação), contém fotografias, entrevistas, artigos, reportagens, notícias, colunas, sendo impresso em média de dois a três mil exemplares de cada edição da publicação, sempre com distribuição gratuita.

É significativo ressaltar que um veículo empresarial é, ao mesmo tempo, jornalístico e institucional, logo, é necessário se atentar tanto aos critérios jornalísticos quanto aos trâmites institucionais:

Isso quer dizer, de um lado, que ele deve sustentar-se pelas qualidades do bom jornalismo, como a periodicidade respeitada, a apuração rigorosa, o texto informativo, a consistência, a coerência e a autenticidade. Por outro lado, é necessário respeitar a inserção institucional - os aspectos políticos internos e externos - e até mesmo fazer uso dela para aperfeiçoar o conteúdo jornalístico da publicação (Lemos; Gáudio, 2018, p. 276).

Outro ponto que pode ser destacado está relacionado a memória da instituição, guardada por esses jornais nesses primeiros anos. Cunha e Santos (2020) estudam sobre “A memória institucional preservada através do jornal” e ressaltam a importância de se preservar a memória institucional, pois “Preservar a memória institucional é manter a instituição viva e uma forma de fortalecer suas bases. [...] Os erros e acertos do passado ajudam a entender o presente e a planejar ações futuras” (Cunha; Santos, 2020, p. 2). As autoras também registram a importância de se conservar documentos, fotos, objetos e organizar os registros de fotos como forma de preservar essa memória, já que ela conta a história também das pessoas que compõem a organização.

A história institucional é uma construção que traz em si as marcas dos sujeitos que dela fazem parte. Tanto ex-servidores que passaram por lá como os que continuam trabalhando nela contribuem para construir essa trajetória histórica; que deve ser preservada através das ferramentas de registro e memória. Nesse sentido, o informativo organizacional não é apenas o relato de acontecimentos, mas principalmente a construção de um tecido da memória coletiva (Cunha; Santos, 2020, p. 2).

Isso mostra a relevância do jornal institucional tanto para registrar a história da própria instituição como para a memória coletiva dos que nela trabalham e propõem e executam as ações que fazem a história. Por conseguinte, o próximo tópico irá analisar as capas das edições do jornal institucional *UEMS InFormação*, que teve edições publicadas entre 1994 e 1996.

ANÁLISE DAS CAPAS DOS JORNAIS DA UEMS (1994-1996)

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul foi instituída pela Lei Estadual nº 1461, de 20 de dezembro de 1993, mas foi criada anos antes pela primeira Constituinte do Estado, em 1979. Em dezembro de 1993, o governador Pedro Pedrossian convocou Jair Madureira para ser reitor *pro tempore* da UEMS (Mazini; Rosa, 2019); o anúncio e a inauguração ocorreram, contando com conhecimento do projeto de criação da UEMS e a experiência administrativa detidos por Madureira, uma vez que já havia sido reitor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). A UEMS nasce com Unidades Universitárias nas cidades de Dourados, Amambai, Aquidauana, Cassilândia, Coxim, Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas (que deixou de funcionar em 24 de

maio 1996), e foram implantados 12 cursos, com 18 ofertas, das quais 11 eram de licenciatura.

Segundo Mazini e Rosa (2019, p. 23), por ter função em Brasília, Madureira só poderia chegar em Dourados em março de 1994, e, “[...] a partir daí, eram cerca de 150 dias para estar com a Universidade normatizada, com os professores contratados, o vestibular realizado e os alunos em sala de aula”, pois o processo eleitoral, que ocorreria no ano vigente, exigia que as contratações fossem feitas até seis meses antes das eleições.

Ao sair a primeira edição – *Jornal UEMS*, nº 0, outubro de 1994 –, a universidade já estava com alunos em sala de aula e muitas situações resolvidas. A primeira edição, então, mostrou tudo o que havia sido feito nos meses anteriores para a normatização e o funcionamento da universidade.

Figura 1 – Jornal UEMS, nº 0, outubro de 1994


BIBLIOTECA
UEMS

UEMS

* Nesta edição uma entrevista completa com o reitor, professor Jair Soares Madureira, págs. 4 e 5

Na próxima edição uma matéria completa sobre o concurso de logotipo e um artigo sobre o mercosul. Participe deste projeto, mandando suas idéias, artigos, e sugestões, principalmente um nome para o nosso jornal.

universidade ano 1 número 0 out./94 comunidade



Obras da sede da UEMS em fase final de construção



Reunião dos órgãos colegiados. Prof. Nadin, reitor Jair Madureira e Prof. Edir


LOGOTIPO DA UEMS EXPRESSA VIGOR E MOVIMENTO.



O editor gráfico Ricardo Martins, de Campo Grande, foi o vencedor do concurso para escolha do logotipo da UEMS. A entrega do Prêmio de R\$1 mil aconteceu neste dia 30 na Associação Comercial e Industrial de Dourados. O concurso reuniu cerca de 120 trabalhos vindos dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, além do próprio Mato Grosso do Sul, e contou com o patrocínio da Guará Engenharia, de Dourados.

Segundo Ricardo Martins, o logotipo da UEMS foi criado a partir da ideia de "cooperação e visão de futuro que deve nortear as ações da nova universidade". Caracterizada por traços simples, a marca que deve identificar a Instituição passa a imagem de vigor, dinâmica e movimento.


De acordo com o reitor Jair Soares Madureira, "o concurso representou uma oportunidade para divulgar e promover a Instituição junto à comunidade".



No I Encontro de professores realizado em Dourados, contamos com a participação da secretária de educação do Estado, srta Leocádia Aguiar Pety Leme.



Solenidade de entrega do prêmio ao vencedor do concurso de logotipo Valdeir Vasconcelos, Guará engenharia que venceu o prêmio Ricardo Martins, vencedor do concurso e o reitor Jair Madureira.



Alcôria, descontração e muito humor no beito em Dourados.

Fonte: Arquivo UEMS.

Nessa primeira edição, número zero, o jornal ainda não possuía um nome oficial, que foi dado a partir da edição número um. A cópia que existe é uma impressão em fotocópia, com oito páginas. Segundo os dados da publicação, essa edição teve apenas 25 exemplares.

Como pode ser observado, a capa traz a dinâmica das primeiras ações do início da universidade: obras da sede da UEMS em fase final de construção; reunião dos órgãos colegiados; I Encontro de professores, realizado em Dourados; solenidade de entrega do prêmio ao vencedor do concurso de logotipo; “Logotipo da UEMS expressa vigor e movimento”; no topo da capa do jornal UEMS, além do anúncio de uma entrevista completa com o reitor, professor Jair Soares Madureira, há uma nota anunciando sobre a próxima edição e incentivando as pessoas a participarem do projeto do jornal com ideias, artigos e sugestões, principalmente um nome para o jornal.

Conforme o expediente do jornal, uma das pessoas que participou do Conselho Editorial em todas as edições foi Ana Tereza Vendramini Reis Gottardi. Formada em Comunicação Social e chefe de gabinete da reitoria na época, Ana Tereza Gottardi sugeriu a criação do jornal. Atualmente, é servidora aposentada da universidade e conta, em entrevista, que esse primeiro jornal não foi um pedido da reitoria, mas nasceu de uma discussão de alguns integrantes da universidade, pois um canal de comunicação era necessário.

Então, sentimos que precisávamos de um veículo de comunicação para contar para os alunos (que entraram na instituição em julho/agosto de 1994), para a comunidade acadêmica, o que estava acontecendo. Nós fizemos esse concurso de logotipo, que também foi um processo de extensão. Aí, criamos esse jornal também como um projeto de extensão. O projeto era provavelmente do pró-reitor Edir. Eu lembro que eu

ajudei muito nesse jornalzinho, porque, na realidade, eu acho até que foi uma ideia minha esse canal de comunicação, porque, um pouco antes, eu tinha ajudado uns amigos meus a criarem um jornal em Dourados.¹

Ana Tereza relata que a primeira edição teve poucas cópias, pois a produção era bastante artesanal.

Realmente, fizemos 25 cópias, porque era uma coisa muito artesanal; nós fazíamos na minha casa, no meu computador. Não tínhamos nem máquina de fotografar; lembro que eu tinha uma máquina fotográfica semiprofissional e eu emprestei também. Não tínhamos computador na época; na Uems, tinha apenas um computador emprestado do Ceud que ficava com a pró-reitoria de administração da universidade.²

A servidora recorda que os organizadores do jornal não sabiam qual nome dariam, por isso, colocaram na edição número zero o nome de *Jornal UEMS*, para incentivar a cultura do diálogo com a comunidade acadêmica e motivá-la a participar da construção do periódico.

¹ Informação verbal dada em entrevista concedida à autora deste capítulo.

² *Idem*.

Figura 2 – UEMS InFormação - nº 1, novembro de 1994

BIBLIOTECA
UEMS

·UEMS· **in** *formação*

Ano I - Número 1 Novembro 1994 Universidade e Comunidade

Entrevista **Reitor fala do papel da universidade no desenvolvimento sócio-econômico do Estado**



Sede da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, em Dourados

Em entrevista ao jornal da UEMS, o reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, professor Jair Soares Madureira, falou dos principais objetivos da instituição e de seu papel no desenvolvimento sócio-econômico e cultural do Estado.

Para o reitor, cabe à universidade garantir o desenvolvimento científico e tecnológico. Para isso, deve-se levar em conta principalmente as demandas regionais, atuando com eficácia nos três pilares básicos da atividade universitária: o ensino, a pesquisa e a prestação de serviços.

Ele avalia que, embora recém-implantada, a Universidade Estadual já tem uma dinâmica própria que a diferencia de outras instituições pela sua estrutura administrativa leve e ágil.

Páginas 8 e 9

Concurso do logotipo recebe 320 trabalhos

O editor gráfico Ricardo Martins, de Campo Grande, foi o vencedor do concurso para escolha do logotipo da UEMS. A premiação (mil reais) aconteceu no último dia 30 de setembro na Associação Comercial e Industrial de Dourados. O concurso reuniu 320 trabalhos vindos dos

Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, além de Mato Grosso do Sul.

O logotipo que passa a identificar a UEMS, segundo o artista Ricardo Martins, é caracterizado por traços simples, mas que dá a idéia de dinâmica e movimento. *Página 5.*

Informe da Biblioteca

A professora Eunice informa que a Universidade acaba de adquirir 1.065 exemplares das diversas áreas, e que já estão sendo catalogados pelo pessoal da Biblioteca para serem enviados rapidamente às unidades.

Nesta edição:

- Opinião ————— pág. 2
- Estrutura ————— pág. 3
- Geral ————— págs. 4 e 5
- Resenhas ————— pág. 6
- Artigos ————— pág. 7
- Entrevista ————— págs. 8 e 9
- Hemeroteca ————— pág. 10
- Análise ————— pág. 11
- Diversão ————— pág. 12
- Cultura ————— pág. 13
- Saúde ————— pág. 14
- Extensão ————— pág. 15
- Unidades ————— págs. 16, 17 e 18

Universidade terá novo reitor ainda este ano

Uma Comissão Eleitoral Especial da Universidade Estadual, composta por integrantes do Conselho Universitário (COUNI) e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) definiu no último dia 29 de setembro a "lista sêxtupla" de candidatos aos cargos de reitor e vice-reitor da UEMS. A lista já foi encaminhada ao governador do Estado, Pedro Pedrossian, ao qual caberá a escolha dos novos dirigentes da instituição. Os nomes escolhidos para reitor são os seguintes: Gustavo José Remião Maciel, Leocádia Aglaé Petry Leme, Luiz Antonio Alvares Gonçalves, Medson Janer da Silva e Shio Yoshikawa.

Universitários têm muita informação, mas tomam pouco cuidado com a AIDS

Página 14

Fonte: Arquivo UEMS.

Já o segundo exemplar, de novembro de 1994, agora edição oficial número um, vem com 18 páginas e com o nome *UEMS InFormação*, provavelmente remetendo às informações que o periódico traria, mas também ao período de formação da universidade, que estava nascendo.

Com a tiragem de três mil exemplares, a edição traz o anúncio da entrevista com o reitor, com uma foto da construção da sede da Universidade em Dourados, o Concurso de Logotipo, o anúncio de que haveria eleição para um novo reitor ainda no ano de 1994, e nota sobre saúde (AIDS). Essa publicação é organizada por editorias: Opinião, Estrutura, Geral, Resenhas, Artigos, Entrevista, Hemeroteca, Análise, Diversão, Cultura, Saúde, Extensão e Unidades. Nessa edição, já é feita a divulgação das atividades das outras unidades da universidade, com três páginas reservadas, já que a universidade nasceu com característica multicampi, em 15 municípios de Mato Grosso do Sul, com foco na interiorização do Ensino Superior.

Figura 3 – UEMS InFormação - nº 2, dezembro de 1994

BIBLIOTECA
1994

U.E.M.S. *in* **formação**
Ano 1 - Número 2 Dezembro 1994 **Universidade e Comunidade**

Universidade Estadual comemora primeiro ano



Sede da Universidade, a ser inaugurada pelo governador Pedro Pedrossian neste dia 15 de dezembro

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul completa neste mês de dezembro um ano. Durante quatro meses, as atividades acadêmicas em Dourados vinham funcionando numa sala cedida pela Federal. Neste mês, em que a cidade sede comemora seus 59 anos, o governador do Estado, Pedro Pedrossian, comunidade acadêmica e autoridades inauguram prédio próprio da instituição. A solenidade acontece neste dia 15 a partir das 8 horas.

Crar uma universidade estadual é uma aspiração antiga da população de Dourados. Há seis anos atrás, um grupo formado por professores e lideranças políticas dava início ao projeto de criação de uma universidade que tivesse como sede Dourados. Em dezembro de 1993 decreto do Executivo institui a Universidade. Leia mais sobre o assunto nas págs. 12 e 13

O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, critica descaso com os índios no MS _____ PÁG. 11

Segundo vestibular da UEMS acontece em junho de 95



Caloura de Enfermagem é submetida ao tradicional teste

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul irá realizar seu segundo vestibular entre os dias 9 e 11 de junho. Além dos 18 cursos existentes, outros 15 serão implantados a partir do segundo semestre de 1995. Em Dourados, sede da Estadual, funcionário, além de Enfermagem e Obstetrícia e Ciência da Computação, Biblioteconomia e Engenharia Civil. A realização do vestibular com oferta de novos cursos estava prevista para o início do próximo ano, mas decreto federal do último dia 8 de novembro estipulou novo prazo para criação de cursos superiores de graduação em todo território nacional.

Governador inaugura sede da Unidade de Jardim



Pedrossian e o reitor Jair Madureira durante a solenidade de inauguração

Jardim é mais uma cidade a ter se Unidade universitária concluída. No último dia 29 de novembro, com presença de autoridades locais, o governador Pedro Pedrossian e o reitor Jair Soares Madureira participaram da solenidade de inauguração do prédio da Unidade.

A gerente da Unidade, professora Ernestina Grubert, disse que o prédio atende todas as necessidades da comunidade universitária. Entre as autoridades presentes estavam o prefeito José Vicente de Santos Pinós, a proreitora de Extensão, Shoo Yoshikawa, e a secretária estadual de Educação, professora Leocádia Aglaé Patr. Lom.

Paulo Nolasco analisa "Margem de Papel", livro do poeta Emmanuel Marinho, de Dourados. _____ PÁG. 2

Fonte: Arquivo UEMS.

A capa da edição número dois destaca a comemoração do primeiro ano da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com foto da sede que seria inaugurada no dia 15 de dezembro de 1994, próximo à data de criação da universidade, que ocorreria no dia 20 de dezembro. A nota lembra a conquista da criação da universidade e da presença do governador na inauguração.

Com 24 páginas e tiragem de 1 500 exemplares, essa divulgação também anuncia, na página principal, que o segundo vestibular da instituição ocorreria em 1995, além da visita do governador Pedro Pedrossian a Jardim para inaugurar a unidade física da UEMS no município, de crítica do procurador-geral sobre o descaso com os indígenas de MS, e análise do livro de poeta douradense.

Da publicação nº 2 para a nº 3, ocorreu um lapso de dois meses, de dezembro de 1994 a março de 1995, fato não registrado no jornal oficial da instituição, mas que faz parte de sua história.

Conforme descrito por Mazini e Rosa (2019), os eleitos para a nova reitoria da UEMS foram a professora Leocádia Aglaé Petry Leme, como reitora, e professor Luiz Antônio Alvares Gonçalves, como vice. Entretanto, eles ficaram apenas um mês no cargo, tomando posse no dia 13 de dezembro de 1994 e sendo destituídos do cargo no dia 12 de janeiro de 1995, momento em que as suas nomeações foram declaradas nulas. Isso ocorreu por conta da troca de governador do estado, saindo Pedro Pedrossian e sendo eleito Wilson Barbosa Martins. O novo governador, desde a campanha eleitoral, já questionava a legalidade da criação da universidade, então, logo que assumiu o cargo, solicitou ao Ministério da Educação que não autorizasse seu funcionamento, para que ela pudesse ser revista, tanto em sua estrutura administrativa como em seu projeto pedagógico.

Com a destituição da reitoria eleita, o governador nomeou Sandra Luiza Freire, no dia 13 de janeiro de 1995, como reitora *pro tempore* da UEMS. No entanto, sabendo que a universidade estava legalizada e já aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, Leocádia e Luiz Antônio recorreram à justiça. Devido a esse cenário, foi criada uma comissão para rever a universidade, já que “[...] o governador Wilson Barbosa Martins queria uma Universidade Estadual diferente dos termos iniciais. Na época, a UEMS tinha 830 alunos e ainda nenhum de seus 18 cursos reconhecidos e aprovados pelo Ministério da Educação” (Mazini; Rosa, 2019, p. 29). Assim, as seis edições seguintes do periódico retratam os nove meses em que a reitora *pro tempore* Sandra Luiza Freire administrou a UEMS e os passos dados pela comissão e pelo governo do estado no intuito de rever a universidade.

Figura 4 – UEMS InFormação - nº 3, março de 1995

· UEMS · in formação
Año 1 - Número 3 Março 1995 Universidade e Comunidade

Reitora diz que vai rever cursos da UEMS



A reitora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, professora Sandra Luiza Freire, disse, em entrevista ao InFormação, que a revisão dos cursos da UEMS deverá ser feita a fim de se definir um novo projeto pedagógico para a instituição. De acordo com ela, a realização do vestibular está condicionada a melhor estruturação dos cursos existentes.

Sobre as linhas de ação da nova reitoria para este ano, Sandra disse que a principal será o incremento na atividade de pesquisa e extensão. Segundo ela, a Universidade está firmando convênio de cooperação técnica e científica com a Itaipu Binacional que prevê investimento de US\$ 1,2 milhão em projetos a serem desenvolvidos na área de recuperação e preservação ambiental, num prazo de quatro anos.

Na entrevista, Sandra falou ainda da reorganização do quadro docente e técnico-administrativo da Universidade. A instituição ainda não conta com recursos humanos próprios em nível médio. Funcionários para serviços gerais são cedidos através de convênios firmados entre a Universidade e as Prefeituras.

— Páginas 6 e 7

UEMS pode firmar convênio de cooperação técnica com Itaipu

A Superintendência de Meio Ambiente da Itaipu Binacional manifestou interesse em ter a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul como parceira no desenvolvimento de projetos ambientais no Refúgio Biológico Maracaju, localizado no município de Mundo Novo.

Em janeiro deste ano, o superintendente da Binacional, Gilberto Valente Canal, esteve na sede da UEMS, em Dourados, e revelou o interesse da empresa em firmar convênio de cooperação técnica, científica e financeira com a instituição. Em fevereiro, a reitora Sandra Freire, juntamente com representantes do governo estadual, realizou visita de trabalho à Divisão de Guaira para reconhecimento da área em questão. Segundo Sandra Freire, um novo encontro deve acontecer em abril para definição de pontos comuns de trabalho.

— Página 3

Estudantes reclamam dos ônibus e da falta de restaurante no campus

A falta de regularidade dos ônibus coletivo e a falta de um restaurante universitário são alguns dos problemas que os alunos de Enfermagem e Computação, da UEMS, vêm enfrentando desde o funcionamento dos cursos, há oito meses. Segundo alguns alunos de Enfermagem, a distância do campus (14,6 Km) inviabiliza que a maioria retorne à cidade para se alimentar. O curso funciona de manhã e à tarde. Outra dificuldade apontada pelos estudantes é a falta de material de apoio (livros) e de laboratórios para aulas práticas.

Segundo a reitora da UEMS, uma das prioridades da instituição para este ano é montar e equipar todos os laboratórios. "Uma das metas definidas por nós é a implantação dos laboratórios de informática, além da informatização de atividades meio", garante a reitora.

— Página 4

UNESP discute sociedade global e socialismo em setembro

Pág. 3

Fonte: Arquivo UEMS.

Com 12 páginas, a edição do jornal de março de 1994 começa com a manchete de capa esclarecendo a principal medida que seria tomada na universidade, a revisão de curso, e, na nota de capa, informa que a entrevista com a reitora Sandra Freire, que comporia as duas páginas centrais da publicação, versaria também sobre: possibilidade de um novo vestibular; linhas de ação enfatizando em pesquisa e extensão; convênio de cooperação com a Binacional Itaipu; e reorganização do quadro docente, técnico-administrativo e funcionários cedidos.

Com tiragem de 2 500 exemplares, essa edição também trata da visita do pró-reitor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) recebida pela reitora; dá destaque para o convênio de cooperação técnica entre a UEMS e a Itaipu; fala sobre a reclamação de estudantes em relação aos ônibus e à falta de restaurante no campus; e anuncia um evento da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp).

Na segunda publicação do reitorado de Sandra Freire, edição de abril de 1995, o entrevistado é o Secretário de Estadual de Educação, Aleixo Paraguassu Neto, e o foco da entrevista, como mostra a manchete, é: “Governo diz que Universidade será reavaliada”.

Figura 5 – UEMS Informação - nº 4, abril de 1995

UEMS · im formação
Ano 1 - Número 4 Abril 1995 Universidade e Comunidade

Governo diz que Universidade será reavaliada



O secretário estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, Alexio Paraguassu Netto, afirmou, em entrevista ao *Im formação*, que não há relação alguma entre a não realização do vestibular e o fechamento da UFMS. De acordo com o secretário, o governo tem afirmado insistentemente que o objetivo é, ao contrário, o fortalecimento da instituição.

Paraguassu disse ainda que o projeto da Universidade está sendo reavaliado porque o governo entende ser prioritário criar condições melhores para o funcionamento dos cursos já existentes. Segundo ele, a Universidade está carente de bibliotecas, equipamentos, computadores, professores e até prédios. "Muitos desses prédios foram deixados incompletos", disse.

Outra preocupação do governo, segundo o secretário Paraguassu, é com relação a autorização da Universidade. Para ele, "a autorização significa conferir autonomia à instituição, a partir da qual a reitoria terá condições para administrá-la".

Na entrevista, o secretário de Educação diz que, enquanto a autorização não acontece, nada impede o crescimento da Universidade: "é o que estamos fazendo, com a liberação de recursos para a sua administração, provendo suas necessidades". Entre as medidas de reestruturação da Universidade, o secretário anuncia a realização de concurso público para o quadro docente da UEMS.

— Páginas 6 e 7

Grupo musical desenvolve pesquisa com novos sons

Não ficar preso à repetição de partituras de arranjos pre-existentis, pesquisar novos sons, novos arranjos e criar uma nova metodologia de ensino que resgate o gosto pela música de qualidade. Esse é o objetivo do projeto "Instrumental Vocalia", grupo vocal da UEMS.

A ideia do projeto partiu da Divisão de Cultura e Desporto da Pro-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UEMS. O coordenador e diretor-gerente dos ensaios, professor José Carlos de Souza, disse que quer criar um espaço para a emoção estética dentro e fora da universidade, tentando suprir a falta de investimento que existe no campo da cultura e das artes de uma maneira geral.

— Página 3

Acordo ortográfico entre países complica portugueses

O acordo entre os países de língua portuguesa é no mínimo sem propósito e exdrúsculo. A distância entre esses países inviabiliza uma unificação, pois cada povo precisará ter palavras próprias para que, em se dizendo essas, possa nomear realmente o significado. Parece coisa de neocolonialismo.

A língua no Brasil já foi adulterada ao extremo, e determinados erros, ou exceções, parecem ser agora a regra. Expressões como "nós foi, nós vai", "são 10 re..." ferem a todo momento nossos ouvidos. Além disso, nós temos preferência por determinado tipo de som de palavras que em outros países seria completamente diferente, devido a cultura local e até continental.

— Página 2

CASA Regina
de 200 anos

Artigos escolares, engenharia, informática, central cópias. Livros em geral

Fone: 421-3616 / Fax: 421-6019

Av. Weimer G. Torres, 2559 - Dourados-MS

Exposição marca 30º aniversário de Glória de Dourados



Página 5

Bazar Bom Jesus

Rua José Clelio Sobrinho, 483 - Fone 087-656-1613 caixa postal 75 - 79540-000 Dourados - MS

A equipe do **im formação** parabeniza o jornal "O Progresso" pelos **45** anos dedicados ao jornalismo de Mato Grosso do Sul

Nas edições dos três meses seguintes (maio, junho e agosto de 1995), como pode ser observado, o foco sai do assunto da revisão da universidade ou dos cursos e vai para a normalidade do prosseguimento das ações da universidade: “Comissão estuda educação a distância”; “Convênio prevê intercâmbio com Cuba”; “Estadual de Maringá é nova parceira”; “Extensão promove curso de teatro”; anúncio de novo vestibular da universidade, que ocorreria no final de 1995, e da assinatura entre reitores das universidades do Centro-Oeste, além de outras notícias como participação em eventos, cursos em Unidade Universitária, anúncios de eventos, artigos, jogos acadêmicos.

Figura 6 – UEMS InFormação - nº 5, maio de 1995

UEMS · in formação
Ano 1 - Número 5 Maio 1995 Universidade e Comunidade

Comissão estuda educação a distância



A reitora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Sandra Luiza Freire, constituiu comissão para proceder estudos a fim de viabilizar a implantação de um Núcleo de Educação Aberta e a Distância. A comissão é formada por Maria Odete Amaral (presidente), Jorge Vasconcelos Pazovich, Terezinha Aparecida Machado Araújo e Naira Maria Fial de Quevedo Sgarbi.

A educação a distância é um recurso para atender grande número de alunos. Na avaliação da comissão, esta modalidade de ensino visa, entre outros objetivos, suprir a falta, nas universidades que possuem cursos de licenciatura, de programas interdisciplinares de pesquisa e extensão voltados especificamente para a base dos problemas da educação pública.

Durante este mês, a comissão discutiu com técnicos da Secretaria de Estado da Educação, projeto de criação de curso de graduação em educação básica para professores não graduados que atuam em sala de aula.

Editorial

Uma vez a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul esteve presente na Exposição Agropecuária de Glória de Dourados. Na foto, o prefeito de Dourados, Humberto Teixeira, assina livro de presença no estande da UEMS, ao lado dos prefeitos Jairo de Vasconcelos (Glória de Dourados) e Rogério Posser (Maracaju). Presentes ainda a reitora Sandra Luiza Freire, a pró-reitora Eneida Gebaile Martins e a gerente da Unidade local, professora Maria das Neves.

TAPAJÓS
Vende o melhor pelo preço menor.
R. do Comércio, 596
Fone (081) 749-2522 • Bairro • ITZ

Arbitragem dos Jogos Acadêmicos em Maracaju será coordenada pela Fundesporte

Página 04

Universidades estarão presentes na 31ª Exposição Agropecuária de Dourados

Página 05

CASA Regina
Atique escolas, engenharia, informática, central cípios. Livros em geral.
Fone: 421-3616 / Fax: 421-8019
C. Wilson, C. Torres, 2314 - Dourados, MS

Reitores assinam na SBPC protocolo de integração das universidades do Centro-Oeste

Página 03

ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO

Fonte: Arquivo UEMS.

Figura 7 – UEMS InFormação - nº 6, junho de 1995

UEMS · in formação
Ano I - Número 6 Junho 1995 **Universidade e Comunidade**

Convênio prevê intercâmbio com Cuba

Um acordo firmado em maio entre a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e a Universidade de Matanzas, de Cuba, vai possibilitar a vinda à instituição de especialistas de diversas áreas - como zootecnia e enfermagem. A representante da Universidade cubana, professora Luz Maria, é a entrevistada do InFormação deste mês. Ela fala sobre a importância desse convênio e também explica alguns dos fatores que fizeram de Cuba um exemplo para os países latino-americanos.

De acordo com a professora, apesar do difícil momento econômico vivido por Cuba, por causa do embargo imposto pelos Estados Unidos, o país tem conseguido manter porções básicas propostas pelo atual regime. Entre esses princípios, destaca-se a política nas áreas de Saúde e da Educação.

Cuba mantém ainda intercâmbio com outros países, como Peru, Bolívia, México e Espanha.



A Universidade Estadual receberá profissionais de diversas áreas, através do acordo firmado em maio com a Universidade cubana de Matanzas

Páginas 6 e 7

Estadual de Maringá é nova parceira

Desde o último dia 5, as universidades estaduais de Maringá (PR) e Mato Grosso do Sul são parceiras. O convênio é amplo e de cooperação mútua para o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa, extensão e assessoria técnica. A vigência do acordo é por prazo indeterminado.



A reitora da UEMS, Sandra Luliza Freire

Página 3

Distância entre países não impede unificação ortográfica

Nirguem está tentando unificar a fala nos países de Língua Portuguesa. O acordo não propõe isso, mas apenas uma reforma ortográfica. E se a Língua, apesar das diferenças, é única, como seria possível unificá-la?

O "neocolonialismo linguístico", se é que existe, talvez não seja o pior. A língua que as ex-colônias portuguesas herdaram teve a utilidade de unificar cada povo e até de facilitar sua emancipação política.

O Brasil não seria um país continente se em toda a sua extensão não se falasse a mesma língua. Se ela é uma herança colonial, quem pode provar que nos dias de hoje isso é um mal?

Como diz Fernando Pessoa, "muita pátria é a Língua Portuguesa". Assim, a distância entre países não pode ser fator de impossibilidade para a unificação ortográfica.

Página 11

Extensão universitária é tema de debate em Fortaleza

Página 4

Fonte: Arquivo UEMS.

Figura 8 – UEMS InFormação - nº 7, agosto de 1995

UEMS · inFormação
Ano I - Número 7 Agosto 1995 Universidade e Comunidade

Convênio com Cuba prevê intercâmbio

Cooperação começa pelas áreas de Letras, Zootecnia, Informática e Saúde

O reitor da Universidade de Matanzas (Cuba), Angel Vega Garcia, esteve em Dourados dia 14 de agosto para assinar convênio de cooperação técnico-científica e cultural com a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Ele participou ainda do lançamento do Projeto Tererê - Programa de Alfabetização de Adultos, dia 15, em Maracaju. Na ocasião, o reitor Angel Garcia convidou a reitora Sandra Freire para visitar Cuba e conhecer de perto os programas desenvolvidos nas áreas de Saúde e Educação. Página 3



O reitor da Universidade de Matanzas (Cuba), Angel Vega Garcia, durante encontro com a reitora de UEMS, Sandra Freire

Extensão promove cursos de teatro

A Pró-reitoria de Extensão da UEMS, através da Gerência de Assuntos Comunitários e da Divisão de Cultura e Esportes, promove de 1 a 3 de setembro, no Cead (UEMS/ Dourados), um curso de iniciação em direção e montagem de grupos teatrais universitários. O ministrante é o especialista em teatro universitário, professor Roberto Aguiar. O projeto tem apoio da Fundação de Cultura do Estado, da UCDD (Campo Grande) e da Funccid - Fundação de Cultura e Esportes de Dourados. O curso é aberto a professores e estudantes universitários.

Administração participa de "Marketing Básico"

Ampliar os conhecimentos através de uma nova visão do mundo dos negócios. Esse foi o objetivo do curso "Marketing Básico" que teve a participação dos alunos do curso de Administração da Unidade de Ponta Porã, entre os dias 22 e 24 de julho.

Português e Literatura são tema de curso

A Unidade de Nova Andradina realizou, entre 21 e 25 de agosto, a primeira etapa do projeto "Curso de Língua Portuguesa e Literatura no 1º grau", com a participação da Secretária Municipal de Educação, supervisores escolares da Somoc, e cerca de 50 professores. A coordenação é do professor Alcino Luis Sampayo.

Inglês para vestibulandos

A professora Maria Conceição de Lima Lopes realizou de setembro a novembro, curso de Inglês para candidatos ao vestibular APAE.

O professor José Antonio Zanquetta realiza treinamento de iniciação à natação com os alunos da APAE de Nova Andradina. O projeto vai até novembro.

Curso ensina a formar salas de leitura

A Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários e a Gerência Geral de Bibliotecas promoveram entre 7 e 18 de agosto curso sobre implantação de salas de leitura. O projeto teve parceria do Núcleo Educacional-74 de Dourados e aconteceu na Escola Armando da Silva Carneiro. Cerca de 120 pessoas, entre professores e coordenadores educacionais participaram do evento.

Vestibular acontece em dezembro

As inscrições para o segundo vestibular da UEMS acontecem entre os dias 9 e 20 de outubro. São 780 vagas em 17 cursos distribuídos em 14 cidades do Estado. As inscrições serão feitas apenas nos agências dos Centros. Os exames acadêmicos de 15 a 17 de dezembro nas cidades onde a instituição mantém campus. O pró-reitor de Assuntos Acadêmicos, Everaldo Pinto Conceição, informou que os candidatos ao curso de Letras com habilitação Português/Inglês só poderão optar no exame pela língua inglesa. Página 3



O pró-reitor Everaldo Conceição

Pizzaria
La Maggiori

• Promoção: Predatamos o cheque para 10 dias de funcionários e alunos da UEMS que apresentarem identificação.

Rua Dr. Nelson de Araujo, 635 - Centro- Dourados, MS.

Disk-Pizza
421-5025

Fonte: Arquivo UEMS.

Entretanto, a publicação do *UEMS InFormação* de setembro de 1995 retoma o assunto da revisão da universidade, e o segundo vestibular da UEMS, que ocorreria naquele ano, é cancelado. A foto e a fala do Secretário Estadual de Educação, Aleixo Paraguassu, destacam-se na parte principal do jornal, ressaltando que o cancelamento havia ocorrido por recomendação do Ministério da Educação e que o governador iria nomear uma comissão para elaborar uma nova proposta de reorganização da instituição.

Figura 9 – UEMS InFormação - nº 8, setembro de 1995

UEMS · inFormação
Ano 1 - Número 8 Setembro/1995 Universidade e Comunidade

Comissão vai rever Universidade

O secretário estadual de Educação, Aleixo Paraguassu, divulgou nota no último dia 29 de setembro, através da Secretaria de Comunicação, para explicar que o governo decidiu cancelar a publicação do edital do 2º vestibular da UEMS por recomendação do Ministério da Educação. O secretário disse que o governador deve assinar decreto nomeando uma comissão para a elaboração de uma nova proposta de reorganização da instituição.

"O MEC considera o atual projeto muito ambicioso para as nossas possibilidades". Em julho a Secretaria de Educação gastou 2,5% de seu orçamento com a Universidade Estadual.



O secretário da Educação, Aleixo Paraguassu

Curso mostra literatura infantil como recurso lúdico

A professora Estela Natalina Mantovani, do Curso de Letras, Habilitação Inglês, da Unidade de Cassilândia, estará ministrando o Curso "A Literatura Infantil como um Recurso Lúdico", destinado aos professores de 1ª a 4ª séries do 1º grau, no período de setembro a novembro.



Alunos plantaram as primeiras árvores do futuro bosque

Ponta Porã planta árvores para saudar a Primavera

Com o apelo "natureza - resistência e magia", os acadêmicos do curso de Administração com habilitação em Comércio Exterior, juntamente com convidados representantes de diversos segmentos da sociedade, saudaram a chegada da primavera com o plantio de 116 mudas de árvores nativas, frutíferas e ornamentais, em um esforço para a arborização do Campus da UEMS daquela unidade. O principal objetivo é formar um bosque, que proteja a unidade da ação dos ventos muito fortes, na área alta e descampada em que se encontra o prédio.

Integração se faz com **comunicação.**
Parabéns!
Diário do Povo
por estes **dois anos**
a serviço da **integração regional.**

Pizzaria La Maggiori
Disk-Pizza 421-5025

Promoção: Predatamos o cheque para 10 dias de funcionários e alunos da UEMS que apresentarem identificação.

Rua Dr. Nelson de Araujo, 635 - Centro- Dourados, MS.

Fonte: Arquivo UEMS.

Com 12 páginas e tiragem de 2 mil exemplares, as outras notas de capa foram sobre assuntos mais amenos: o plantio de árvores da Unidade de Ponta Porã para saudar a primavera, um curso de literatura na Unidade de Cassilândia e duas publicidades.

Essa foi a última edição em que Sandra Luiza Freire apareceu como reitora da instituição, pois, após nove meses, o Tribunal de Justiça do Estado deu liminar favorável, e Leocádia Leme e Luiz Antônio Gonçalves reassumiram a reitoria da UEMS no dia 26 de outubro de 1995. A reitoria tinha a “[...] missão de retomar o processo de autorização da Universidade junto ao Ministério da Educação, contudo não tinham o apoio do Governo de Wilson Martins, que nomeou uma comissão interventora para regularização legal da UEMS” (Mazini; Rosa, 2019, p. 36).

Com esses acontecimentos, a edição de novembro do periódico já tinha como reitora Leocádia Aglaé Petry Leme e teve como foco principal o aniversário de dois anos da UEMS, com uma entrevista, nas duas páginas centrais, em que a reitora falaria sobre o histórico de criação da Universidade Estadual e sobre sua recondução ao cargo, a luta e o trabalho pela consolidação da UEMS. A imagem principal é da sede da reitoria da universidade, em Dourados.

Figura 10 – UEMS InFormação - nº 9, novembro de 1995

· UEMS · in formação

Ano II - Nº 9 novembro/1995 **Universidade e Comunidade**

Universidade Estadual completa dois anos

Falando de cultura, ovos e outras coisas

Depois de tanto escrito sério, de tanta convivência com índios, políticos e UTI, o antropólogo Darcy Ribeiro piroou um pouco e fez algo mais sério ainda, com cara de qualquer coisa. Seu novo livro, *Noções de Coisas*, com ilustrações do Ziraldo, traz questionamento para adolescentes, fala, da invenção do zero e serve para gente grande pensar... *Página 4*



Nova Andradina

Natação ajuda deficientes

O professor José Antonio Zancheta desenvolve projeto com crianças excepcionais usando a natação como terapia física e mental.

As atividades são realizadas em sessões de duas horas, três vezes por semana, e tem acompanhamento de um fisioterapeuta... *Página 12*

Sede da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, em Dourados.

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul completa neste próximo mês dois anos. Instituída em 22 de dezembro de 1993, através da lei 3.691, surgiu como resposta às necessidades tanto do ensino de 1º e 2º graus, como dos anseios da sociedade sul-matogrossense na oferta de cursos de nível superior.

Segundo a reitora, da UEMS, Leocádia Aglâs Petry Leme, a proposta de criação da Universidade surgiu de estudos realizados por representantes da Secretaria Estadual da Educação, da Assembleia Legislativa, do Conselho Estadual de Educação e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Distribuída por 15 cidades do Estado, a instituição é hoje uma realidade. Nestes dois anos, foram realizados dezenas de projetos de extensão e assinados cerca de 20 convênios com órgãos públicos e instituições universitárias do Brasil e do Exterior.

A reitora Leocádia Petry Leme, reconduzida ao cargo depois de nove meses afastada, fala em entrevista ao *InFormação* um pouco dessa história de luta e trabalho pela criação e consolidação da Universidade Estadual em Mato Grosso do Sul. *Páginas 6 e 7*



Livro fala sobre movimento divisionista

Página 2

Pizzaria La Maggiori

Disk-Pizza 421-5025

Promoção: Predatamos o cheque para 10 dias de funcionários e alunos da UEMS que apresentarem identificação.

Rua Dr. Nelson de Araujo, 635 - Centro- Dourados, MS.

Dentro da piscina, as crianças desenvolvem a coordenação, e ficam mais autoconfiantes

Enfermagem Biologia Zootecnia Direito Computação Administração Rural Comércio Exterior Ciências Letras Inglês Português Espanhol Pedagogia Matemática

Fonte: Arquivo UEMS.

Com 12 páginas e tiragem de 2 mil exemplares, a edição também apresenta, em sua capa, o trecho de um artigo que discute acerca de obra de Darcy Ribeiro e livro sobre movimento divisionista, além de ressaltar o projeto de natação que ajuda o desenvolvimento de deficientes em Nova Andradina. Pode-se notar a inserção de um rodapé mostrando a diversidade dos cursos da UEMS naquela época, importante para o momento que se passava, de revisão da universidade.

Depois de novembro, após a reintegração da reitora Leocádia Leme, a nova edição só é divulgada em fevereiro de 1996, intitulada Edição Especial. Com oito páginas, ela destaca o segundo encontro de professores da UEMS, que ocorreria em Aquidauana, com várias fotos retratando a cidade.

Figura 11 – UEMS InFormação - Edição Especial, fevereiro de 1996

UEMS · inFormação

Edição Especial fevereiro/1996 Universidade e Comunidade

Aquidauana recebe professores para 2º Encontro da Universidade Estadual

Página 6
Foto: Cadorneta

UEMS recebe recursos de Brasília

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul submeteu ao Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), vinculado à Secretaria de Cultura da Presidência da República, três projetos: "Patrimônio Cultural: Aquisição do Acervo bibliográfico", "Patrimônio Cultural: Videoteca" e "Música: Instrumenta Vocália". Todos eles foram aprovados. Isso significa que a UEMS vai receber já no próximo mês (março) cerca de R\$ 220 mil.

O projeto da Biblioteca prevê a aquisição de mais de 2.500 títulos, nas áreas dos 18 cursos mantidos pela instituição. O projeto da Videoteca inclui, além de fitas de vídeo, CD-ROMs para multimídia.

Para o Coral, os recursos serão usados na aquisição de instrumentos musicais.



Comissão Especial visitou 14 municípios; relatório deve ser entregue ao governo neste mês

Página 6

Professores estaduais recebem treinamento da Universidade

Cerca de 500 professores da Rede Oficial de Ensino dos municípios de Ivinhema, Caarapó e Itaporã participaram de cursos de treinamento, realizados entre os dias 5 e 8 deste mês, oferecidos pela Universidade Estadual.

A coordenadora do projeto, professora Ivone Garcia do Prado, disse que foram colocados a disposição dos Núcleos Educacionais da região de Dourados 16 professores da instituição. Os temas dos cursos foram: Dificuldades Ortográficas, Fixação de aprendizagem, Literatura no 2º grau, Conteúdo, Metodologia e Prática de Matemática, Geometria: teoria e prática, Avaliação Diagnóstica, Relações Humanas, Educação Musical e Recreação, Educação Física no 1º e 2º graus, Problemas de Aprendizagem nas Primeiras Series e Formação de Biblioteca Escolar. Os projetos de capacitação estão sendo desenvolvidos em parceria com os Núcleos Educacionais, com o apoio das prefeituras locais.

Doce Pastel

O ponto da tentação

DOCES, BOLOS, TORTAS E SALGADOS

R. Camilo E. da Silva, 610

RESTAURANTE Pratos Especiais Típicos nos Sábados, Domingos e Feriados

Maxi Kilo

Fone 421-9781

Av. Nelson G. Torres, 2027 Dourados-MS

Enfermagem Biologia Zootecnia Direito Computação Administração Rural Comércio Exterior Ciências Letras Inglês Português Espanhol Pedagogia Matemática

Também compõem a página principal informações sobre recebimento de recursos de Brasília; comissão especial instituída pelo Governo do Estado, a qual visitou 14 municípios e deveria entregar relatório ao governo em fevereiro de 1996; e treinamento recebido por professores estaduais da universidade.

Na última edição, número 10, de março/abril de 1996, são discutidos fatos que estavam fazendo a comunidade acadêmica “perder o sono”, como a redução de cursos e unidades universitárias, após o resultado da comissão da revisão da UEMS. Na fachada da sede da universidade em Dourados, foi pichada a frase “Governador nos deixe estudar!”; na manchete da capa, há a notícia de que haverá vestibular, contudo com redução de cursos. Outra nota em destaque, seguida pela foto da reitora Leocádia Leme, é o anúncio da posse dos novos pró-reitores.

Figura 12 – UEMS InFormação - nº 10, março 1996

BIBLIOTECA UEMS

UEMS · inFormação

Ano II - nº 10 Universidade e Comunidade Março/Abril de 1996

Leocádia dá posse a novos pró-reitores

A reitora da UEMS, Leocádia Petry Leme deu posse aos novos pró-reitores da instituição. A Pró-reitoria de Assuntos Acadêmicos ficou a cargo da professora Terezinha Aparecida Machado de Araújo, que exercia a função de

chefe da Divisão de Capacitação Docente. Pela pró-reitoria de Administração responde o professor João Eduar- do de Almeida, Doracy Moraes dos Santos assumiu a de Ex- ternado e Assuntos Comunitá- rios. **página 3**

Colegiados aprovam edital do vestibular

Governo estadual anuncia a redução de cursos **página 3**



A reitora da UEMS, Leocádia Agilé Petry Leme

UEMS participa de Forum sobre pesquisa

Unificação dos critérios do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. Esse foi um dos assuntos discutidos durante Encontro do

Forum Nacional de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-graduação, realizado em Campo Grande, nos dias 7 e 8 de março. **página 7**

República Guarani coloca eurocentrismo em xeque

página 19

Fa pel
apelada

Materials para:
escritório
escolas
informática

Comércio e Importação

r. Hayel Bon Faker, 2110 - Telefax: 421-4554



Fachada da sede da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, em Dourados, pichada no ano passado durante campanha dos alunos pela realização do vestibular e manutenção dos atuais 18 cursos, distribuídos em 15 municípios.

Fonte: Arquivo UEMS.

A foto-legenda só é utilizada na capa dessa que foi a última edição do periódico (que tinha 12 páginas e tiragem de 1 500 exemplares), mostrando a fachada da sede da UEMS em Dourados pichada pelos próprios alunos, e não há referências internas. O contexto era o seguinte: com o resultado do relatório da Comissão, o Secretário de Educação, Aleixo Paraguassu, anunciou que iria reduzir em 50% a estrutura da universidade, diminuindo de 18 para oito os cursos e de 15 para seis os *campi* (Mazini; Rosa, 2019).

Seriam mantidas apenas as unidades de Dourados, Aquidauana, Jardim, Amambai, Coxim, Ivinhema e Paranaíba. Os ânimos aqueceram na Universidade e os alunos fizeram manifestações. O 8 de maio foi o Dia D! Leocádia já havia feito um pedido para falar na Assembleia Legislativa sobre a situação na Universidade. E, com a decisão de fechamento de algumas Unidades Universitárias, os alunos de diversas unidades se mobilizaram e lotaram a Assembleia. Depois de todas as manifestações, o governo acabou voltando atrás com a decisão e manteve as 15 unidades da UEMS (Mazini; Rosa, 2019, p. 37).

Como não houve a produção de mais periódicos *UEMS In-Formação*, nem nesse período nem posteriormente, existem lacunas finais desse início de consolidação da universidade. Contudo documentos jornalísticos e registros da época mostram a continuidade da universidade do tamanho com que foi criada e credenciada pelo Conselho Estadual de Educação/MS, em 1997, sendo a primeira universidade do Brasil a ser autorizada por um conselho estadual – descentralização prevista na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), recém-aprovada no final do ano de 1996 (Mazini; Rosa, 2019).

Em 2023, perto de completar 30 anos, a universidade está presente em 28 municípios, sendo 15 unidades físicas e 13 polos de

EaD pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), e, ainda, em municípios com cursos de oferta única. Hoje, tem mais de 70 cursos de graduação, 4 doutorados, 18 mestrados e 10 especializações *lato sensu*. Com um corpo técnico e docente de cerca de mil servidores, atende a sociedade sul-mato-grossense e já formou cerca de 20 mil profissionais, conforme informações institucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com periodicidade mensal, entre 1994 e 1996, foram 12 edições, com exceção de alguns meses em que não houve publicação, que registraram os fatos históricos ocorridos naquele momento da universidade. O jornal mostra a dinamicidade do início da formação da UEMS, recebendo o nome de *UEMS InFormação*, provavelmente para remeter a esse período de formação da instituição.

O jornal foi importante para guardar a história da instituição, mesmo não conseguindo cumprir sua periodicidade mensal, provavelmente pelas problemáticas políticas que envolviam a universidade da época. O jornal registra a história, ressaltando, nas manchetes de capa, o partidário político que seguia; na época de Sandra Freire, por exemplo, era possível notar o avanço da universidade nas ações que ocorriam, porém sempre se expunha a necessidade de revisão, pois a universidade, segundo os governantes, havia sido pensada às pressas e não era autorizada pelo Ministério da Educação. Já no que se refere ao retorno ao cargo de Leocádia e Luiz Antônio, o foco era demonstrar o contrário, que a universidade havia sido pensada e atendia a uma demanda da sociedade de MS, além de estar legalizada.

Como ressaltado na parte teórica, o meio de comunicação organizacional, principalmente o meio jornal, é jornalístico, mas também é institucional e segue as diretrizes políticas dos seus gestores. Prezando pela qualidade jornalística, a edição número 1 mostra, na capa, a organização do jornal em editoriais e principais assuntos, deixando três páginas para as notícias das Unidades Universitárias da UEMS.

Por conta dos acontecimentos vividos na implantação da universidade, o jornal não foi publicado em alguns meses (janeiro, fevereiro, outubro e dezembro de 1995 e janeiro de 1996), gerando um lapso temporal na história. A última edição do jornal catalogada foi a de março de 1996, logo, para preencher as lacunas dos meses dos quais não havia registros, para este texto, contou-se com outras fontes que relatam a história da universidade, inclusive fonte oral.

Assim, mostra-se importante a produção de jornais ou canais de comunicação institucionais como forma de registrar os acontecimentos históricos de uma organização.

REFERÊNCIAS

CUNHA, E. C.; SANTOS, M. R. A. D. A memória institucional preservada através do jornal. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, [s. l.], v. 15, n. 4, p. 1-10, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/150775> . Acesso em: 07 abr. 2023.

GOTTARDI, A. T. V. **[Sem título]**. [Entrevista cedida a] Eduarda Fernandes da Rosa. Dourados, 2023. 3 arquivos .mp4 (10 min.).


LEMONS, C.; GÁUDIO, R. Del. Publicações Jornalísticas. In: DUARTE, J. (org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia:**

teoria e técnica. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2018. p. 251-276.

MAZINI, A.; ROSA, E. (org.) **UEMS 25 anos: uma história contada por todos!** 1. ed. Dourados, MS: Ed. UEMS, 2019. Disponível em: <https://livros.uems.br/index.php/Editora/catalog/book/14>. Acesso em: 07 abr. 2023.

UEMS: uma das mais preciosas joias sul-mato- -grossense

Angela Aparecida da Cruz Duran



Todo livro de memórias tem uma função muito importante: é uma forma de registro de um passado que ainda vive, que ainda ecoa dentro de cada um. O curso de Direito e a UEMS, certamente, tem para mim uma parte muito importante da minha história.

Nos corredores, nas salas de aula e nos bancos da cantina, sempre haverá um pouco de mim, assim como haverá em mim sempre um pouco desses lugares. Sempre haverá em mim muito dos meus amigos, dos meus professores, da UEMS e de Paranaíba, assim como haverá sempre em mim muita saudade e muita gratidão pelos dias que vivi ali (Dalécio¹, 2021, p. 171)².

1 Matheus de Toledo Dalécio: Advogado e Mestre em Direito, egresso do curso de Direito da UEMS Paranaíba – Turma 2016/Matutino.

2 DALÉCIO, M. de T. Relato de experiência acadêmica. In: DURAN, A. A. C. **Depois da festa:** a educação para os Direitos Humanos no curso de Direito da UEMS/Paranaíba e suas memórias. São Carlos, SP: Pedro e João, 2021.

João Alexandre Barbosa, na apresentação da obra *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (Bosi, 1979, p. XIV), afirma que, fundada no pensamento de Walter Benjamin, Bosi sabe que “a memória é a faculdade épica par excellence”, mas Benjamin vai ainda mais longe, pois entende que “O narrador conta o que ele extrai da experiência - sua própria ou aquela contada por outros. E, de volta, ele a torna experiência daqueles que ouvem a sua história”.

Por sua vez, a própria autora (Bosi, 1979, p. 68), em trecho mais adiante de sua obra, indaga: “Qual a forma predominante de memória de um dado indivíduo? O único modo correto de sabê-lo é levar o sujeito a fazer sua autobiografia. A narração da própria vida é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a ‘sua’ memória”.

O que farei aqui é exatamente o movimento descrito e bem captado por Benjamin e Bosi, ou seja, utilizo minha memória, uma faculdade humana superior, a faculdade épica por excelência, para repassar aquilo que vivi, nos espaços e ambientes onde transcorreu minha vida. Nesse movimento, conto minhas lembranças conforme meus filtros de vida, meus modelos e paradigmas, e de onde extrai minhas convicções e crenças. Ao descrever essas lembranças, peço permissão para que vez ou outra expresse sentimentos, reflexões e emoções experimentadas nos determinados momentos. Ao repassar tudo isso, torno esse saber também a experiência daqueles que me ouvem, que me conhecem, que partilharam a mesma experiência no seu tempo e na sua vida.

Antes de tudo, devo me apresentar. Sou Angela Aparecida da Cruz Duran, brasileira, paulista, nascida em Itajobi, interior do estado de São Paulo. Sou casada há 47 anos com o mesmo homem. Sou

mãe de três filhos, um homem e duas mulheres, há muito já adultos. Tenho três netos e um orgulho enorme deles.

Minha infância foi vivida na periferia da cidade de São Paulo, nos idos dos meados dos anos 1960, quando e onde iniciei meus estudos cursando o antigo primário. Morávamos próximo a uma Biblioteca Pública, e eu adorava fugir de casa durante as tardes para ir “ver e querer ler” os livros grandes e vermelhos que as bibliotecárias insistiam em não me deixar folhear, pois diziam que não era leitura para crianças. Esperei elas deixarem e, enquanto isso, li toda a obra de Christian Andersen e de La Fontaine. Fui testemunha ocular do Golpe de 1964. Desfilei nas ruas nas comemorações de 7 de setembro de uniforme e cantando o Hino Nacional Brasileiro. Assisti pela televisão as passeatas, as revoltas e as manifestações contra a ditadura. Testemunhei um velho pai procurando e chorando por seus filhos desaparecidos. Não entendia o que estava acontecendo, mas sentia que não era uma coisa muito boa para as pessoas.

Cursei o antigo quinto ano primário na mesma escola, e o ginásio em escola estadual, cujo ingresso se deu pelo famoso e extinto Vestibulinho de admissão ao ginásio. Li os clássicos de Homero, *Odisseia* e *Ilíada*. Escrevi um diário por influência da leitura do *Diário de Ane Frank*. Assisti à Seleção Brasileira de Futebol ser tricampeã e cantei “Eu te amo meu Brasil, eu te amo, ninguém segura a juventude do Brasil” junto com a nação inteira, mergulhados que estávamos na cegueira histórica e política ditatorial. Iniciei o curso colegial no meio da Reforma Educacional de 1972. Cursei a disciplina de Organização Social e Política Brasileira, a tão famosa OSPB, um conjunto de conhecimentos coordenados para orquestrar ideologias de ordem e obediência para massas.

Posteriormente, fiz também o curso Técnico em Contabilidade, muito comum à época. Sonhei com a faculdade, mas só ingressei no curso de Direito em meados dos anos 1980, já casada e com filhos. Vi o Brasil voltar à democracia e a passeata das Diretas Já. Vi a Constituinte ser instalada e a Constituição de 1988 ser promulgada. Vi pessoas retornando do exílio e as minorias ganharem voz. Vivi a História recente do Brasil.

Em 1987, graduei-me em Ciências Jurídicas e Sociais pelas Faculdades Integradas de Guarulhos (FIG) e fui aprovada no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de primeira tornando-me advogada em abril de 1988. Mudei-me da capital de São Paulo para o interior em meados dos anos de 1990. Nessa época, eu frequentava, quase que semanalmente, a casa da professora Vilma Alves Pereira, mãe do hoje Prof. Dr. Juliano Gil Alves Pereira da UEMS (à época recém-formado em Direito), pois a sua irmã era muito amiga de minha filha do meio.

Num dia do mês de fevereiro de 1999, a Vilma me disse: “Eu, minha amiga Zilda (também professora) e o Juliano vamos fazer especialização em Pereira Barreto; você não quer ir também?” Eu aceitei imediatamente, mesmo sem saber muito bem o que era e como era uma especialização. Aqueles sábados foram maravilhosos; abracei um novo mundo, o da Educação, e, para mim, tudo foi surpreendente. Eu tive que me esforçar muito para, no mínimo, acompanhar os/as colegas da Educação. Foi então que comecei a estudar a legislação educacional e os autores recomendados.

Tornei-me Mestre em Educação Escolar pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Araraquara-SP, em 2004. Esses foram os melhores anos de minha vida acadêmica. Doutorei-me em Direito pela Faculdade de

Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo (USP) em 2013 e vivi intensamente a faculdade, os novos conhecimentos e a pesquisa que realizei, a qual me levou a estudar o estado de Mato Grosso do Sul e seus povos indígenas detalhadamente, o que me modificou profundamente. Fui professora efetiva dos cursos de Direito, especialização em Direitos Humanos e especialização em Educação, coordenadora do curso de Direito (2004-2007) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba, por 23 anos (de 1999 a 2022).

Aposentei-me em março de 2022.

Sempre tive uma personalidade forte. Sou honesta, autêntica, franca, verdadeira, imperfeita, trabalhadeira, leal, companheira, às vezes mais do que gostaria ou deveria. Sou sonhadora, generosa, idealista, humanista, sensível, também, muitas vezes, mais do que deveria e gostaria.

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, a nossa UEMS, entrou em minha vida no ano de 1996, quando ouvi, pela primeira vez, a sigla UEMS. Após uma reunião religiosa, ao me aproximar de um grupo de mulheres vizinhas, fui solicitada, em razão de ser advogada, a dar minha opinião acerca do vestibular que a filha de uma dessas mulheres prestaria numa instituição nova que oferecia tal curso na cidade próxima de Paranaíba-MS. Lembro-me perfeitamente de responder que não saberia opinar a respeito, uma vez que nunca ouvira falar de tal instituição, mas que o curso de Direito era sim uma excelente opção profissional.

No início de maio de 1999, numa de nossas viagens a Peireira Barreto, para o curso de especialização em Didática e Metodologia do Ensino Superior, meu amigo Juliano me mostrou um edital de concurso público, o concurso da UEMS, e me convidou:

“Vamos prestar? A Dona Waldirene Garcia Gomes, mãe do advogado e então professor da UEMS Paranaíba Marcus Garcia Gomes, vai levar nossas inscrições pessoalmente lá em Dourados, onde serão as provas, explicou Juliano”. Eu lhe respondi: “Você tá louco? Acha mesmo que temos competência para passar num concurso desses? Só vai ter ‘fera’ concorrendo! Além disto, não temos titulação, nem especialistas somos!” Resolvemos ir, afinal de contas, como sempre diz meu marido, “o não você já tem, lute pelo sim!” E fomos.

As provas ocorreram em meados de julho de 1999, em Dourados, e eu optei pela área de concurso: Propedêutica, Teoria Geral do Direito e Direito Civil que eram juntas (Sociologia Jurídica, Filosofia Jurídica, Economia Política, Ciência Política...), Teoria Geral do Direito (Introdução ao Estudo do Direito) e Direito Civil: Parte Geral, Coisas, Obrigações, Família e Sucessões, Responsabilidade civil). Debrucei-me sobre os livros que possuía e mais alguns que emprestei de conhecidos advogados de Santa Fé do Sul e praticamente decorei os pontos propostos no concurso. Se dependesse de estudos, eu tinha certeza de que seria aprovada, mas não era apenas isso que contava...

Fui para Dourados e fiquei num hotelzinho perto da rodoviária, onde descobri que todo mundo estava ali pelo mesmo motivo, o concurso da UEMS, inclusive um Procurador do Estado, Dr. Nilton Kiyoshi Kurachi, que concorria para a vaga de professor de Direito Tributário e Administrativo em Paranaíba.

No dia da prova escrita, confesso que fiquei bem desanimada, pois a sala estava lotada de concorrentes. Com grande alegria, no outro dia, vi meu nome nos primeiros lugares da lista de aprovados para a segunda fase, a aula didática. Mas, no sorteio do ponto, achei que tinha levado azar: “A Estrutura das Normas Jurídicas” (Ave

Maria!). Filosofia jurídica pura, Teoria Pura do Kelsen “na veia”. Meu anjo de guarda naquele concurso foi Dr. Helder Baruffi (Obrigada pela indicação!), que me chamou e disse “Vá até a Biblioteca da UNIGRAN e procure por Dona Helena. Peça a ela para ajudá-la.” Obedeci, claro! E essa pessoa (a quem também sou grata) me ajudou a procurar bibliografia pertinente e tirou fotocópias para mim.

Minha aula didática seria no outro dia, às 14 horas. Eu também deveria elaborar um Plano de Aula, mas eu não tinha como digitá-lo, aliás, nem sabia utilizar um computador naquela época, então, fiz à mão mesmo. Estudei a noite inteira, e, quando amanhecia, um japonês com o cabelo molhado entrou no refeitório onde eu passara a noite e se surpreendeu com a minha presença: era o Procurador do Estado Dr. Nilton Kiyoshi Kurashi. Eu já tinha feito e refeito minha aula umas “trinta e duas vezes” e apresentado imaginariamente “para todo o estado de Mato Grosso do Sul”. Ele viu meu Plano de Aula manuscrito e me pediu ajuda para fazer o dele. Eu ensinei, e, em retribuição, ele imprimiu as três cópias do meu, “para ficar mais bonito”, como ele disse.

Cheguei à sede da UEMS quase ao meio-dia, duas horas antes da prova, e apresentei minha aula em exatos 45 minutos, contemplando todo o conteúdo com sucesso. Fui arguida pelos três examinadores, que foram extremamente gentis e humanos. No início da noite, saiu o resultado, e eu não conseguia acreditar que havia sido aprovada, sobretudo porque seríamos chamados imediatamente, como de fato fomos. Tomei posse e entrei em exercício no dia 09 de setembro de 1999. Um dia com esta coincidência numérica (09/09/1999) só podia ser um sinal, o de que tudo acontecia para o bem. E foi, pois nunca trabalhei com tanto gosto, paixão, empenho e alegria antes, em minha vida.

Logo em seguida, fomos convocados para o Encontro de Professores da UEMS, porém eu nem imaginava como era esse evento. Eu havia chegado pela manhã em Dourados e chovia como se fosse um dilúvio. Ao sair da rodoviária, comprei um guarda-chuva numa daquelas barraquinhas que ficavam ao lado, mas, ao ir para o meio fio da avenida para tomar um taxi até a cidade universitária, tomei um banho de água, jogada por um ônibus que passou em alta velocidade, que me molhou inteirinha. Totalmente despreparada para aquela situação, o jeito foi seguir molhada mesmo.

Ao chegar à Sede de Dourados, fiquei muito surpresa e entusiasmada, pois vi muitas mesas e muitas pessoas confraternizando. Havia uma mesa farta de comida, e, de longe, conheci a então Reitora, professora Leocadia Petry, uma mulher forte, inteligente e competente. Fui abordada pela Professora Dra. Doracina Aparecida de Castro Araújo e me pareceu que todos me aguardavam ansiosos. Fui convidada para a “mesa de Paranaíba” pela referida professora, que se apresentou como minha chefe imediata, pois era coordenadora do curso de Direito de Paranaíba, a quem eu deveria entregar meus documentos para a entrada em exercício; ela também me apresentou aos meus futuros colegas da Unidade Universitária, dentre eles: o professor Dr. Elson Luis de Araújo (Metodologia Jurídica), seu esposo; o professor Me. Jorge Cardoso Ramalho (Direito Constitucional), que eu havia conhecido durante o processo do concurso e que me incentivara bastante; a professora Jane Lúcia Medeiros de Oliveira (Direito Processual Civil); a professora Dra. Nair Carril (Direito Processual Penal); o professor Me. Luis Tadeu (Sociologia Jurídica); o professor Dr. Nilton Kiyoshi (Direito Tributário e Administrativo), que me deu um abraço gostoso e me elogiou dizendo a todos os presentes que eu merecia estar ali, pois ele testemunhara meu esforço

durante as provas do concurso. A Dra. Goretti, que havia feito parte de minha banca examinadora, também estava presente e comentou com meus pares que eu havia realizado uma excelente prova didática. Esses elogios aqueceram meu coração, me encorajaram e me fizeram me sentir acolhida, mas o meu corpo tremia muito de tanto frio.

Tudo era novo para mim, que vinha da iniciativa privada, e aprendi bastante com muitos colegas que me ajudaram, mas também levei algumas rasteiras de outros, ao longo dos anos.

Minha primeira aula foi numa sexta-feira, 17 de setembro de 1999, de Direito Civil, Direito das Coisas, para a turma do segundo ano noturno (1998-2003), a turma da, hoje, professora Dra. Elisabeth Maria de Mendonça, da Jane Pádua, da Adriana Morais, da Carol D'Árc, do Juiz Fábio Esteves, da Advogada Priscila Gorgulho, do Defensor Marco Antonio Ferreira Gomes, da Advogada Rita Veronezi, entre tantos queridos. Lembro que estava tão nervosa, que nem conseguia ouvir minha própria voz. Minha segunda aula, naquele mesmo dia foi de Direito Civil – Parte Geral, para a turma do primeiro ano (1999-2004), a Turma da Advogada Adriana Lacerda, da Advogada Ruth Marcela Martins, do Juiz Eguíliel Ricardo, do Advogado Marcus Moreira Ferraz, entre tantos outros queridos. Dizem que uma mãe nasce quando nasce seu filho. Do mesmo modo, acho que uma professora nasce com suas primeiras turmas, e eu nasci professora com essas duas, e como eu as amei, as minhas primeiras! Como eu me entreguei, de coração aberto, em dedicação, estudos, consideração por cada um deles/as! Como eu esperei, sonhei, desejei que entendessem e reconhecessem que eu queria muito que fossem “o máximo” profissionalmente e que, por isso, fui tão dura e exigente com eles!

Meu primeiro projeto na UEMS foi de extensão, nos asilos. O Projeto “A Idade dos Direitos: ações nos asilos”, que realizava visitas mensais nos Asilos de Paranaíba, Santa Fé do Sul e Iturama, com o auxílio da Prof. Jane Lúcia Medeiros de Oliveira e a participação maciça dos alunos. Íamos em grupo para os asilos e passávamos as tardes com os idosos, quando ouvíamos suas histórias, conversávamos com eles, dançávamos, desenvolvíamos atividades manuais orientadas pelos fisioterapeutas e procurávamos solucionar seus problemas jurídicos, como aposentadoria, investigar onde se encontravam seus parentes, até registro de nascimento conseguimos tirar. Foi um trabalho muito gratificante, porque a alegria dos velhinhos com a nossa presença e a compreensão dos jovens para com os idosos eram emocionantes.

Em 2001, a professora Dra. Doracina de Castro me chamou e disse: “Você precisa entrar num mestrado” (Obrigada pelo “tranco”, Dora! Foi aí que acordei para a vida acadêmica!). Ela me apresentou o edital do mestrado em Educação da UNESP Araraquara, que estava aberto e disse “Se inscreve que te ajudo no projeto”. Entrar num mestrado em Direito era quase impossível naquela época. Eu não duvidei mais que poderia ser aprovada, pois a UEMS tinha me mostrado que tudo é possível, quando se quer algo de verdade. Fui lá, fiz a prova e passei! Foi muito cansativo aquele tempo, porque eu viajava toda semana, uma hora acordava na minha casa; outra, na casa de amigos em Araraquara; e outra, em Paranaíba. Havia momentos em que nem sabia onde estava. Estudava tanta coisa nova que parecia que minha cabeça ia dar um nó, afinal eu era um “ser do Direito na Educação”. Mas sobrevivi, aprendi coisas importantíssimas e muito necessárias e que me valem muito até hoje!

Nesse interregno de tempo, muita coisa aconteceu na Unidade de Paranaíba. Mudamos do prédio que ocupávamos na Escola Estadual Aracilda Cícero Correia Costa para prédio próprio na Av. Vereador João Rodrigues de Melo, s/n, Jardim Santa Mônica, e foi implantado o curso de Pedagogia, dois fatos que transformaram nossa Unidade, pois ganhamos confiança, força e melhor estrutura para trabalharmos.

Antes que eu tivesse defendido minha dissertação, fui convocada para assumir a coordenação do curso de Direito da UU/Paranaíba, pois o antigo coordenador, Prof. Me. Jorge Ramalho queria se transferir para Dourados. Fiquei três anos e pouco na coordenação (2004-2005-2006 e início de 2007). No início, sofri muito porque eu não fazia ideia de como era coordenar um curso, ter tantas responsabilidades, ter vários chefes que exigiam tantas obrigações e conhecimentos que eu não tinha, cumprir tantas normas internas, estaduais e federais, lidar com colegas professores difíceis, alunos bons e alunos complicados, com as autoridades municipais, com a população, enfim, a coisa pública. Eu tive muito medo de que coisas erradas pudessem acontecer sob minha responsabilidade. Chegava na Unidade todos os dias bem cedinho e só ia embora quando todas as salas eram fechadas.

Naquele 2004, a direção da Unidade Universitária da UEMS de Paranaíba foi renovada de uma só vez. Assumiu a Gerência a Profa. Dra. Silvane de Freitas, a coordenação da Pedagogia, o então Prof. Me. Ademilson Batista Paes, e eu, mestranda em Educação, a coordenação do Direito. Trabalhamos juntos por mais de três anos, e creio que fizemos um ótimo trabalho, pois tudo o que pensávamos dava certo, fazíamos com gosto, e a Unidade avançou muito em termos acadêmicos, se solidificou na região e ganhou projeção.

Foi um período de muito enriquecimento pessoal e profissional, aprendi muito com meus companheiros, a Silvane e o Ademilson (Obrigada, amigos!). Criamos o SCIENCULT, Simpósio Científico Cultural da UEMS/Paranaíba, o primeiro evento realmente acadêmico da Unidade, quando aprendemos a comunicar nossas pesquisas, a elaborar pôsteres, a fazer publicações, a receber convidados de outras áreas numa verdadeira transdisciplinaridade de conhecimentos e aprendizados.

Liderei a reformulação do projeto pedagógico do curso, que deu a direção para os Direitos Humanos que temos hoje. Recebi a comissão do Conselho Educacional de Mato Grosso do Sul, chefiada pelo Dr. Helder Baruffi, e nunca fui tão elogiada por meu trabalho, pois o curso estava “redondinho”, inclusive com nota quatro no ENADE, além de ter sido recomendado pela OAB - MS (Campo Grande), a única vez que isso tinha acontecido até 2021. E devo lembrar que, nesse quesito, a ajuda do finado Advogado Edson Pinheiro foi fundamental (Obrigada, amigo, onde estiver!). Tudo o que nós pedíamos ao então Reitor, o Prof. Me. Luiz Antonio Alvarez Gonçalves, ele nos atendia. Eu pedi dois concursos públicos para o curso de Direito, e ele autorizou, quando foram aprovados muitos professores que compõem nosso quadro docente hoje (Dabel, Cristiano, Isael, Léia, Gabriel Bonora, Alessandro, Claudia, etc.). Pedimos livros para a biblioteca e recebemos dezenas de obras atualizadas; solicitamos computadores para o laboratório, e ele nos mandou 29 máquinas novas; pedimos TV, *datashow*, máquina fotográfica, filmadora, pedimos para a UEMS financiar eventos, e eu mesma fui contemplada duas vezes, enfim, foram anos de muitos avanços. A única coisa que não foi possível, naquele momento, e que foi pedida desde 2004, foi

a ampliação do Núcleo de Práticas Jurídicas “em nosso terreno” (há mais de dezesseis anos).

Além disso, tínhamos o Encontro Anual de Professores em Dourados, aprendíamos com as excelentes palestras, discutíamos os cursos nas reuniões de áreas, havia uma confraternização memorável entre os funcionários e professores da UEMS. Nesses encontros, a gente tinha a real noção da grandeza de nossa UEMS e do nosso trabalho, e isso fortalecia o nosso moral, estimulava nosso trabalho, nos dava a sensação de pertencimento a um ideal maior, nobre, altivo! Nessas raras ocasiões, nos reuníamos à noite no famoso “Kikão”, para comer pizza, ao som ao vivo de muita “MPB”, e as amizades se estreitavam, as parcerias se formavam e as risadas corriam soltas, leves, felizes.

No entanto, durante o período que coordenei o curso, não recebi “apenas flores”, tivemos muitos problemas. Um deles foi quando algumas pessoas souberam que receberíamos a visita do Conselho Estadual para o reconhecimento do novo projeto pedagógico do curso de Direito e entenderam que o nosso curso não era válido, não tinha a “aprovação do MEC” como erroneamente propagaram pela cidade (hoje chamaríamos isso de *fake news*). Imediatamente, recebemos inúmeros telefonemas de pais de alunos querendo saber “a verdade” sobre o curso, afirmando que iriam “tirar seus filhos” daquela universidade que “nem a autorização tinha”. Foi preciso ir à rádio local e explicar como se dá o processo de revalidação quinquenal dos cursos superiores; foi preciso escrever para os jornais locais e estaduais porque a informação errada tomou proporções gigantescas. Finalmente, conseguimos amainar os medos e arrefecer os ânimos.

Além disso, enfrentamos a ameaça de vermos nosso curso matutino ser transferido para Campo Grande, como muitos políticos e até professores da própria universidade queriam e querem até hoje. Defendemos nosso curso e a união de nossa Unidade de Paranaíba com muita vontade. A ameaça, naquele momento se dissipou, todavia, volta e meia, nos vemos assombrados por esse fantasma, surpreendidos pela mesma conversa, ora por parte de políticos, ora por parte até mesmo, de outros professores.

Outras questões também tiraram a tranquilidade nesse período, como, por exemplo, a insurgência de uma determinada turma contra as aulas de uma professora do curso, o que, felizmente, foi resolvido com o bom senso de nosso então Reitor, que conseguiu apaziguar os ânimos sem prejudicar nenhuma das partes. De outra vez, foi um conflito gerado pelo preconceito contra a primeira turma de cotas para negros no curso. Houve ofensas por parte de colegas e até de professores do curso contra essa turma, mas, novamente, a pronta ação da Pró-Reitoria de Ensino, naquele tempo exercida pela Profa. Dra. Maria José Cordeiro, corrigiu rapidamente o problema.

Ainda é preciso lembrar que sofremos pressão política local e estadual para “facilitar” a entrada ou transferência de alunos de outras instituições, por meio de telefonemas, visitas, de retirada intempestiva de funcionários da limpeza e vigilância, de retirada do auxílio alimentício e diárias de hotel, que eram concedidas aos professores que vinham de outras localidades para dar aulas: resquícios de um coronelismo que imperou no local durante décadas e, às vezes, ainda assombra.

Particularmente, houve dois momentos muito cruéis para mim durante minha coordenação: o primeiro se refere a uma ameaça de morte que recebi, devido a uma atitude de defesa do curso; o

segundo ocorreu por conta de uma situação delicada, quando a professora de metodologia, honesta, se demitiu bem no momento em que deveriam ocorrer as defesas dos TCCs de uma turma, em razão de uma denúncia de que havia trabalhos “plagiados e comprados”. No primeiro caso, fui aconselhada pelo então Reitor a denunciar a ameaça de morte e levar o processo avante, mas, no final, acabei deixando para lá, pois nunca quis prejudicar ninguém. No segundo caso, fui orientada, também por ele, a assumir a disciplina de Metodologia, a conferir todos os trabalhos e estar atentíssima nas bancas. Foram dias difíceis, e até hoje sofro as consequências dessas decisões. Nunca terei certeza se fiz certo ou errado; às vezes, a única defesa é o ataque.

Deixei a coordenação do curso em 2007, pois acreditava que a alternância em funções de comando era a melhor forma do exercício democrático. Além disso, eu precisava me dedicar à seleção para o doutorado.

Surgiu também, nesse período, a oportunidade de abertura de mais um curso para a nossa Unidade. Após inúmeras reuniões, decidiu-se pelo curso de Ciências Sociais. Entendíamos, naquela época, que tal curso era de importância fundamental para nosso estado de Mato Grosso do Sul, uma vez que a formação cidadã de nossa população deixava muito a desejar. Era necessário fortalecer os conhecimentos em política, em sociologia e em antropologia, mormente por conta de termos a segunda maior população indígena do país, e porque ainda existem resquícios de um coronelismo violento, em que a força do “sabe com quem está falando”, ainda sobrevive em detrimento dos direitos humanos. O curso foi aprovado, mas só pôde ser implantado alguns anos depois, e, apesar de ser um curso tido como “supérfluo”, como também é considerado o curso

de Filosofia, trata-se de um curso da maior importância para a formação política, cultural e intelectual de um país, pois é um dos que mais forma “massa crítica” dentro da sociedade, algo imprescindível e inestimável, principalmente quando se vive tempos em que se corre o risco de imperar (ou imperam) ideologias fundamentalistas.

Depois de 2007, me dediquei a construção e aprovação do curso de especialização *lato sensu* em Direitos Humanos, com a ajuda de meus colegas, o que ocorreu em 2009, quando também fui aprovada no doutorado em Direito no Largo São Francisco, da USP. Foi um tempo de muito estudo, crescimento intelectual, reflexão, transformação pessoal, profissional e amadurecimento para mim.

A intenção era trabalhar para conquistar o mestrado em Direitos Humanos quando retornei do doutorado, em 2013. Todavia, a produção intelectual do grupo deixava lacunas para a propositura do projeto, e também não havia o número de doutores na Unidade necessário para a proposta, e eu entendia que deveríamos contar somente com os recursos humanos de nossa Unidade Universitária, pois estes eram seguros. Nesse momento, eu quis reunir o grupo de professores para orientar as produções científicas para a área de Direitos Humanos, o que teria adiantado muito no processo de construção do projeto e na proposta ao MEC, todavia fui aconselhada pelo então coordenador, o Prof. Me. Rodrigo Cogo, a não o fazer, uma vez que alguns colegas poderiam se sentir deslocados na área e muitos ainda estavam cursando o doutorado. Achei que ele tinha razão, que deveríamos esperar e não nos precipitar.

Pouco tempo depois, em 2016, adoeci. Primeiro, foi um AVC isquêmico que me fragilizou bastante, mas eu não me entreguei, reagi e superei rapidamente. Porém, no ano seguinte, foi um câncer de mama que me tirou o chão. Em ambas as situações, eu tive todo

o apoio de meus familiares, amigos, colegas, alunos e da instituição UEMS. Não sei se teria superado sem a ajuda, o carinho, a compreensão e o apoio de todos. Obrigada, colegas! Muitos alunos de todas as turmas e, especialmente, as turmas de calouros matutina e noturna daquele 2017, a turma do José, do Raul, da Isabel, da Ariane, da Fernanda, do Patrik, a turma da Ana Carolina, Isabela, Marcia, Heloisa, Jamile, Rebeca, Gabriel, Giovana, Mariana, que foram excepcionais em compreensão, carinho e apoio (tenho por vocês um afeto muito especial também!). Serei eternamente grata a essas pessoas por tudo o que fizeram por mim.

Em 2018 e 2019, readequei e reanimei antigos projetos que foram desenvolvidos de forma lenta no período em que estive doente. Reformulei o Grupo de Estudos Cultura Jurídica e Direitos Humanos, umas das minhas atividades prediletas, porque, durante anos, lemos e discutimos várias obras e temas que fizeram com que muitos estudantes avançassem realmente no estudo científico do Direito, o que levou alguns deles a se interessarem pela vida acadêmica. Nossos encontros, nos últimos anos, foram memoráveis, com grande participação de alunos, professores e até egressos e profissionais de outras áreas. Fiz nova proposta desse Projeto, o Depois da Festa, que é muito especial para mim. Como parte dele, planejei realizar um grande encontro de egressos em 2020, mas fomos surpreendidos pela pandemia causada pelo coronavírus, e tudo foi inviabilizado; tivemos que reaprender, “a toque de caixa”, a fazer diferente, a ensinar de mil e uma novas maneiras.

Mas o melhor mesmo, em todos esses anos, foram as aulas, a docência! Primeiro lecionei Direito Civil, depois, Filosofia do Direito, mais tarde, Introdução ao Estudo do Direito e, agora, Educação para Direitos Humanos, na graduação. Na especialização em Edu-

cação, foram as aulas de Políticas Públicas para a Educação Superior e, na especialização em Direitos Humanos, Educação e Inclusão. Ah, como eu adorei estar na sala de aula todos esses anos! A lousa, o giz, os olhares de surpresa, de encanto, a respiração presa, o silêncio, a caneta percorrendo ávida a folha de papel... Quando inicio minhas aulas, prendo a respiração, olho nos olhos das pessoas e começo a falar; tenho a sensação de estar flinando no mundo do conhecimento.

Das trinta e cinco turmas formadas nesses mais de 25 anos de UEMS/Paranaíba, acredito que só não dei aula, salvo engano, para nove delas: as turmas que colaram grau em 1999, 2001, 2002, 2007M, 2008M, 2014N, 2014M, 2015N e 2015M, período em que ingressei na UEMS, que me afastei por conta da coordenação e do doutorado. Acredito que lecionei para quase mil egressos do curso de Direito da UEMS/Paranaíba; foram 26 turmas com certeza e mais as de especialização.

Houve aulas memoráveis! Todas as turmas são inesquecíveis! Cada uma com suas manias. Nos divertimos, discutimos, aprendemos juntos, discordamos, nos indignamos, ficamos bravos, irritados, com raiva, eu e os alunos, ou só eu, ou só eles, ou só um ou outro (risos), nos emocionamos, ficamos magoados, mas também nos amamos, afinal somos humanos! Mas vivemos e aproveitamos essas aulas intensamente!

Alguns fatos são inesquecíveis, como, por exemplo, a frase do Marcos Ferraz lá em 1999: "Então é tudo Matrix?" Lembra, Marquinho? Rimos até umas horas, não foi, meu amigo? As festinhas de confraternização de final de ano, hein, Dora, Elson... que gostoso! Até leitoa assada tivemos! As duplas sertanejas, não é mesmo, Elisabeth Ironda Araújo? E o sofá do Jô, não é, Adriano Rogério Silva,

nas aulas de Direito das Coisas? O teatro Antígona, hein, Prof. Me. Dabel Salviano! Ó velho cabeçudo! Até hoje choro de rir ao lembrar! A emoção na comemoração dos dez anos de formatura da primeira turma em 2009, lembra, Fernando Zanele? A terrível viagem para a reunião do CEPE em Dourados para defender a aprovação das Ciências Sociais, não é mesmo, Rivelino Garcia! A nossa festa à fantasia, hein, Maria, Isael, Lígia, Marília, Milka, Roberta? Que delícia! Arrasei de Cruela Cruel! (risos) O bonde do utilitarismo, lembra, Marcelo Aguiar? Mata o pai ou não! (risos) Os inúmeros apelidos que os alunos dão aos professores... eu mesma recebi vários: vovozinha do Madagascar, Angela Durona, entre outros (pensam que eu não sei? [risos]). A emoção que, muitas vezes, levou às lágrimas nas aulas de EDH, não é mesmo, Claudio Gilberto Flores? Ah, são tantas histórias deliciosas! Se eu pudesse, viveria tudo de novo!

Nesses mais de 20 anos de UEMS, apesar de algumas decepções, mágoas e frustrações, que não empanam o brilho do todo, mas que não posso e nem quero esconder, pois estaria mentindo se não confessasse isso (por outro lado, também entendo que coisas desagradáveis e desapontamentos acontecem, afinal são coisas da vida), eu só tenho a agradecer! Agradeço aos funcionários com quem convivi, que sempre me trataram muito bem; aos meus superiores, que me respeitaram, me atenderam e me auxiliaram no que puderam; aos meus colegas de magistério, pelo companheirismo e amizade, afinal “juntos somos mais fortes e vamos mais longe”; à instituição UEMS e ao povo e contribuinte sul-mato-grossense, que confiaram em mim e me oportunizaram realizar uma das mais nobres profissões: a de ser professora.

Mas quero fazer um agradecimento para além de especial, um agradecimento amoroso, esperançoso, carregado de uma grati-

dão inestimável, de uma vontade de ter podido fazer mais do que fiz, de ter dado mais do que pude dar àqueles que tanto amei, um agradecimento também aos que me veem como um desafeto, um agradecimento carregado de uma vontade enorme de poder apagar todos os erros cometidos, todas as palavras mal ditas, todas as atitudes que possam ter magoado. Desculpo-me assinalando que sempre tive uma vontade ferrenha de formar os melhores profissionais de Direito do país, os mais capacitados, técnica e humanamente! Àqueles que foram meus alunos e alunas, aos que me amaram e aos que nem tanto, a minha eterna gratidão e o meu muito obrigada!

Confesso que, muitas vezes, me senti como o menino que carrega água na peneira, do Manoel de Barros, ou como o Dom Quixote de La Mancha, de Cervantes, enchendo infinitamente e vendo derramar toda a água da peneira, lutando contra moinhos de ventos... Mas, hoje, tenho muito clara, em minha mente e em meu coração, uma verdade que só enxergamos com a maturidade, com o olhar reflexivo lançado no passado: na realidade, quem mais cresceu e ganhou nesses anos fui eu, pois aprendi com vocês muito mais de todas as coisas, do que as coisas que ensinei!

No dia de minha primeira aula na UEMS/Paranaíba, naquele longínquo setembro de 1999, eu recorro nitidamente que coloquei uma frase na lousa, que expressa o meu sentimento por tudo o que viria e tudo o que foi, nesses mais de 20 anos: *“Vocês podem até pensar que eu sou um sonhador, pois saibam que eu não sou o único”* (John Lennon, na canção *“Imagine”*), e é com ela que gostaria de encerrar minha história nesta universidade.

No dia 10 de dezembro de 2021, nas dependências da UEMS/Unidade Universitária de Paranaíba/MS, realizei o lançamento da obra *Depois da festa: a educação para os Direitos Humanos*

no curso de Direito da UEMS/Paranaíba e suas memórias. Parte das memórias descritas neste capítulo foi extraída desse livro, em que publico a pesquisa que realizei durante muitos anos sobre a UEMS, a Unidade de Paranaíba e os alunos egressos do curso de Direito.

Na apresentação da obra, o Professor Mestre Alessandro Martins Prado faz as seguintes indagações:

Qual a importância da preservação de fatos históricos para o desenvolvimento de um projeto, de uma nação? De conhecer o papel histórico das pessoas que foram relevantes e que fizeram diferença para o êxito de um projeto? Conhecer as lutas que foram travadas no desenvolvimento deste projeto? Qual a importância de se aprender com o passado, gerir o presente e planejar o futuro? Qual a importância do ensino capaz de emancipar as pessoas para o domínio das habilidades necessárias para se tornarem cidadãos plenos para o sucesso em suas vidas pessoais e profissionais e a conquista da felicidade? A importância do ensino capaz de municiar as pessoas para a compreensão da diversidade e de lutar contra os preconceitos de raça, credo, sexo, cor, idade, gênero, etc.? O ensino para a construção de uma sociedade livre, justa, solidária e consciente da necessidade de promover esforços no sentido de erradicar a pobreza, a marginalização, as desigualdades sociais e as injustiças? Qual o impacto e o papel da universidade na transformação da vida das pessoas? (Duran, 2021, p. 11).

E prossegue ele afirmando que as respostas para todas essas indagações, o leitor poderá encontrar nessa obra, além de, certamente, se emocionar com os relatos documentados, e aprender muito.

No primeiro capítulo desse livro, faço um levantamento a respeito das instituições de Ensino Superior do nosso país. No segundo, relato a criação e o registro oficial da Universidade Estadual

de Mato Grosso do Sul, do curso de Direito e do desenvolvimento da Unidade Universitária de Paranaíba da UEMS, e as reformulações dos Projetos Pedagógicos do Curso de Direito. No terceiro capítulo, descrevo o levantamento realizado acerca da situação atual (2021) de nossos egressos e forneço informações relativas à qualidade do ensino jurídico que é desenvolvido na Unidade Universitária de Paranaíba, bem como a disseminação de seus egressos por vários estados da Federação. Com o quarto capítulo, é possível conhecer os testemunhos de alguns egressos sobre o cotidiano da vida acadêmica: os momentos de alegria, de tristeza, de superação; suas impressões e vivências com a pesquisa, o ensino e a extensão; suas experiências com o estágio, os congressos, a convivência acadêmica e professores que conseguiram, de alguma maneira, contribuir e ressignificar a vida do aluno e que serão eternamente lembrados.

Nesse país, não há tradição de preservar a memória. Contudo, o desenvolvimento de uma cultura de sua preservação é fundamental para prevenir que eventos deletérios se repitam e para aprender com experiências históricas exitosas que permitam desde o avanço civilizatório da sociedade até, por exemplo, o desenvolvimento histórico de uma instituição.

Nessa obra, demonstro a importância da UEMS como pioneira na implantação das cotas raciais e indígenas: uma universidade para muitos e para todos, que serviu de paradigma para outras universidades públicas e privadas no quesito da importância da inclusão.

Prado (Duran, 2021, p. 14) nos relata, ainda no mesmo texto de apresentação, uma preciosa declaração ocorrida em uma de suas aulas, que, suponho, confirmará aos idealizadores do modelo de universidade que constituímos o seu sucesso, o fato de que tomaram

as decisões certas, e inundará os corações daqueles que se dedicaram verdadeiramente à construção dessa universidade:

Um aluno esperou a sala esvaziar, aproximou-se e disse algo profundamente marcante: “Professor, sabe! A UEMS é uma espécie de ilha, não é perfeita, mas aqui, dentro de seus muros, conseguimos sentir, na maioria das vezes, maior conforto, aceitação, solidariedade e reconhecimento. Lá fora! Fora dos muros da universidade, é completa barbárie, professor.

No dia 03 de março de 2022, com muita emoção, despedi-me de minhas atividades docentes na última reunião pedagógica do curso de Direito da UEMS/Paranaíba/MS. O sentimento foi o de ter cumprido, a contento e com dignidade, uma missão. Ao longo de mais de 23 anos de dedicação exclusiva à instituição UEMS, contribuí para a formação de mais de mil profissionais do Direito, sendo que mais da metade deles alcançou sucesso na área jurídica, o que se considera um resultado altamente positivo, conforme se demonstrou nos levantamentos no órgão de classe e por outros meios, na obra mencionada.

Por fim e enfim, recebi o maior reconhecimento que um professor pode almejar em sua carreira, e o que efetivamente esperei durante todos os anos: meu nome foi escolhido para designar a turma de formandos em Direito da UEMS/Paranaíba de 2022/matutino, e, no dia da colação de grau desses formandos sou alto, emocionada e orgulhosamente, como música em meus ouvidos.

Tempos depois, fui convidada para proferir uma palestra sobre a criação da UEMS, da Unidade de Paranaíba e de seus cursos de Direito, para calouros do ano de 2023. Então, retornei àquele abençoado lugar, onde vivi muitas de minhas melhores experiências de vida e pelo qual tenho o maior apreço e carinho. Fiquei emocio-

nada e feliz, pois constatei o cuidado com o prédio, o recebimento de equipamentos novos, o início da ampliação de salas de aula, entre outras benfeitorias. É preciso reconhecer e agradecer os esforços da atual administração.

Para minha surpresa, fui homenageada pelos meus pares, e pelos meus queridos/as alunos/as, sendo presenteada com uma lindíssima Beca, com meu nome delicadamente bordado ao lado da sigla da universidade do meu coração, a UEMS, da qual me orgulho e à qual agradeço tanto, numa noite memorável que ficou gravada de modo indelével em minhas lembranças para sempre.

Quero finalizar parafraseando as palavras de Augusto Branco que refletem todo meu sentimento pela UEMS: ali, naquele espaço e tempo, eu fui à luta com determinação, abracei a UEMS com paixão, perdi muitas vezes, mas com classe, todavia venci muito mais vezes por conta de minha ousadia, porque o mundo é de quem tem coragem, a vida é muito para ser insignificante, e a UEMS é uma das joias mais preciosas dos sul-mato-grossenses!

REFERÊNCIAS

BOSI, E. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: Cia das Letras, 1979.

DURAN, A. A. da C. **Depois da festa:** a educação para os Direitos Humanos no curso de Direito da UEMS/Paranaíba e suas memórias. São Carlos, SP: Pedro e João, 2021.

UEMS: uma das mais preciosas joias sul-mato-grossense



UEMS - Unidade Universitária de Naviraí: entre fatos e fotos

Élida Galvão do Nascimento

INTRODUÇÃO

Atualmente, as produções acadêmicas voltadas para a história das instituições educativas têm mostrado relevância para a historiografia da educação brasileira. O interesse por essa temática se desenvolveu, conforme Nosella e Buffa (2009), na década de 1990, os quais afirmam que essas pesquisas têm como matrizes teóricas a nova história, a história cultural, a nova sociologia e a sociologia francesa.

Com a influência da história cultural, os pesquisadores desenvolveram um novo olhar, como destaca Pinto (2009), sobre o alargamento da noção de fonte, o uso de conceitos como os de representação, apropriação e imaginário, bem como a busca por novos objetos. Nessa perspectiva, temas como as instituições escolares passaram a ser privilegiados. A nova forma de ver a história

constituiu uma ruptura com a tradicional história da educação. Magalhães (2004, p. 58) afirma que historiar uma instituição é “[...] compreender e explicar os processos e os ‘compromissos’ sociais como condição instituinte”.

A história das instituições educativas traz a compreensão de como foi sua construção, considerando o contexto social que está inserido. Nesse entendimento, os pesquisadores buscam compreender a realidade e conhecer sua identidade, que a torna única no contexto social do qual faz parte (Galvão, 2018). Nesse sentido, estudar uma instituição educacional de nível superior em um município de pequeno porte no estado de Mato Grosso do Sul colabora para o entendimento da história da educação sul-mato-grossense e, por conseguinte, da história da educação brasileira. Nessa perspectiva, este texto tem o objetivo de apresentar a história da UEMS - Unidade Universitária de Naviraí.

CONTEXTO DA PESQUISA

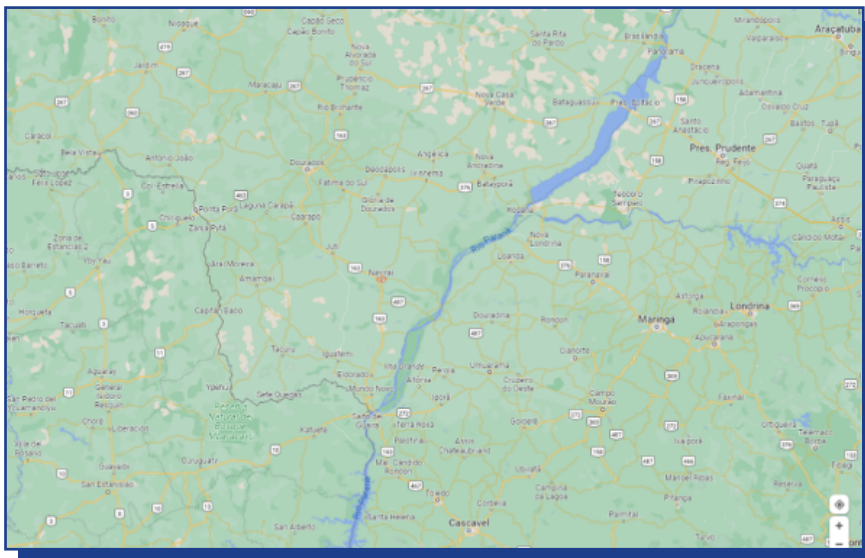
A Unidade Universitária de Naviraí (Figura 1) está localizada no perímetro urbano da cidade de Naviraí e, devido à localização geográfica do município, além de atender a população desse município, atende os municípios circunvizinhos (Figura 2).

Figura 1 – Vista frontal da UEMS - U.U. Naviraí



Fonte: Acervo da U.U. de Naviraí.

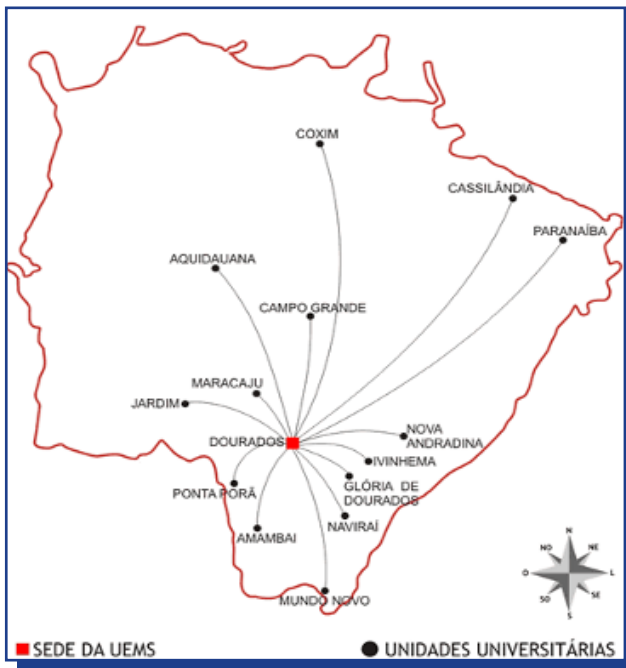
Figura 2 – Localização cartográfica de Naviraí-MS



Fonte: Google Maps.

A Unidade faz parte do conjunto de quinze Unidades Universitárias (Figura 3) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, que foi constituída por meio da Lei Estadual nº 1461, de 20 de dezembro de 1993, e credenciada pela Deliberação CEE/MS nº 4787 do Conselho Estadual de Educação; tem sua sede localizada no município de Dourados e dissemina a educação para a população sul-mato-grossense de forma presencial, em suas Unidades Universitárias, e a distância, por meio dos sete polos de educação à distância. Está localizada em área central da cidade e possui área total de 10.890,00 m², sendo aproximadamente 3.000,00 m² de área construída (Figura 4).

Figura 3 – Representação cartográfica das Unidades da UEMS



Fonte: Acervo da UEMS.

Figura 4 – Localização da U.U. de Naviraí



Fonte: Google Maps.

Desde 1994, data de sua implantação, até os dias atuais, a U.U. de Naviraí prioriza um ensino de boa qualidade a todos que ingressam nos cursos oferecidos, interage com a comunidade na qual está inserida por meio de eventos culturais e científicos, oferece assessorias, além de sempre se fazer presente em eventos da comunidade.

UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE NAVIRAÍ: TRAJETÓRIA HISTÓRICA

No início dos anos 90, a Educação Básica do estado de Mato Grosso do Sul (MS) estava carente de profissionais da educação com qualificação devido à dificuldade que seus docentes encontravam para se deslocar a fim de cursar um Ensino Superior de qualidade. Nesse sentido, em 1994, nasceu a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul para colaborar com a qualificação dos docentes do estado do MS, pensando-se em Unidades, para que a maioria das pessoas tivesse a oportunidade de cursar o Ensino Superior. As ofertas dos cursos seriam, em sua maioria, de licenciatura e se dariam de forma rotativa, para que todas as Unidades contemplassem as cidades em que estavam inseridas, assim como as dos arredores, e as pessoas pudessem cursar uma graduação de qualidade e, conseqüentemente, fortalecer a Educação Básica do estado.

A cidade de Naviraí foi agraciada com uma Unidade, que ofereceu, em 1994, sua primeira graduação, Ciências - Habilitação Matemática, com 50 vagas. No início, a Unidade ficou instalada no salão paroquial, até o ano de 1998, e, posteriormente, foi transferida para o prédio próprio construído no terreno doado pela prefeitura, onde se encontra até hoje.

Para atender à demanda dos cursos de graduação, foram contratados professores que se deslocavam para as Unidades a fim de que seus discentes tivessem um ensino de qualidade. Destacam-se os seguintes professores: Adiel Araújo, Alberny Alves Ferreira, Ana Maria Villela Grecco, Dalton Pedroso de Queiroz, Ezequias Pires de Camargo, Fátima de Lourdes Ferreira Liuti, Inês de Souza Barba, Jassonia Lima Vasconcelos Paccini, José Luiz Furtado e Odair Martins Coelho.

A parte administrativa funcionava em uma única sala, que era compartilhada por professores, coordenação, gerência, secretaria e biblioteca. A outra sala era disponibilizada para as aulas (Figuras 5, 6 e 7).

Os primeiros profissionais foram:

- Professora Sadako Umebayashi, que atuou como bibliotecária;
- Professora Inês Dubiani Rezende, que atuou como secretária acadêmica até meados do ano de 1995;
- Professora Dagmar Sant'Anna de Faria, que assumiu o cargo de secretária acadêmica;
- Professora Doutora Fátima Liutti, que assumiu a gerência da Unidade; e
- Professora Ana Maria Grecco, que assumiu a coordenação do curso.

Figura 5 – Biblioteca



Fonte: Acervo da Unidade.

Figura 6 – Sala compartilhada



Fonte: Acervo da Unidade.

Figura 7 – Sala de aula



Fonte: Acervo da Unidade.

No dia 08 de agosto de 1994, no salão do extinto Navi Clube, foi realizada a aula inaugural. Estiveram presentes professores da instituição, representantes da escola básica estadual e municipal e de setores da sociedade, como comerciantes, médicos, funcionários de banco, como consta da ata (Figuras 8 e 9). Também houve vários participantes que compuseram a mesa de autoridades. Nesse ato, o Magnífico Reitor Professor Jair Madureira foi representado pelo chefe de departamento da UEMS professor Walderes Wagner Wolf (Figura 10).

Figura 10 – Aula inaugural



Fonte: Acervo da Unidade.

A primeira colação de grau (Figura 11) realizou-se em 1998, na sede da UEMS, na cidade de Dourados, com todas as Unidades representadas, estando presente a Magnífica Reitora Professora Leocádia Aglae Petry Leme, o vice-reitor Luiz Antônio Álvares Gonçalves, o governador do Estado do MS Senhor Pedro Pedrossian, a gerente da Unidade Claudete de Marchi. Nesse ato, colaram grau como licenciados em Ciências – Habilitação Matemática acadêmicos da turma “Professor Albery Alves Ferreira”: Edna Perin Toral, Elaine Gaspar de Souza Elisângela Perin, Lucineia Brito da Silva, Luzia Satiko Makino Pedro Valfrido Gallo, Suely Aparecida G. Soares, Suzana Amador N. Gonçalves, Tony Margarete M. Rodrigues e Yukari de Souza T. Costa. O paraninfo da turma foi o governador do

estado de MS, o senhor Engenheiro Pedro Pedrossian, o patrono foi o deputado estadual senhor Onevan José de Matos, e a professora homenageada foi a senhora Inês de Souza Barba.

Figura 11 – Primeira Colação de Grau



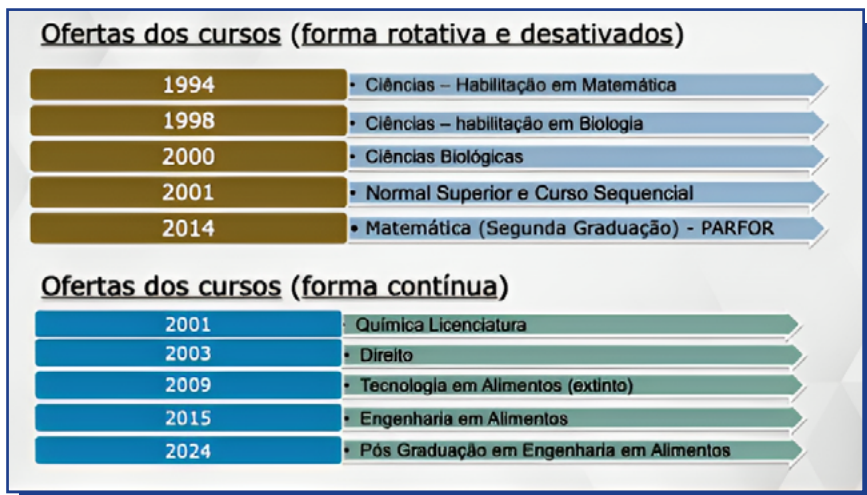
Fonte: Acervo da Unidade.

Em 1999, a Unidade de Naviraí ofereceu o curso Ciências - Habilitação Biologia, e o curso de Ciências - Habilitação Matemática foi sendo extinto gradativamente. Já em 2001, foi ofertado o curso de Ciências Biológicas e Normal Superior e a última turma de Ciências - Habilitação Matemática. Em 2002, a Unidade oferecia Ciências - Habilitação em Biologia, Ciências Biológicas, Química e

Normal Superior, esse último com encontros às sextas e sábados, e os três primeiros com aulas noturnas e aos sábados.

Já em 2003, após movimentação de representantes da cidade de Naviraí e região, a UEMS oferece, na Unidade de Naviraí, o curso de Direito - Bacharelado. Nesse período, a UEMS passa por uma reformulação em relação às ofertas rotativas dos cursos que começam a ser oferecidos de forma contínua na Unidade. A partir desse ano, os cursos de Ciências - Habilitação em Biologia, Ciências Biológicas e Normal Superior começam um processo de extinção na Unidade, e os cursos de Licenciatura em Química e Direito - Bacharelado passam a ser oferecidos todos os anos, permanecendo até os dias de hoje.

A partir de 2010, também foi oferecido à comunidade o curso de Tecnologia em Alimentos (integral), que, após o ano de 2015, foi substituído pelo curso de Engenharia de Alimentos. Ainda em 2014, foi ofertado o curso de Matemática (segunda graduação) por meio do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), implantado no estado de Mato Grosso do Sul. Como explicitado, a U. U. de Naviraí ofereceu alguns cursos na proposta de oferta rotativa até meados do ano 2000; após esse ano, a oferta começou a ser contínua (Figura 12).

Figura 12 – Cursos oferecidos na U.U. de Naviraí

Fonte: Elaborada pela autora, a partir de dados do acervo da Unidade.

A Unidade de Naviraí, por meio dos cursos oferecidos, corroborou para o crescimento e o desenvolvimento municipal e regional do estado de Mato Grosso do Sul. Durante o ano de 1998, até o ano de 2023, foram graduados 1 310 acadêmicos. A maioria dos egressos se encontra no estado de Mato Grosso do Sul, e alguns retornaram para sua cidade natal, levando o conhecimento e um pouco da cultura sul-mato-grossense.

ATORES SOCIAIS DA UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE NAVIRAÍ

Desde 1994 até os dias de hoje, muitos profissionais da educação colaboraram e abrilhantaram com sua experiência a Unidade Universitária de Naviraí. Entre eles, destacam-se, neste texto, as mulheres guerreiras que, com dedicação, contribuiram, no cargo de gerente, para o crescimento da unidade, quais sejam: Professora

Doutora Fátima de Lourdes Ferreira Liuti – de 1994 a 1995; Professora Claudete de Marchi – de 1995 a 2003; e Professora Mestra Inês de Souza Barba – de 2003 a 2023.

Pedimos licença às professoras Fátima e Claudete para contar o legado da professora Inês, que, neste ano de 2023, completa 20 anos no cargo de gerente, exercido com muita maestria e muito zelo.

Inês de Souza Barba possui mestrado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (2002), especialização em Matemática pela Universidade Estadual de Maringá (2002), graduação em Ciências Habilitação Matemática pela Universidade do Oeste Paulista (1991) e em Ciências Físicas e Biológicas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1984). Ingressou na UEMS em 1997, por meio de uma seleção de professores para lecionar no curso de Ciências – Habilitação Matemática e, desde então, exerceu funções na Unidade Universitária de Naviraí.

De março a julho de 1997, foi professora contratada (mediante processo seletivo); de agosto de 1997 até o ano de 2004, exerceu suas funções como professora cedida da Secretaria Estadual de Educação e, nesse mesmo ano, tornou-se efetiva na UEMS como profissional Técnica da Educação Superior, permanecendo no cargo de gerente da Unidade. Até o ano de 2002, exerceu o cargo de chefe de departamento/coordenadora do curso¹. Com a rotatividade dos cursos, a professora Inês assumiu também a coordenação do novo curso de Ciências – Habilitação Biologia, em 2000, e de Biologia, em 2001.

¹ Até o ano de 1998, a nomenclatura que hoje temos para coordenação de curso era chefe de departamento.

A professora Inês² destaca como as duas primeiras gerentes foram suas companheiras quando estavam na gestão: “Tive vários colegas que me auxiliaram e colaboraram com o fortalecimento da UEMS de Naviraí como as professoras Fatima Liuti que foi a primeira gerente da Unidade de Naviraí e a professora Claudete de Marchi que foi a segunda gerente da Unidade”.

No ano de 2003, assumiu um novo desafio: ser gerente da Unidade de Naviraí. Nesses 20 anos em que exerceu o cargo, muitos foram os feitos que contemplaram a Unidade, tornando-a mais forte e reconhecida pela sociedade. A professora³ nos conta um pouco dos desafios enfrentados no início de sua gestão:

Quando assumi a gerência houve muitas necessidades, por exemplo, falta de laboratórios, equipamentos e reagentes para o Curso de química, implantação do Núcleo Jurídico para atender o Curso de Direito entre outras, mas graças a colaboração da Prefeitura de Naviraí, dos empresários e dos políticos comprometidos com a Educação tivemos êxito.

Fez muitas parcerias com deputados que contemplaram os cursos da Unidade, com emendas parlamentares. Graças à gerência da professora Inês, a Unidade Universitária de Naviraí tem um laço estreito com a prefeitura, que sempre contribui para o bom andamento da Unidade, como também tem parcerias com empresas locais. A professora sempre prezou pela limpeza do prédio e não mediu esforços para conseguir recursos para que os cursos tivessem êxito. O resultado de todo o empenho que a professora Inês teve em

² Inês de S. Barba, em depoimento oral feito especialmente para compor este capítulo.

³ *Idem.*

sua gestão pode ser percebido vislumbrando o caminhar da Unidade, conforme suas palavras:

Conseguimos conquistar um total hoje de oito laboratórios com muitos equipamentos, regentes e vidrarias, um Centro de Pesquisa que atende o Curso de Química e o Curso de Engenharia de Alimentos com pesquisas e a Pós Graduação. Além destas conquistas também foram construídas mais quatro salas de aulas que hoje atende os cursos, muitos equipamentos como computadores, aparelhos de som, data shows, entre outros⁴.

Neste ano de 2023, a professora Inês encerra um ciclo de sua vida acadêmica e com a história da Unidade Universitária de Naviraí, consequentemente, com a UEMS, deixando um grande legado que contribuirá para as futuras gerações que frequentarão a Unidade, dando-lhes um entendimento de maneira significativa de vários aspectos do processo histórico social da Unidade Universitária de Naviraí. Acerca desse encerramento, a professora Inês⁵ comenta:

Uma das conquistas muito importante foi que neste ano de 2023 ano da minha aposentadoria serão entregues a comunidade da UEMS de Naviraí dois prédios um com duas salas de aulas e dois laboratórios para a tender os cursos de Engenharia de Alimentos e Química e depois de vinte anos de implantação do curso de direito será entregue a comunidade da UEMS de Naviraí o prédio do Núcleo Jurídico foi uma conquista de toda a Comunidade da UEMS de Naviraí, sei que a Unidade de Naviraí tem muitas necessidades ainda mas estou me aposentando tranquila pois estou deixando um legado para as próximas gerações e saio com a consciência tranquila de dever cumprido.

⁴ *Idem.*

⁵ *Idem.*

Ao revisitar sua trajetória na Unidade de Naviraí, a professora Inês salienta que é impossível chegar a algum lugar sem ter ajuda, e, entre palavras e lágrimas, ela, de forma geral, agradece aos muitos que lhe ajudaram a gerir a Unidade.

Só tenho que agradecer a todos os técnicos que trabalharam comigo, a todos os professores que passaram pela Unidade de Naviraí nos vários Cursos que tivemos e que formaram vários profissionais que atuam na Educação de Naviraí e no Mato Grosso do Sul. Enfim quero agradecer a toda a Comunidade UEMS que direta ou indiretamente me auxiliaram nesta missão de ser gestora de uma universidade pública que transforma pessoas⁶.

A história da Unidade de Naviraí não pode ser contada sem destacar os feitos da professora Inês. São histórias entrelaçadas – de vida e profissional, de uma mulher que se dedicou com esmero para o desenvolvimento da Unidade, logo, de seus acadêmicos – e a história da Unidade, com outras histórias de vida que ainda precisam ser ouvidas e contadas.

A UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE NAVIRAÍ EM 2023

Atualmente, a Unidade Universitária de Naviraí é contemplada com profissionais da Educação Superior que se dividem em 13 profissionais técnicos da Educação Superior (Figura 13), 3 técnicos cedidos, 47 docentes, entre efetivos e contratados, e 8 terceirizados (Tabela 1).

⁶ *Idem.*

Figura 13 – Profissionais Técnicos da Educação Superior na U.U. de Naviraí



Fonte: Acervo da Unidade.

Tabela 1 – Profissionais da Educação Superior na U.U. de Naviraí em 2023

		Pós-Doutorado	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação
Docentes (efetivos e contratados)	47	02	32	06	07	-
Técnicos de Nível Superior	05	-	02	02	01	-
Técnicos de Nível Médio	09	-	01	-	09	01
Técnicos Cedidos	03	-	-	-	01	02
Terceirizados	08	-	-	-	-	-

Fonte: U.U. de Naviraí/UEMS.

Nota: Elaborada pela autora (2023).

A Unidade Universitária oferece, de forma presencial, os seguintes cursos:

- Química – Licenciatura – desde 2001;
- Direito/Bacharelado – desde 2003;
- Engenharia de Alimentos/Bacharelado – desde 2015.

O curso de Química tem, em sua coordenação, o Professor Doutor Euclésio Simionatto; no curso de Direito, a Professora Mestra Raquel de Freitas Manna e o Professor Doutor Manuel Munhoz Caleiro atuam na coordenação como coordenadora e coordenador adjunto. O curso de Engenharia de Alimentos tem como coordenadoras as Professoras Doutoras Fabiane Bach e Mariana Manfroi Fuzinato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados colhidos durante esta pesquisa nos mostram quão importante foi a criação da UEMS, principalmente no formato de Unidades atendendo à demanda dos moradores do estado de Mato Grosso do Sul que tinham a distância como inviabilidade para ingressar no Ensino Superior, desempenhando, de forma admirável e respeitável, sua função para que o estado de Mato Grosso do Sul se desenvolva.

Esse olhar da história da U.U. de Naviraí para a escrita deste material foi um aguçar para que seja realizado um registro mais completo de fatos e fotos dos homens e mulheres que personagens sociais participantes desse processo, que se dedicaram por tanto tempo para gerar e disseminar conhecimento a cada acadêmico que ingressou na Unidade, seja para um curso de licenciatura, seja bacharelado.

São tantos nomes de cujas pessoas gostaríamos de contar a história: André Molina Neto, que, por tanto tempo, se dedicou ao curso de Química, e foi um dos idealizadores dos cursos de Tecnologia em Alimentos e de Engenharia de Alimentos, sendo, por um bom tempo, coordenador de tais cursos; as professoras Fátima Liuti e Maria Alice, como tantos outros que passaram pela Unidade de Naviraí, que tiveram o compromisso de que seus acadêmicos permanecessem na Educação Superior, o que foi e é um grande desafio na proposta de inclusão social da UEMS.

Os apontamentos deste texto mostram a contribuição que a UEMS trouxe para a cidade de Naviraí e cidades circunvizinhas, por meio da Unidade Universitária em questão, que, até 2023, formou mais de mil profissionais: uma possibilidade de crescimento,

haja vista que a Educação Básica ganhou profissionais qualificados, assim como outros setores da comunidade, contemplados com novos bacharelados, de modo que a UEMS cumpre, assim, seu perfil institucional. Além disso, vislumbramos a transformação de vidas mediante o ensino, a pesquisa e a extensão, desenvolvidos no meio acadêmico, nessa Unidade.

Recebi muitos materiais e ouvi muitas histórias, e tudo foi guardado com atenção e carinho para que um novo material sobre a história da UEMS, por meio da Unidade Universitária de Naviraí, seja registrado em forma de fatos e fotos.

REFERÊNCIAS

GALVÃO, E. do N. **Educação especial e instituição especializada: história e políticas públicas**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, SP, 2018.

MAGALHÃES, J. P. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2004.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas, SP: Alínea, 2009.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Relatório Circunstanciado da Unidade**. Naviraí, MS: UEMS, 2022.



Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: história e memórias na formação de professores

Maria Bezerra Quast de Oliveira

Delaine Marcia Martinelli



INTRODUÇÃO

Podemos comparar a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul a uma jovem plena, audaciosa, cheia de sonhos e com histórias para contar, afinal está completando 30 anos. Sua implantação, concebida a partir de uma proposta política contemplada na primeira Constituinte do estado (1979 ocorreu quatorze anos depois, com sede no município de Dourados-MS, delineando novo cenário educacional no estado, que enfrentava sérios problemas no que se referia ao Ensino Fundamental, principalmente com relação à qualificação de seu corpo docente. O art. 48 assim dispõe: “Fica criada a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com sede na cidade de Dourados, cuja instalação e funcionamento deverão ocorrer no início do ano letivo de 1992”.

Instaurada pelo Decreto Estadual nº 7.202, de 10 de maio de 1993, e sancionada pela Lei Estadual nº 1.461, de 22 de dezembro de 1993, a UEMS é mantida pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e vinculada à Secretaria de Estado de Educação e tem como órgão normativo e regulador o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do SUL (CEE/MS). Ofertando, em 2023, mais de 60 cursos de graduação e 24 de pós-graduação (*lato e stricto sensu*), a UEMS prima pela excelência na transferência de conhecimentos e em cumprir sua função social, expressa na missão:

Gerar e disseminar o conhecimento com vistas ao desenvolvimento das potencialidades humanas, considerando os aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e de inovação do Estado, com compromisso democrático de acesso à educação superior e fortalecimento de outros níveis de ensino em consonância com as demandas socioeconômicas e ambientais da sociedade-sul-mato-grossense.

Esse novo modelo de universidade deveria operar mudanças significativas quanto à qualidade do ensino no estado, levando o Ensino Superior aos que, em função das distâncias entre as cidades, encontravam dificuldades para se qualificar. O Curso Normal Superior, em seus dez anos de operacionalização, contribuiu de forma significativa para que a instituição se consolidasse como uma universidade comprometida com a interiorização do ensino, por suas características de oferta diferenciada.

INÍCIO DE UMA NOVA HISTÓRIA: SITUANDO O CURSO NORMAL SUPERIOR NA HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A trajetória da UEMS, nesses trinta anos, confunde-se com a história do também jovem estado de Mato Grosso do Sul. Houve períodos de crise, lutas, fortalecimento e desenvolvimento das habilidades e do potencial humano, político, econômico, cultural e social.

Antes da implantação das Ações Afirmativas¹, ou seja, antes das políticas de inclusão Deliberadas pelos Conselhos da Universidade, a UEMS proporcionou, por meio do Projeto Curso Normal Superior e Normal Superior Indígena, aos professores da Educação Fundamental da rede pública a possibilidade de obter graduação superior.

A qualificação/capacitação docente é fundamental para assegurar às novas gerações o acesso ao conhecimento historicamente construído, bem como para enfrentar as constantes mudanças que o progresso traz e, também, porque é/era preciso enfrentar os problemas, fossem humanos ou materiais.

Sabe-se que a preocupação com a seleção de professores existia antes que se fundassem as primeiras instituições destinadas à formação: as escolas normais. Estas foram insuficientes para suprir a demanda docente das escolas primárias. Constatou-se, ainda, que, na década de 1990, havia considerável número de professores leigos ministrando aulas na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em todo o Brasil.

¹ Política de reserva de vagas para negros, indígenas, residente MS, professor da rede pública, PCD.

Em Mato Grosso do Sul, à época da criação do curso Normal Superior, cerca de “[...] 1887 (mil oitocentos e oitenta e sete) professores habilitados apenas pelo Curso de Magistério de nível médio em exercício na rede pública de Mato Grosso do Sul, nas diferentes regiões” eram leigos, isto é, não eram graduados. Logo, a rede pública não atendia ao prescrito no art. 87, § 4º, da Lei nº 9394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que preconizava “Até o final da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço” (Brasil, 1996). Assim, em 1999, o Conselho Estadual de Educação² autorizou o funcionamento do Curso Normal Superior³ com Habilitação para Magistério nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil, direcionado a professores que atuavam sem a devida formação.

A LDB norteou as políticas de educação e estabeleceu rumos para a formação dos profissionais da educação. A partir dela, em todo o Brasil, aconteceram debates, questionamentos e reflexões sobre o papel do professor e dos cursos de formação, com a finalidade de dar respostas às exigências e habilidades requeridas na/pela referida lei. A UEMS⁴, focada na missão de fortalecimento e interiorização do Ensino Superior, contribuiu e proporcionou⁵ aos professores-alunos que encontravam dificuldades em se qualificar acesso à graduação pública, gratuita e de qualidade.

A criação, historicamente, e o estabelecimento de escolas destinadas ao preparo específico dos professores para o exercício de

² Deliberação CEE/MS nº 565.

³ Primeiro Curso Normal Superior de graduação do Brasil.

⁴ A UEMS possui 15 Unidades e 13 Polos de Educação a distância.

⁵ Resolução CEPE/UEMS nº 131, de 6 de outubro de 1999.

suas funções estão ligados à institucionalização da instrução pública no mundo moderno, ou seja, à implementação das ideias liberais de secularização e extensão do ensino primário a todas as camadas da população – fato que não se concretizou, apesar das iniciativas governamentais e lutas da sociedade civil.

Repensar a formação do professor de forma crítica e competente supunha ações que deveriam contemplar uma proposta de formação de professores, em processo permanente de capacitação que possibilitasse a compreensão das demandas. Seria

[...] outro tipo de pedagogia, determinada pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho nesta etapa de desenvolvimento das forças produtivas, de modo a atender às demandas da revolução na base técnica de produção, com seus profundos impactos sobre a vida social. O objetivo a ser atingido é a capacidade para lidar com a incerteza, substituindo a rigidez pela flexibilidade e rapidez, de forma a atender a demandas dinâmicas que se diversificam em qualidade e quantidade (Kuenzer, 1998, p. 39).

A partir da demanda sul-mato-grossense, que, como dito, apontava cerca de 1 887 professores sem formação para o exercício da docência, ou seja, profissionais que assumiram uma função para a qual não estavam habilitados, percebeu-se a necessidade de alternativas de formação construída sob a diretriz de uma prática socioeducacional efetiva.

A implantação do Curso Normal Superior, sugerindo a identificação dos fundamentos teóricos e práticas do trabalho em educação, paradigmas e tendências voltados à construção do conhecimento e às políticas sociais como perspectiva pedagógica integrada ao contexto histórico, político, econômico e social, organizou-se de forma diferenciada, com apoio das metodologias de EaD, con-

centrando aulas presenciais nos finais de semana, de acordo com cronograma pré-estabelecido, oferecidas quinzenalmente.

Assim, desenvolveu-se, de modo a contemplar a democratização do ensino, a profissionalização dos professores para atender à LDB. Organizado de forma diferenciada dos demais cursos ofertados pela UEMS, foi o primeiro a entrar em funcionamento, em nível nacional, nessa modalidade. As concepções pedagógicas contempladas no projeto pedagógico cumpriam o papel da universidade na formação profissional, com redefinição que permitiu acompanhar a sociedade e, ao mesmo tempo, definir os contornos do exercício profissional contemporâneo, entendendo-se a formação do professor como tarefa que se realiza ao mesmo tempo em que acontecem as inovações.

A proposta curricular do curso, fundamentada na interdisciplinaridade do processo educativo e na abordagem pluralista de educação pretendia formar educadores e possibilitar a esse profissional a compreensão e a capacidade de elaborar e reelaborar o conhecimento, por meio do diálogo constante entre teoria e prática. A concepção do curso contemplou o ensino reflexivo em que

O professor é alguém que deve conhecer sua matéria, sua disciplina e seu programa, além de possuir certos conhecimentos relativos às ciências da educação e à pedagogia e desenvolver um saber prático, baseado em sua experiência cotidiana com os alunos (Tardif, 2002, p. 39).

O curso foi desenvolvido como o novo fazer na educação, pautado em uma concepção e em práticas de ruptura com as formas tradicionais de se ensinar na universidade, isto é, propondo ruptura epistemológica, em que o professor se forma a partir da própria atuação, num programa de formação em serviço em que é (foi) con-

vidado a abandonar a postura passiva para se tornar sujeito ativo no processo. “Nesse cotidiano, ele aprende, desaprende, reestrutura o aprendido, faz descobertas e, portanto, é nesse lócus que muitas vezes ele vai aprimorando a sua formação” (Candau, 1997, p. 57).

Assim entendido, e tendo como ponto de partida para a formação do profissional da educação a compreensão da sociedade em sua dinamicidade, o curso preconizou uma concepção curricular que levou em conta a experiência dos alunos e professores em sala de aula, proporcionando a reflexão e a otimização de sua prática docente, procurando superar práticas e visões fragmentadas do processo de ensinar e aprender, por meio da flexibilização que assegurou o aprofundamento da formação básica e estimulou opções diferenciadas para e na atuação profissional.

O curso, mais do que habilitar os professores, forneceu condições para que parte significativa dos alunos seguisse buscando qualificação e inserção no espaço acadêmico. A oferta de vagas ocorreu nos municípios de: Amambai, Aquidauana, Campo Grande, Cassilândia, Coxim, Dourados, Jardim, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba e Ponta Porã, atendendo também aos municípios vizinhos. Quanto ao Normal Superior Indígena, foi ofertado em duas unidades: Amambai, para atender indígenas das etnias Guaraní-Caiuí, e Aquidauana, para atender indígenas da etnia Terena. O projeto pedagógico contemplava especificidades indígenas.

No primeiro ano, havia uma coordenação para todos os municípios. Os docentes reuniam-se quinzenalmente por videoconferência e mensalmente de forma presencial. Com o passar do tempo, percebeu-se que essa forma de organização dificultava a gestão do curso, principalmente no que se referia aos problemas específicos, o que levou à reorganização.

Dessa forma, dos doze municípios de oferta, foram organizados dois polos, passando cada um a ter uma coordenação. Um polo com sede em Dourados, abrangendo os municípios de Dourados, Amambai, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina e Ponta Porã; e outro, sediado em Campo Grande, abrangendo os municípios de Campo Grande, Aquidauana, Cassilândia, Coxim, Jardim e Paranaíba, cada polo com uma coordenadoria que agregava também o Normal Superior Indígena.

Para operacionalização do curso, foram firmados convênios com diversos municípios do estado, consistindo na viabilização de transporte, alimentação e hospedagem dos professores-alunos para participar das aulas presenciais, bem como em seminários, jornadas, semanas acadêmicas, fóruns etc., visto que os professores-alunos precisavam se deslocar de seus municípios para chegar até a unidade da UEMS onde o curso era oferecido.

O curso, já nos primeiros anos de funcionamento, despertou interesse de muitos professores que não tinham formação superior. Foram inúmeras as solicitações de ofertas de novas turmas, o que levou a universidade a repensar e a reformular o projeto pedagógico de modo a atender também essa demanda emergente, fazendo novas ofertas do curso. O Normal Superior Indígena teve oferta única.

O primeiro projeto pedagógico, aprovado em 1999, sofreu alterações para cumprir as orientações legais procedentes dos órgãos competentes dentro e fora da UEMS. Essas alterações, além do atendimento às normativas legais, contribuíram para a melhoria do currículo e qualidade do curso. Destaca-se a metodologia para a operacionalização do curso, que realizava, semanalmente, reuniões pedagógicas com o corpo docente para planejamento e organização das ofertas e das avaliações das disciplinas. O corpo docente tinha

lotação exclusiva no curso, o que favorecia a realização dessas reuniões.

A maioria dos alunos do curso trazia experiências de salas de aula, alguns de longa data, outros nem tanto, mas todos envolvidos pelas e nas problemáticas da educação. Nesse sentido, além de serem alunos de um curso de formação de professores, eram pessoas que conheciam o fazer docente. Conviver dentro de um processo de ensino e aprendizagem em que docente e alunos compartilhavam experiências significou grande aprendizado para todos os envolvidos no curso, porque oportunizou ao educador pensar-se a si mesmo, vinculando seu saber e sua prática aos problemas da educação e a arte de educar.

Ao compartilhar as experiências, tornava-se evidente – em suas falas, descrições, reflexões e queixas – a ausência de uma reflexão teórica consistente, o que permitiu observar o surgimento de inúmeros problemas, tanto pedagógicos como epistemológicos, metodológicos, políticos, éticos etc., que permeavam os processos de ensino e aprendizagem. A ausência de teoria, num primeiro momento, não se constituiu em obstáculo, mas reforçou o pressuposto freiriano de se aprender a construir o objeto gnosiológico e/ou epistemológico a partir das experiências dialógicas; foi a forma de se aproximar do objeto a ser conhecido, a educação.

A proposta metodológica do curso envolveu a ação didática presencial com recursos de educação a distância, que, à época, eram basicamente o atendimento via telefone por meio de uma linha 0800 disponibilizada pela UEMS, correios e internet. Na metodologia adotada pelo Curso Normal Superior, aconteceu a proposição de uma nova concepção para a construção do conhecimento na universidade, como os recomendados por Rodrigues (2001), Alves

(2000), Freire (1996) e Brandão (2004), na qual o professor deixa de ser o centro e passa a ser mediador do conhecimento, criando condições para a educação inclusiva, num compromisso com a transformação social e, principalmente, numa estreita relação entre a universidade e a sociedade, encurtando os espaços que, historicamente, as separaram. Essa metodologia constituiu-se num desafio assumido pela UEMS, propondo mudanças na maneira tradicional de ensinar.

Esse fato provocou olhares de rejeição ao curso no interior da instituição, repercutindo em debates por vezes conflituosos e concebendo grupos distintos, os que combatiam e os que defendiam o curso. Não foi tarefa fácil. Enquanto isso, fora da universidade, o curso ganhava apoio e visibilidade, haja vista as já citadas solicitações de oferta. Dentro da instituição enfrentou inúmeros preconceitos, mas tudo foi enfrentado com garra e determinação tanto pela coordenação do curso como pelo corpo docente, com a demonstração do trabalho realizado, como, por exemplo, Semanas Acadêmicas, Viagens Técnicas para participar do Fórum Mundial de Educação – chegou-se a lotar três ônibus com alunos dos diversos municípios –, em parcerias com as prefeituras conveniadas, secretarias de educação e da própria sociedade.

Quanto à atuação dos acadêmicos, não foi diferente. Em relação ao curso, nomearam-no “O Normal”, que trazia o sentido da defesa de que aquele era o curso que deveria ser aceito na instituição e por ela propagar-se. O Normal Superior parece ter sido, para as pessoas que dele fizeram parte, o iniciar de uma caminhada que se estendeu para outros caminhos possíveis, como indica Boaventura (2004) quando diz ser possível construir outro conhecimento a partir da potencialização das experiências dos sujeitos.

A aplicação da metodologia proposta nos leva a fazer comparações com a metodologia da Alternância, defendida por Molina (2006), que contribuiu para inserção de acadêmicos no espaço da universidade, proporcionando renovações nas suas vidas e nas comunidades em que atuavam.

Pela maneira como o Curso Normal Superior esteve organizado, com turmas nos diversos municípios de Mato Grosso do Sul, a equipe de docentes para ministrar as aulas presenciais e atender às outras atividades do curso, deslocava-se de Dourados para os referidos municípios que compunham o polo. Essa realidade proporcionou ao grupo de docentes partilhar experiências que se estenderam além das práticas pedagógicas. Criou-se um vínculo afetivo, permitindo conhecer-se enquanto pessoas e cidadãos.

Daquele tempo, guardam-se boas lembranças das longas viagens, desde o município mais próximo até o mais distante, das confraternizações e das trocas cotidianas. As viagens aconteciam na madrugada da sexta-feira ou, às vezes, nas quintas-feiras, no período vespertino. A maioria, nas madrugadas. Logo no início da manhã, lá estava o “grupo do Normal” para o desenvolvimento de aulas presenciais com jornada de dez horas-aula por dois dias consecutivos. O retorno a Dourados só acontecia no sábado à noite. O cansaço era grande, mas a alegria dos encontros com a família fazia desaparecer a fadiga.

É possível destacar, diante desse cenário de rememoração de acontecimentos, múltiplos momentos, que não compunham apenas o espaço de diálogos acadêmicos que aconteciam durante as aulas, mas também processos pedagógicos que se estendiam à vida: aos alojamentos, aos momentos de alimentação, às festas etc.; mo-

mentos que produziram uma corrente de solidariedade; um partilhar constante que ultrapassou o espaço acadêmico.

Eram docentes, discentes e técnicos numa caminhada de alegria e muita aprendizagem. Cabe, aqui, ilustrar com depoimentos de egressos e docentes do curso, os quais serão nominados com e letras e números: egressos (E1, E2...) e docentes (D1, D2...), para preservar a identificação dos depoentes.

O Normal Superior mudou a minha vida em todos os sentidos. Aprendi o sentido da aprendizagem, da leitura, da pesquisa, enfim a importância do conhecimento. Tudo que sou hoje devo ao Normal Superior que fiz na UEMS. Após o encerramento do curso fiz outra graduação e agora estou fazendo a terceira. Sem querer menosprezar as demais instituições, são excelentes. Mas a experiência do Normal foi única! (E1).

Não foi muito fácil conciliar os vários trabalhos, atender os alunos na escola, fazer merenda para os alunos e ainda viajar para fazer esse curso. Ainda bem eu tive essa oportunidade de ser aprovada no vestibular e fazer um curso universitário trabalhando. Com o diploma do curso superior sei que outras possibilidades vão surgir (E2).

Lecionar no curso Normal Superior foi um privilégio para poucos docentes. Aqueles que compartilharam de alguma forma com o percurso de sua existência sabem que os frutos colhidos foram de muito boa qualidade. Os formados e formadas mostraram persistência, paciência e muita disposição para resinfocar a sua prática educativa e vontade de melhorar a sua qualidade profissional (D1).

O curso Normal Superior me fez ver a vida de uma maneira diferente a acreditar mais em mim a defender meus pontos de vista, a ser mais participativa nos debates [...] profissionalmente minhas atitudes mudaram (E3).

Tive a oportunidade de trabalhar com mais de uma disciplina, além de orientar o trabalho de Conclu-

são de Curso – TCC. Nesse diálogo, pude ensinar e aprender, como numa simbiose, já apresentada e defendida por Paulo Freire, e que foi possível em virtude das experiências do vivido, dos diferentes grupos de acadêmicos e acadêmicas somadas ao conhecimento teórico eu detínhamos (D2).

Nesse curso eu conheci a verdadeira amizade no convívio com a turma. Sempre uma ajuda a outra. Essa amizade era estendida aos professores também. Temos uma professora que levava todos os seus livros para a nossa consulta, até levávamos para casa para devolver na próxima aula. Outro professor de amizade não tinha nada, só sabia exigir... (E4).

A experiência do Normal Superior é indescritível. Transcendeu a sala de aula, me colocando em outro patamar... guardo na memória as discussões acaloradas das reuniões pedagógicas as conversas nos finais de cada dia de aula, o medo das fortes chuvas que por vezes enfrentávamos nas estradas...mas acima de tudo a alegria das iteração com os acadêmicos e acadêmicas do curso (D3).

Para mim era um curso de excelência: haja vista que a maioria das pessoas eu prestam concurso passam bem colocadas, como no meu caso eu passei em quarto lugar. No município de Caarapó a maioria das professoras eu passaram no mesmo concurso que eu fiz; fizeram, ou estavam fazendo o curso Normal Superior (E5).

Para fins de certificação, a universidade solicitou o reconhecimento do curso durante o ano de 2003. A Comissão Avaliadora registrou o seguinte em seu parecer:

[...] a Comissão recomenda o reconhecimento do Curso, sugerindo à UEMS realizar estudos para viabilizar o Curso Normal Superior, como um curso regular, considerando a existência de demanda ampliação dos processos de orientação a distância, fazendo uso constante das tecnologias informação/ comunicação

na metodologia da Modalidade de Educação a Distância (Processo 29/035799/04, p. 488).

O Conselho Estadual de Educação, após os procedimentos legais, por meio da Deliberação CEE/MS nº 7511, de 18 de fevereiro de 2004, reconheceu o Curso Normal Superior – Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e autorizou a oferta, mediante a Resolução CEPE-UEMS nº 316, de 27 de setembro de 2003, por 5 anos, a partir de 2004.

A criação e a implantação do Curso Normal Superior constituem para a UEMS fato significativo e histórico, porque reflete seu compromisso de acesso e fortalecimento do Ensino Superior à sociedade sul-mato-grossense.

É importante registrar que o curso teve pequena evasão e baixo índice de reprovação. Tomando-se como referência a primeira turma, dos 423 alunos que ingressaram no ano de 2000, 351 alunos concluíram o curso em 2003, ou seja, evasão de 17%.

Trata-se de uma ação pontual no atendimento das demandas emergentes do estado, contribuindo para a redução da disparidade de formação existente na rede pública de ensino, focando em ações de ensino, pesquisa e extensão. Foram diplomados, de 2003 a 2009, 1 997 professores da Educação Básica. A graduação oportunizou-lhes formação consistente, que refletiu na prática em sala de aula.

Evidencia-se, a partir dos dados mencionados, o impacto proporcionado pelo Curso Normal Superior, não só pelo fato de certificar professores para as escolas da rede pública, mas em especial por proporcionar crescimento profissional e intelectual dos professores, produzindo autonomia e troca de saberes.

A decisão de produzir essas memórias não deve ser entendida como tentativa de comprovar ou negar o resultado do Curso Nor-

mal Superior ofertado pela UEMS, mas sim de relatar a experiência de formação de professores com uma metodologia diferenciada se comparada às tradicionais e, sobretudo, por se acreditar que metodologias diferenciadas possibilitam a inserção de pessoas distantes, física e socialmente, nas universidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O alcance do Curso Normal Superior ultrapassou as Unidades, porque estas se configuravam espaços centrais, e para elas convergiam acadêmicos de outros municípios no entorno da região. É possível afirmar que seu alcance se efetivou de forma a produzir condições de pertencimento acadêmico para pessoas distanciadas geograficamente das universidades; encurtou distâncias, reunindo acadêmicos de diferentes espaços sociais e culturais, além de estreitar relações com a comunidade, por meio dos convênios firmados com as secretarias de educação.

Os esforços empreendidos pela equipe da UEMS e pelas secretarias municipais de educação lhe conferem louvor pelo compromisso que assumiu com a comunidade. Celebrar os trinta anos da UEMS é, para todos, motivos de muito orgulho e alegria. Um brinde aos 30 anos da UEMS! Que venham novas conquistas!

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9394, de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

BRZEZINSKI, Z. **Pedagogos e formação de professores**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

CANDAU, V. Formação continuada e professores: tendências atuais. In: CANDAU, V. (org.). **Magistério: construção cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

KUENZER, A. Z. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. In: FERREIRA, N. S. C. **Gestão democrática de educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 1998.

MATO GROSSO DO SUL. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: ALMS, 1989.

TARDIF, M. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Porto Alegre: Vozes, 2002.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação Normal Superior - 2000 e 2002**. Dourados, MS: UEMS, 2000. Disponível em: <https://www.uems.br/pro-reitoria/proap/Divisao-de-Planejamento-e-Avaliacao-Institucional>. Acesso em: 23 ago. 2023.

- PARTE II -

HISTÓRIA DA UEMS:

memórias, personagens e práticas



**Professoras
pioneiras na
constituição
da Universidade
Estadual de Mato
Grosso do Sul
(UEMS):
1994-1998**

Diego Pereira da Silva

Estela Natalina Mantovani Bertoletti

INTRODUÇÃO

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul é uma fundação pública de Ensino Superior localizada no interior do estado de Mato Grosso do Sul (MS), instituída em 1993 (Decreto nº 7.585, de 22 de dezembro de 1993) e que entrou em funcionamento em 1994, a partir da aprovação de seu Estatuto (Decreto nº 7.661, de 18 de fevereiro de 1994).

No decorrer desses 30 anos, um conjunto de sujeitos oriundos das mais diversas atuações sociais contribuiu para que ela fosse criada, desenvolvida e consolidada como universidade fundada no tripé do ensino, da pesquisa e da extensão e imbuída da missão de levar Ensino Superior a distintos municípios do interior do estado de Mato Grosso do Sul. Prova disso é que uma das peculiaridades da UEMS é a de manter a sede no interior do estado, na cidade

de Dourados-MS. Entre os sujeitos mencionados, estão administradores públicos, funcionários administrativos, diferentes gestores e professores. Neste texto, enfocamos um segmento desses sujeitos, o de professores, mais especialmente professoras que consideramos pioneiras¹ e que contribuíram para a constituição da UEMS como universidade.

A historiografia nos mostra que as mulheres foram silenciadas na história. Nesse sentido, a elas foram muitas vezes atribuídos papéis secundários e à margem na sociedade, entretanto sabemos que, em geral, elas exercem jornadas triplas quando enveredam pelo mundo do trabalho fora do lar, com destaque nas posições que assumem. Por esse motivo, consideramos necessários estudos que demonstrem a importância de sua participação na consolidação de espaços sociais, como Instituições de Ensino Superior, a exemplo da UEMS.

Em relação às mulheres professoras na UEMS, segundo Silva (2022)², há ausência de trabalhos acadêmicos sobre suas carreiras construídas no interior dessa universidade. Por esse motivo, o autor estudou a trajetória de quatro professoras que contribuíram para a constituição da UEMS: Silvane Aparecida de Freitas, Maria José Alves de Jesus Cordeiro, Doracina Aparecida de Castro Araujo e Celi Correa Neres. Para Silva (2022, p. 24), essas professoras fizeram parte da história inicial da universidade, nela permaneceram duran-

1 Por pioneiras entendemos as professoras que iniciaram a docência no Ensino Superior nos primeiros tempos de funcionamento da UEMS, seja no primeiro processo seletivo, em 1994, seja no primeiro concurso de provas e títulos, em 1998, e permaneceram na universidade toda a carreira.

2 Pesquisa aprovada pelo Conselho de Ética da UEMS em 02 de abril de 2020, sob o número 29240820.8.0000.8030, que resultou em dissertação desenvolvida e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

te toda a carreira e, com isso, “[...] cresceram profissionalmente e contribuiram com suas iniciativas e competência para manutenção e crescimento da UEMS, buscando melhorias para a instituição”. Assim, de acordo com o mesmo autor, o processo de formação delas foi concomitante ao processo de formação da universidade, e suas trajetórias apontam que elas foram se constituindo professoras universitárias no trabalho, sobressaltadas pelas relações de ensino, pesquisa e extensão, bem como pela gestão.

Também com foco nas professoras da UEMS, neste texto, apresentamos os resultados alcançados na dissertação de Silva (2022), iniciando pelo mapeamento das professoras pioneiras que ingressaram na universidade em 1994 e/ou 1998 e nela permaneceram toda a carreira. Em seguida, apresentamos as quatro professoras eleitas no estudo desse autor e sintetizamos algumas contribuições das referidas docentes para a constituição da UEMS como universidade.

MAPEAMENTO DAS PROFESSORAS PIONEIRAS DA UEMS

O mapeamento das professoras que foram pioneiras na UEMS foi realizado por meio de consulta ao *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul* publicado em 18 de maio de 1994 e 17 de abril de 1998. O primeiro traz publicações de convocação de candidatos à docência classificados em processo seletivo nas áreas de Matemática, Ciências Biológicas, Computação, Física, Filosofia, Letras e Direito. O segundo traz a publicação do resultado do primeiro Concurso Público de Provas e Títulos realizado pela UEMS nas áreas de Administração, Biologia, Ciências Contábeis, Ciências da Saúde, Computação, Direito, Economia, Educação Física, Enfer-

magem, Química, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Matemática, Metodologia e Técnicas de Pesquisa, Nutrição, Pedagogia, Psicologia, Química e Zootecnia.

De acordo com Silva (2022), no primeiro ano de funcionamento da UEMS, foram contratadas 62 professoras por prazo determinado, 34 professoras foram cedidas da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul, e 44 professoras entraram por processo seletivo, totalizando 140. Para o autor (2022, p. 44), “Percebe-se que em todo tempo, as mulheres professoras contribuíram para que a instituição conseguisse manter o objetivo de conseguir abrir as primeiras turmas no ano de 1994 e conseqüentemente manter a universidade em seus objetivos”. Com o concurso, entretanto, como indica Silva (2022), há uma diminuição nesse quantitativo, tendo sido aprovadas 69 professoras. Ainda assim, o autor mostra que o número de professoras era maior que o de professores, uma vez que foram aprovados 127 candidatos no total. Quanto às mulheres,

Nota-se a aprovação [...] em diferentes áreas, a saber: duas na Administração; seis na Biologia; uma nas Ciências Contábeis; duas nas Ciências da Saúde; uma na Computação; três no Direito; uma na Economia; duas na Educação Física; sete na Enfermagem; seis em Química; três na Língua Inglesa; nove na Língua Portuguesa; três na Matemática; quatro na Metodologia e Técnica de Pesquisa; uma na Nutrição; 13 na Pedagogia; uma na Psicologia; seis na Química; quatro na Zootecnia.

Percebe-se que a maior quantidade de aprovação de mulheres foi em cursos de licenciatura tradicionalmente destinados a mulheres, na área de Humanas, e que em algumas áreas como a de Exatas não houve aprovação de mulheres, como nos cursos de Agronomia, Engenharia e Arquitetura, Engenharia Elétrica e Física (Silva, 2022, p. 44).

Dessas 69 professoras aprovadas no concurso público, 63 construíram suas carreiras no Ensino Superior na UEMS, permanecendo até a aposentadoria ou estando ainda na ativa. Essas professoras pioneiras estão nominadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Professoras pioneiras da UEMS

Nome	Área de Concurso	Ano de início na UEMS
Edneia Albino Nunes Cerchiari	Psicologia	1994
Estela Natalina Mantovani Bertoletti	Língua Portuguesa	1994
Eleuza Ferreira Duarte	Administração	1994
Giana Amaral Yamin	Pedagogia	1994
Lourdes Lago Stefanello	Educação Física	1994
Lourdes Missio	Enfermagem	1994
Maria Helena de Queiroz	Língua Portuguesa	1994
Maria José de Jesus Alves Cordeiro	Pedagogia	1994
Nanci Cappi	Química	1994
Raquel Marcia Muller	Computação	1994
Silvane Aparecida de Freitas Martins	Língua Portuguesa	1994
Tania Christina Marchesi de Freitas	Ciências da Saúde	1994
Vera Lucia Lescano de Almeida	Biologia	1994
Vera Lucia Mazanatti Luti	Língua Portuguesa	1994
Vivian Rahmeier Fietz	Nutrição	1994
Adriana Betânia de Paula Molgora	Matemática	1998
Adriana Rochas de Carvalho	Ciências Contábeis	1998
Alaide Pereira Japecanga	Pedagogia	1998
Ana Aparecida Arguelho de Souza	Língua Portuguesa	1998
Ana Francisca Gomes da Silva	Química	1998
Aparecida Antônia de Oliveira	Economia	1998

(continua)

(continuação)

Nome	Área de Concurso	Ano de início na UEMS
Bartolina Ramalho Catanante	Pedagogia	1998
Beatriz dos Santos Landa	Pedagogia	1998
Carolina da Silva Barbosa	Zootecnia	1998
Celi Correa Neres	Pedagogia	1998
Claudia Andrea Lima Cardoso	Química	1998
Cristiane Fátima Meldau de Campos	Biologia	1998
Cynthia de Barros Mansur	Biologia	1998
Debora de Barros Silveira	Pedagogia	1998
Deizeluci de Fátima Pereira Zanella	Química	1998
Doracina Aparecida de Castro Araujo	Pedagogia	1998
Elaine Aparecida Mye Takamatu Watanabe	Enfermagem	1998
Eliane Greice Davanço Nogueira	Pedagogia	1998
Elis Regina de Moraes Garcia	Zootecnia	1998
Emilia Maria Silva	Ciências da Saúde	1998
Giovanna Padoa de Menezes	Zootecnia	1998
Giuliana Mendonça de Faria	Administração	1998
GlauCIA Almeida de Morais	Biologia	1998
Graci Marlene Pavan	Educação Física	1998
Janete Bortolaia de Freitas	Matemática	1998
Jussara Martins Cerveira de Oliveira	Direito	1998
Karina Trabuco de Lima	Enfermagem	1998
Kátia Carneiro Rodrigues Fuju	Língua Inglesa	1998
Luisa Melville Paiva	Zootecnia	1998
Marcelina Ovelar Solaliendres	Química	1998
Margarete Soares da Silva	Química	1998
Maria Alice Carolino	Biologia	1998

(continua)

Nome	Área de Concurso	Ano de início na UEMS
Maria Aparecida Martins Alves	Biologia	1998
Maria Celma Borges	Metodologia e técnica da Pesquisa	1998
Maria de Fátima Oliveira Mattos	Metodologia e técnica da Pesquisa	1998
Maria de Lourdes Silva Ferreira	Metodologia e técnica da Pesquisa	1998
Maria Gladis Sartori Proença	Pedagogia	1998
Maria Goretti Dal Bosco	Direito	1998
Maria José Telles Franco Marques	Pedagogia	1998
Maria José Toledo Gomes	Língua Portuguesa	1998
Maria Ligia de Aguiar	Língua Inglesa	1998
Marília Checco de Souza	Enfermagem	1998
Marina Evaristo Wenceslau	Metodologia e técnica da Pesquisa	1998
Maristela Missio	Matemática	1998
Maurinice Evaristo Wenceslau	Direito	1998
Mirian Inês Pereira de Pereira	Enfermagem	1998
Nívea Margaret Rosa Nascimento	Pedagogia	1998
Onilda Sanches Ninção	Língua Portuguesa	1998

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Silva (2022).

TRAJETÓRIAS DE QUATRO PROFESSORAS PIONEIRAS

Como destacado no início deste texto, Silva (2022) elegeu quatro professoras que considerou pioneiras na constituição da UEMS e que, ao construírem suas carreiras, foram se formando pro-

fessoras universitárias. A escolha das professoras para compor os sujeitos da pesquisa da dissertação de Silva (2022) foi aliada à teoria de Desenvolvimento Profissional Docente (Marcelo Garcia, 2009). O perfil para a seleção das professoras, segundo o autor, estava em consonância com a formação e a profissionalização docente atrelada ao desenvolvimento e à evolução da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

As professoras além de possuírem formações múltiplas teriam que ter em sua trajetória ações profissionais em prol da constituição e desenvolvimento da UEMS, como ocupação de cargos administrativos, coordenação de projetos de pesquisa, ensino e extensão, participação na abertura de cursos e pós-graduação, além de assumir a docência (Silva, 2022, p. 55).

Uma questão curiosa observada por Silva (2022) é que as quatro professoras investigadas ingressaram na UEMS graduadas ou especialistas, e investiram na carreira cursando mestrado³, doutorado e realizando estágio de pós-doutorado, quando já estavam vinculadas à instituição. Para o autor, isso demonstra que elas se desenvolveram profissionalmente no trabalho. Conforme Magnani (1993), o processo constitutivo do sujeito que se forma no trabalho é movido por utopias e sobressaltado por contingências.

Desta forma, foram escolhidas a professora Doutora Silvane Aparecida de Freitas e professora Doutora Maria José de Jesus Alves Cordeiro, professoras que ingressaram na UEMS no ano de 1994 e permaneceram após concurso público de 1998; professora Doutora Doracina Aparecida de Castro Araujo e professora Doutora Celi Corrêa Neres que ingressaram na UEMS após o concurso público, em 1998.

Contudo, é preciso [...] destacar que muitas foram as

³ Duas professoras haviam iniciado o curso de mestrado antes de entrar na UEMS.

mulheres professoras que estiveram na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, em seus primeiros tempos. Do mesmo modo, é preciso salientar que existem outros sujeitos que fizeram história nesta instituição, mas que não foram selecionados para compor o quadro de sujeitos desta pesquisa devido aos critérios estabelecidos por mim [...]. Por cursar a graduação em Pedagogia e participar de eventos científicos na UEMS, Unidade de Paranaíba, estes foram nomes que foram reconhecidos por mim dadas minhas experiências como estudante. Embora eu escreva sobre a UEMS e as professoras que desenvolvem ou desenvolveram um trabalho digno de reconhecimento, é preciso mencionar que as trajetórias profissionais das professoras selecionadas não foram em “brancas nuvens”; percebe-se pela história da universidade e as falas das professoras no decorrer das entrevistas lembranças de embates, de lutas, de silenciamento de fatos e uma organização política (Silva, 2022, p. 55-56).

Apresentação das professoras

A professora Silvane Aparecida de Freitas nasceu no dia 21 de agosto de 1960, no município de Paranaíba-MS. Em 1965, iniciou seus estudos primários no Colégio Educandário Santa Clara, no mesmo município. Casou-se aos 16 anos e, aos 17, iniciou o então segundo grau; à época tornou-se mãe do seu primeiro filho e, por não ter condições de conciliar a maternidade e os estudos, acabou optando por abandoná-los, retomando-os em 1979, no curso de Habilitação Específica para o Magistério (HEM) e, depois, no curso de Letras.

Em 1981, Silvane assumiu a docência como professora contratada pela rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul, no município de Paranaíba, por quatro anos, após os quais, assumiu a docência na rede municipal de ensino de Paranaíba por dois anos.

Com a aprovação no Concurso de Provas e Títulos para Professores, em 1984, para a rede estadual de Mato Grosso do Sul, a professora assumiu o cargo de docente na Escola Fernando Corrêa, localizada na cidade de Três Lagoas-MS.

Em 1986, iniciou a primeira pós-graduação *lato sensu* em Língua Portuguesa, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), na cidade de Três Lagoas. Entre o ano de 1990 e 1992, cursou especialização em Texto e Linguagem, na mesma universidade; como trabalho final, foi solicitado por seu orientador um projeto escrito para ser enviado para algum programa *stricto sensu*.

No ano de 1994, ao ler o edital publicado para lecionar na futura universidade do estado de Mato Grosso do Sul, notou a possibilidade de mudar o horizonte em sua carreira, de professora dos anos iniciais a docente do Ensino Superior, assim, enviou seu currículo para ser analisado e, tendo conseguido aprovação, foi cedida para a UEMS.

No ano seguinte, Silvane foi aprovada para cursar o mestrado em Letras no Instituto de Ensino de Linguagem (IEL), na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Nesse ano, tinha que conciliar as aulas na UEMS com as viagens para as aulas do mestrado e enfrentou o processo de reestruturação administrativa da instituição, que, entre outras ações, não dava permissão para os professores cursarem a pós-graduação e exigia que todas as ações realizadas pelos professores deveriam ser comunicadas à reitoria da universidade⁴.

4 “De acordo com Silva Filho (2008, p.130), o governador Wilson Barbosa Martins não concordava com a instalação da UEMS, uma vez que em sua ‘concepção’ o estado devia esforçar o seu olhar ao Ensino Fundamental; ‘[...] principalmente no que concerne ao ensino público.’ Como tema de sua candidatura, o governador desmerecia a criação da universidade e informava ao povo, que enquanto governador de MS, iria assim ‘mostrar verdades sobre a UEMS’ e em 1995, começou a reestruturação administrativa da instituição, tendo como primeira ação a desti-

Dessa forma, a professora relata que teve que contar com a colaboração da coordenadora do curso de Letras e dos outros professores para continuar em formação. O doutorado, cursou no período de 1998 a 2002, na Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de Assis, na área de Letras. No período de 2007 a 2008, realizou estágio de pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em Linguística Aplicada.

Maria José de Jesus Alves Cordeiro, conhecida como Maju, nasceu em 15 de maio de 1962, no município de Sandovalina-SP. Em julho de 1979, aos sete anos, ingressou na pré-escola, localizada na zona rural do município de Fátima do Sul-MS, onde aprendeu a ler e escrever. Em 1973, mudou-se para a cidade de Campo Grande e, inicialmente, começou a estudar na Escola Municipal Coronel Sebastião de Lima e, devido a situações enfrentadas relacionadas a racismo, mudou-se para outras escolas, até concluir o antigo primeiro grau, em 1976. Nos três anos seguintes, cursou a HEM na Escola Estadual Joaquim Murтинho.

Começou a lecionar como professora substituta na Escola de Primeiro Grau Professor Henrique Cirilo, em Campo Grande. Em 1980, foi aprovada no Concurso de Provas e Títulos para Professores e assumiu o cargo de professora de séries iniciais e séries finais do Ensino de Primeiro Grau na Escola Estadual Professora Isaura Higa, em 1981, permanecendo até o ano de 1983.

Nesse mesmo ano, ingressou no curso de Pedagogia nas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT), atual Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), na cidade de Campo Grande. Segundo a professora, em entrevista a Silva (2022), o curso lhe deu

tução do cargo de reitora da professora Leocádia Aglaé Petry Leme e empossamento da professora Sandra Luisa Freire à reitoria da universidade" (Silva, 2022, p. 78).

ferramentas para passar no concurso público de 36 horas e assumir cargos na Escola Estadual Arlindo Sampaio Jorge como professora de séries iniciais e supervisora – sala especial (1985-1986), vice-diretora (1985-1986) e diretora (1986-1990).

Em 1988, cursou o *lato sensu* em Metodologia e Didática do Ensino Superior, na UCDB. De 1990 a 1991, trabalhou como professora nos cursos de HEM e como supervisora na Escola Estadual Filinto Muller, na cidade de Angélica-MS. De 1991 a 1994, atuou como professora no curso de Formação para o Magistério na Escola Estadual Célia Maria Naglés e como supervisora na Escola Estadual Professora Izaura Higa, no município de Campo Grande. No final de 1994, Maju foi cedida para a Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Em virtude do processo de reestruturação administrativa da UEMS já mencionado, em 1995, a professora Maju retornou para a rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul, e foi cedida para a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em Dourados. Nessa transição, ingressou no mestrado em Educação, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 1997, e retornou para a UEMS após sua aprovação no Concurso Público de Provas e Títulos, em 1998. Ingressou no doutorado em Educação, em 2005, também na PUC-SP, finalizando-o em 2008, e realizou estágio de pós-doutoramento entre 2015 e 2016, na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

A professora Doracina Aparecida de Castro Araujo nasceu no dia 01 de maio de 1962, no município de Inocência-MS. Em 1968, cursou a pré-escola de rede pública estadual de Mato Grosso do Sul, na cidade de Três Lagoas. No ano seguinte, estudou na Escola Estadual de 1º e 2º Grau “Afonso Pena”, localizada na cidade

de Três Lagoas e nela permaneceu até a finalização da terceira série, em 1972. Nos dois anos seguintes, estudou na Escola Estadual de 1º e 2º Grau Professor “João Magiano Pinto” (JOMAP). A sexta e a sétima séries, cursou na Escola de 1º e 2º Grau “Fernando Corrêa da Costa”, de 1975 a 1976.

Em 1977, entrou no curso profissionalizante de Patologia de Análises Clínicas (PAC), na Escola JOMAP, concluindo-o em 1980. Ingressou no curso de Pedagogia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Centro Universitário de Três Lagoas (CEUL), em 1982. No ano de 1983, concomitantemente ao curso de Pedagogia, iniciou o curso de HEM, na Escola Estadual Dom Aquino Corrêa, em Três Lagoas. Finalizou o curso em dois anos, pois eliminou várias disciplinas por já ter o diploma do antigo segundo grau, o PAC.

Cursou o *lato sensu* (1985-1986) em Didática pela UFMS em Três Lagoas, por sentir necessidade de verticalizar seus estudos. Em 1989, foi convocada para assumir o concurso de didática e o concurso para orientadora educacional na rede estadual de Mato Grosso do Sul, cuja aprovação foi em 1984. Em 01 de junho de 1998, Doracina ingressou na UEMS como Professora Especialista de Educação, por meio de aprovação em Concurso Público de Provas e Títulos, pedindo exoneração de seus dois cargos da rede estadual.

No que diz respeito ao *stricto sensu* (1999-2001), ingressou em um Minter⁵ entre a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a UEMS, em Engenharia de Produção, ênfase em Mídia e Conhecimento, com aulas semipresenciais. Cursou o doutorado (2003-2005) na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e

⁵ Turmas de mestrado e doutorado acadêmicos, que são conduzidas por uma instituição que promove a oferta e uma instituição que seja receptora do ensino e da pesquisa.

o estágio pós-doutoral, entre 2015 e 2016, na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Araraquara.

Celi Correa Neres nasceu no dia 12 de janeiro de 1968, no município de Campo Grande. No ano de 1975, ingressou na Escola Estadual Arlindo de Andrade Gomes, localizada também em Campo Grande, na qual cursou a Educação Básica, o Ensino Fundamental e o HEM; aos 17 anos, já era professora. Cursou Pedagogia na Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMAT), em 1987, no período noturno, finalizando-o em 1989.

Celi iniciou a docência como professora alfabetizadora na Escola Curumim (1986-1987) e na escola CESM (1987-1990). Nesse período, prestou concurso público do estado de Mato Grosso do Sul para ser Orientadora Educacional e Especialista em Educação e ingressou na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), localizada na cidade de Campo Grande, no curso de Psicologia, concluindo-o em 1993. Para a professora, os cursos de Pedagogia e de Psicologia lhe deram bagagens importantes como profissional, sendo que, nesse último, apaixonou-se pela área da Educação Especial.

A professora ingressou no mestrado em Educação, no ano de 1996, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Durante o mestrado, soube do concurso para professor da UEMS e resolveu prestar, juntamente com alguns colegas na área da Psicologia da Educação, e foi aprovada em junho de 1998, passando a fazer parte do corpo docente da universidade. Posteriormente, no período de 2006 a 2010, cursou doutorado na área da Educação, na Universidade de São Paulo (USP). Finalmente, seu estágio de pós-doutoramento foi realizado na UFMS, *campus* do Pantanal, de 2014 a 2015.

Alguns aspectos da carreira de docente do Ensino Superior⁶

Na UEMS, a professora Silvane Aparecida de Freitas, além de lecionar no curso de Letras, na UEMS de Cassilândia, atuou na Unidade de Paranaíba, na Unidade de Dourados e assumiu funções além da docência. Entre suas diversas atuações, podemos destacar: tornou-se Consultora Científica do Comitê de Pesquisa da UEMS (1998-2002) e membro do Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão (2000-2002); atuou no projeto de extensão intitulado “Linguística e Alfabetização: campos que se somam” (2002-2003) e assumiu a coordenação do projeto de extensão “Políticas Ações Afirmativas para Afrodescendentes” (2004); foi consultora Científica do I Encontro de Iniciação Científica da UEMS (2004) e colaboradora no projeto de extensão “Fundamentos Metodológicos de Pesquisa em Letras” (2004); tornou-se membro da Comissão de Reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso de Letras da UEMS (2004); criou e coordenou o I Simpósio Científico-Cultural da UEMS de Paranaíba (SCIENCUT) (2004) e, nesse período, assumiu a função de coordenadora do curso de especialização em Letras, na Unidade de Cassilândia (2003-2004), e lecionou as disciplinas de Discurso e Ensino e Linguística e Teoria Linguística II (2003-2005).

Silvane buscou parceria com as Faculdades Integradas de Paranaíba (FIPAR) e participou como membro do conselho editorial da *Revista Inter Ação* (2003-2005); assumiu a Gerência da Unidade de Paranaíba (2004-2007) e, ao mesmo tempo, foi professora na graduação em Direito (2001-2007), em que ministrou a disciplina Língua Portuguesa e Linguagem Forense.

Como era uma professora presente em projetos de extensão, coordenou o projeto intitulado “Amigas da Leitura”, na UEMS, Uni-

⁶ Os dados deste tópico foram retirados de CNPq (2021).

dade de Paranaíba (2005); colaborou no projeto “Grupo de Canto: Coral UEMSOL Maior” e em projetos de formação de professores da Educação Básica, na rede municipal de ensino de Paranaíba; foi uma das colaboradoras na escrita das Diretrizes Gerais da Pós-Graduação da UEMS (2005) e na comissão de elaboração do projeto pedagógico de Ciências Sociais da UEMS de Paranaíba, na qual assumiu a função de presidente (2005); atuou no *Jornal Universitário* do curso de Pedagogia, na UEMS de Paranaíba, e na Elaboração do Plano Municipal de Ensino de Paranaíba (2005).

A professora Silvane foi membro da equipe do Conselho Municipal de Cultura de Paranaíba (2005-2007) e, com a abertura do Programa de Pós-Graduação *lato sensu* em Educação, na UEMS de Paranaíba (2011), assumiu as disciplinas Introdução a Análise do Discurso e Semiótica Aplicada ao Ensino, concomitantemente à coordenação do curso de Ciências Sociais, da Unidade de Paranaíba. Lecionou no mestrado em Educação da Unidade desde 2011, e assumiu a Pró-Reitoria de Ensino na UEMS (2011-2015). Aposentou-se em 2017 e, atualmente, é docente sênior⁷ no Programa de Pós-Graduação em Educação *stricto sensu*, nível mestrado, na referida Unidade Universitária. Um destaque de sua atuação foi a criação da revista *Interfaces da Educação* na Unidade de Paranaíba⁸ e suas iniciativas frente a grupos LGBTQIA+, indígenas, pessoas negras e ligadas a movimentos sindicais.

A professora Maria José Alves de Jesus Cordeiro, após a sua aprovação no concurso, assumiu a docência em algumas Unidades Universitárias da UEMS: na de Amambai-MS, no curso de Matemá-

⁷ Professores aposentados que continuam a desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão em programas de pós-graduação dentro da instituição.

⁸ A revista *Interfaces da Educação* foi avaliada como A2 no Qualis-Capes 2017-2020.

tica, assumiu a disciplina Psicologia da Educação (1998-2001), e na de Ivinhema-MS, no curso de Pedagogia, ministrou as disciplinas de Fundamentos da Alfabetização, Prática de Ensino e Estágio Supervisionado; na de Dourados, no curso de Letras, a disciplina Psicologia da Educação (2001-2010); ao mesmo tempo, cursava o mestrado em Educação, tornando-se, concomitantemente, chefe do Núcleo de Pesquisa em Educação.

Entre os anos de 1999 e 2004, coordenou o projeto de extensão “Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária” e “Tereré - alfabetização de jovens e adultos”, ambos institucionais (PRONERA) (1999-2001), e o “Projeto Institucional de Alfabetização de Jovens e Adultos em Assentamentos de Reforma Agrária”, com recursos do PRONERA, em parceria com os Movimentos Sociais (2002-2004).

Nesse tempo, Maju assumiu a Pró-Reitoria de Ensino e Pós-Graduação (2002-2005), a Presidência da Câmara de Ensino (CEPE) (2000-2005) e a coordenação do projeto de extensão denominado “Projeto de Capacitação da Comunidade Universitária da UEMS em Ações Afirmativas”, em parceria com a Fundação Palmares, a Coordenadoria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial (CEPIIR/MS) e a Fundação de Apoio à pesquisa (FAPEMS) (2005) e ingressou no doutorado em Educação.

Em 2008, assumiu as disciplinas Psicologia da Educação, Tópicos em Educação Especial, Educação e Diversidade Cultural, Estágio Supervisionado em Gestão Educacional, no curso de Pedagogia, da UEMS de Dourados; tornou-se coordenadora do curso de Pedagogia da Unidade de Dourados (2009-2013) e membro do comitê de pesquisa da Pró-Reitoria de Ensino (2010-2013). No período de 2010 a 2012, foi consultora de pesquisa na área de Ciências Hu-

manas, em Dourados (2010), suplente da Área de Ciências Humanas no Conselho de Ética (2012), coordenadora geral do Programa Mais Educação (2012), e coordenadora do Projeto Fortalecimento do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Gênero, Raça e Etnia (GEPEGRE/CNPq/UEMS) para Criação do Núcleo de Estudos em Gênero (2012-2019). Lecionou na pós-graduação em Educação, nível mestrado, na UEMS de Paranaíba (2011-atual). Atualmente, é Pró-Reitora de Ensino e leciona no mestrado em Educação, na UEMS de Paranaíba.

Maju tornou-se a primeira mulher negra no Fórum da Região Centro-Oeste a defender ações afirmativas. Por sua dedicação e perseverança, “[...] levou a universidade ao cenário nacional em se tornar a primeira instituição pública a liberar quantitativo de vagas para ações afirmativas por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)” (Silva, 2022, p. 94).

A professora Doracina Aparecida de Castro Araujo ingressou na UEMS de Paranaíba tendo assumido a gerência da instituição (1999-2003), a coordenação *pro tempore* do curso de Direito (1998-1999), a disciplina de Sociologia Jurídica e se tornado membro do projeto de extensão “UEMS na comunidade” (1999-2001); concomitantemente, ingressou no mestrado em Engenharia (1999-2001) (Lattes, 2021).

Em 2006, iniciou as atividades na universidade como membro da comissão científica do SCIENCULT, participou do projeto de extensão intitulado “Grupo de Estudo de Séries Iniciais II” e lecionou no curso de Pedagogia nas disciplinas Didática I e II e Educação Inclusiva. No ano seguinte, participou como membro da Comissão Preparatória e Executiva da 1ª Conferência Municipal das Cidades, realizada em Paranaíba em 2007, e como secretária da Comissão

Eleitoral para eleição de Reitor – Portaria UEMS nº 236, de 26 de abril de 2007.

No mesmo ano, participou novamente como membro da comissão científica do SCIENCULT, do projeto de extensão denominado “O Processo de Produção Científica: ação/reflexão/ação”; foi nomeada como presidente da comissão de elaboração do projeto político do curso de especialização e, na sequência, após aprovação, tornou-se coordenadora (2007-2011). Com a especialização *lato sensu* em Educação, criou o grupo de Estudos e Pesquisas em Práxis Educacional (GEPPE), em 2007, e ministrou a disciplina de Didática (2007-2013).

Em 2008, participou da comissão do SICENCULT; em 2009, lecionou, no curso de Pedagogia da UEMS de Paranaíba, a disciplina Educação Especial e Educação Inclusiva e do projeto de extensão “Formação de professores: compartilhando saberes sobre inclusão social” (2009-2011). Entre os anos de 2010 e 2011, lecionou, na especialização em Direito, as disciplinas de Didática e Metodologia do Ensino Superior e Educação Inclusiva e Direitos Humanos, tornando-se conselheira do CEPE (2011-2013) e coordenou a elaboração da proposta para criação do Programa de Pós-Graduação em Educação, nível mestrado, aprovada pelo CEPE/UEMS em 2010 e pela CAPES em 2011, atuando como coordenadora de 2011 a 2015.

No mesmo período, Doracina exerceu os cargos de Presidente da Comissão de Planejamento e Acompanhamento das Ações do Programa de Pós-Graduação em Educação (2012-2014), Presidente da Comissão do Processo Seletivo (2011 a 2014), Presidente da Comissão para análise e reformulação da Proposta de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação (2013-2014), Presidente da comissão de Reformulação do Projeto Pedagógico da

Especialização em Educação (2014); criou as linhas de pesquisas Educação Escolar Inclusiva (2007-2015) e Teorias e Práticas Educacionais (2011-2014); foi membro da comissão para credenciamento e recredenciamento de docentes ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação; e Presidente das Bolsas do Programa de Pós-Graduação em Educação (2011-2014).

Além de ocupar cargos administrativos, no mesmo período, a professora lecionou, no Programa de Pós-Graduação em Educação *stricto sensu*, as disciplinas de Didática para o Ensino Superior e Educação Especial e Inclusiva: Formação de Educadores e Pesquisadores para o Ensino Superior. Entre 2016 e 2017, ocupou o cargo de coordenadora do Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação (CEPEED) da UEMS de Paranaíba. Doracina Araujo coordenou o projeto para a criação do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* na UEMS de Paranaíba e o defendeu no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; com essas iniciativas, “[...] contribuiu com o *status* de universidade da UEMS, devido a instituição ter apenas um programa *stricto-sensu* à época” (Silva, 2022, p. 95-96). Atualmente, Doracina Araujo é professora universitária aposentada.

Celi Correa Neres, ao ingressar na UEMS, em 1998, ministrou a disciplina Organização Política e Administrativa da Escola e Psicologia da Educação, na Unidade Universitária de Jardim (1998); presidiu a Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do primeiro curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Educação na UEMS – Especialização em Educação Infantil – na Unidade Universitária de Dourados e o coordenou (1999); ministrou a disciplina de Sociologia e Psicologia no curso de Enfermagem, na mesma Unidade (1999); ministrou a disciplina Tópicos Especiais na Educação Infantil na Especialização em Educação Infantil (2000); participou da elabo-

ração do projeto pedagógico do curso Normal Superior (1999) e o coordenou (2000).

Celi foi professora no Curso Normal Superior Indígena na Unidade de Aquidauana (2004); foi relatora da Deliberação da Resolução CEE/MS nº 7828/2005, que dispõe sobre a Educação Escolar de alunos com necessidades educacionais especiais no Sistema Estadual de Ensino (2005); coordenou os projetos de pesquisa “Histórias das Instituições Escolares em Mato Grosso do Sul” (2005-2007) e “Instituições Especializadas no contexto da educação inclusiva: intenções e práticas” (2006-2009); no curso de Pedagogia, na Unidade de Campo Grande, ministrou as disciplinas Educação Especial, Práticas Pedagógicas de Educação Especial e Estágio Curricular (2008); integrou o projeto de pesquisa “A participação da UEMS na construção da Educação Inclusiva em Mato Grosso do Sul” (2008-2010).

Quando professora na UEMS de Campo Grande (2010), assumiu a Gerência da Unidade; compôs o corpo de avaliadores *ad hoc* do Basis-Inep na regulação de cursos de Graduação (2010-atual). É integrante do projeto de pesquisa “Diálogos e acompanhamentos: itinerários para a formação de professores iniciantes no estado de Mato Grosso do Sul”; coordenou o projeto de pesquisa “Inclusão Escolar dos alunos com deficiência: um estudo a partir da perspectiva da Organização do Trabalho Didático” (2010-2012). Foi orientadora do mestrado em Educação na linha de pesquisa Teorias e Práticas Educacionais, na Unidade Universitária de Paranaíba (2011); membro do corpo editorial da *Revista Educação e Fronteiras On-Line* e da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (2011); participou do projeto de pesquisa “Observatório Nacional de Educação Especial: estudo em rede nacional sobre as salas de recursos multifuncionais

nas escolas comuns” (2011-2014); é Conselheira do Conselho Estadual de Educação (2010- atual); participou da X Jornada de Educação de Mato Grosso do Sul - Impactos das Novas Políticas Educacionais na Atualidade: Impasses e Desafios (2012); presidiu a Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Mestrado Profissional em Educação (2011).

Como coordenadora do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional Unidade de Campo Grande (2012-2019), ministrou as disciplinas Seminário de Pesquisa I e Educação Especial e Processos de Escolarização; integrou o Projeto de Pesquisa “Eu tô voltando prá casa: narrativas sobre a formação e desenvolvimento profissional de alunos egressos do curso de pedagogia, iniciantes na docência” (2013-2015); é avaliadora *ad hoc* de projetos de iniciação científica (2012- 2020).

É avaliadora *ad hoc* dos seguintes periódicos científicos: *Revista Interfaces da Educação*, *Revista GEPFIP*, *Revista AAPE/EPA* - *Arquivos Analíticos*, *Revista Brasileira de Educação Especial*, *Revista Histedbr* (2013 - atual). Foi professora no projeto de Curso de Aperfeiçoamento Educação para a Diversidade e Cidadania em Mato Grosso do Sul, Brasil - UEMS/SECAD/MEC/UAB/Capes (2011).

Docente na pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial (2013- 2017), coordenou os projetos de pesquisas “A escolarização dos alunos com deficiência e a inclusão escolar: aproximações com as práticas escolares” (2014-2015) e “Inclusão Escolar de Alunos com Deficiência Sensorial: Estudo sobre as Tecnologias Assistivas” (2014-2016). É membro do corpo editorial da revista *Interfaces da Educação* e *Revista de Estudos de Educação* (2014); é revisora de projetos de fomento da Fundação de Apoio e Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do MS (FUNDECT/MS) e da Fun-

dação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF/DF) (2014); coordenou o projeto de pesquisa “Plano de articulação para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa de Pós-Graduação”, do Mestrado Profissional em Educação (2016); integrou o projeto de pesquisa “Desenvolvimento de tecnologias de ensino acessíveis para a formação de conceitos na educação básica” (2016-2018); coordenou o projeto de extensão “Orientação e Mobilidade para pessoa com Deficiência Visual: Teoria e Prática” (2018-2019).

Com a experiência de atuação na equipe do primeiro mestrado em Educação *stricto sensu* da UEMS, na Unidade de Paranaíba, apropriou-se de conhecimentos que permitiram, segundo ela, a proposição e a aprovação de abertura do citado curso na universidade, na Unidade de Campo Grande.

Ainda, a professora Celi Neres foi relatora da Deliberação CEE/MS nº 11.883/2019, que dispõe sobre a educação escolar de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no sistema estadual de ensino de Mato Grosso do Sul (2019). Como se nota, a professora Celi é grande nome na Educação Especial na UEMS, tendo contribuído para o ensino, a pesquisa e a extensão nesse emergente tema da educação brasileira. Atualmente (2023), é Vice-Reitora da UEMS.

Com essa síntese de dados, concluímos que as professoras foram destaques em suas ações em prol da UEMS, em trajetórias entrelaçadas e ligadas devido às experiências nos encargos de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Apesar dos desafios e dificuldades, não se amedrontaram e colaboraram para a constituição da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme buscamos apresentar, as mulheres foram muito importantes para a constituição da UEMS como universidade solidificada e em expansão como a conhecemos. Isso ocorreu não porque elas tenham sido as únicas a colaborar para essa constituição, mas porque estiveram, desde os primeiros tempos – 1994 e 1998 – e em grande maioria, nessa tarefa, e porque assumiram, como se nota nas trajetórias destacadas, muito mais do que a docência e o tripé de uma universidade (ensino, pesquisa e extensão): protagonizaram iniciativas que construíram uma estrutura sólida e reconhecida.

Assim, de modo geral, esperamos que este texto contribua para uma maior visibilidade das mulheres na história, assim como para inspirar outros trabalhos que considerem essas ou outras profissionais que colaboraram pioneiramente para o espaço onde atuaram. De modo mais específico, nosso intuito é o de saudar a UEMS nesses 30 anos, por meio da exaltação de seus sujeitos fundadores, em especial as professoras que tanto fizeram para que ela alcançasse a estrutura e o patamar de reconhecimento que tem nos dias de hoje.

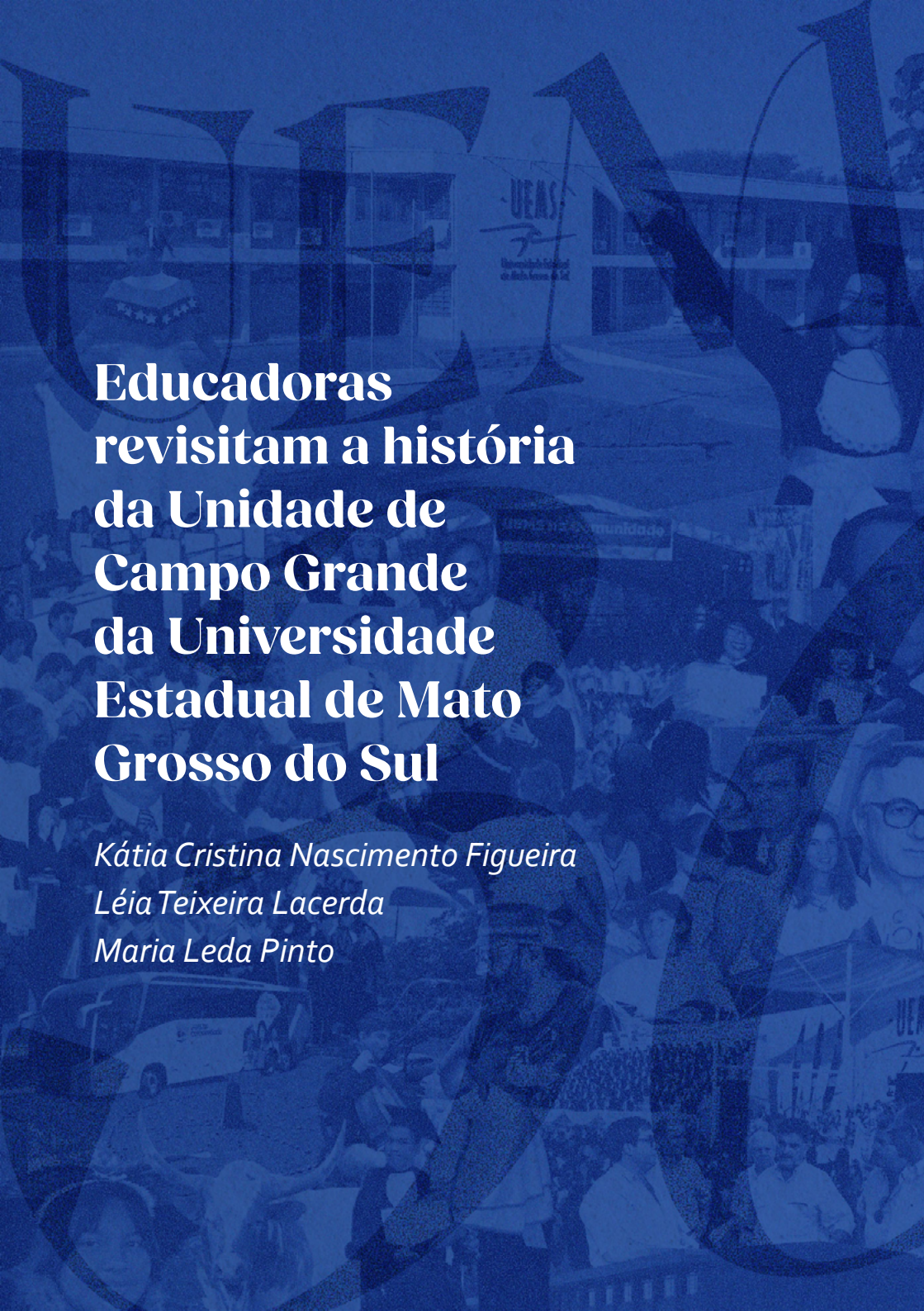
REFERÊNCIAS

MAGNANI, M. do R. M. **Em sobressaltos:** formação de professora. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1993.

MARCELO GARCÍA, C. Desenvolvimento profissional: passado e futuro. **Sísifo – Revista das Ciências da Educação**, Lisboa, n. 8, p. 7-22, 2009.

SILVA, D. P. da. **Desenvolvimento profissional docente de professoras na carreira universitária e suas contribuições na constituição da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) (1994-2020)**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, MS, 2022.

SILVA FILHO, L. A. da. **Educação e política**: apontamentos sobre a história da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (1979 – 1995). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2008.



Educadoras revisitam a história da Unidade de Campo Grande da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Kátia Cristina Nascimento Figueira

Léia Teixeira Lacerda

Maria Leda Pinto

INTRODUÇÃO

O registro da história da Unidade Universitária de Campo Grande, na perspectiva da discursividade das educadoras e gestoras, materializa-se em uma investigação que evidencia a sua relevância social e dá destaque ao estado de Mato Grosso do Sul, localizado na Região Centro-Oeste do Brasil, além dos estados de Mato Grosso e Goiás e o Distrito Federal. A posição geográfica de Mato Grosso do Sul faz divisa com cinco estados brasileiros: Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Goiás e Mato Grosso, e com dois países, Bolívia e Paraguai, o que tem oportunizado à instituição formar pessoas desses estados e países vizinhos.

Além disso, o estado é constituído por 79 municípios, e sua extensão territorial representa 22,2% da Região Centro-Oeste e 4,19% do Brasil, com 357.145,532 km², sendo que 25% desse total,

ou seja, 89.318 km², correspondem à área do Pantanal sul-mato-grossense, uma das maiores extensões de áreas úmidas contínuas do planeta.

Conforme o IBGE (2012), Mato Grosso do Sul possui uma população de 2 449 024 habitantes, sendo que 2 097 238 residem na zona urbana, e 351 786, na área rural, apresentando uma densidade demográfica de 6,86 hab/km². Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,729, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) Educação é de 0,629, e o Índice de Desenvolvimento da Infância (IDI) é de 0,88, com um Produto Interno Bruto (PIB) de 49,2 bilhões.

A população de Mato Grosso do Sul é composta por uma rica diversidade de origens e culturas, que inclui pessoas de diferentes nacionalidades, migrantes de todas as regiões do país, populações do campo – os acampamentos e assentamentos – comunidades em áreas indígenas e em áreas remanescentes de quilombos, povos das águas, bem como populações ribeirinhas e pantaneiras.

Essa diversidade requer a implantação de políticas públicas educacionais que absorvam as singularidades de cada grupo humano, em seus ciclos de vida, em cada contexto social, imprimindo grandes desafios ao cenário da Educação Básica e da Superior, como o de assegurar o acesso, a permanência com qualidade social e o êxito na trajetória de formação.

O atendimento a essas singularidades demanda a definição de estratégias que considerem o contexto histórico, socioeconômico e cultural de cada região, a fim de oportunizar melhorias na qualidade da educação desenvolvida no estado, por meio da formação de professores, da capacitação da gestão escolar e das condições, físicas e pedagógicas, na estrutura das instituições educativas.

O Plano Estadual de Educação (PEE) 2014 - 2024 tem o objetivo de desenvolver diretrizes e ações para o atendimento educacional da diversidade da população sul-mato-grossense, além de políticas específicas para a Educação Especial e as delineadas transversalmente para a igualdade de gênero, racial e outras diferenças.

No Brasil, em 2012, o Ensino Médio apresentava quase 10 milhões de estudantes matriculados, dos quais 88,5% estão matriculados nas redes públicas de educação. Segundo dados do IBGE/PNAD 2012, o percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola no Brasil é de 84% e, em Mato Grosso do Sul, 79,4%.

Assim, esses aspectos evidenciam a necessidade de suprir as demandas relacionadas à Educação Básica do estado de Mato Grosso do Sul, tendo em vista que há que priorizar os diversos contextos sociais, culturais, econômicos e ambientais para assegurar a todos a igualdade de direito à educação.

No que se refere à relevância tecnológica e de inovação, esta investigação prevê a interação com três escolas da rede estadual de ensino, a partir de metodologias ativas construídas em um processo dialógico e de escuta entre os pares. Os resultados coletivos se constituem em instrumentos que promovem mudanças educativas, de percepção do Outro e do resguardo dos conhecimentos científicos e da cultura universitária, assegurando uma Educação Superior inclusiva, equitativa e de qualidade.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, criada em 1993, tem como um de seus compromissos a melhoria da qualidade da Educação Básica no estado, tendo presente o princípio da interio-

rização do oferecimento da Educação Superior, para os municípios-sede e seu entorno, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Com essa prerrogativa, em 1998, foi criado o Curso Normal Superior, com o objetivo de atender à demanda de formação de professores apresentada pela Secretaria de Estado Educação. Nesse momento, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul foi convocada a somar esforços com a gestão da Educação Básica, por meio do projeto “A Secretaria de Estado de Educação e as Universidades: vivendo uma nova lição de gestão compartilhada”, com vistas a cumprir o inciso 4º do art. 87 da LDB e, sobretudo, para reverter o quadro de precariedade dos sistemas de ensino de MS, em relação à habilitação de seus docentes. Assim, dois polos foram constituídos, um em Dourados e outro Campo Grande, para a oferta de 400 vagas. No período de 2000 a 2006, a UEMS formou 1 398 profissionais da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Em 2006, foi publicada a Resolução CNE/CP nº 01, de 15 de maio de 2006, que estabeleceu as Diretrizes Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia. O documento, em seu art. 9º preceitua que

Os cursos a serem criados em instituições de educação superior, com ou sem autonomia universitária e que visem à Licenciatura para a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (Brasil, 2006, p. 5).

Em face dessa exigência e fundamentado nessa legislação, o projeto pedagógico do Curso Normal Superior foi transformado

em Pedagogia, com oferta regular, tendo em vista que a Unidade Universitária de Campo Grande já havia sido criada em 2001, para reconhecimento do Curso Normal Superior, aprovado pelos Conselhos Superiores da UEMS, como oferta provisória. A partir dessas definições, em 2010, outros cursos de graduação, licenciatura e bacharelado, foram ofertados na Unidade, bem como os programas *stricto sensu* nas áreas de Educação e Letras.

Dessa perspectiva, o registro da trajetória institucional insere-se no campo dos estudos das instituições escolares, que possibilita captar os valores e ideias educacionais presentes nessa universidade, que podem se converter em formas de se estudar a filosofia e a história da educação, aspectos também aplicados ao recorte deste texto. O registro historiográfico da Unidade Universitária de Campo Grande oportuniza compreender os elementos constitutivos presentes na origem de sua criação, bem como os sentidos presentes na singularidade da instituição para os sujeitos envolvidos, para si e para a sociedade envolvente.

Assim, as investigações acerca da formação e da profissão docente se fazem relevantes para a sociedade brasileira, considerando que essas pesquisas priorizam uma área presente e atuante em todas as regiões do país. Essas regiões possuem suas especificidades e singularidades culturais, que podem residir justamente na diversidade. No caso do estado de Mato Grosso do Sul, a diversidade está relacionada à sua constituição geográfica e, especialmente, à sua rica constituição étnica.

A região pantaneira sul-mato-grossense possui estreita convivência linguística e cultural, em regime de fronteira, com o Paraguai e a Bolívia (Lacerda; Pinto, 2011). Essa configuração faz de Mato Grosso do Sul um dos estados da Federação de maior expressividade

em termos de populações indígenas, quilombolas, afro-brasileiras, além do grande número de imigrantes, notadamente os europeus e os orientais.

Esse cenário constitui o *locus* do desenvolvimento da pesquisa em andamento, haja vista que estudiosos brasileiros das diversas subáreas das Ciências Humanas e Sociais – notadamente da área de Ciências da Educação – têm sido chamados a analisar e refletir a respeito da produção e da transferência do conhecimento relacionadas à formação e à profissão docente. Esse chamado está vinculado à preocupação com o crescimento dos índices de evasão e repetência escolar, não só na Educação Básica, mas também na Educação Superior. Em um artigo publicado pela *Revista Brasileira da Educação*, Saviani (2009) analisa os aspectos históricos e teóricos da formação de professores no contexto brasileiro. O autor destaca, dentre muitas de suas reflexões, que a necessidade de formação docente é antiga e foi preconizada por Comenius no século XVII, informando que o “[...] primeiro estabelecimento de ensino destinado à formação de professores teria sido instituído por São João Batista de La Salle em 1684, em Reims, com o nome de Seminário dos Mestres” (Duarte, 1986, p. 65-66 *apud* Saviani, 2009, p. 143).

O autor salienta ainda que a questão da formação de professores exigiu uma resposta institucional apenas no século XIX, quando, após a Revolução Francesa, emergiu a problemática da instrução popular. Esse autor registra, ainda, que nesse período se originou o processo de criação de Escolas Normais como instituições legitimadas para preparar professores. De acordo com Saviani (2009),

A primeira instituição com o nome de Escola Normal foi proposta pela convenção, em 1794 e instalada em Paris em 1795. Já a partir desse momento se intro-

duziu a distinção entre Escola Normal Superior para formar professores de nível secundário e Escola Normal simplesmente, também chamada Escola Normal Primária, para preparar os professores do ensino primário. Assim é que Napoleão, ao conquistar o Norte da Itália, instituiu, em 1802, a Escola Normal de Pisa nos moldes da Escola Normal Superior de Paris. Essa escola, da mesma forma que seu modelo francês, destinava-se à formação de professores para o ensino secundário, mas na prática se transformou em uma instituição de altos estudos, deixando de lado qualquer preocupação com o preparo didático-pedagógico. Além de França e Itália, países como Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos também foram instalando, ao longo do século XIX, suas Escolas Normais (Saviani, 2009, p. 143).

A despreocupação com as raízes da formação didático-pedagógica de docentes é evidenciada no que se refere às Escolas Normais Superiores na Europa, mas também em nosso país. Segundo Saviani (2009, p. 143), “[...] no Brasil a questão do preparo de professores emerge de forma explícita após a independência, quando se cogita da organização da instrução popular”. O autor examina a questão pedagógica em consonância com as transformações que ocorreram na sociedade brasileira ao longo dos dois últimos séculos, bem como distingue os seguintes períodos na história da formação de professores no Brasil:

1. Ensaio intermitentes de formação de professores (1827-1890). Esse período se inicia com o dispositivo da Lei das Escolas de Primeiras Letras, que obrigava os professores a se instruir no método do ensino mútuo, às próprias expensas; estende-se até 1890, quando prevalece o modelo das Escolas Normais.
2. Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932), cujo marco inicial é a reforma paulista da Escola Normal tendo como anexo a escola-modelo.

3. Organização dos Institutos de Educação (1932-1939), cujos marcos são as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932, e de Fernando de Azevedo em São Paulo, em 1933.
4. Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais (1939-1971).
5. Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971-1996).
6. Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia (1996-2006) (Saviani, 2009, p.143-144).

Em suas conclusões a respeito desses seis períodos históricos, Saviani (2009, p. 148) salienta:

[...] ao longo dos últimos dois séculos, as sucessivas mudanças introduzidas no processo de formação docente revelam um quadro de descontinuidade, embora sem rupturas. A questão pedagógica, de início ausente, vai penetrando lentamente até ocupar posição central nos ensaios de reformas da década de 1930. Mas não encontrou, até hoje, um encaminhamento satisfatório. Ao fim e ao cabo, o que se revela permanente no decorrer dos seis períodos analisados é a precariedade das políticas formativas, cujas sucessivas mudanças não lograram estabelecer um padrão minimamente consistente de preparação docente para fazer face aos problemas enfrentados pela educação escolar em nosso país.

Para o autor, é preciso recuperar a ligação existente entre os aspectos que caracterizam o ato docente, ou seja, evidenciando os processos didático-pedagógicos pelos quais os conteúdos se tornam assimiláveis pelos estudantes no trabalho de ensino e aprendizagem.

Saviani (2009) salienta que chegou o momento de organizar grupos de estudos nas diferentes disciplinas dos currículos es-

colares que possam aglutinar docentes das Faculdades de Educação e de outras unidades acadêmicas em torno de projetos de ensino que configurariam as novas licenciaturas. O autor também chama a atenção para a necessidade de preparar os professores para atuar na Educação Especial, tendo em vista que esse campo de formação permanece em aberto. Desse modo, essa formação poderia ser implementada em sua especificidade nos Curso de Pedagogia. Saviani (2009, p. 154) destaca que

[...] não se trata de colocar a educação em competição com outras áreas necessitadas, como saúde, segurança, estradas, desemprego, pobreza, entre outros. Ao contrário, sendo eleita eixo do projeto de desenvolvimento nacional, a educação será a via escolhida para atacar de frente todos esses problemas.

Para o autor, a educação deveria ser chamada para pensar e organizar o desenvolvimento nacional do país e, conseqüentemente, teria condições de resolver boa parte dos problemas sociais que vivemos. Saviani (2009) assinala que, com maiores investimentos, a profissão docente seria mais atraente para os jovens, com melhorias de salários e condições de trabalho adequadas.

Nessa discussão sobre a formação de professores, Souza (1998) também contribui com dados históricos, afirmando, por exemplo, que os currículos que formavam os professores eram estruturados sem nenhuma distinção do currículo do ensino primário, ou seja, os conhecimentos eram transmitidos de maneira estereotipada e descontextualizada da cultura:

[...] desde a fundação das Escolas Normais, o currículo que formava professores era pensado de maneira análoga ao currículo do primário. Os conhecimentos obedeciam ao mesmo imperativo de esquematização com que deveriam ser transmitidos - fragmentos e for-

mas estereotipadas, descontextualizadas e infantilizadas da cultura. Era vedado, nas Escolas Normais, aos professores ou à professora a matemática e o latim, porque se temia deserções em direção à universidade e assim o “pedantismo” isto é, a proximidade aos intelectuais. As preleções de formatura reduziam a transcendência da missão à dimensão do sacrifício, econômico, claro. No entanto, a percepção iluminista de algum modo se encravava na formação dos professores, mesmo brasileiros (Souza, 1998, p. 69).

No que se refere à Educação Superior, Durham (2003) aponta que foi a partir da década de 1960 que houve a ampliação na criação de universidades públicas federais, o que resultou em implementação do número de matrículas, notadamente em 1965. Com o advento do regime militar, os setores médios urbanos passaram a tencionar o Estado brasileiro pelo aumento de vagas no Ensino Superior, resultando nas reformas da área de Educação, entre outras coisas.

O estado de Mato Grosso, à época, não ficou imune a esses condicionantes sociais, políticos e econômicos, visto que, em 1979, ocorreu a divisão do estado, dando origem ao estado de Mato Grosso do Sul. Essa condição favoreceu, na década seguinte, a formalização da criação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. De acordo com a Profa. Dra. Eliza Emília Cesco¹,

[...] a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul foi criada pela Constituição Estadual de 1979 e, em seus dispositivos, estava registrado que sua sede seria em Dourados e, ainda, que, em mais dois outros municípios do interior de Mato Grosso do Sul, Aquidauana e Jardim, seria oferecida a educação superior. Essa definição apontava para a decisão de levar a educação superior aos jovens do interior de nosso estado.

¹ Discurso proferido na Solenidade de Recebimento da Comenda Pedro Pedrossian do Conselho de Reitores das Instituições de Ensino Superior (CRIE/MS), em 22 de agosto de 2018.

Convenhamos ter sido uma orientação justa, se levarmos em conta que, à época, a juventude do interior que quisesse acessar a educação superior teria de se deslocar para a Capital do Estado, já que, nesse tempo, as universidades federais tinham sede, quase que exclusivamente, nas Capitais do País. Assim, aos nossos jovens de famílias de baixa renda, que residiam no interior do Estado, era reservado, quando muito, o acesso à educação básica. Nessa lógica, a decisão do Governador Pedro Pedrossian, à época, quando da instalação da sede em Dourados, como determinava a Constituição, foi expandir essa Universidade para 14 outros municípios, sempre no interior do Estado, por meio de diferenciados cursos, conforme seu perfil.

O estabelecimento da parceria entre a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e os sistemas escolares estadual e municipal, possibilita responder aos aspectos da problemática apontada pela Profa. Eliza Cesco. No entanto, a criação da Unidade Universitária de Campo Grande foi marcada por intensas reivindicações, tendo em vista a sua provisoriedade inicial. Esse aspecto só foi superado em 2010, com a implantação de novos cursos, apresentados neste capítulo. Ao longo da sua constituição, a Unidade tem atuado na formação e na profissão de docentes, evidenciando o percurso do seu amadurecimento intelectual e, sobretudo, o fortalecimento de suas ações no campo da pesquisa, do ensino e da extensão.

INSTITUIÇÕES ESCOLARES COMO CAMPO DE ESTUDO

No que se refere à produção bibliográfica, segundo Gatti Júnior (2001), a pesquisa histórica passou por um intenso processo de renovação teórico-metodológico, no qual se valorizou a utilização dos aportes teóricos oriundos tanto do campo da História quanto das evidências, sendo que estas não se limitam mais aos documen-

tos escritos, mas se constituem por meio de fontes orais e iconográficas, entre outras.

Nesse sentido, o processo de construção das instituições educacionais beneficia-se principalmente dos avanços significativos dos estudos sobre representações sociais, cultura escolar, elite, trabalho, grupos e classe sociais, bem como da constituição de tradições historiográficas mais sólidas nos campos da história oral, da história da imprensa, da história do pensamento educacional, da história das ideias, entre outros.

Identificamos que, entre os diversos estudos realizados, alguns apontam para a articulação entre os estudos das instituições escolares e os espaços sociais urbanos, com projetos ordenadores e/ou reorganizadores da lógica de estrutura da escola, tais como: a tese de doutorado *Dos pardieiros aos palácios*, de Luciano Mendes de Faria Filho (1996), a tese para professor titular *A escola redescobre a cidade*, de Clarice Nunes (1993) e a tese de doutorado de Carlos Monarcha (1999), *A Escola Normal da Praça*.

Faria Filho (1996) registra o percurso da educação pública primária na cidade de Belo Horizonte, no período que vai dos primeiros anos ao final da segunda década do século XX (1906-1918), afirmando que a cultura escolar, nos seus múltiplos desdobramentos e relações, constitui-se como objeto de sua tese. O autor analisou os grupos escolares como símbolo de uma nova organização escolar que vinha sendo produzida, segundo ele, desde meados do século XIX. Faria Filho (1996) registra também que o período da história da escolarização mineira estudado foi compreendido como um momento do progresso da crescente racionalização e urbanização da sociedade brasileira e latino-americana, uma vez que,

Ao conceber a escola como um “momento” da racionalização e urbanização não o fazemos tendo como pressuposto que aquela fica subsumida no movimento de realização destes dois últimos, mas sim, como algo “dotado de uma lógica interna que lhe confere não só sentido próprio”, mas também que se produz ao mesmo tempo em que produz aqueles, sendo por eles também produzida (Faria Filho, 1996, p. 26-27).

A tese de Nunes (1993), *A escola redescobre a cidade*, coloca em questão as práticas escolares, sua materialidade, o movimento de modernidade da sociedade que, segundo a autora, a escola ajuda a construir. Tais são as questões que guiaram sua pesquisa, na perspectiva de ler a escola enquanto um espaço físico, social e cultural: “[...] salientamos que ler a escola lendo a cidade levou-nos também a retercer uma visão menos estereotipada das relações que estes estabeleceram entre a sua atuação social e a sua produção intelectual” (Nunes, 1993, p. 1).

A autora estuda a escola pública do Rio de Janeiro entre 1910 e 1935 e afirma que a cultura da cidade possui uma marca que se imprime nas suas instituições escolares. Ela elege a estratégia do desvio, com objetivo de deslocar constantemente o olhar da escola para a cidade, trazendo à tona o Rio de Janeiro como contraponto a São Paulo. O objetivo da autora foi o de captar a especificidade da escola carioca dentro da cultura urbana, depreendendo-se que

A escola carioca, no período estudado, manifesta ao mesmo tempo a negação, a afirmação e a reinvenção da modernidade da cidade em uma trajetória que a retirou da esfera familiar, privada e religiosa para a esfera pública. Se nessa trajetória a preocupação disciplinar esteve presente, através de medidas diversas, elas nem sempre surtiram efeito. A insuficiente ampliação da rede escolar, apesar da sua notável expansão até meados de trinta e as resistências da sua

cultura relativizaram todo esse esforço disciplinador (Nunes, 1993, p. 208).

Monarcha (1999) também estuda a Escola Normal da Praça, ou seja, a Escola Normal de São Paulo, durante o período de 1840 a 1930, buscando apreender o movimento de constituição-instituição da referida escola, e explica as diferentes consciências e sentidos que os sujeitos produziram, por conta própria e por meio de empresas socioculturais. O procedimento metodológico adotado pelo autor supõe a eleição do que denomina “momentos cruciais”, isto é, fragmentos com sentido próprio que se iluminam mutuamente, iluminando, assim, o conjunto e permitindo vislumbrar uma tensão entre unidade e diversidade.

Estes momentos cruciais permitem: apreender, de forma condensada, aquele movimento de constituição/instituição da Escola Normal da Praça; e explicar a pluralidade de sujeitos históricos e sentidos culturais e políticos, ao mesmo tempo em que compreende a unidade de sua fonte intelectual e dos princípios que a organizam (Monarcha, 1999, p. 16).

O estudo desse autor é feito por meio da análise de um sistema de representações que orienta o pensamento e a atuação de uma pluralidade de sujeitos históricos. Esses sujeitos, paulatinamente, vão modelando o funcionamento da Escola Normal da Praça, tornando-a duplamente uma empresa de construção/afirmação local do Estado-nação brasileiro: a) elaborando uma cultura política que se pretende nacional; e b) produzindo uma cultura escolar urbana, cujas normas e práticas são atualizadas, e incorporam temas e percepções da vida urbana e nacional.

Assim, essas obras poderão contribuir com a revisão bibliográfica necessária sobre procedimentos históricos possíveis na histó-

ria das instituições, bem como a metodologia utilizada, que busca a análise dos dados produzidos nas instituições, a partir do contexto histórico que as engendrou.

Em outra perspectiva, Buffa e Nosella (2005, p. 351), ao analisar o histórico da produção de pesquisas sobre instituições escolares no Brasil, constataram que há duas características importantes: “[...] a frequente incoerência entre o referencial teórico proclamado e o efetivamente posto em prática; e o fato de que muitos estudos enfatizam aspectos particulares que compõem a instituição escolar, deixando esmaecida a sociedade que a produz”.

Para não incorrerem nessas características descritas, os autores se propõem a realizar análises das instituições escolares a partir do método dialético “[...] que descreve o particular à luz do contexto econômico, político, social e cultural. [...] ancorados no marxismo investigativo, [eles] têm insistido na importância de explicitar a relação dialética entre o particular e o geral” (Buffa; Nosella, 2005, p. 356-357). Para construir suas pesquisas, os referidos autores fazem uma confluência entre história e filosofia fundamentados nas categorias desenvolvidas por Petitat, tais como “espaço, tempo, conteúdos (cultura), avaliação e administração da escola” (Buffa, 2001, p. 106).

De acordo com Ester Buffa (2001, p. 84),

[...] há que se investigar o processo de criação e de instalação da escola, a caracterização e a utilização do espaço físico (os elementos arquitetônicos do prédio, sua implantação no terreno, seu entorno e acabamento), o espaço do poder (diretoria, secretaria, sala dos professores), organização do uso do tempo, a seleção dos conteúdos escolares, a origem social da clientela escolar, os professores, a legislação, as normas e a administração da escola. Essas categorias per-

mitem traçar um retrato da escola com seus atores, aspectos de sua organização, seu cotidiano, seus rituais, sua cultura e seu significado para aquela sociedade.

Ao longo dessas discussões, concordamos com Buffa e Nossella (2005, p. 262) quando afirmam que o importante no método “[...] não está na consideração abstrata dos dois termos, escola e sociedade, relacionados à posteriori, mas na relação constitutiva entre eles, pois esses termos só existem nessa condição”. Isso implica no entendimento de que a criação e a existência de uma dada instituição escolar estão estreitamente vinculadas à concretude histórica e social sob a qual a educação se materializa.

A CONSTITUIÇÃO DA UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE

A criação da Unidade Universitária de Campo Grande data de 2001 e teve sua origem vinculada à criação do Curso Normal Superior, conforme relato apresentado pela Profa. Dra. Eliza Emília Cesco²:

[...] Campo Grande, como Capital, só em 2001, teve o primeiro curso da UEMS, com a criação do Curso Normal Superior, projeto nacional de formação de professores para a educação básica, de caráter temporário. Havia dois polos de formação, um em Dourados, outro em Campo Grande, onde os professores eram lotados. A partir desses polos, os seus docentes acessavam municípios do interior, utilizando metodologias à distância e presencial. Exigiam as normas do Sistema Estadual de Ensino que esses polos fossem sediados em Unidades Universitárias. Em decorrência, pela Resolução COUNI-UEMS N° 184, de 10 de

² Discurso proferido no Encontro Universitário de 2022 da Unidade Universitária de Campo Grande, em 24 de março de 2022.

outubro de 2001 foi criada a Unidade Universitária de Campo Grande, em caráter temporário, “com o propósito único de dar suporte ao Curso de Graduação Normal Superior”. Essa Unidade Universitária passou a funcionar no mesmo espaço físico que o Escritório de Representação da UEMS em Campo Grande. Não tínhamos salas de aulas; utilizávamos salas cedidas por outras instituições, principalmente as de escolas públicas. Éramos ciganos em busca de espaços para formar jovens de nossa Cidade e de outros municípios que compunham o polo de Campo Grande. Professoras Léia Teixeira Lacerda e Maria Leda Pinto contam essa história, com detalhes, em um artigo publicado em 2015. Elas fizeram parte da equipe inicial de docentes que atuavam no Normal Superior, juntamente com as Professoras Celi Correa Neres, Kátia Cristina Nascimento Figueira e Vera Lúcia Guerra. Aos poucos, outros docentes vieram somar ao Projeto: Ana Aparecida Arguelho de Souza, Carla Villamaina Centeno, Maria de Lourdes Silva, Mariuza Guimarães, Monica Scharth Gomes, Paulo Edyr Bueno de Camargo, Samira Saad Pulchério Lancillotti, Rosa Maria Chaves Nantes, dentre outros.

No que se refere a memória, Le Goff (2013, p. 387) afirma que “[...]por conservar certas informações, contribui para que o passado não seja totalmente esquecido, pois ela acaba por capacitar o homem a atualizar impressões ou informações passadas, fazendo com que a história se eternize na consciência humana”.

Lacerda e Pinto³ narram que o Polo de Campo Grande, no período de 2000 a 2011, atendia, na Unidade Universitária de Aquidauana, o Curso Normal Superior Indígena, e o Curso Normal Superior nas Unidades Universitárias de Campo Grande, Cassilândia, Coxim, Jardim e Paranaíba. Posteriormente, a universidade estabeleceu

³ Discurso proferido no II Encontro dos Servidores da Unidade Universitária de Campo Grande, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, em 2023.

um convênio com a Secretaria Municipal de Educação de Miranda para a oferta de 50 vagas nesse município.

Lacerda e Pinto⁴ também registram que, ao todo, esse Curso formou em torno de 850 professores no Polo de Campo Grande. Muitos desses egressos ocupam, atualmente, cargos de gestão e continuam atuando como professores em seus municípios, com um alto índice de aprovação nos concursos públicos realizados no estado para a atuação na Educação Básica. Alguns desses egressos indígenas e não indígenas retornaram para a formação continuada nos programas de mestrado e doutorado, seja na UEMS, seja em outras IES do país.

Atribuímos o desempenho desses egressos, em primeiro lugar, ao papel desempenhado pelos docentes que atuaram nos 6 municípios onde foi ofertado o curso para ministrar aulas concentradas a cada 15 dias, às sextas-feiras e aos sábados, com carga horária de 8 horas-aula. Outro aspecto que consideramos relevante foi o baixíssimo índice de evasão e desistência dos discentes, pois as turmas iniciavam com 50 discentes e colavam grau em média com 46 ou 48 formandos.

Vale a pena ressaltar que a conquista da construção da Unidade Universitária de Campo Grande foi um período de intensa luta dos pioneiros, com momentos de sucessivas mudanças de espaço, pelos quais passamos para o funcionamento das aulas do Curso Normal Superior e, posteriormente, dos outros cursos. De acordo com os historiadores, essa é uma narrativa factual, mas que não pode ser esquecida, para compreendermos o sentido e a relevância dessa infraestrutura na qual desenvolvemos nossas atividades, com o apoio do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

4 *Idem.*

Em 2000, éramos 06 professoras trabalhando no Polo de Campo Grande para a implementação do Curso Normal Superior. O grupo era constituído pelas professoras Eliza Emília Cesco Celi Corrêa Neres, Kátia Cristina Nascimento Figueira, Léia Teixeira Lacerda, Maria Leda Pinto e Vera Lucia Guerra. A maioria que iniciou esse trabalho havia feito concurso na UEMS para a área da Educação e, no dia da posse, elas foram informadas de que havia um projeto institucional em curso para os professores da rede básica que ainda não possuíam formação superior. Assim, consultados pela Pró-Reitoria de Ensino se gostariam de ingressar nesse trabalho e diante da anuência dessas concursadas, compôs-se o grupo de docentes que atuariam no Curso Normal Superior.

Em 2000, a primeira turma do Curso Normal Superior teve o início de suas aulas no auditório da Associação Pestalozzi de Campo Grande, localizada na Rua Pernambuco, durante a gestão da Profa. Leocádia Aglaé Petry Leme. No ano seguinte, no primeiro semestre de 2001, as aulas passaram a ser ministradas no terceiro andar da Escola Estadual Joaquim Murtinho, transferindo-se, no mesmo ano, para o Centro de Educação Sul-mato-grossense (CESM), localizado na Rua 26 de agosto. A Profa. Kátia Figueira⁵ recorda que “[...] os alunos ajudavam a levar a televisão e o retroprojeter pelas escadarias, bem como a limpar as salas e carteiras antes do início das aulas de todos os encontros”.

Os professores reuniam-se para os trabalhos diários, fora do período de aulas, em um apartamento alugado pela instituição, localizado na rua Barão de Melgaço. Nessa ocasião, a estratégia pedagógica adotada nos polos do Curso Normal Superior consistia em que cada disciplina teria cadernos-ata com atividades denominadas

⁵ Informação verbal.

“Trabalho de Elaboração Própria”. Esses cadernos eram enviados pelos correios do interior para Campo Grande, corrigidos e devolvidos aos acadêmicos no prazo de 15 dias.

Outra singularidade era o atendimento diário, via telefone 0800, para dirimir as dúvidas dos acadêmicos. Por conta do perfil desse acadêmico trabalhador, as aulas do Curso Normal Superior ocorriam de forma compacta, às sextas-feiras e aos sábados, no período matutino, das 7 h 30 min às 11 h 30 min e, no vespertino, das 13 h 30 min às 17 h 30 min.

No ano seguinte, as aulas ocorreram na Escola de Saúde Pública de Mato Grosso do Sul Dr. Jorge Davi Nasser. Necessitando de nova mudança, nos anos de 2002 e 2003, as aulas foram ministradas no Centro de Capacitação de Recursos Humanos (CECAP), cedido pela Prefeitura Municipal de Campo Grande. “Todo ano era angustiante não sabermos onde as aulas ocorreriam, pois dependia de contratos de aluguel ou de negociações políticas com a cessão de locais” (Figueira; Lacerda; Pinto, 2023).

A criação do Normal Superior ensejou um movimento do grupo em ampliar o corpo docente com graduação em Pedagogia, o que resultou na cedência de cinco professoras que atuavam na Educação Básica, a saber: Euricléia Azevedo Nogueira, Maria de Lourdes Silva, Mariuza Aparecida Camillo Guimarães, Mônica Scharth Gomes, Nesdete Mesquita Corrêa e Olga dos Reis Ferro. Além disso, foi feita a abertura, por meio de edital, de processo seletivo para lotação de professores convocados, momento em que recebemos significativo número de docentes com formação em Pedagogia, ao tempo em que se empreendia a luta para a abertura de vagas para concurso público.

No período de 2004 a 2006, na gestão do Prof. Luiz Antônio Alvares Gonçalves, as aulas foram ministradas na antiga Universidade Estácio de Sá de Campo Grande, situada na Av. Gury Marques, transferindo-se, em 2007, para o prédio da Estácio de Sá da Rua Venâncio Borges do Nascimento, atrás da TV Morena. Em 2008, houve nova mudança para a Escola Estadual Hércules Maymone e, em 2009, para a Escola Estadual Prof. Severino Ramos de Queiroz.

Vale salientar que, em 2007, ocorreu a criação do curso de Pedagogia e posterior implantação em 2008, pois o Curso Normal Superior estava em fase de finalização de suas atividades, conforme afirma a Profa. Eliza Cesco⁶: “Em 2009, na gestão do Reitor Gilberto José de Arruda foi alterada a Resolução que criou a Unidade Universitária de Campo Grande, retirando o caráter restritivo de ‘propósito único de dar suporte Curso de Graduação Normal Superior’”. A restrição mencionada também impedia a transferência de cursos de outras Unidades do interior para Campo Grande, ou a proposição de abertura de novos cursos, pois havia o impeditivo normativo vinculado à criação da Unidade Universitária dessa cidade.

O intenso debate, no interior dos Conselhos Superiores, sobre a criação de uma Unidade Universitária promoveu várias manifestações de conselheiros contrários a uma Unidade que não seria no interior do estado, ação que, naquela ótica, iria de encontro com o previsto na missão institucional. Permeava ainda esse posicionamento o temor de que a sede da UEMS fosse transferida para Campo Grande, dada a proximidade com a sede do Governo Estadual.

O debate, legítimo e relevante, na esfera colegiada, que resultou na alteração do propósito da Unidade Universitária de Cam-

⁶ Discurso proferido no I Encontro dos Servidores da Unidade Universitária de Campo Grande, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, em 2022.

po Grande, ensejou vários movimentos internos da comunidade acadêmica para transferência de cursos, alteração do Curso Normal Superior e criação de novos cursos. Naquele momento, em razão de já ter uma trajetória percorrida e por estar na Unidade Universitária de Campo Grande, o grupo do curso de Pedagogia teve protagonismo nos diálogos que se seguiram com os outros cursos. Isso se evidenciava pelo desejo manifesto de crescimento e de acolhimento de outras possibilidades formativas, entendidas como necessárias para dar visibilidade à Unidade Universitária e solidificar seu crescimento. Assim, a expectativa era de que novos cursos seriam o suporte para o fortalecimento institucional, o que se provou acertado ao longo dos anos que se seguiram.

No primeiro semestre de 2010 os cursos Normal Superior e Pedagogia retornaram à Escola Estadual Hércules Maymone e, em julho desse mesmo ano, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul cedeu à Universidade as instalações da antiga Escola Estadual Irmã Bartira Gardes, localizada na Rua dos Dentistas nº 500, no bairro Arnaldo Estevão de Figueiredo. Nessas instalações, permanecemos por cinco anos e tivemos, na gestão do Prof. Gilberto José de Arruda, além dessa conquista, a implantação dos cursos de Artes Cênicas e Dança, Geografia, Letras com habilitação em Português/Espanhol, Português/Inglês, Bacharelado em Letras, e Turismo. Além desses cursos, em 2011, a unidade contou com a implantação do primeiro Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* – Mestrado em Letras.

O espaço possuía oito salas de aula, uma sala para técnicos juntamente com coordenadores de curso, uma sala pequena separada por divisória para a gerência e a coordenação dos mestrados e, ainda, uma pequena sala para as coordenações dos três cursos de

Letras. O curso de Geografia e Artes Cênicas e Dança eram ofertados na Escola Estadual Hércules Maymone, e, posteriormente, o de Medicina na Faculdade Estácio de Sá, configurando uma gestão de três locais distantes entre si para a oferta dos cursos.

Naquele momento, os técnicos que atuaram foram Anderson Andrade Rodrigues, Paulo Vicente Viana de Souza, Haroldo Wilson Zanda Grella, Josiane Aparecida Rodrigues dos Santos, Joana Margarete Saldivar Cristaldo Lera e Vívian Pessoa Alves de Souza, e, na Escola Estadual Hércules Maymone, estavam Andressa Santos, atendendo aos cursos de Geografia e Artes Cênicas e Dança, e Noelle do Nascimento Arantes, na Biblioteca. Os locais contavam também com funcionários terceirizados para auxiliar em outras tarefas.

No primeiro mandato do Prof. Dr. Fábio Edir dos Santos Costa, em 2012, os docentes da Unidade conquistam nova vitória na Capes, com a aprovação e a implantação do Mestrado Profissional em Letras em rede nacional (PROFLETRAS), em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e do Mestrado Profissional em Educação (PROFEDUC).

Nesse mesmo ano, a Unidade |Universitária de Campo Grande ofertou a primeira turma do curso de bacharelado em Medicina, que teve o seu primeiro semestre de funcionamento na Unidade da Faculdade Estácio de Sá, localizada próximo à TV Morena.

Em 2015, foi inaugurado o espaço próprio, destinado à Unidade Universitária de Campo Grande. Esse percurso histórico foi, portanto, um momento de ruptura, pois, com essa infraestrutura, passamos a ter maior visibilidade social e científica da nossa identidade institucional. Além disso, conquistamos o nosso domicílio para o desenvolvimento das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão para as gerações atuais e as futuras gerações de jovens

campo-grandenses, de Mato Grosso do Sul e de diferentes estados do país.

A construção do espaço definitivo aconteceu por meio da consulta aos pares, com prospecção e indicação das necessidades dos cursos. Várias reuniões ocorreram com o escritório de arquitetura contratado, em um movimento de escuta e de explicitação do que se pretendia. Depois dessas definições, as plantas e o planejamento da ocupação dos espaços foram apresentados em Conselho Consultivo da Unidade Universitária de Campo Grande, que discutiu e reformulou algumas indicações, bem como foi apresentado aos alunos, em cada sala, o que estava sendo previsto, em conjunto com os coordenadores de curso, docentes e técnicos.

Com a preocupação de se ter um espaço que tivesse identidade com o que é caro à comunidade da UEMS, a arquitetura previu informações do prédio que remetessem aos povos originários do estado, notadamente ao grafismo Kadiwéu, além de apresentar os blocos posicionados para o aproveitamento da luz natural, e um lago, ao centro, para que houvesse um microclima agradável para os momentos de seca existentes no meio do ano, comuns ao estado de Mato Grosso do Sul. Também cabe registrar que longas reuniões desses dirigentes com os representantes do estado foram empreendidas para a concepção do projeto arquitetônico da Unidade, a fim de fosse encaminhado para a aprovação do Banco Nacional de Desenvolvimento Social.

Em 2023, a gestão do Prof. Laércio Alves de Carvalho e da Profa. Celi Corrêa Neres nos oportuniza mais um momento de avanço à nossa Unidade, com a implantação dos cursos de Biologia, Psicologia, Administração Pública e História. Além dessas novas oportunidades acadêmicas aos campo-grandenses e demais municípios

do estado, ampliam-se as possibilidades da formação continuada com o oferecimento das diferentes especializações *lato sensu* e a oferta do Programa *stricto sensu* de Mestrado Profissional em História, oferecido em rede nacional, em parceria com diferentes IES brasileiras, sob a coordenação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso de reconstrução do vivido suscita outras questões relativas aos sujeitos envolvidos, pois “o passado não é o antecedente do presente, é a sua fonte” (Bosi, 1979, p. 48). Assim, há que se inquirir, em momento posterior, as subjetividades de todos que participaram dessa construção inicial, com vistas a captar as intencionalidades manifestas ou latentes, a ótica e o posicionamento de cada um no processo.

Evidentemente, que uma instituição possui movimento com seus sujeitos, o que lhe dá ora uma configuração ora outra, pois não há imutabilidade na história. Assim, novos contornos são delineados e outros são destinados ao campo da memória. O esforço caminha no sentido de se pensar não de forma apologética, mas de manter o crivo da análise nos condicionantes que criam as instituições educacionais (Figueira; Lacerda; Pinto, 2023).

A memória enquanto campo da subjetividade individual ou coletiva escolhe, separa, alça elementos ao estatuto do que considera importante e relega outros ao esquecimento. A história colhe os elementos dessa memória, que não é linear e se propõe a entendê-los pelo crivo analítico. Logo, é uma construção.

Assim, em um processo de ida e vinda, em confronto com várias fontes, a intenção do projeto de pesquisa em curso, “História, Educação Superior e Memória - Vozes de Educadoras sobre a Constituição Histórica da Unidade Universitária de Campo Grande, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul”, é perscrutar os indícios desses relatos memoriais, da realidade social em que a pesquisa surge, a fim de construir uma análise consequente, não única e nunca expressão da verdade absoluta. Por ora, temos relatos que suscitam o cruzamento de várias memórias narradas, assim como documentos que possam evidenciar os dados necessários para compreender a constituição de uma instituição escolar por meio das vozes das educadoras. Portanto, uma memória social, histórica, crivada pela análise teórica permitirá compreender e entender esse processo.

A instituição escolar também é um lugar de memória, pois sua existência é permeada pelo conjunto de vivências dos sujeitos que a ela atribuem sentido e, nessa relação, constituem identidade social.

O lugar de memória supõe, para início de jogo, a justaposição de duas ordens de realidades: uma realidade tangível e apreensível, às vezes material, às vezes menos, inscrita no espaço, na linguagem, na tradição, e uma realidade puramente simbólica, portadora de uma história. A noção é feita para englobar ao mesmo tempo os objetos físicos e os simbólicos sobre a base de que possuam “qualquer coisa” em comum. Esta qualquer coisa é que o faz ser o caso. É espontânea e faz mais ou menos sentido para todos. Considerar um monumento como um lugar de memória não é simplesmente fazer a sua história. Lugar de memória, portanto: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do

patrimônio memorial de uma comunidade qualquer (Nora, 1993, p. 20).

Desse modo, a Unidade Universitária de Campo Grande foi se constituindo como espaço simbólico, portador de história, a partir das memórias de diferentes sujeitos sociais, conforme brevemente discutido neste texto.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Tratamento das entrevistas de história oral no CP-DOC**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 01, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, licenciatura. Brasília, DF: CNE, 2006. Disponível em: https://normativas-conselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_rcp0106.pdf?query=LI-CENCIATURA. Acesso em: 07 nov. 2023.

BUFFA, E. Práticas e fontes de pesquisa em história da educação. *In*: GATTI JÚNIOR, D.; INÁCIO FILHO, G. (org.). **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção Memória da Educação).

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Quero, 1979.

BUFFA, E. A questão das fontes de investigação em História da Educação. **Série-Estudos**, Campo Grande, n. 12, jul./dez. 2001.

BUFFA, E.; NOSELLA, P. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de Investigação. **ECCOS - Revista Científica do Centro Universitário Nove de Julho**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 351-368, jul./dez. 2005.

DURHAN, E. Educação superior, pública e privada. *In*: BROCK, C.; SCHWARTZMAN, S. (org.). **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 197-240.

ECO, H. **Como se faz uma tese**. 21 ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FARIA FILHO, L. M. **Dos pardieiros aos palácios**: forma e cultura escolares em Belo Horizonte (1906-1918). 1996. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

FIGUEIRA, K. C. N.; LACERDA, L. T.; PINTO, M. L. **Depoimento**. Campo Grande: [s. n.], 2023. 1 fita cassete (60 min).

LACERDA, L. T.; PINTO, M. L. **Educação, diversidade e cidadania**: sujeitos e saberes dos processos e das práticas pedagógicas. Dourados, MS: Ed. UEMS, 2011.

GATTI JR, D. A situação da pesquisa histórica sobre as instituições educacionais brasileiras. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 10, n. 17, p. 133-140, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010**: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf. Acesso em: 07 nov. 2023.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. 7. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2013.

MONARCHA, C. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes.** Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1999.

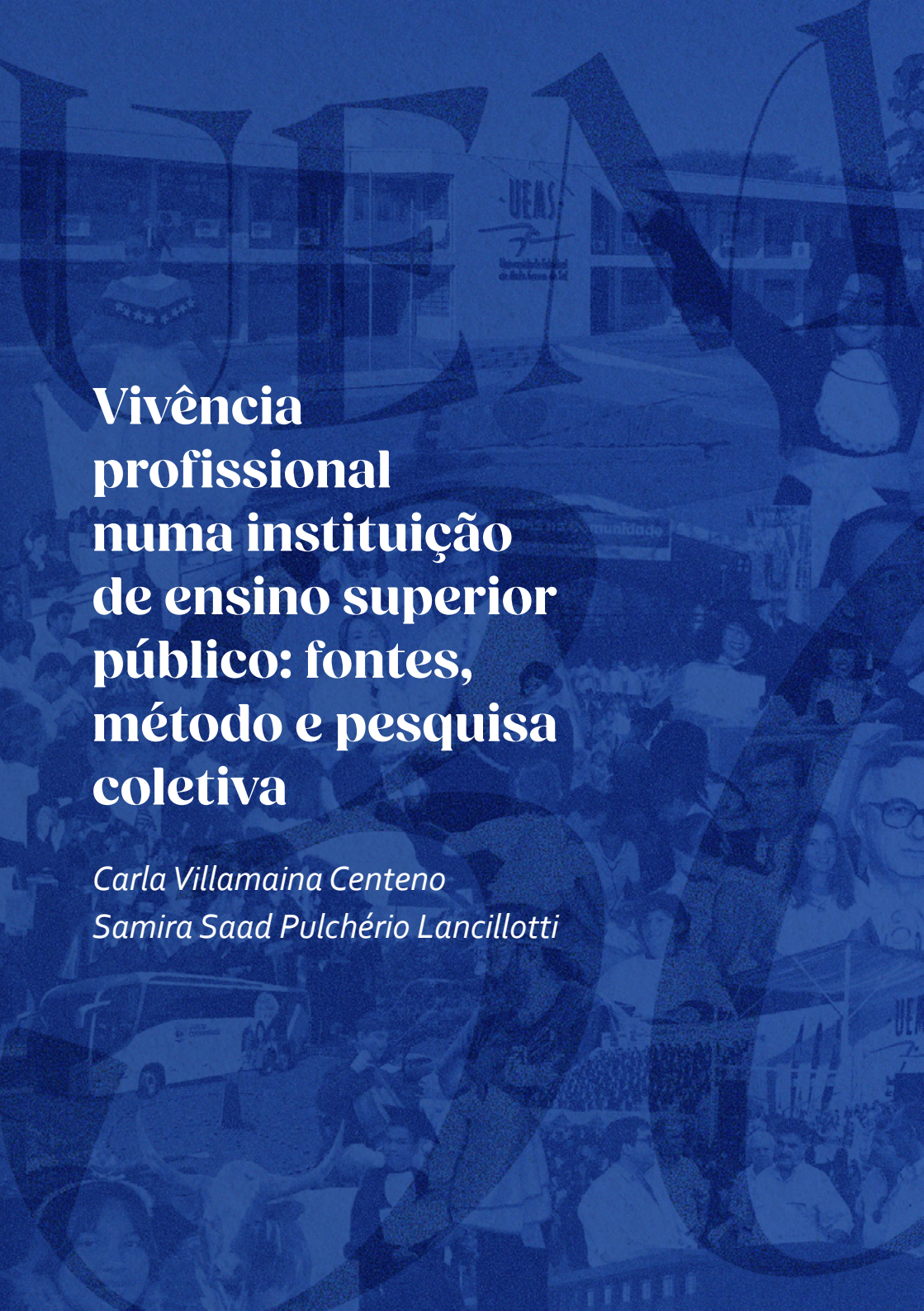
NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 4 jun. 2023.

NUNES, C. **A escola redescobre a cidade: reinterpretação da modernidade pedagógica no espaço urbano carioca (1910-1935).** Tese (Professor Titular em História da Educação) – Departamento de Fundamentos Pedagógicos, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1993.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000100012>. Acesso em: 4 jun. 2023.

SOUZA, M. C. C. C. de. À sombra do fracasso escolar: a psicologia e as práticas pedagógicas. **Estilos clínicos**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 63-83, 1998. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71281998000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 4 jun. 2023.


SOUZA, M. C. C. C. de; VIDAL, D. G. (org.). **A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República.** Belo Horizonte: Autêntica, 1998.



**Vivência
profissional
numa instituição
de ensino superior
público: fontes,
método e pesquisa
coletiva**

Carla Villamaina Centeno

Samira Saad Pulchério Lancillotti



O indivíduo não entra em relação com os outros homens por justaposição, mas organicamente, isto é, na medida em que passa a fazer parte de organismos, dos mais simples aos mais complexos. Desta forma, o homem não entra em relações com a natureza simplesmente pelo fato de ser ele mesmo natureza, mas ativamente, por meio do trabalho e da técnica (Gramsci, 1995)¹.

¹ GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

INTRODUÇÃO

O Grupo de Estudos e Pesquisas Sociedade, História e Educação (GEPSE/HISTEDBR) conta com pesquisadores graduados em História, Pedagogia, Ciências sociais e Psicologia, com mestrado e doutorado em Educação, e congrega profissionais atuantes na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Entretanto, o foco do presente trabalho está na experiência desenvolvida no interior da UEMS, pelos docentes que fazem parte do GEPSE, particularmente na Linha de Pesquisa “Organização do Trabalho Didático” (OTD), na qual se concentra a maior parcela da produção.

Consideramos que o registro de práticas bem-sucedidas no campo da pesquisa e da pós-graduação, nesse momento da História da Educação no Brasil, é fundamental, seja como ato afirmativo da autonomia, do direito e da necessidade de existência e permanência das instituições públicas de Ensino Superior no país – que grande parcela da população desconhece e, até mesmo, hostiliza, levada pela onda de preconceito para com o saber –, seja como o registro de experiências bem-sucedidas, que podem servir de parâmetro e somar esforços no sentido de garantir a formação de professores e pesquisadores para e sobre a educação pública. É com esse intuito, que vimos relatar as experiências mais substanciais desse coletivo de pesquisa.

Para iniciar a discussão, nos remetemos a Gramsci, nos *Cadernos do cárcere*, quando, ao tratar da relação da Filosofia com a principal questão que lhe é peculiar – o que é o homem? –, desenvolve uma discussão basilar do pensamento universal. Combatendo o pensamento católico de sua época, que colocava “a causa de todo

mal no próprio homem individual”, ou seja, que concebe o homem “como bem definido e limitado”, ele introduz uma reflexão que coloca a História no seio da discussão das relações sociais (Gramsci, 1995, p. 39). O homem, nessa concepção, deve ser concebido como uma “série de relações ativas”, ele próprio síntese dessas relações, resultado de um longo processo histórico (Gramsci, 1995). De modo diverso do pensamento materialista ou idealista, Gramsci (1995, p. 40) afirma que

Estas relações não são mecânicas. São ativas e conscientes, ou seja, correspondem a um grau maior ou menor de inteligibilidade que delas tenha o homem individual. Daí ser possível dizer que cada um transforma a si mesmo, se modifica, na medida em que transforma e modifica todo o conjunto de relações do qual ele é o ponto central [...] estas relações, contudo, como vimos, não são tão simples. Enquanto algumas delas são necessárias, outras são voluntárias [...] as próprias relações necessárias, na medida em que são conhecidas em sua necessidade, mudam de aspecto e importância. Neste sentido, o conhecimento é poder.

Para educadores que trabalham com a perspectiva de transformação, que sentido tem a universidade, se não for para somar esforços com aqueles jovens trabalhadores que nos procuram?

Considerando que a universidade em que atuamos atende a uma maioria de alunos vindos da classe trabalhadora², é necessário propor uma reflexão que corresponda a suas necessidades e interesses. Sem esse horizonte, têm pouco significado a descoberta

2 Oitenta por cento dos estudantes que a UEMS recebe vêm do ensino público. A instituição é pioneira no sistema de cotas, sendo a primeira universidade brasileira a oficializar o ingresso de indígenas e a terceira a oferecer cotas para negros. Possui sua história marcada, também, por ser a segunda instituição superior da região Centro-Oeste com maior percentual de alunos indígenas (Castro, 2020).

científica e o nosso relato, enquanto pesquisadores e docentes de uma universidade pública.

INICIANDO NO MÉTODO: A CONTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Segundo Saviani (2007, p. 390), o modelo de pós-graduação foi criado no Brasil na década de 1960, no período do regime militar, para atender ao Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), com o objetivo de formar “[...] quadros de alto nível, no campo científico e tecnológico, para impulsionar o desenvolvimento do país”. Na visão de Saviani (2007, p. 391), criou-se um modelo superior ao que lhe deu origem, “[...] fundindo a estrutura organizacional do modelo americano com a densidade teórica resultante da influência europeia”.

Consideramos fundamental, também, tratar da presença de uma base de suporte à pós-graduação brasileira, representada pelas entidades científicas que foram criadas a partir dos anos 1970, como a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). De particular interesse para o presente relato, registramos a criação do coletivo nacional Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil/HISTEDBR”, no final dos anos 1980, sediado na Faculdade de Educação da UNICAMP e que conta, hoje, com a participação de pesquisadores da área de História e Filosofia da Educação, organizados em 28 grupos de trabalho, com o objetivo de propiciar o intercâmbio das pesquisas no Brasil. Outra importante entidade a ser lembrada é a Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), fundada em 1999. Essas esferas de produção e circulação do conhecimento científico asseguram e le-

gitimam a expressão e a representatividade da História da Educação enquanto campo do saber.

A pós-graduação foi construída por meio da luta dos educadores e das entidades que começavam a despontar e a se fortalecer politicamente. Nossos “mestres” beberam dessa fonte e participaram do desenvolvimento da pós-graduação e das entidades, no período referido, alguns deles alunos do Professor Saviani e de sua fértil experiência na PUC-SP e na UNICAMP.

E qual seria a importância da pós-graduação na vida acadêmica? A princípio, o início de um processo de superação das indagações, por meio de um estudo mais sistemático sobre a educação e a sociedade e da aquisição de muita disciplina e rigor teórico que se busca absorver no processo de pesquisa. Essa é uma das mais importantes conquistas na formação acadêmica, com reflexos na docência e na pesquisa, que se consolida a partir do ingresso no *stricto sensu*, em curso de mestrado.

A participação em congressos da área, seminários do HISTEDBR e da ANPED se impuseram desde essa etapa formativa. Também, a produção independente de artigos para revistas científicas. A conclusão desse nível de formação decorreu em publicações várias, incluindo livros em editoras de longo alcance, para divulgação dos resultados das pesquisas desenvolvidas, como é o caso da obra publicada pela Editora UFMS, sob o título *Educação e trabalho na fronteira de Mato Grosso: estudo histórico sobre o trabalhador erveiteiro (1870-1930)* (Centeno, 2008)³, com uma segunda edição pela Editora Telha, sediada no Rio de Janeiro (Centeno, 2022), e da obra *Deficiência e trabalho: redimensionando o singular no contexto uni-*

³ Encaminhada para publicação de uma segunda edição, no prelo.

versal (Lancillotti, 2003), publicada pela Editora Autores Associados, sediada em Campinas.

Destaque-se que, no ano de 2002, por iniciativa do Núcleo de Pesquisa em Educação (NUPED), vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPP), foi estimulada a formação e formalização de Grupos de Pesquisa e de cursos de especialização (*lato sensu*) no interior da instituição. O GEPSE-HISTEDBR, cujas atividades se iniciaram em 2000, foi formalizado na base do CNPq, como Grupo de Pesquisa certificado pela UEMS, inicialmente com o nome de HISTEDBR-MS⁴, vinculado à rede de estudos e pesquisas HISTEDBR – regional e nacional. O NUPED estava, na ocasião, sob responsabilidade da Profa. Samira S. P. Lancillotti, do GEPSE.

A formação dos participantes do grupo em nível de doutorado deu-se entre os anos de 2002 e 2014, na Unicamp (Campinas), na USP e na UFMS. A partir das pesquisas desenvolvidas nessa etapa de formação, foram publicados, livros, capítulos de livros e artigos em vários periódicos. Também foram apresentados trabalhos em congressos nacionais, regionais e locais. Outras pesquisas foram desenvolvidas no interior da universidade⁵ e em articulação com outras IES, sobre a categoria “Organização do Trabalho Didático”, que se instituiu como linha de pesquisa no interior do Mestrado Profissional em Educação- PROFEDUC, Unidade de Campo Grande, tendo por base a atuação do GEPSE.

4 Inicialmente, o Grupo de Pesquisa esteve sob a coordenação do Prof. Paulo Edyr B. de Camargo, sendo a Profa. Samira S. P. Lancillotti a vice-coordenadora do grupo.

5 Na graduação (TCC, iniciação científica), no Mestrado Acadêmico e no Mestrado Profissional em Educação, além de pesquisas individuais e coletivas, abarcando essa mesma categoria teórica.

A experiência com o GEPSE-HISTEDBR ampliou a forma de articular a pesquisa em frentes mais amplas. Considerando que, embora o estudo e a pesquisa coletivos e em rede com outros grupos do HISTEDBR-Nacional requeira mais disciplina e responsabilidade, ele é muito gratificante, por possibilitar a colaboração entre pesquisadores experientes e iniciantes, em processo de formação, por ampliar a comunicação e gerar conhecimento e resultado para a sociedade. Constituímos um grupo marxista que adentrou a pesquisa de História da Educação, a partir da categoria teórica “Organização do Trabalho Didático”, formulada por Gilberto Luiz Alves (2005), com base no referencial teórico-metodológico marxista. Segundo o autor,

a) ela é, sempre, uma relação educativa que coloca, frente a frente, uma forma histórica de educador e uma forma histórica de educando (s),

b) realiza-se com a mediação de recursos didáticos, envolvendo os procedimentos técnico-pedagógicos do educador, as tecnologias educacionais pertinentes e os conteúdos programados para servir ao processo de transmissão do conhecimento,

c) e implica um espaço físico com características peculiares, onde ocorre (Alves, 2005, p. 10-11).

A RELAÇÃO ORGÂNICA COM A PESQUISA E A PÓS-GRADUAÇÃO NA UEMS

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul é uma instituição nova, sendo criada em dezembro de 1993, pela Lei estadual nº 1461, e credenciada em agosto de 1997, com sede em Dourados, além de outras 14 unidades distribuídas no interior do estado, com

o objetivo inicial de impactar a qualidade da Educação Básica por meio da formação de professores⁶.

A UEMS ampliou as modalidades dos cursos e diminuiu o percentual destinado à formação de professores que, nos anos iniciais da implantação, representava pouco mais de setenta e cinco por cento dos cursos oferecidos. Além das 15 unidades, a instituição possui mais 13 polos UAB. Hoje, oferece 71 cursos de graduação, sendo 31 licenciaturas (UEMS, 2023).

Esse dado demonstra a diminuição da demanda para a formação inicial de professores e a necessidade de uma política pública que vise aumentar os investimentos nos recursos humanos e financeiros para a formação continuada desses profissionais. É talvez essa razão que justifique a maior procura de professores para continuar estudando e a necessidade de os professores contribuírem para a constituição de novos cursos de pós-graduação na área da Educação e de outros cursos ligados ao ensino. É o que também assinalam Neres, Nogueira e Brito (2014).

Destarte, a formação de professores continua sendo a mais grata contribuição que essa instituição ofereceu e ainda oferece à sociedade, seja na formação inicial, seja na continuada, democratizando o acesso por meio da interiorização do atendimento, em 14 unidades universitárias, além da sede, na cidade de Dourados.

Por esse motivo, a instituição investiu na formação continuada de seus quadros, na instalação de laboratórios, formação de grupos de estudos e de pesquisa, em centros de pesquisa e na abertura de cursos de pós-graduação, *lato e stricto sensu*. Em oito anos, de

⁶ Na implantação, a UEMS possuía 12 cursos com 18 ofertas às comunidades onde estava localizada. Em 2003, eram 19 cursos, com 49 ofertas, das quais 37 são “voltados para a melhoria do Sistema Educacional do Estado”. (UEMS, 2020, p. 6).

2009 a 2017, foram instalados 14 programas de pós-graduação *stricto sensu*⁷, em 7 unidades universitárias.

A maior parcela de pesquisadores do GEPSE, iniciou seu percurso profissional nessa instituição, ministrando aulas no Curso Normal Superior – sediado em duas cidades: Dourados e Campo Grande, que se capilarizavam para outras 10 cidades polo no interior do estado.

As atividades iniciais do grupo consistiram na proposição e na oferta de curso de extensão, como o “Fundamentos histórico-filosóficos da Educação: leitura dos clássicos”, além do curso de pós-graduação *lato sensu* em Fundamentos da Educação, esse último sob coordenação da professora Enilda Fernandes, do GEPSE.

O curso Normal Superior foi uma experiência singular na trajetória do grupo, uma vez que permitiu reconhecer e contribuir para a formação de quadros para a Educação Básica em todo o estado. Ministrávamos aulas para professores das escolas públicas que ainda não possuíam formação em nível superior. O trabalho era desenvolvido em unidades polo que congregavam professores de diferentes municípios do entorno. A experiência desses docentes, somada à formação oferecida, deu-nos grandes oportunidades de incorporar ao saber teórico dados empíricos a respeito da organiza-

7 Agronomia: Produção Vegetal (Aquidauana) - mestrado e doutorado; Recursos Naturais (Dourados) - mestrado e doutorado; Agronomia (Cassilândia) - mestrado (acadêmico); Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos - Ponta Porã - mestrado (acadêmico); Educação (Paranaíba) - mestrado (acadêmico); Letras (Campo Grande) - mestrado (acadêmico); Zootecnia (Aquidauana) - mestrado (acadêmico); Educação (Campo Grande) - mestrado (profissional); Educação Científica e Matemática - mestrado (profissional); Ensino em Saúde (Dourados) - mestrado (profissional); História - PROFHISTORIA - mestrado (profissional); Letras - PROFLETRAS (Campo Grande) - mestrado (profissional) Letras - PROFLETRAS (Dourados) - mestrado (profissional) Matemática - PROFMAT (Dourados) - mestrado (profissional).

ção do trabalho na escola. Também começávamos a experienciar a introdução dos clássicos como conteúdo na formação dos professores. Desenvolvíamos vários eventos para envolvê-los nas discussões científicas. Pode-se destacar a criação, no ano de 2003, da I Jornada de Educação de MS, coordenada pela professora Carla Villamaina Centeno, do GEPSE, e pela professora Léia Teixeira Lacerda, com financiamento da FUNDECT⁸.

Até o ano de 2010, a instituição possuía apenas três cursos de pós-graduação *stricto sensu* nas áreas de Ciências Biológicas e Ciências Agrárias. Os investimentos na pesquisa e os primeiros cursos de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos na UEMS foram os de Agronomia e Recursos Naturais, dada a característica econômica desse estado da Federação, voltada à pecuária e à agricultura, além das condições naturais encontradas: áreas ambientais riquíssimas e biomas como o cerrado e o pantanal, necessitando de estudos e de proteção. Em seis anos, entre os anos de 2011 e 2016, foram abertos mais 8 cursos *stricto sensu*⁹ que, direta ou indiretamente, se voltam para a qualidade da formação de professores, 2 deles, em Educação, oferecidos em duas Unidades Universitárias. Hoje, os cursos de pós-graduação se expandiram e são 22 cursos *lato sensu* e 15 cursos de mestrado e 2 de doutorado.

8 A Jornada de Educação de MS foi envolvendo outras universidades do estado de Mato Grosso do Sul e com o tempo, graças à coordenação e experiência da prof. Leia Lacerda que a ampliou em evento nacional, constitui-se numa referência na área de Educação.

9 Educação (Paranaíba) - mestrado (acadêmico); Letras (Campo Grande) - mestrado (acadêmico); Educação (Campo Grande) - mestrado (profissional); Educação Científica e Matemática - mestrado (profissional); Ensino em Saúde (Dourados) - mestrado (profissional); História - PROFHISTORIA - mestrado (profissional); Letras - PROFLETRAS (Campo Grande) - mestrado (profissional) Letras - PROFLETRAS (Dourados) - mestrado (profissional) Matemática - PROFMAT (Dourados) - mestrado (profissional).

O GEPSE ofereceu colaboração ao mestrado acadêmico, sediado em Paranaíba, sob coordenação da Professora Doracina Araújo, por meio da participação de três docentes no quadro do curso¹⁰. Foi uma importante experiência, dada a oportunidade de orientar pesquisas em nível de *stricto sensu*. A convivência com os pares também contribuiu para partilhar conhecimento, pesquisa e experiências como o procedimento de seleção e o importante e penoso processo de avaliação da CAPES, na perspectiva de elevar o nível de qualificação de nosso corpo docente e discente. Foram professores pioneiros que trabalharam em função de ampliar as oportunidades para professores de Ensino Básico e profissionais ligados à Educação, visando superar problemas de formação e levar a pesquisa para sua prática, bem como trilhar caminhos para a docência em cursos superiores.

A contribuição da área de Ciências Humanas para o desenvolvimento da pesquisa e para a formação de quadros mais especializados, de fato, se ampliou bastante no âmbito da UEMS. Além da graduação, ganhou espaço também na pesquisa e na pós-graduação. Infelizmente, no quadro nacional, as políticas públicas têm ignorado a contribuição dessa importante área de conhecimento, deslocando recursos para outras, vinculadas às áreas tecnológicas.

No interior da UEMS, vivenciamos a luta dos educadores, em articulação com os setores democráticos da universidade e da sociedade, pela criação da Unidade Universitária de Campo Grande, com a finalidade de estender para a capital do estado o atendimento que já se oferecia no interior. Nesse processo, participamos ativamente, com a formulação de propostas, políticas e projetos pedagógicos. Fizemos parte da proposição e da composição dos

10 Professoras Carla V. Centeno, Celi Correa Neres e Samira S. P. Lancillotti.

quadros do curso de Pedagogia da Unidade de Campo Grande e, também, do segundo programa *stricto sensu* em Educação da UEMS, aprovado em 2013, o Mestrado Profissional em Educação, ambos na citada Unidade Universitária.

O projeto do curso de Pedagogia de Campo Grande foi uma experiência que colocou em evidência grande parte de uma discussão que o GEPSE já realizava acerca da utilização dos clássicos, das fontes e da pesquisa como conteúdo a ser acessado em sala de aula. Nasceu de uma “fusão” da experiência do Curso Normal Superior e uma inicial discussão entre três professores desse grupo¹¹, inspirados na obra *Humanidades: um novo curso na USP* (2001), do professor Renato Janine Ribeiro. A proposta do curso de Pedagogia incorporou a inspiração da proposta de Janine Ribeiro acerca dos itinerários científicos e culturais e inseriu esses componentes ao longo do currículo.

O grupo de docentes, coordenado pela Professora Léia Lacerda, habituado com o trabalho realizado no Curso Normal Superior realizou vários encontros para incorporar as diversas contribuições no interior da proposta. A escrita foi coordenada pela Prof. Ana Arguelho de Souza, com participação efetiva e fundamental porquanto utilizou de sua erudição, de sua experiência e pesquisa sobre os clássicos e as artes, para pensar num projeto que interferisse na formação dos educadores com vistas à transformação da Organização do Trabalho Didático na escola. Outra importante contribuição nesse sentido foi a criação, pelo GEPSE-HISTEDBR, de um projeto de ensino “Estudo dos Marxistas clássicos e contemporâneos”, coordenado pelo professor Paulo Edyr B. de Camargo, envolvendo

11 Professores Paulo Edyr B. de Camargo, Ana A. Arguelho de Souza e Carla V. Centeno.

alunos dos cursos de graduação e de pós-graduação que desejassem orientação nessa perspectiva.

No ano de 2011, a professora Carla V. Centeno foi convidada para assumir a Pró-reitoria de pesquisa e pós-graduação, cargo que vinha sendo ocupado, desde sua existência, por docentes das áreas de Ciências Biológicas. Abria-se um espaço de representatividade para as áreas das Humanidades.

Consideramos uma grande oportunidade para potencializar as áreas que já vinham trabalhando em propostas de novos cursos de pós-graduação além de fortalecer aquelas recém- implantadas. Os estudos realizados pela equipe da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação evidenciavam que havia potencial para abrir e propor novos cursos. Foi o que efetivamente ocorreu, com o aumento de seis para onze programas de pós-graduação, entre os anos de 2011 e 2014. No transcurso dessa gestão, houve um esforço pela articulação das áreas e fomento de encontros para viabilizar as diferentes propostas.

Ação importante aconteceu na participação da área de Humanidades nos editais do FINEP e CAPES, com resultados bastante positivos. Pela primeira vez, essa área recebeu financiamento da FINEP, via PROINFRA/CTINFRA e da CAPES, via edital PRÓ-EQUIPAMENTOS.

No cômputo geral, os financiamentos solicitados para os programas de pós-graduação elevaram-se consideravelmente. A estratégia adotada foi a aproximação dos programas formando duas redes, a Rede Humanas (área que envolveu os programas de pós-graduação em Educação e em Letras) e a Rede CERPAN (Rede de Pesquisas do Cerrado e Pantanal, que unia os programas em Recursos Naturais, Zootecnia e Agronomia). Em reuniões coletivas, foram

unificados os projetos em rede e a partilha de equipamentos. Isso foi possível com o apoio recebido da administração, dos técnicos e, sobretudo, dos docentes que trabalharam para elevar sua produção, nos últimos anos.

A participação da pró-reitoria nos eventos promovidos por órgãos federais (CAPES, FINEP, Fórum de Pró-reitores) foi fundamental para nos acercarmos das políticas e das estratégias em curso¹² e nos aproximarmos tecnicamente de outros profissionais das universidades representadas. Hoje, a pós-graduação na UEMS está se expandindo, e a PROPPI, graças à administração da Professora Luciana Ferreira, tem conseguido ampliar os cursos e abrir vários editais de apoio, com recursos próprios da instituição.

O QUE A EXPERIÊNCIA AGREGOU AO FAZER CIENTÍFICO: O TRABALHO COLETIVO E A ORIENTAÇÃO NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UEMS

As experiências relatadas formam a base que deu sustentação para a escolha de uma área de atuação e de uma opção teórica que visa ampliar o acesso e investir no que há de mais importante na

12 Buscou-se, também, ampliar o número de bolsas de iniciação científica, de modo que foram solicitadas bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI – CNPq). O apoio aos cursos de mestrado profissional que não possuíam apoio da Capes e da FUNDECT também foi buscado por essa gestão. A Capes não dispõe de bolsas para alunos de mestrado profissional. Para abrir essa possibilidade, encaminhou-se proposta aos conselhos superiores para atenderem aos alunos do MP por meio do Programa de Bolsas Institucional da UEMS – Bolsas PIBAP, criado pela gestão anterior, que, hoje, atende parte dos alunos da pós-graduação. No caso da FUNDECT, foi enviada solicitação para que contemplassem, em seus editais, os mestrados profissionais para que trabalhassem em rede com os demais programas de pós-graduação.

universidade: os jovens que vêm das escolas públicas e os professores da Educação Básica.

Essa experiência inicia-se no trabalho empírico com as fontes, carrega experiências com a docência no Ensino Básico, passa pelo contato inicial com um método que propicia a pesquisa mais sistemática no mestrado e, depois, na pesquisa mais avançada do doutorado, perpassa ainda a articulação com pesquisadores da área para a formação de grupos de pesquisa, para, finalmente, desaguar na experiência com o Ensino Superior, numa instituição de ensino público.

Atualmente, é em torno do Grupo de Estudos e Pesquisa GEPSE-HISTEDBR que se articulam nossas pesquisas, além das atividades de orientação e docência. A experiência na realização de uma pesquisa coletiva fortalece o trabalho, assegura articulação com os pares e permite que os resultados sejam discutidos, antes mesmo de sua divulgação. É um processo de aprendizado contínuo e muito enriquecedor.

Como já relatado, criamos o grupo de pesquisa na UEMS, no ano de 2000, em articulação interinstitucional, com realização de estudos teóricos, discussão de projetos coletivos dos integrantes, solicitação de financiamento de projetos de pesquisa pelo CNPq, coordenação de eventos científicos, proposta de formação continuada, projetos de cursos de extensão e de ensino e de cursos de pós-graduação, organização de obras científicas coletivas e dossiês temáticos. Portanto, podemos considerar que esse grupo atuou como um laboratório de ideias que resultaram em muitas ações efetivas.

Salientamos que havia um direcionamento teórico que nos uniu e que deu a tônica em nossa produção acadêmica. Após a publicação da obra *A produção da escola pública contemporânea*

(2001), o professor Gilberto Luiz Alves desenvolveu a categoria teórica “Organização do Trabalho Didático”, que acabou por nortear praticamente todo o trabalho que desenvolvemos na universidade.

Segundo o autor, em suas investigações sobre a escola moderna, sentiu-se impelido pela necessidade de compreender, também, o trabalho que lá é realizado em sua concretude, ou seja, não somente nas ideias, políticas e propostas para o funcionamento da escola, mas também no trabalho didático que se desenvolve no espaço escolar. E, para tanto, valeu-se do processo de produção da escola, no decurso mais longo, em sua totalidade. Foi na busca de “suas formas históricas” que Alves (2005) procurou compreender a escola na época mais recente. A pesquisa empreendida revelou que Comenius está na origem da formulação da instituição escolar. Organizada por níveis de ensino e seriação dos estudos, a escola de nosso tempo teve origem no século XVII (Alves, 2001).

Comenius usou como modelo o trabalho produtivo de sua época para implantar a divisão do trabalho na escola, o trabalho manufatureiro. A proposta visava ao barateamento dos serviços escolares, pois a queda de custos era condição primordial à sua universalização (Alves, 2001). Porém, à época, existiam impedimentos, como a falta de educadores conhecedores do método e instrumentos para realizar o trabalho didático nos novos moldes. Por isso, a tecnologia ideal deveria resumir todo o conhecimento disponível. O manual didático seria esse instrumento que possibilitaria a queda de custos, realizando certo grau de simplificação e de objetivação do trabalho didático. Para que a escola se universalizasse, seria necessário substituir o preceptor por um trabalhador especializado. Os professores ministrariam suas aulas com base em uma programação “já preparada” (Comenius, 1997, p. 363).

O manual didático não se expandiu plenamente em sua época. Somente ganhou maior difusão no final do século XIX e, sobretudo, no século XX, por força não só do grande desenvolvimento tecnológico que barateou os livros, mas, principalmente, do aumento da demanda de educação. A organização manufatureira do trabalho didático, associada à utilização do manual, representou uma ruptura com o conhecimento. Para Alves (2001), o conteúdo antes disseminado em clássicos e dominado pelo mestre passou a ser resumido em apenas um único livro.

Alves (2001) constata que a escola não absorve novas tecnologias, ou usa muito pouco delas, permanecendo a seriação dos estudos e mantendo o instrumento já consagrado da escola: o manual didático. Ou, mesmo nos casos em que há incorporação de novas tecnologias, o que se percebe é o uso de um “manual eletrônico” ou de textos e propostas simplificadas.

Feito esse esclarecimento, ressaltamos que já estudávamos os clássicos da Educação e de outras áreas do conhecimento como forma de superar os limites da formação, como proposta de compreensão do processo histórico e como proposta de luta política. Tendo a Organização do Trabalho Didático como categoria norteadora, desenvolvemos projetos coletivos de pesquisa com o objetivo de analisar o processo de universalização da escola pública no Brasil. Citamos, em sequência, duas dessas pesquisas, as mais importantes, ambas financiadas pelo CNPq.

A primeira, desenvolvida entre os anos de 2009 e 2012, intitulada “O manual didático como instrumento de trabalho nas escolas secundária e normal (1835-1945)” (Brito *et al.*, 2012), coordenada pela Profa. Sílvia Helena A. de Brito, evidenciou as funções e os conteúdos do manual didático utilizado nas escolas Secundária

e Normal no Brasil, considerando as diferentes disciplinas (Biologia, História do Brasil, Língua e Literatura e Sociologia, na Escola Secundária; Didática e Psicologia, na Escola Normal). Procedeu-se, ainda, à classificação das diferentes formas que esse material assumiu, historicamente, no âmbito do sistema escolar, de modo a revelar sua natureza histórica e seu lugar na Organização do Trabalho Didático. Os resultados evidenciaram que, de forma geral, os colégios secundários não adotaram na sua plenitude a proposta de Comenius, adotando outros instrumentos¹³.

O outro projeto de pesquisa, intitulado “A Organização do Trabalho Didático na perspectiva de educadores da Escola Nova (1930-1970)” (Centeno *et al.*, 2017), coordenado pela Prof. Carla V. Centeno, avançou a investigação para o século XX, a fim de compreender como um importante movimento, que foi dominante a partir dos anos 1930 até 1960 (Saviani, 2007), o denominado escolanovista, enfrentou a questão dos limites da implantação da escola pública, ou seja, como pensou e como colocou em prática as ideias que defendia acerca da Organização do Trabalho Didático.

A Escola Nova acabou questionando as formas “tradicionais” de ensino e, a par de diferenças entre seus intérpretes e propostas, subsiste um núcleo de ideias comuns. Lourenço Filho (1967) desta-

13 Os professores do Colégio Pedro II e os da Escola Normal eram intelectuais, estudiosos, dominavam o conteúdo, e alguns deles eram os próprios autores dos livros escolares, os quais eram resumos de estudos efetuados por esses docentes, livros mais complexos, com textos um pouco mais extensos, sem grandes pretensões didáticas. Em áreas como Filosofia, ainda se adotavam clássicos; em outras, como Literatura, utilizavam-se antologias ou florilégios, e na área de História, foram adotados compêndios. Manuais didáticos, mais simplificados, como os propostos por Comenius só iriam ser adotados no século XX, nos grupos escolares, e na segunda metade do século XX, nas escolas secundárias. Foi evidenciado que a maior parte do trabalho didático era ainda realizado por meio de instrumentos um pouco mais elaborados que os manuais comenianos.

ca algumas centrais: ampliação da função da escola, ensino ativo, escola centrada na criança, na autonomia intelectual, na concepção da aprendizagem como processo de aquisição individual, no aprendizado baseado na pesquisa, em resolução de problemas, na cooperação, na escola centrada no local, na comunidade (Lourenço Filho, 1967).

A pesquisa revelou que práticas norteadas por esses princípios foram implantadas pelos escolanovistas na educação pública, como experiências de curta duração, e não foram totalmente universalizadas por dependerem de muitos recursos. O ensino que preconiza o atendimento individual e evoca a autonomia de estudos demanda uma organização praticamente artesanal. De fato, a escola que se universalizou foi a escola manufatureira, comeniana, centrada no manual didático (Alves, 2001, 2005), tais instrumentos foram disseminados na educação pública, contraditoriamente, pelos próprios escolanovistas (Lancillotti, 2008, 2017).

Nos últimos dez anos, temos dirigido nossas investigações sobre instrumentos de trabalho do professor voltados para o ensino de História, Literatura, Educação Física, Artes, Ciências Sociais, Filosofia, Psicologia, Educação Especial, Ciências da natureza, Alfabetização, entre outros. Avançamos, ainda, na discussão sobre as formas diversas com que o trabalho didático, se organiza, o que abarca, para além dos instrumentos didáticos, o espaço físico e a relação educativa, que podem ter suas especificidades, a depender do nível de ensino, do campo disciplinar e de experiências focais. Além de nossas pesquisas, orientamos, nos diferentes níveis de formação acadêmica da UEMS (graduação, especialização e mestrado), inúmeras pesquisas que abarcam a Organização do Trabalho Didático¹⁴.

14 Entre as pesquisas desenvolvidas a partir do GEPSE, no interior da UEMS, desta-

Muitos dos estudos desenvolvidos colocam o foco na categoria OTD como um todo, abarcando a relação educativa, os recursos didáticos e o espaço físico. Contudo, o foco prioritário se deposita no uso de Recursos Didáticos, em especial os manuais didáticos, utilizados nos diferentes níveis de ensino (da Educação Infantil ao Ensino Superior) e nos diferentes campos disciplinares (Ciências, Geografia, Literatura, Educação Física, Artes, Psicologia, Filosofia, História, Matemática).

Além dos manuais didáticos, há pesquisas que abordam outros tipos de recursos didáticos, dentre os quais podemos destacar: compêndios, apostilas, cartilhas, jogos educativos, conteúdos educacionais, tecnologias da informação e comunicação, tecnologias assistivas (recursos ou itens adaptados para os alunos da Educação Especial – por exemplo, os *softwares* leitores para cegos), entre outros.

Acerca da relação educativa, o que predomina na escola moderna é a relação do professor com o coletivo de alunos, contudo há formas de OTD em que essa relação ganha alguns contornos diferenciados; é o caso da classe inclusiva, em que o professor pode contar com a mediação do professor de apoio para dar suporte ao aluno com deficiência, ou autismo, por exemplo. Também a mediação dos tutores, na EAD, pode ser referida como uma forma de relação educativa que guarda singularidades com respeito à forma comeniana, que é a prevaiente.

camos, em números, aquelas que abordam a Organização do trabalho didático: 33 dissertações, 18 TCCs na Graduação, 11 pesquisas individuais dos docentes, 9 TCCs de especialização, 8 pesquisas de iniciação científica e 2 pesquisas coletivas, com a participação de pesquisadores da UEMS, da UFMS e da UNIDERP/ANHANGUERA.

Ainda acerca das pesquisas desenvolvidas a partir da categoria OTD, cabe ressaltar algumas discussões peculiares: ensino dentro do sistema prisional, atendimento em salas ambiente, ensino de Educação Física, escola de tempo integral, Educação Infantil, salas de recursos multifuncionais, laboratórios de ciências, laboratórios de informática; são condições nas quais o espaço físico detém aspectos muito particulares, diferindo das salas de ensino comuns.

Pesquisadores que tratam o manual didático como objeto de investigação, entre eles Munakata (1998), Bittencourt (1998), Fonseca (2003), Alves (2005), Nosella (1981), Bonazzi e Eco (1980) e Gatti Junior (2004), admitem que o manual didático é o instrumento que orienta, veicula o conhecimento, organiza e informa todo o processo de ensino. Ele é o instrumento que impõe certo grau de objetivação ao trabalho didático e, na mesma medida, estabelece o domínio sobre as operações realizadas pelo professor em sala de aula. No entanto, esses mesmos pesquisadores não realizam uma crítica à centralidade desse instrumento.

Procurando enveredar por um enfoque diferenciado (Centeno, 2009, 2013; Fernandes, 2010, 2014; Fernandes; Camargo, 2017; Lancillotti, 2006, 2008, 2013; Silva, 2014, 2019; Souza, 2005, 2010a, 2015), entendemos que, dada a própria natureza do processo de objetivação e simplificação do trabalho didático na sociedade capitalista, o manual didático, em suas distintas manifestações na História da Educação, substituiu o conhecimento que era dominado pelo antigo mestre e não se presta à veiculação, menos ainda à ampliação, do conhecimento científico no ambiente escolar.

Os resultados dessas investigações geraram publicações em eventos na Argentina e em Portugal, publicações em periódicos nacionais, capítulos de livros com pesquisadores de outras universida-

des do Centro-Oeste e a organização de obras coletivas¹⁵, visando projetá-los mais amplamente.

Quando iniciamos o processo de orientação no PPGEDU, em 2011, na Unidade de Paranaíba, tivemos a satisfação de orientar alunos que contribuíram com temáticas distintas para desvelar os conteúdos veiculados nos manuais didáticos, que vieram somar e ampliar a pesquisa do GEPSE-HISTEDBR.

A partir do ano de 2013, compusemos o quadro docente no Mestrado Profissional em Educação (PROFEDUC), na Unidade Universitária de Campo Grande. A ideia inicial desse programa de pós-graduação foi gestada no interior do grupo de pesquisa GEPSE-HISTEDBR, com o objetivo de alcançar um grupo maior de educadores da Educação Básica e contribuir para ampliar as pesquisas sobre a Organização do Trabalho Didático. Intitulava-se Mestrado Profissional Multidisciplinar “Formação de Educadores”, coordenado pelo professor Gilberto Luiz Alves. Em 2012, um grupo de professores do GEPSE-HISTEDBR, coordenado pela Professora Celi Corrêa Neres, adaptou o projeto ampliando-o para agregar outros docentes da universidade que possuíam produção e experiência com orientação. Foi criada mais uma linha de pesquisa “Formação de professores e diversidade”, além da linha “Organização do trabalho didático”, que já estava na proposta anterior. Sua estrutura prioriza um perfil

15 *Congreso Textos, autores y bibliotecas* (Centeno, 2008), *Congresso luso-brasileiro de História da Educação CONLUBHE* (Centeno, 2016) *Revista Brasileira de Educação* (Alves; Centeno, 2009), *Acta Scientiarum* (Centeno, 2012), capítulos de livros como o da coletânea com pesquisadores de região da Centro-Oeste, (Centeno; Lancillotti, 2018); Dossiê: instrumentos do trabalho didático. *CADERNOS de História da Educação* (Souza; Lancillotti, 2013); organização coletiva de dois livros, um deles fruto do evento *Jornada do HISTEDBR - A Organização do Trabalho Didático na história da educação* (2010), e o outro, resultado de pesquisas de professores e alunos do PROFEDUC – *O trabalho didático em exame* (Souza; Centeno; Lancillotti, 2012).

de aluno voltado para as questões da ciência e da cultura aplicadas à prática em sala de aula¹⁶.

É fato que esses programas possuem mais capilaridade na escola e interferem mais diretamente na realidade escolar¹⁷, mas, ainda assim, defrontam-se com adversidades. Uma das questões mais problemáticas enfrentadas pelas instituições é que esses programas não possuem financiamento nem bolsas da Capes. Os professores conseguem liberação para frequência às aulas, mas não têm redução na carga horária de atividades para se dedicarem aos estudos, tendo de assumir longas jornadas. A questão relativa à bolsa, a UEMS consegue resolver em parte, com a oferta de algumas bolsas, 50% do valor para aqueles que estão cursando o mestrado profissional, como já foi observado anteriormente.

Nogueira, Neres e Brito (2016) realizaram um estudo com egressos do curso e apontaram algumas dificuldades vivenciadas

16 É importante lembrar que os mestrados profissionais foram incentivados desde os anos 1990 pela Capes, com o objetivo de preparar quadros para o mercado. Em 2009, a Capes apresentou a Portaria Normativa nº 07/2009, que expõe a concepção do mestrado profissional, apresentando orientações, normas para credenciamento e avaliação, revogada pela Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009 (CAPES, 2020). Foi após essa portaria que houve um aumento significativo na oferta por meio do ensino em rede (PROFMAT, PROFLETRAS, PROFHISTÓRIA etc.) e das instituições que propuseram seus próprios programas na área da Educação. Até o ano de 2019, foram autorizados 52 cursos nessa modalidade (Brasil, 2020).

17 Na perspectiva de contribuir mais diretamente para a Educação Básica, a Profa. Carla Centeno, quando à frente da PROPP, articulou, junto à coordenação do PROFEDUC, um convênio com a Secretaria de Estado de Educação (SED-MS), com o fito de reservar, no processo seletivo, uma cota de 40% das vagas para os profissionais da educação, apoio para afastamentos parciais e publicação. Essa política rendeu frutos de publicação conjunta de orientadores/orientandos, mas precisa ser ampliada, sobretudo no que diz respeito ao afastamento para estudos por parte das redes públicas de ensino em Mato Grosso do Sul, com vistas a assegurar condições salubres à produção de conhecimento, o que se reverte em benefício para as redes.

pelos professores. Esse mesmo estudo mostrou, no entanto, que, embora castigados pelas inúmeras adversidades do sistema, esses professores lutam para concluir o curso, abraçando a oportunidade de estudar e ter acesso ao conhecimento científico por meio da pesquisa (Nogueira; Neres; Brito, 2016).

Apesar das dificuldades e exigências do Mestrado Profissional em Educação da UEMS, que implica o mesmo rigor de um programa acadêmico, os discentes optam pela ciência e pela pesquisa; preferem ter a possibilidade de sonhar; sonhar e lutar por uma educação que leve efetivamente a ciência e a cultura para seus alunos, além de propor caminhos para o alcance desse intento.

Nós, docentes da universidade, sabemos que é uma oportunidade ímpar para que os professores elevem o nível de seus conhecimentos e de seus alunos, por meio da pesquisa. Então, por eles também lutamos. Hoje, temos procurado contribuir para que esses alunos possam levar suas atividades de pesquisa adiante e projetá-las em nível nacional, dando continuidade às análises, seja na escola, seja em cursos de doutorado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O educador de uma universidade tem, hoje, um compromisso a mais: salvaguardar a universidade no seu direito de existir de forma autônoma, com a autoridade que lhe conferem a ciência e a cultura, e com o respeito que lhe deve a sociedade, como instituição produtora e disseminadora do conhecimento, formadora de consciências críticas e como uma das instituições guardiãs do grande patrimônio cultural produzido pela humanidade.

Como docentes e pesquisadoras, entendemos que cabe aos que ocupam o honroso cargo de educadores em uma universidade difundir o conhecimento universal, materializado em obras clássicas do pensamento histórico e filosófico, da ciência, da literatura, das artes e quaisquer outras manifestações elevadas do espírito humano.

A par disso, deve-se preparar quadros políticos, no sentido mais amplo da política, que é forjar uma consciência crítica nos discentes por meio da leitura, da pesquisa e da produção intelectual, no sentido de que, com o instrumental recebido na universidade, possam defender a sociedade do primado do senso comum, do conhecimento empírico e meramente opinativo, tendência que se dissemina nos tempos atuais, negando o conhecimento científico como instrumento civilizatório. É possível a realização dessa tarefa na universidade, o que se potencializa por meio de rigoroso trabalho coletivo.

Cabe à universidade, por fim, abrir-se para os espaços sociais, levando o grande debate acerca das prementes questões sociais que marcam o nosso tempo, acercando-se daquelas camadas da população que ainda não tiveram o privilégio de ocupar seus bancos. A universidade, hoje, precisa mudar seu perfil: superar o espírito corporativo, competitivo, individualista que muitos de seus quadros ainda mantêm, para tornar-se uma universidade solidária e afetiva. Nesse sentido, é imperioso que a formação de docentes e de pesquisadores contemple novos valores e novas perspectivas de relação humana, assentadas sobre o conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. L. **A produção da escola pública contemporânea**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

ALVES, G. L. **O trabalho didático na escola moderna: formas históricas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

ALVES, G. L.; CENTENO, C. V. A produção de manuais didáticos de História do Brasil: remontando ao século XIX e início do século XX. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 14, p. 469-487, 2009.

BITTENCOURT, C. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, C. (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

BONAZZI, M.; ECO, U. **Mentiras que parecem verdade**. Tradução de Giacomina Faldini. São Paulo: Summus, 1980. (Novas buscas em Educação, 6).

BRASIL. CAPES. Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 20, 29 dez. 2009. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/PortariaNormativa_17MP.pdf Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. CAPES. **Cursos avaliados e reconhecidos**. Brasília, DF: CAPES. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaConhecimento.jsf?areaAvaliacao=38> Acesso em: 20 abr. 2020.

BRITO, S. H. A.; CENTENO, C. V.; Saviani. D.; Lombardi J.C. **A organização do trabalho didático na história da educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

BRITO, S. H. D. de *et al.* **O manual didático como instrumento de trabalho nas escolas secundária e normal (1835-1945)**. Campo Grande: 2012. (Relatório final de pesquisa enviado ao CNPq).

CENTENO, C. V. **Educação e trabalho na fronteira de Mato Grosso**: estudo histórico sobre o trabalhador ervateiro (1870-1930). Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2008.

CENTENO, C. V. O conhecimento histórico vulgarizado: a ditadura do manual didático. **Revista HISTEDBR On-line**, [s. l.], v. 33, p. 169-178, 2009.

CENTENO, C. V. Diários de campo de um engenheiro: trabalho, cultura e educação no sul do Mato Grosso (1922-1930). **História**, São Paulo, v. 31, p. 288-308, 2012.

CENTENO, C. V. O compêndio História do Brasil-curso superior de João Ribeiro: análise sob a perspectiva da organização do trabalho didático. **Acta Scientiarum Education**, [s. l.], v. 35, p. 169-178, 2013.

CENTENO, C. V. A crítica de Paschoal Lemme aos instrumentos didáticos da escola pública brasileira, século XX. *In*: COLUBHE, 11., 2016, Porto. **Anais [...]**. Porto, Portugal: [s. n.], 2016.

CENTENO, C. V. **Educação e trabalho na fronteira de Mato Grosso**: estudo histórico sobre o trabalhador ervateiro (1870-1930). Rio de Janeiro: Telha, 2022.

CENTENO, C. V. *et al.* **A organização do trabalho didático na perspectiva de educadores da escola nova (1930-1970)**. Campo Grande: 2017. (Relatório final de pesquisa enviado ao CNPq).

CENTENO, C. V.; LANCILLOTTI, S. S. P. Recursos didáticos para a renovação escolar: as propostas de Paschoal Lemme e Lourenço Filho em análise. *In*: SILVA, F. de C. T; CARVALHO, C. H. de. **Escritas da educação no Centro Oeste**. 1 ed. Campo Grande: Oeste, 2018. v. 3. p. 93-107.

COMENIUS, J. A. **Didáctica Magna**: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos. 2. ed. Lisboa: Gulbenkian, 1997.

FERNANDES, E. Diálogos sobre alfabetização. *In*: SOUZA, A. A. A. de; CENTENO, C. V.; LANCILLOTTI, S. S. P. (org.). **O trabalho didático em exame**. 1. ed. Dourados, MS: Life; Ed. UEMS, 2015. v. 1. p. 87-107.

FERNANDES, E. O trabalho didático na obra de Calkins: a alfabetização segundo o método intuitivo. **Revista HISTEDBR On-line**, [s. l.], v. 14, p. 38-61, 2014.

FERNANDES, E.; CAMARGO, P. E. B. de. A organização do trabalho didático na proposta da escola parque de Anísio Teixeira. **Revista HISTEDBR On-line**, [s. l.], v. 17, p. 55, 2017.

FONSECA, S. G. **Caminhos da história ensinada**. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003

GATTI JUNIOR, D. **A escrita escolar da História**: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990). Bauru, SP: Edusc; Uberlândia, MG: Edufu, 2004.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

JANINE RIBEIRO, R. **Humanidades**: um novo curso na USP. São Paulo: EdUSP, 2001.

LANCILLOTTI, S. S. P. **Deficiência e trabalho**: redimensionando o singular no contexto universal. 1. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

LANCILLOTTI, S. S. P. A Organização do Trabalho Didático, como categoria de análise para a Educação Especial. *In*: NERES, C. C.;

LANCILLOTTI, S. S. P. (org.). **Educação especial em foco**: questões contemporâneas. 1.ed. Campo Grande: Ed. UNIDERP, 2006, p. 33-50.

LANCILLOTTI, S. S. P. **A constituição histórica do processo de trabalho docente**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

LANCILLOTTI, S. S. P. Escola nova, instrumentos tradicionais: a produção didática de Manoel Bersgröm Lourenço Filho em discussão. **Revista HISTEDBR On-line**, [s. l.], v. 17, p. 77, 2017.

LANCILLOTTI, S. S. P. Manuais de Psicologia: instrumentos de trabalho utilizados na formação dos professores paulistas (1920-1940). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 12, p. 29-44, 2013.

LOURENÇO FILHO. **Introdução ao estudo da Escola Nova**. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

MATO GROSSO DO SUL. Arquivo Público Estadual (MS). **A história dos ervais sob a ótica dos trabalhadores rurais**. Campo Grande: Gráfica do Departamento do DSP - MS, 2000.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Livro primeiro: o processo de produção do capital. 7. ed. São Paulo: Difel, 1982.

MUNAKATA, K. História que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. *In:* FREITAS, M. C. (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Contexto, 1998.

NERES, C. C.; NOGUEIRA, E. G. D.; BRITO, V. M. de. Mestrado profissional em Educação e sua interseção com a qualificação docente na educação básica. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [s. l.], v. 11, n. 25, 9 dez. 2014.

NOGUEIRA E. G. D.; NERES, C. C.; BRITO, V. M. de. Mestrado Profissional em Educação e sua interseção com a qualificação docente na educação básica. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n. 47, p. 63-75, set./dez. 2016.

NOSELLA, M. L. C. D. **As belas mentiras:** a ideologia subjacente nos livros didáticos. São Paulo: Moraes, 1981.

SAVIANI, D. **Escola e democracia.** São Paulo: Cortez, 1983.

SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SILVA, I. A. A conformação do mercado editoria brasileiro a partir das últimas décadas do século XX e anos iniciais do século XXI: o caso do Grupo Abril. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 14, p. 78-94, 2014.

SILVA, I. A. **O Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLD/EM) e o Mercado Editorial (2003-2012).** 1. ed. Curitiba: CRV, 2019.

SOUZA, A. A. A. **O mundo dos homens gregos e latinos: lendo os clássicos na escola.** 1. ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005.

SOUZA, A. A. A. Manuais didáticos de ensino de língua e literatura na modernidade: gênese e desenvolvimento histórico. **Revista Histedbr On-Line**, [s. l.], n. esp., p. 6-19, maio 2010a.

SOUZA, A. A. A. Manuais didáticos: formas históricas e alternativas de superação. *In*: BRITO, S. H. A. de; CENTENO, C. V.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (org.). **A organização do trabalho didático na História da Educação.** 1. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010b. p. 121-145.

SOUZA, A. A. A.; LANCILLOTTI, S. S. P. Dossiê: instrumentos do trabalho didático. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 12, n. 1, jan./jun. 2013.

SOUZA, A. A. A. **Literatura infantil na escola.** 1. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

SOUZA, A. A. A.; CENTENO, C. V.; LANCILLOTTI S, S. P. **O trabalho didático em exame.** Campo Grande: Life, 2015.

UEMS. **Graduação.** Dourados, MS: UEMS. Disponível em: <https://www.uems.br/cursos/graduacao>. Acesso em: 05 jun. 2023.




Memórias que se cruzaram na constituição da história da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Neide de Araújo Castilho Teno

Elza Sabino da Silva Bueno

Sandra Espíndola Macena



Caminhante, não há
caminho, o caminho se
faz ao caminhar (Ma-
chado, 1977, p. 223)¹.

INTRODUÇÃO

Este texto tem a finalidade de apresentar, por meio de memórias, a trajetória das experiências de docência vivenciadas por três professoras do curso de Letras no contexto da Universidade Estadual de Mato grosso do Sul. Partimos do pressuposto de que memórias de professores trazem momentos expressivos para compreender os processos de ensino e aprendizagem e o processo de socialização. Nessa perspectiva, os sujeitos do texto falam de seus saberes experienciais, de suas lembranças afetivas e

¹ MACHADO, A. **Poesías completas**. Madrid: Espasa-Calpe, 1977.

da herança adquirida ao longo do tempo na UEMS enquanto processos sociais e indissociáveis na trajetória da história da universidade.

Essas três professoras exerceram, na UEMS, tanto função administrativa como trabalho docente, estiveram envolvidas nas mais diferentes ações desenvolvidas nessa instituição, o que justifica a importância de conhecer as memórias ora de sucesso pelos caminhos da docência, ora num jogo de ensaio e erro nos diferentes caminhos trilhados.

O método que encontramos para descrever passa pela memória como uma forma de deixar vivas as lembranças e uma maneira de integrar o passado e o presente, além de projetar o futuro, concordando com Bosi (1994, p. 69) quando explica que “[...] uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu”. As histórias de cada professora trazem marcas de significado ontológico e epistemológico, não só das práticas de formação de professores no Ensino Superior, como marcas da sua vida pessoal, mas também como marcas que constituíram a própria universidade, e isso pode fazer a diferença na compreensão da história de uma instituição pública.

Ao fazer inferência ao trabalho de Bosi (1994), podemos entender que a memória permeia um universo vasto na trajetória de todo ser humano, por isso, dizer que as lembranças, as memórias individuais, produzidas de maneira coletiva, remetem a contextos sociais na construção da identidade. Em grande parte, a identidade do professor vai sendo construída na sua trajetória, no seu modo de fazer, refazer e reconstruir por meio das experiências. A memória não é sonho; é trabalho que se faz por meio de lembranças, assim como propõe Bosi (1994, p. 55):

A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor.

Tanto as memórias individuais quanto as coletivas são consideradas como as reminiscências dos indivíduos, de suas experiências e de suas vivências em grupos sociais. Nesse sentido, os significados atribuídos pelas professoras constituem fatos de soma de experiências por elas vivenciadas e tornam releituras de percepções ao longo do tempo de UEMS. Ambos os aspectos, consideramos fatos de reconstrução e de significação sobre o que vivenciaram na construção da identidade de cada uma, ou seja, “[...] a memória e identidade se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente desde o momento de sua emergência até sua inevitável dissolução” (Candau, 2019, p. 19).

Trilhando um pouco mais para a importância da memória, seguimos os ensinamentos dos estudiosos romanos, que consideram a memória uma arte por meio da linguagem. Halbwachs (1990, p. 160), ao definir a memória, vai além de refletir somente em ir ao lugar, basta somente lembrar da “[...] imagem do espaço que, em razão de sua estabilidade, dá-nos a ilusão de não mudar através do tempo e de encontrar o passado no presente”. A memória da UEMS e dos acontecimentos nela vividos passa pela compreensão desse estudioso. O espaço da UEMS, as salas de aula, os laboratórios, os refeitórios se tornam marcas, são lugares suficientemente estáveis para dar voz às professoras neste texto.

São as memórias que permitem a redescoberta da identidade de uma instituição pública. A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul nasceu e se fortaleceu com os cursos de licenciatura no interior do estado, cursos que recebem a imensa maioria de alunos oriundos da classe mais vulnerável da população brasileira; alunos cujos sonhos em adentrar uma universidade, não raras vezes, chegou de forma tardia em suas vidas: depois de casados, depois da maternidade/paternidade, depois de entrarem e saírem do mercado de trabalho lutando pela sobrevivência. Em algum momento, esses alunos se defrontaram com o curso para formar professores. Vamos rememorar, neste texto, a trajetória de três professoras que a vida se encarregou de reunir na UEMS, após percorrerem outros caminhos da vida profissional. A primeira ingressou na universidade em 1999, a segunda, em 2000, e a terceira, em 2003, juntando-se a tantos outros professores nos cursos por onde passaram para compor esse rizoma solidário de conhecimentos canalizados para a formação de professores.

EXPERIÊNCIA I – PROFESSORA NEIDE DE ARAÚJO CASTILHO TENO

Recuperar na memória a trajetória de docência não deixa de ser um cruzamento de histórias, um rememorar de passagens, um resgatar de reconhecimento somado ao misto de saudades e um gosto de fazer tudo de novo. Quando Alberto Caeiro, um dos heterônimos do poeta Fernando Pessoa (1986), escreve “O guardador de rebanhos”, ele compara seu olhar a um girassol: assim como essa flor, ora está com sua face para a direita, ora volta-se para a esquerda. Eu olho para trás e me vejo em cada um desses movimentos de um girassol. Sinto-me nascida a cada momento.

Resgatando minha própria história de vida, deixo para trás minha infância, minha cidade natal Andradina-SP, fazenda São João, meus interlocutores pais, tios, avós, professores, passo por Ribeirão Preto-SP, cidade onde iniciei o curso de Letras, e chego à UFMS (Dourados-MS) para concluir meus estudos.

Considero um divisor de águas, quando entrei na faculdade Barão de Mauá, em Ribeirão Preto (hoje Centro Universitário Barão de Mauá), pois, nesse espaço, fui uma fiandeira de tudo e apostava tudo o que tinha para ser professora. Chego mais próximo do meu porto seguro quando chego em Mato Grosso, no ano de 1974, assumindo um concurso público em uma cidade pequena (Caarapó-MS), onde passei meus primeiros 18 anos de vida, curti o nascimento dos 3 filhos e iniciei na vida profissional como professora concursada do Ensino Fundamental e do Ensino Médio pelo estado de Mato Grosso do Sul, que acabava de ser constituído com a divisão do estado de Mato Grosso.

Entre 1976 e 1997, outros horizontes se cruzam, cursei Pedagogia e especialização em Linguística, que veio como uma necessidade e complemento da minha formação pedagógica e muito contribuiu para minha lotação como professora efetiva na disciplina de Estágio Supervisionado, nos cursos de Letras e Pedagogia da UEMS. Desde o início de minha vida profissional, escolhi o Ensino Superior como minha meta. Formada em Licenciatura Plena em Letras, pela UFMS, ministrei aulas em escolas de Ensino Fundamental e Médio, em escolas particulares, ocasião oportuna em que surgiu a aposentadoria de uma colega de língua portuguesa em Dourados, na Escola Reis Veloso.

Com minha mudança de Caarapó para Dourados, fui desenvolver minhas atividades na Agência de Ensino, antiga Delegacia

de Ensino, ocasião em que participei de todas as assessorias de implantação dos colegiados nas escolas, pela Secretaria de Educação do Estado, e de todas as ações de avaliação sobre as dificuldades de linguagem e escrita que os alunos apresentavam, causando muita repetência e evasão escolar.

Nesse espaço, aprendi a olhar de fora para dentro da escola. Sempre é bom o professor passar por outras paragens, como Agências de Ensino, Secretarias de Educação, Coordenações e Direção. Houve um declínio para muitas salas de aula, pois tínhamos que estar envolvidas com capacitações docentes de professores das diferentes escolas. Esse caminhar em outros espaços, diferente da sala de aula, me tornou mais fiandeira ainda, pois passei do ensino para a dimensão sociocultural, incluindo as relações psicológicas, familiares.

Com o fechamento das agências de ensino em Dourados, registra-se o nascimento da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com o fito de fortalecer os cursos de licenciatura no interior do estado. Assim, por meio da Constituição Estadual de 1979, ratificada pela Constituição de 1989 e pela Lei nº 1461, de 20 de dezembro de 1993, com sede na cidade de Dourados, nascia uma instituição pública para atender às necessidades regionais, com vistas ao desenvolvimento científico, tecnológico e social do estado de Mato Grosso do Sul.

Minha efetivação na UEMS ocorreu em 1999 com o segundo concurso público. Passei a experimentar o sentimento de pertencimento e júbilo. Toda minha experiência concentra-se nas áreas de Letras e Pedagogia, com ênfase em Linguística Aplicada, e na Formação de Professor, atuando nos seguintes temas: gêneros textuais,

midiáticos, linguagem e ensino, letramentos, multiletramentos, narrativas formativas, memórias.

Foi nesse espaço de trabalho que alarguei minhas relações pessoais com a professora Leocádia Aglaé Petri Leme, os professores Edenor Machado, Ivo Nascimento, José Laerte Cecílio Tetila, Luiz Antônio Álvares Gonçalves, entre tantos outros, pois acredito, assim como eles, que ser professor é levar conhecimento para que um sujeito seja melhor na sociedade, olhando para as especificidades.

Com os alunos, as histórias são semelhantes: acordar muito cedo, enfrentar ônibus, chuva, carona etc., para concluir sonhos. Alunos indígenas sempre foram nossos parceiros, pois, mesmo com suas dificuldades, encontravam ânimo para estar em sala de aula. Na sua missão de inclusão, a UEMS vai à comunidade para atender a população menos favorecida, garantindo acesso, permanência, progressão escolar. Não foram poucas as vezes que o grupo de professores dos cursos de Letras Português/Espanhol/Inglês estiveram à frente na orientação e acompanhamento das atividades de ensino-aprendizagem desenvolvidas nessa instituição pública. Enquanto coordenadora de curso e professora, participei de inúmeros projetos em defesa e pela garantia dos direitos dos alunos pertencentes às minorias sociais.

Entendendo memória como marcas de um tempo, que servem para compreender o papel da política, da educação, mais especificamente dos docentes e dos discentes de uma determinada época, falo a partir do nascimento da Universidade Estadual de Mato Grosso do sul. Cheguei na UEMS pela porta da biblioteca, a convite da professora Leocádia, pois precisava de uma professora de língua portuguesa. Considero a UEMS meu porto seguro, já que vivenciei os melhores momentos de minha profissão ali. Fui concursada, sob

regime de tempo integral, passei pela experiência do ensino, da extensão e da pesquisa, e foi nesse espaço que conquistei o doutorado.

Destarte, devido aos projetos, às pesquisas, às funções que exerci na universidade estadual onde me aproximei da pesquisa por meio dos meus projetos de mestrado e de doutorado e, mais tarde, emaranhei-me em projetos de extensão e nunca mais parei, enxergo a pesquisa como ferramenta que me possibilita encontrar caminhos às situações enfrentadas, tanto em minha atividade de ensino como de extensão na universidade.

Trago a marca de outros rumos trilhados nessa minha história; não fui somente trota-campo, cruza-mundo e docente; fui também chefe de Núcleo em Ciências Humanas em três gestões, membro de várias comissões de concursos públicos, CEPE, COUNI, Conselhos e Consultoria, coordenadora do curso de Letras, membro e conselheira da Câmara de Ensino, e trago a certeza de que foram estações passageiras. Enquanto chefe de núcleo, pude contribuir na organização de concursos, na orientação para elaboração de projetos pedagógicos nos cursos de Humanas, na organização de pautas nos vestibulares, entre tantas outras ações. Como membro do Conselho Universitário, contribuí emitindo pareceres acerca de assuntos pertinentes à Câmara de Recursos Humanos (CRH) e, como membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), emitindo pareceres de assuntos relacionados ao ensino.

Entre os projetos importantes que coordenei, destaco o Projeto PRODOCENCIA NA UEMS (CAPES) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) de Língua Portuguesa/Letras/Espanhol. Em 2003, integrei o quadro de professores da pós-graduação em Letras (Campo Grande) e o Profletras (em Dourados). Com minha aposentadoria em 2017, não consegui me distanciar e

sigo em atividade na condição de Professora Sênior na pós-graduação. Considero o espaço da UEMS uma terapia para minha vida até o dia que Deus permitir.

Acredito que o diferencial é a função de professora que exerci na UEMS na minha trajetória. Inicialmente, fomos viajadoras para todos os espaços da UEMS: ministrei aulas em Maracaju (cursos de Pedagogia e Administração), em Ponta Porã, em Dourados (nos cursos de Letras Espanhol/Inglês, Pedagogia, Ciência da Computação, Sistema de Informação, entre outros).

Os professores da Unidade de Dourados foram meus companheiros de tantas ações, sempre participando dos desafios e das atividades propostas. Quantas conquistas vivenciei com esse grupo de colegas! Juntos, organizamos eventos, semanas acadêmicas, aulas magnas, cafés da manhã; com esse grupo de professores, aprendemos a conhecer a Iniciação Científica, as monitorias e as práticas do PIBID. Foi nesse espaço que também vivenciei perdas de colegas inseparáveis, que deixaram suas marcas nos cursos de Letras e no Profletras. Relembro, triste e saudosa, da professora Elma Luzia Scabarbelli Correa, que a covid-19 nos tirou, dos professores Luís Otávio Batista e Nazir Salomão, tirados de nós por problemas de saúde.

Estive à frente do PIBID desde sua primeira implantação, quando, em 2009, foi aprovado o projeto institucional intitulado “Iniciação à docência: fortalecendo compromisso entre universidade e escolas de educação básica”, na Unidade Universitária de Dourados. Junto com essa aprovação, veio a oferta de 6 subprojetos, 128 bolsas de iniciação à docência, 14 bolsas de supervisão e 6 bolsas de coordenação de área. Esse projeto recebeu da CAPES uma ampliação e passou a atuar com 188 bolsas de iniciação à docência, 30 bolsas de supervisão e 14 bolsas de coordenação de área.

Devido à credibilidade e ao sucesso adquiridos pelo programa, em 2021, a CAPES passa a oferecer 168 bolsas de iniciação à docência, 27 bolsas de supervisão e 14 bolsas de coordenação de área. Estive na coordenação de área durante todo processo de desenvolvimento, proporcionando aos discentes dos cursos de Letras Português/ Espanhol/ Português /Inglês uma aproximação com o cotidiano das escolas públicas de Educação Básica.

A UEMS, como instituição preocupada com a formação dos discentes e promotora do desenvolvimento social, buscou, com o PIBID, desenvolver ações da política de formação de professores do Governo Federal, sob a coordenação geral de dois colegas, Lucélio Ferreira Simião e Emílio Davi Sampaio. No ano de 2013, encerram-se os primeiros projetos lançados; na sequência, a CAPES lançou um novo edital para o quadriênio 2014-2017, e a UEMS foi contemplada com novos subprojetos nos diferentes cursos de licenciatura.

Ao longo de todo o período de expansão e organização do PIBID na UEMS, contribuí com leituras dos editais, reuniões nas escolas estaduais, fortalecendo parcerias entre escolas estaduais e municipais e universidades. Essa trajetória encontra-se registrada em uma obra publicada em 2018 sob o título *O Pibid na UEMS: vivências de uma formação docente compartilhada entre a universidade e a escola*, organizada pelos professores Lucélio Ferreira Simião e Emílio Davi Sampaio e publicada pela Editora Life, reunindo capítulos de ações que foram desenvolvidas pelos discentes e docentes nesse espaço de tempo.

Como professora das disciplinas de Prática de Leitura e Produção de Textos (PLPT), Fundamentos Metodológicos da Língua Portuguesa das Séries Iniciais do Curso Normal Superior, Estágio Supervisionado, do Curso de Letras da UEMS, desenvolvemos um trabalho

sobre Histórias de Leituras por meio de produções de narrativas memorísticas, com a finalidade de refletir com os professores/alunos as concepções de leitura dentro e fora da escola.

Assim, chego às memórias da trajetória no Curso Normal Superior da UEMS, que durou dez anos, no qual estive na abertura e no encerramento, e, nesses longos anos, posso lembrar viagens, caronas, companheirismo, risos e choros. Uma parada no Curso Normal Superior faz-se necessária para descrever momentos de dez anos de alegrias, dúvidas, sucessos, companheirismos. Criado no ano de 2000 para qualificar professores que já atuavam na rede pública de Educação Básica, envolveu professores das diferentes áreas de atuação, concursados para atuarem em modalidade diferenciada para suprir toda regionalização do estado. O polo de Dourados se encarregou de atender toda a região da grande Dourados e as cidades situadas ao sul do estado. Nós, professores, viramos viajantes das estradas, pois teríamos que ministrar aulas para 60 municípios entre as Unidades de Ponta Porã, Amambai, Mundo Novo, Nova Andradina e Naviraí.

Mais uma vez, a UEMS sai na frente em capacitação e autonomia. O Curso Normal Superior da UEMS, o primeiro implantado no país, provocou muitos debates e despertou interesse e elogios do MEC. Estudos pedagógicos, semanas acadêmicas, eventos de formações, foram momentos de que participei e que vivenciei como professora e como coordenadora ao lado da Professora Maria Bezerra Quast de Oliveira, que esteve na coordenação do curso, com mérito de todas as conquistas até 2011, em seu encerramento.

Em estação como esta, eu busco as palavras e o conhecimento sobre a formação de professores, como recursos para avançar em falar de onde me encontro. Fiz da UEMS minha casa, meu

refúgio, meu local de encontros com os colegas, com os alunos, com meu grupo de estudos. Vivenciei a passagem de várias reitorias, cada uma com suas especificidades próprias, do primeiro Reitor Jair Madureira (1993-1994) ao atual Professor Doutor Laércio Alves de Carvalho (2020-2023). A UEMS vem cumprindo seu propósito de interiorização do ensino, embora, durante o percurso, no meio do caminho, perdemos nossa autonomia. Dormimos e amanhecemos desprovidos desse direito tão arduamente conquistado. Mas nem por isso deixamos de existir. A história e criação da UEMS, em todas as Unidades e cursos, tem sido marcada por impactos sociais e desenvolvimento regional.

Assim, passo a fala a minha colega e companheira de ensino, pesquisa e extensão que veio das terras paulistas para abrilhantar ainda mais a nossa UEMS, para compartilhar com os alunos e com os colegas da comunidade UEMS sua história, suas experiências e suas memórias.

EXPERIÊNCIA II – PROFESSORA ELZA SABINO DA SILVA BUENO

Como as colegas com as quais compartilho este texto, a minha história de formação também cruza com a história dos alunos, a partir da minha experiência nos cursos de Letras Português/Espanhol da Unidade Universitária de Dourados, Letras Português/Inglês das Unidades Universitárias de Jardim e Nova Andradina e, por último, Letras Português/Inglês da Unidade Universitária de Dourados, em que exerço, até a presente data, as minhas funções como docente e pesquisadora, ministrando aulas na graduação e na pós-graduação.

Nessas diferentes Unidades da UEMS, conheci pessoas incríveis, profissionais dedicados à formação de nossos alunos e dedi-

cados à UEMS como instituição formadora de futuros profissionais empenhados no processo de ensino e de aprendizagem de nossos jovens no Ensino Fundamental e Médio, em escolas de todo o estado de Mato Grosso do Sul e de outros estados.

Assim, trago para este texto as minhas memórias, enquanto aluna oriunda da classe trabalhadora, com pai agricultor e mãe do lar, dialogando com a minha experiência como professora de alunos com os quais muito me identifico nessa caminhada, bem como com professores e colegas de trabalho colaboradores nessa trajetória de lutas e conquistas, na construção dessas memórias de 30 anos da nossa querida UEMS.

Início o relato de minhas memórias na UEMS de Jardim, onde lecionei Língua Latina e Teoria da Literatura. “Como assim Teoria da Literatura? Você não é professora de língua portuguesa e de linguística?” Sim, sou docente de língua portuguesa e linguística, mas, quando ingressei na UEMS, os docentes efetivos assumiam as aulas de sua área de concurso e, para completar a carga horária, acabavam assumindo aulas de outras áreas para as quais ainda não havia docentes concursados lotados.

Para a minha surpresa, anos depois, em visita ao meu saudoso e falecido sogro, na cidade de Nioaque, encontrei um ex-aluno das aulas de Teoria da Literatura, e ele, todo feliz, me disse: “Professora, aprendi tanto sobre literatura nas suas aulas”. Eu ri, porque amo a literatura e me delicio com as viagens imaginárias e as personagens literárias (foco narrativo, tipos de narrador: narrador personagem, em 1ª pessoa, que participa da história; o narrador observador, em 3ª pessoa, que apenas narra o que vê; e o narrador onisciente também em 3ª pessoa, que tem total conhecimento de personagens e dos fatos narrados) e com os tipos de narrativas (a fábula, que

transmite mensagem de cunho moral; a novela, narrativa longa que se desenvolve em torno de um personagem principal; o romance, narrativa longa que envolve várias tramas) etc., mas jamais havia pensado na literatura como meu instrumento de trabalho, pois, desde os primeiros anos da graduação em Letras, apaixonei-me pela língua portuguesa e pelas suas nuances.

Ainda na UEMS de Jardim, tive o prazer de trabalhar com excelentes profissionais, entre eles, o Professor Dr. Luís Otávio Bastista, desenvolvendo projetos importantes na área de inglês, em linguagem e análise linguística de textos, em parceria com esse grande pesquisador e docente, amigo que deixou muita saudade. Os referidos projetos eram executados em horários que pudessem contemplar os nossos alunos frequentadores de cursos noturnos.

Como nossos alunos eram todos trabalhadores, vez por outra, foi necessário ministrar algumas aulas do projeto aos sábados, para fechamento da carga horária, e me recorro com saudosismo de um sábado gelado de julho em que nós, Luís Otávio, Lurdinha Bianchi e eu, aguardávamos os alunos para dar início a mais um dia de trabalho e encerramento das atividades de um dos projetos. De repente, os alunos foram chegando, e, quando percebemos, a sala estava lotada. O frio era intenso, mas, com o auxílio da gerente da unidade à época, Profa. Dra. Natalina Sierra, fizemos chá e café para todos que, de corpo e o espírito aquecidos, não arredaram o pé da sala até o final da aula – uma grande satisfação para nós docentes, que encerrávamos mais um projeto de suma importância para a formação complementar de nossos alunos.

A minha passagem pela UEMS de Nova Andradina foi relativamente breve, cerca de um ano e meio. A princípio, a minha parceira de viagens era a Profa. Dra. Ana Cláudia Duarte Mendes,

todavia, cerca de uns oito meses após o início do ano, Ana se afastou de suas atividades para assumir mandato classista como presidente do sindicato dos professores da UEMS, e eu continuei minha jornada de viagens para a referida Unidade.

Dessa Unidade Universitária, as minhas memórias artísticas vão para as peças teatrais apresentadas pelo Prof. Dr. Fernandes Ferreira e seu grupo de teatro formado por nossos dedicados alunos. Recordo-me de uma peça de teatro com temática natalina, pois estávamos próximos ao Natal daquele ano letivo, e a cidade de Nova Andradina estava em peso dentro do anfiteatro da Unidade se deliciando e prestigiando a magnífica apresentação do professor Fernandes e seu grupo teatral, um evento memorável para uma cidade pequena do interior do estado, e um grande feito para a UEMS e sua comunidade, seja no aspecto cultural, seja no de ensino e extensão.

Finalmente, tenho muito a relatar acerca das minhas memórias na UEMS de Dourados, cidade linda que me conquistou quando da minha estadia para o concurso público da UEMS. Ainda não conhecia Dourados na ocasião do concurso, em 1998. Na minha ida para a prova do concurso, tive o prazer de tomar um taxi cujo taxista não era guia turístico, mas, com certeza, tinha espírito de guia turístico, pois, vendo o meu nervosismo, por ser o meu o primeiro concurso público e pela responsabilidade que pesava nas minhas costas por sair do meu estado, deixando esposo, filhos, parentes e amigos e me aventurar em terras sul-mato-grossenses, ele pergunta: “A senhora já conhecia Dourados?” Era a primeira vez que vinha a Dourados, pois meu reduto era São Paulo e interior de São Paulo.

Aquele senhor “guia turístico”, rapidamente, mostrou-me alguns pontos da cidade no nosso percurso até o campus universitário, falou maravilhas da cidade, passou por ruas forradas de flores

dos ipês, o que me deixou encantada. Chegamos à UEMS após um percurso de 12 quilômetros de histórias e conhecimentos acerca da região, da divisão do estado, das comunidades indígenas, da implantação da UEMS, da antiga Companhia Erva Mate laranja, da Guerra do Paraguai, da incorporação do trecho Dourados/Ponta Porã ao território brasileiro após tal guerra, entre outras histórias importantes para aquela garota aventureira e forasteira. Nesse percurso de apenas 12 quilômetros, conheci muito de Dourados e seu entorno, da constituição de sua população, parte dela formada de migrantes e imigrantes, de gente trabalhadora nas diferentes áreas e na educação de modo geral.

Foi nesse universo de história, conhecimento histórico, social, cultural e educacional que me encontrei após todo o processo do concurso público. No universo da universidade, considerando que ela se destina “[...] a promover a formação profissional e científica de pessoal de nível superior, e a realizar pesquisa teórica e prática nas principais áreas do saber humanístico, tecnológico e artístico e a divulgação de seus resultados à comunidade científica mais ampla” (HOUAISS, 2001, p. 2807), conheci colegas de trabalho, amigos e alunos incríveis, pessoas que têm a missão de levar o conhecimento aos jovens desse estado, missão que vai ao encontro da missão da UEMS, como instituição pública, gratuita e com ensino de qualidade a todo o interior de MS.

Como ex-aluna de uma universidade pública, bolsista de iniciação científica, de mestrado e doutorado, precisava dar a minha contribuição e o meu agradecimento por todo o investimento educacional e cultural em mim depositado e oportunizado, e, no ambiente universitário da UEMS, penso que pude retribuir um pouquinho esse investimento na minha formação acadêmica.

Na UEMS, pude participar de conselhos superiores (CEPE), comissões importantes (CPA, CPC, Comitê Científico, Comitê de Ética, Conselho Editorial de Editora da UEMS e outros), coordenações de cursos de graduação e de programas de pós-graduação, sempre com o apoio de colegas e profissionais inestimáveis.

Nesse ínterim, não posso me esquecer do empenho para implantação do Mestrado Profissional em Letras (Profletras), em rede nacional, na UEMS de Dourados, no final de 2013. Recebemos o convite para escrever a proposta e submetê-la à Coordenação Nacional tutelada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e à CAPES, e não medimos esforços. Foi pelo menos uma semana de muito trabalho, empenho e dedicação de minha parte e de mais dois grandes amigos e professores do curso de Letras (Luís Otávio Batista e Neide Araújo Castilho Teno), na escritura da proposta, no levantamento da estrutura física para subsidiar o programa, no levantamento da produção intelectual dos colegas professores que poderiam compor o corpo docente do programa, na documentação com a anuência e assinatura do Reitor e do Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação.

Aprovada a proposta de implantação do Profletras na UEMS Dourados, a comissão composta pelos docentes citados começou a traçar um projeto de convênio com a CAPES, para captação de recurso financeiro para execução e manutenção do programa, como compra de equipamentos eletrônicos, acervo para o mestrado, aquisição de passagens e pagamento de diárias aos membros das bancas examinadoras e aos professores do corpo docente para capacitação no Rio Grande do Sul, na UFRN. Por meio desse projeto de captação de recurso financeiros da CAPES, foram destinados 100 mil reais

para o programa, recurso de suma importância para a consolidação do mestrado em Letras.

Após a implantação desse convênio com a CAPES, a equipe/comissão deu início à elaboração de um novo projeto para custeamento do Profletras, na FUNDECT.

O referido projeto de pesquisa, intitulado “Apoio à qualificação docente: o Profletras em MS”, contou com a cifra de mais 100 mil reais para o programa, recurso com o qual foram adquiridos equipamentos eletrônicos importantes para auxiliar os docentes e discentes nas aulas e nas atividades didático-pedagógicas do programa, comprados mais de 100 livros para compor o acervo do Profletras, além do pagamento de passagens e diárias aos membros externos de bancas examinadoras e a conferencistas que abrilhantaram os nossos eventos científicos, inclusive com publicação de anais dos eventos, confecção de bolsas, envelopes, canetas, panfletos, cartazes e faixas e publicação de 3 livros com os resultados de pesquisas de docentes e discentes do Profletras da UEMS e de outras IES.

Na sequência, com a palavra, outra grande colega de docência que traz sua trajetória de vida e formação com marcas importantes na consolidação dos cursos de Letras Português/Espanhol/Inglês da Unidade Universitária de Dourados na história da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

EXPERIÊNCIA III - PROFESSORA SANDRA ESPÍNDOLA MACENA

A história da minha formação se entrecruza com a história de alunos, professores, colegas de trabalho que foram compondo minha experiência antes, durante e depois de assumir o concurso para professora efetiva em 2003, na UEMS, nos cursos de Pedagogia

e Administração Rural, da Unidade de Maracaju, na sequência, no curso de Letras/Português e, por fim, Letras/Espanhol da Unidade de Dourados, na qual sou lotada até o momento.

Quero trazer, neste texto, as minhas memórias enquanto aluna advinda de uma classe social baixa, dialogando com a minha experiência como professora de alunos que partilham comigo a caminhada, bem como com professores e colegas de trabalho que colaboraram nessa trajetória. Freire (2011, p. 67) advertia:

Será na sua convivência com os oprimidos, sabendo-se também um deles – somente a um nível diferente de percepção da realidade –, que poderá compreender as formas de ser e de comportar-se dos oprimidos, que refletem, em momentos diversos, a estrutura da dominação.

A UEMS nasceu com a característica própria de formação de professores. Seus primeiros cursos são impulsionados pela necessidade de responder a uma demanda social por professores. Quando iniciei nessa universidade, graduada e licenciada em Letras pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e Mestre pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Assis-SP), cheguei cheia dos mesmos sonhos que me moviam desde minha formação, sonho de contribuir para a formação humana e intelectual de outros sonhadores que pensavam uma nação em que a classe mais vulnerável tivesse acesso e conseguisse realizar um curso universitário para construir uma rede solidária de conhecimento, e motivados a alterar realidades antes consolidadas e fechadas, tendo em vista os cursos universitários vistos, por muito tempo, como acessíveis apenas a uma pequena fatia da sociedade.

No início em Maracaju, no curso de Pedagogia e Administração Rural, nos juntávamos em vários professores que saíam de Caa-

rapó, Glória de Dourados e Dourados para fazer transporte solidário e recebermos alunos que vinham dos municípios de Sidrolândia, Vista Alegre e dos assentamentos, além da própria cidade de Maracaju. Lembrar de alunos, no curso de Pedagogia, que acordavam às cinco horas da manhã no assentamento para trabalhar na escola local e saíam da escola direto para o ônibus que os levaria para a unidade da UEMS de Maracaju, que funcionava na Escola Municipal João Pedro Fernandes, onde entravam às 19h, traz uma mistura de saudade sofrida.

Muitos desistiram pelo caminho devido à jornada árdua; outros, teimosamente persistiram, algumas vezes dormindo debruçados sobre a carteira e sendo acordados pelos colegas para não perder o ônibus de volta para casa e, no dia seguinte, reiniciar a caminhada. Como não lembrar dos alunos trabalhadores da Usina de Vista Alegre, cansados de uma jornada diurna de trabalho, lutando contra o sono e o cansaço para terminar o curso?

Uma memória mais que especial: os alunos indígenas da aldeia Dois irmãos do Buriti, pela qual passei em minha pesquisa para o doutoramento, onde fui recebida com tanto carinho e encontrei muitos deles. Foi lá que ouvi a história de um aluno que veio em busca de seu sonho no curso de Pedagogia de Dourados e desmaiou dentro do ônibus, no percurso Guaicurus-universidade, e, após socorrido, descobriu-se que desmaiara de fome, pois, há dois dias, estava com apenas um pão francês no estômago. Voltou para sua aldeia, mas não desistiu: depois de um tempo, retornou aos bancos da universidade para alcançar seus objetivos de se tornar professor.

Os sonhos vencem até a fome. Evoco Freire (2011, p. 126), que afirma: “Sonhar não é apenas um ato político, necessário, mas também uma conotação da forma histórico-social de estar sendo

de mulheres e homens. Faz parte da natureza humana, se acha em permanente processo de tornar-se". Aos trabalhadores, cabe à luta, a persistência, ir além das forças para realizar seus sonhos, mesmo que seja o sonho de ser professor, que parece um sonho tão pequeno, tão pouco, tão desmerecido e desqualificado socialmente pelo mundo capitalista, no entanto, para os sonhadores, é necessário, e mais que isso: imprescindível. Mas essas pessoas não estão mais só; a UEMS acreditou nelas e, incansavelmente, vem abrindo caminhos para que as classes menos privilegiadas também alcancem seus sonhos.

Pensando a universidade em seu tripé ensino, pesquisa e extensão, foi em Maracaju meus primeiros projetos de extensão. Num dos mais significativos que me lembro, trouxemos tantas crianças à UEMS de Maracaju, com atividades pedagógicas desenvolvidas pelas alunas e alunos, que esse momento ficará para sempre na nossa memória e na memória da cidade que recebia as propostas da universidade sempre de forma aberta e colaborativa.

O grupo de trabalho da Unidade era sempre disposto, acolhedor e participativo nas atividades propostas, nossa eterna coordenadora Rita Carmen Ritcher, os colegas...; a cada semestre, um ou outro membro se juntava ao grupo, enquanto outros se desligavam, pois se lotavam em outras unidades ou eram contratados e ficavam por tempo determinado. Segundo o Histórico do curso de Pedagogia de Maracaju, a Unidade

Atende à região do entorno, recebendo acadêmicos/as de distritos e de municípios vizinhos. As características identitárias desses estudantes são, como em cada unidade, peculiares. Destacamos a presença de acadêmicos/as oriundos, não só da área urbana desses municípios e distritos, como também, da área rural e

de aldeias indígenas, tanto da região de Sidrolândia e Dois irmãos do Buriti (Povo Terena) (UEMS, 2023).

Quantas histórias compartilhamos, quantas alegrias, tristezas, fofocas, discussões acaloradas acerca de algum assunto mais polêmico que envolvia o curso; quantas amizades consolidamos no trecho Dourados-Itaporã-Maracaju. Depois, as experiências com extensão migraram para as escolas da reserva indígena e da cidade de Dourados. Quantos projetos: Escola Municipal Indígena Tengatú Marangatu, Escola Estadual Indígena Guateka Marçal de Souza, Escola Municipal Neil Fioravanti - CAIC, promovendo oportunidade de bolsas de estudos para os alunos ao mesmo tempo que se consolidava a ponte entre universidade e comunidade: conhecimento teórico e prática, a devolutiva em forma de conhecimento à sociedade que investiu na universidade pública, gratuita e de qualidade.

Na lotação definitiva para os cursos de Letras/Inglês inicialmente, e Letras/Espanhol posteriormente, deu-se o reencontro com colegas de longa data e outros nem tão conhecidos, mas receptivos e felizes com nossa chegada. As aulas, a saída para o doutoramento com um ano de afastamento pelo Dinter (doutorado interinstitucional), em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e, na volta, a assumpção do Pibid, a passagem pela coordenação, a Residência Pedagógica, os estágios, o mestrado profissional, tudo isso vai se somando, pois foi um entrecruzamento de vida profissional e vida particular, que se construíram amalgamadas sem que se percebesse: todos os fatos importantes e marcantes da vida confundidos na construção da profissionalização com a vida privada.

As experiências com a iniciação científica e com projetos de ensino, participação no Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão (Enepex) para a apresentação dos resultados de pesquisa, com as

bancas de trabalho de conclusão de curso e do mestrado profissional, as atividades artístico-culturais, como o *Desayuno* ou o *English Tea* com os encontros, seminários, congressos, viagens técnicas para ampliar conhecimentos, conhecer outras realidades e consolidar o aprendizado de línguas – como a viagem para Assunção, no Paraguai: olhados, agora, emocionam, pois dizem muito da pessoa/profissional que venho me constituindo.

No texto fundante em qualquer curso de licenciatura, Freire (1989) determina que a leitura do mundo precede a leitura da palavra, e, a partir disso, tudo ganha sentido. Muito mais do que ler palavras, o ser humano lê a sociedade na qual está mergulhado, lê o mundo a sua volta, lê a vida em todas as suas nuances. É assim que leio o percurso realizado até aqui. Pelas mãos do professor, o aluno ganha o mundo das letras e das imagens, é iniciado num mundo do qual jamais regressará: o mundo das possibilidades.

O aluno, esse ser sedento de conhecer, cheio de sonhos de mudar o mundo, tão necessário quanto a água que se bebe, nele é projetada toda a esperança de renovação dos sonhos de cada professor. É pelo aluno que o professor respira. É pelo aluno que o professor estuda, se aprimora, se aprofunda, pois o aluno é uma aposta na garantia de todos os sonhos para uma sociedade mais justa.

O papel dessa universidade, cujo propósito inicial foi a interiorização do ensino acadêmico, pensa nesse aluno, o/a menino/a do interior sem muitas opções para adentrar o Ensino Superior vê esse sonho mais de perto, no portão de sua casa, com professores capacitados e dispostos a compartilhar seus saberes, respeitando os saberes locais; uma universidade que tem no aluno seu foco, uma universidade que vai até o aluno de várias formas, reorganizando cursos, mudando cursos de unidades, adaptando cursos às neces-

sidades da comunidade, inserindo negros, indígenas, portadores de deficiência e alunos provenientes de escolas públicas. A UEMS é essa universidade, voltada para pessoas que leem o mundo a sua volta e que responde às demandas que o entorno lhe exige.

No primeiro ano, os alunos chegam tímidos e inseguros; na formatura, nos enchem os olhos de lágrimas, demonstrando segurança, criticidade, autonomia para tomar decisões. Ficamos encantados ao perceber que, como mediadores do conhecimento, apontamos caminhos que foram ampliados e solidificados por olhares sôfregos de conhecimento. Invocando Freire (1996, p. 25), sempre ele, pode-se afirmar que “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. A moça que entrou no curso de Letras, no período noturno, no início dos anos noventa, já casada e que recebia sua primeira filha no primeiro ano da faculdade, trabalhadora em tempo integral, reconhece-se, a cada ano dessa jornada, em outras tantas que, a cada ano, iniciam esse mesmo trajeto. Passam-se os anos, e as histórias continuam; mesmo num momento tão difícil para as licenciaturas, continuo acreditando que há muitos professores surgindo em meninos/as sedentos de conhecimento e de aprender sempre. Professor e aluno/aluno e professor, o tempo todo.

O sentido de ser professor se ressignifica a cada momento que surge alguém que deseja ser professor, pois é uma profissão em que se aprende (como ser professor) no decorrer da jornada; a universidade apenas oferece o impulso inicial. Encerro minhas memórias lembrando que, daqui a pouco, também farei parte das memórias da UEMS, mas ainda firme no tempo que me resta como professora de Linguística I, Estudos Aplicados ao Ensino de Língua Portuguesa I e Estágio de língua Portuguesa do Ensino Fundamental,

no curso de Letras/Espanhol e de Gramática, Variação e Ensino na Pós-Graduação (Profletras). Com orientações na graduação (Pibics e TCCs) e na pós-graduação somadas à coordenação do programa Residência Pedagógica e, neste ano de 2023, na chefia da Divisão de Publicações, ligada à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEC), vou seguindo junto com minhas colegas de trabalho, construindo um curso de Letras e uma UEMS cada vez mais consolidados no interior do Mato Grosso do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa travessia pela UEMS foi pautada por sonhos, mas também por realizações desses sonhos. Sonhamos com um Mato Grosso do Sul mais crítico, mais conhecedor de seus direitos, mais profissionalizado, mais independente. E estamos construindo esse caminho. A UEMS, com seu corpo docente e técnico cada vez mais especializado, mas sempre humano, foi se constituindo por meio desses profissionais: professores e técnicos incansáveis na luta pela inclusão e que lutam por uma universidade mais inclusiva nas questões digitais, tecnológicas, de pesquisa, pela qualificação profissional dos nossos alunos; professores e gestores que enfrentaram batalhas para a viabilização de bolsas, por meio das ações afirmativas, pelas cotas, pela criação de espaços para auxiliar os alunos em situação de vulnerabilidade a se inscreverem nas propostas, pela inclusão dos alunos portadores de condição especial, e que demonstram que a UEMS tem uma capacidade humana e um papel social que a torna tão especial.

Esses 30 anos de UEMS são anos de conquistas de toda a comunidade UEMS, professores, gestores e alunos, todos sempre

empenhados e dedicados a um ambiente de Ensino Superior de qualidade para toda a comunidade.

REFERÊNCIAS

BOSI, E. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CANDAU, J. **Memória e identidade.** São Paulo: Contexto, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 50. ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler.** São Paulo: Cortez, 1989.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

PESSOA, F. **Poemas de Alberto Caeiro.** Lisboa: Ática, 1986.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Pedagogia – Unidade de Maracaju.** Maracaju, MS: UEMS. Disponível em: <https://www.UEMS.br/cursos/subpagina/graduacao?0=pedagogia-licenciatura-maracaju&1=Historico>. Acesso em: 09 jun. 2023.



UEMS e a migração internacional: uma história de acolhimento que transforma vidas

Vanessa Maciel Franco Magalhães

INTRODUÇÃO

Entre tantos motivos para comemorar os 30 anos da nossa UEMS, não poderíamos deixar de compartilhar as experiências no contexto da migração internacional. Desde o início da instituição, ocorreram algumas iniciativas de acolhimento aos migrantes, mas essa memória dar-se-á a partir do contexto do UEMS ACOLHE¹, programa de acolhimento linguístico, humanitário e educacional que se iniciou em 2017, após uma proposta vivenciada em outra instituição de ensino. O importante a destacar é a robustez com que o programa tem se constituído e resultado

¹ Informações sobre o programa podem ser obtidas pelo *site* www.uems.br/uemsa-colhe e nas redes sociais.

em grandes avanços para a população de refugiados², migrantes³ e apátridas⁴ em Mato Grosso do Sul. As implicações do programa têm influenciado significativamente a vida da população migratória, e também impactado a vida de muitos brasileiros que se tornaram agentes de acolhimento dessa população, como aconteceu comigo a partir de 2019.

A questão da migração internacional está amplamente divulgada em todo o mundo, principalmente em decorrência de diversas crises: financeiras, religiosas, políticas, étnicas, guerras civis, entre outras. Questões referente ao Haiti, à Venezuela, à Síria e, mais re-

2 A lei brasileira de refúgio nº 9474 (Brasil, 1997) define como pessoa refugiada aquela que:

I – devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II – não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias anteriores;

III – devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Estas definições seguem a Convenção de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados, e a Declaração de Cartagena de 1984, que amplia a definição inicialmente prevista na Convenção de 1951.

3 Migrante é toda a pessoa que se transfere de seu lugar habitual, de sua residência comum, ou de seu local de nascimento, para outro lugar, região ou país. “Migrante” é o termo frequentemente usado para definir as migrações em geral, tanto de entrada quanto de saída de um país, região ou lugar.

4 A Convenção de 1954, sobre o Estatuto dos Apátridas, define que “[...] toda a pessoa que não seja considerada por qualquer Estado, segundo a sua legislação, como seu nacional” é apátrida. Em termos simples, isso significa que um apátrida não tem nacionalidade de nenhum país. Algumas pessoas nascem apátridas, mas outras se tornam apátridas. A apatridia pode ocorrer por várias razões, incluindo a discriminação contra determinados grupos étnicos ou religiosos, ou com base no gênero; o surgimento de novos Estados e transferências de território entre Estados existentes; e lacunas nas leis de nacionalidade. Qualquer que seja a causa, a apatridia tem sérias consequências para as pessoas em quase todos os países e regiões do mundo (ACNUR, 1960).

centemente, à Rússia e à Ucrânia têm sido razão do grande fluxo migratório no mundo. Trata-se de uma preocupação internacional que vem sendo o foco do trabalho de diversas instituições, uma delas o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), que é uma Agência da Organização das Nações Unidas (ONU) e que se dedica a salvar vidas e salvaguardar os direitos de pessoas refugiadas e migrantes em situação de conflitos e perseguições. Todo o trabalho do ACNUR está baseado na Convenção de 1951, sobre o Estatuto dos Refugiados e do Protocolo de 1967. Complementando tais instrumentos jurídicos, as ações de migração internacional também estão baseadas em normas nacionais, como a Lei nº 9.474/1997, que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados no Brasil.

Segundo o Relatório de Tendências Globais do ACNUR (2019), no ano de 2017, existiam mais de 68 milhões de pessoas sendo forçadas a se deslocar no mundo. Em 2023, esse número ainda é muito maior. Dados precisos são difíceis de mensurar, pois o fluxo dessa população é muito grande. No Brasil, apesar de ser um país de grande proporção, a mobilidade se concentrou em alguns estados, dentre eles Roraima, em primeiro lugar, seguido de MS, estado no qual a presença dos refugiados e migrantes internacionais tem crescido nos últimos anos, outra razão que levou a UEMS a voltar seu olhar para esse público.

DESENVOLVIMENTO

O Projeto UEMS ACOLHE tem sua origem no primeiro semestre de 2017, na forma de um Projeto de Extensão intitulado “UEMS Acolhe: Língua, Cultura e Acolhimento em Contexto de

Migração e Refúgio". A criação do projeto é resultado de uma experiência de pós-doutorado realizada pelo coordenador do programa, Prof. Dr. João Fábio Sanches Silva⁵, na Universidade de Brasília (UNB), que foi desenvolvido na área do Português como Língua de Acolhimento.

O projeto, na UEMS, teve por objetivo favorecer a compreensão do processo de ensino e aprendizagem de língua e cultura como espaço privilegiado para o reconhecimento da diversidade linguístico-cultural de migrantes em situação de vulnerabilidade na cidade de Campo Grande-MS. A partir dessa perspectiva, o projeto passou a contribuir para um melhor entendimento da formação do professor, do planejamento das aulas e da produção do processo de ensino e de material didático, que constituem elementos-chave da aprendizagem de Português como Língua Estrangeira, além da ressignificação da formação de professores de línguas para estrangeiros, para atender a exigências específicas que a dinamicidade do fluxo migratório contemporâneo nos impõe. Atualmente, após expansão das ações, o projeto tornou-se um programa institucional, sendo incluído no rol dos projetos estratégicos da UEMS.

O UEMS ACOLHE tem por objetivos: promover o reconhecimento da cidadania plena de migrantes e refugiados no estado de Mato Grosso do Sul, atuando na defesa de seus direitos, na assistência jurídica e humanitária, em sua integração laboral e sociocultural, e demandando sua inclusão em políticas públicas; estimular a sensibilização da sociedade acolhedora e a reflexão pública por

⁵ Servidor da Unidade Universitária de Campo Grande, coordenador da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, do Programa UEMS ACOLHE, para acolhimento linguístico a migrantes e refugiados e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Português para Estrangeiros. Meus agradecimentos especiais ao professor por ter me inserido no mundo da migração internacional e ter despertado diferentes olhares sobre o acolhimento.

migrações seguras, ordenadas e regulares; fortalecer, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, a articulação de uma rede de ações de extensão socioassistenciais voltadas ao público migrante e refugiado no estado.

Como metas do projeto, destacamos: realizar gestões e iniciativas, junto a instâncias públicas e privadas, para avançar na defesa dos direitos dos migrantes e seus familiares; promover condições para que refugiados e migrantes em situação de vulnerabilidade tenham acesso à aprendizagem da língua portuguesa e a capacitação e treinamento em atividades de geração de renda e de inserção no mercado de trabalho; promover a integração de migrantes e refugiados e oferecer-lhes oportunidades para realização de atividades de caráter cultural, de suporte à educação, de formação e complementação na dimensão humana, social e comunitária.

O programa está estruturado em três eixos: linguístico, humanitário e educacional. No eixo linguístico, estão previstas ações para oferta de cursos de português para migrantes, oferta de língua estrangeira e capacitação para agentes de acolhimento. Além disso, o programa também contribui para a formação teórica e prática de agentes para atuarem no ensino de português para falantes de outras línguas a partir do planejamento de cursos, da definição de níveis de ensino, da elaboração de formas de avaliação e da produção de material didático específico.

Já no eixo humanitário, o programa atua em parceria com outras instituições e agentes de acolhimento, principalmente por meio da Rede Estadual de Parceria de Migração. Nesse eixo, são oferecidos serviços socioassistenciais, que auxiliam a inserção dos migrantes na sociedade sul-mato-grossense.

Por fim, no eixo educacional, as ações estão voltadas para a inserção dos migrantes no contexto universitário, como o processo seletivo de migrantes para ingresso na UEMS e os processos de revalidação de diplomas expedidos no exterior. Todas essas ações são desenvolvidas por pessoas que se dedicam à causa da migração internacional, sejam da UEMS ou de outras instituições e espaços da sociedade. O maior destaque desse programa é a atuação de colaboradores voluntários, que estão envolvidos em todas as ações do programa e, cada vez mais, ampliam as ações ofertadas pelo programa.

Figura 1 – Arte do Programa UEMS ACOLHE divulgado nas redes sociais⁶



Fonte: Acervo do Programa.

⁶ Redes sociais do programa: Instagram: <https://www.instagram.com/uemsacolhe/?hl=pt-br>. Facebook: <https://www.facebook.com/uemsacolhe>.

Dentre os vários projetos em desenvolvimento, gostaríamos de compartilhar algumas experiências, iniciando com o projeto de acolhimento linguístico, que é o carro-chefe do programa. A oferta do curso de português tem sido realizada todos os semestres de 2017 e já atendeu mais de 2 000 migrantes.

Como já mencionado, o destaque do UEMS ACOLHE é a participação de colaboradores voluntários. Salientamos que o requisito para ser um voluntário do programa é ter o desejo de colaborar, pois não existe obrigatoriedade de formação pedagógica em língua portuguesa. Muito pelo contrário, o quadro de colaboradores do programa é bem diversificado e conta com profissionais e estudantes de diversas áreas: Letras, Pedagogia, Enfermagem, Direito, Administração, Economia, Medicina Veterinária, Turismo, Geografia, História. Vale destacar também que esses colaboradores são, em sua maioria, externos à UEMS e compõem o quadro de outras instituições, como: Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), membros de instituições religiosas de diversas denominações (católica, evangélica, metodista), associações de migrantes, lojas maçônicas, servidores de prefeituras municipais das cidades em que o programa é desenvolvido.

A coordenação do programa realiza, semestralmente, a capacitação dos colaboradores que desejam atuar no projeto. Inicialmente, é realizada a chamada de voluntários, por meio de um formulário *online* por meio do qual os interessados podem efetivar sua inscrição. Uma grande campanha de divulgação dessa chamada é realizada para a comunidade em geral, no site institucional, nas redes sociais do programa, nas mídias locais e nos grupos de WhatsApp da rede de parceiros.

Após a captação desses colaboradores, o primeiro passo é a realização de uma reunião⁷ com todo o grupo, para apresentação do projeto e de questões mais administrativas. Em seguida, são realizadas reuniões em cada cidade, de forma a tratar dos assuntos pedagógicos e das especificidades de cada polo/cidade. É nesse momento que são criadas as turmas e organizadas as vagas, de acordo com o número de voluntários. Infelizmente sabemos que nem todos os migrantes são atendidos, pois a demanda é bem maior do que o número de voluntários. Essa é uma fragilidade do projeto que temos buscado sanar.

Esses momentos de capacitação, principalmente nos encontros por cidades, têm sido muito ricos devido à grande oportunidade da troca de experiências entre os colaboradores mais experientes e os novos. A cada ano, novos colaboradores agregam ao projeto, pois vêm recomendados de experiências de outras pessoas envolvidas. Além disso, a questão da migração internacional, sobretudo após a guerra entre Rússia e Ucrânia, fez com que a população pudesse se sensibilizar com essas causas.

⁷ Essa primeira reunião acontece de forma virtual, pois atende os voluntários das diversas cidades do estado onde o projeto está inserido.

Figura 2 – Programa UEMS ACOLHE - Capacitação de voluntários em MS (2019)



Fonte: Acervo do Programa.

Após a capacitação dos colaboradores, é realizada a inscrição dos alunos interessados em participar do curso de língua portuguesa. Essa etapa é realizada de forma virtual (por meio de um formulário) e presencial (por meio de uma ficha de inscrição). As informações sobre as cidades, polos e turmas são amplamente divulgadas no site da instituição, nas redes sociais do programa, nas redes locais e nos grupos de WhatsApp da rede parceira. A maioria dos alunos busca muito mais que o aprendizado da língua; desejam

obter o certificado de conclusão do curso, que é um dos documentos solicitados no processo de naturalização do migrante no Brasil.

Para a organização das turmas, não é feita uma prova de classificação ou separação por nacionalidade. Os próprios alunos manifestam, na ficha de inscrição, a opção de se matricular em uma turma de nível básico ou intermediário. Durante as aulas, e com consentimento do professor, o aluno pode mudar de nível se entender que isso atenderá melhor sua necessidade.

Figura 3 – Programa UEMS ACOLHE, Polo Água Boa – Dourados/MS (2020)



Fonte: Acervo do Programa.

Várias turmas já foram concluídas em todo o estado. O curso é estruturado com 60 horas-aula, sendo realizado uma vez na semana, de acordo com cronograma montado em conjunto com os voluntários. As aulas são presenciais e têm duração de 2 h 30 min, com um intervalo de 15 minutos. Existe a previsão de atividades escritas,

mas, em sua maioria, são atividades orais, que fazem com que os alunos possam se apropriar da língua. A frequência e a avaliação são sistematicamente controladas, pois, ao final do curso, existe a emissão de um certificado, conforme as normas institucionais de projetos de extensão.

Entre as ofertas de turmas, destacamos que a maioria é em espaços fora da UEMS, ou seja, em locais cedidos por parceiros do programa, como igreja católica, igreja evangélica, escola; chegamos a ter, até mesmo, uma turma dentro de uma indústria onde existiam muitos colaboradores migrantes haitianos.

Figura 4 – Programa UEMS ACOLHE, Polo Primavera – Itaquiraí/MS (2020)



Fonte: Acervo do Programa.

Em março de 2020, as atividades tomaram outro rumo, tendo em vista a pandemia de covid-19. Todas as atividades foram rapi-

damente adaptadas para a modalidade virtual. A coordenação organizou uma capacitação de forma a não prejudicar as atividades do programa e não deixar os migrantes sem atendimento. Foram mais de 180 alunos nos cursos de português no ano de 2020. As aulas eram realizadas via plataforma do Google⁸, e o contato era estreitado via aplicativo de mensagem WhatsApp e envio de atividades por e-mail⁹.

Figura 5 – Programa UEMS ACOLHE, cursos *online* (2020)



Fonte: Acervo do Programa.

Esse foi um período muito difícil para todo o mundo, mas percebemos o impacto entre os migrantes, que, além de sofrer todos os obstáculos impostos pela pandemia, ainda não tinham se adaptado às condições em um novo país, com suas necessidades laborais, econômicas, sociais, educacionais, enfim, isso veio a agravar ainda

8 As aulas eram divididas por níveis e turmas diferentes, cada uma em uma sala específica. A aula era realizada com apoio de projeção de slides e muita interação. O e-mail era utilizado para envio das orientações iniciais e recebimento de atividades para correção.

9 Os grupos de comunicação instantânea foram abertos com o intuito de auxiliar a comunicação com os alunos, para o envio de atividades e no esclarecimento de dúvidas.

mais a situação migratória no contexto de MS. Evidentemente, muitos dos alunos atendidos pelo programa na época já haviam chegado ao Brasil antes mesmo da pandemia, mas isso não os isentou de viver dificuldades no processo de adaptação.

Uma forma de amenizar todo esse sofrimento e ampliar as ações do programa foi a oferta de Oficinas de Acolhimento, sendo essas as primeiras ações no eixo humanitário. As oficinas têm o objetivo de orientar os migrantes a acessar alguns serviços e direitos que possuem. Os temas eram escolhidos de acordo com as demandas dos próprios migrantes, e as oficinas eram dadas por especialistas das áreas temáticas, sempre pela mediação da coordenação do UEMS ACOLHE. Entre os temas abordados, de maneira presencial e *online*, destacamos: emissão de cartão SUS, saúde (com aplicação de vacinas no período pandêmico), empregabilidade/emissão da carteira de trabalho, orientação para confecção de currículo, e saúde da mulher (prevenção e tratamento de câncer de colo de útero e câncer de mama). Essas oficinas foram vivenciadas com muito interesse e interação da população migrante.

Apesar de todas as dificuldades, entendemos que os resultados alcançados pelo programa são significativos. Prova disso, são os momentos vivenciados durante as cerimônias de conclusão de curso. Esses momentos são organizados de forma que os alunos possam receber seus certificados, semelhantes a uma cerimônia de formatura, em que são nomeados individualmente. Nesses momentos, os alunos podem convidar amigos e familiares para participar da cerimônia, que já é um momento de divulgação das ações e de convite para as próximas turmas.

Participam também dessa cerimônia, além da coordenação do programa, membros dos parceiros locais, convidados, e repre-

sentantes da alta gestão da UEMS, como Reitoria e Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários. Todo o evento é organizado em parceria com a equipe de Cerimonial da UEMS e conta com o apoio da Assessoria de Comunicação Social (ACS). As cerimônias são emocionantes, pois, além da certificação, também são vivenciados momentos de testemunhos de alunos e colaboradores, apresentação artístico-cultural, apresentação dos hinos nacionais dos países de onde os alunos são oriundos, e, ao final, sempre acontece uma confraternização entre os presentes.

Figura 6 – Cerimônia de Entrega de Certificados do UEMS ACOLHE – Campo Grande - MS



Fonte: Acervo do Programa.

Concomitantemente à criação do UEMS ACOLHE, a universidade iniciou os estudos sobre a proposta de revalidação e reconhecimento de diplomas expedidos no exterior. Em 2017, foram aprovadas duas importantes normatizações: 1) que aprova normas para revalidação de diplomas de graduação expedidos por institui-

ções estrangeiras de Ensino Superior¹⁰; e 2) que aprova normas para revalidação e reconhecimento de diplomas de programas de pós-graduação *stricto sensu* expedidos por instituições estrangeiras de Ensino Superior e pesquisa¹¹.

Junto com essas normatizações, também foi elaborada a norma que trata da cobrança de taxas e estabelece valores para revalidação e reconhecimento de diplomas de programas de pós-graduação *stricto sensu* expedidos por instituições estrangeiras de Ensino Superior e pesquisa¹². Essas normas abriram porta para o acolhimento de muitos migrantes internacionais e possibilitam novas oportunidades de estudos e de um trabalho mais digno para essa população.

É verdade que temos passado por algumas dificuldades nesses processos, como a falta de documentação oriunda de países onde os conflitos são maiores e fazem dos migrantes reféns da situação. Outro gargalo no desenrolar dessa atividade é o próprio processo de reconhecimento de diplomas, que cresceu vertiginosamente nos anos da pandemia. Assim, foi necessário repensar todos os processos – que, atualmente, encontram-se suspensos para os cursos de graduação – atualizar da norma.

Um grande avanço institucional foi a criação, em 2020, do Setor de Acolhimento de Refugiados, Migrantes e Apátridas, vinculado à Divisão de Programas e Projetos Estratégicos, da PROEC. O setor passa a ser o responsável por administrar todas as ações voltadas aos migrantes dentro da instituição, com o objetivo de: orientar e apoiar a execução de ações de extensão voltadas ao acolhimento linguístico, humanitário e educacional para a comunidade migrante

10 Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 269, de 20 de junho de 2017.

11 Resolução CEPE-UEMS nº 1.871, de 21 de junho de 2017.

12 Resolução COUNI-UEMS nº 532, de 18 de setembro de 2018.

internacional; ampliar a integração da comunidade migrante internacional em atividades de extensão de caráter cultural, de suporte à educação, de formação e complementação na dimensão humana, social e comunitária; fortalecer a articulação de uma rede de ações de extensão socioassistenciais voltadas ao público migrante internacional no estado; promover a disseminação do conhecimento mediante projetos e ações de extensão relacionadas à sua área de atuação e às suas finalidades; oportunizar a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão em articulação com os cursos de graduação e programas de pós-graduação e demais setores da UEMS; e elaborar e divulgar editais de assuntos referentes à sua área de atuação.

Dentro do UEMS ACOLHE, entendemos que essas ações de revalidação de diploma comporiam as ações no eixo educacional da instituição. Agregada a essas atividades, a proposta do programa também foi desenvolvida na inserção dos alunos no Ensino Superior. Em âmbito nacional, algumas instituições já experienciavam o ingresso de migrantes internacionais, mas somente nos casos de refugiados. No entanto, é importante esclarecer que existe todo um trâmite burocrático para designar um migrante como refugiado. Mais uma vez, assim como nas questões relacionadas às cotas de negros e indígenas, a UEMS foi pioneira em abrir suas portas para receber migrantes internacionais em situação de vulnerabilidade social. O primeiro processo seletivo foi realizado em 2021, tendo seu contexto caracterizado conforme Tabela 1 a seguir.

Tabela 01 – Números do processo seletivo de migrantes

Nº	Legislação	Vagas	Inscritos	Aprovados	Matriculados
1	1º Edital*	500	184	118	70

Nota: * Edital nº 80/2022 – PROE/UEMS, de 05 de julho de 2022 – Processo seletivo de ingresso aos cursos de graduação para refugiados, migrantes em situação de vulnerabilidade e apátridas.

Fonte: Elaborada pela autora, com base nos dados do Setor de Acolhimento aos Refugiados, Migrantes e Apátridas da UEMS, 2022.

A maioria dos inscritos (65%) se enquadra na situação de migrante em situação de vulnerabilidade e tem como país de origem a Venezuela (60%). O curso com maior número de inscritos/as foi o de Enfermagem de Dourados, seguido de Turismo e Letras - Habilitação Português/Espanhol e Letras - Habilitação Português/Inglês, de Campo Grande. Diante dessa realidade, o UEMS ACOLHE precisou reorganizar suas atividades e focar também nas questões humanitárias. É importante frisar que somos uma instituição educacional, mas é impossível desconectar as atividades linguísticas e educacionais do contexto humanitário.

Em agosto de 2021, a UEMS passa a integrar a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM), vinculada ao ACNUR, agência da ONU que atua para assegurar e proteger os direitos das pessoas em situação de refúgio em todo o mundo. Os projetos da UEMS têm a finalidade de promover para a população refugiada e migrante ações que possibilitem sua maior inserção linguística, cultural e social, atuando na defesa de seus direitos, na assistência jurídica e humanitária, em sua integração laboral e sociocultural.

Mensalmente, acontece uma reunião com todas as Cátedras do Brasil, sendo essa uma oportunidade de compartilhar experiências e divulgação de ações institucionais. Um dos maiores desafios é

ampliar a equipe de pesquisadores da CSVN/UEMS. Somos cientes de que uma sensibilização institucional deve acontecer, mas vemos que, mesmo a passos curtos, o grupo tem crescido e abrangido servidores e alunos de outros cursos.

A UEMS também está representada, desde junho de 2021, no Comitê Estadual para Refugiados Migrantes e Apátridas no MS (CERMA/MS). O CERMA é um órgão consultivo, de caráter permanente, vinculado à Secretaria de Estado de Assistência Social de MS. O comitê se reúne mensalmente e é responsável por discutir pautas da migração em todo o estado. Compete ao Comitê: coordenar ações e iniciativas de atenção e defesa, com o objetivo de promover a inserção de refugiados, migrantes e de apátridas no território sul-mato-grossense, respeitando as questões interculturais; propor e acompanhar a implementação de políticas públicas estaduais destinadas à promoção e proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas; acompanhar a elaboração e o monitoramento do Plano Estadual de Políticas de Atenção a Refugiados, Migrantes e Apátridas, com o objetivo de promover o acesso de migrantes, refugiados e apátridas às políticas públicas no estado.

Como resultado desses encontros, já foram realizadas audiências públicas em diversas cidades, levantamento de dados sobre a migração no estado (que está em processo de compilação de informações), propostas de formação e eventos aos agentes de acolhimento, e tomada de decisões em situações de fragilidade no atendimento dos migrantes (como no caso de saúde, educação e assistência social).

Por conta da envergadura de suas ações, o Programa UEMS ACOLHE foi inserido no rol dos projetos estratégicos da UEMS. Para tanto, foi elaborado um portfólio de todos os projetos, com o obje-

tivo de captar de recurso externo para financiamento das ações de atendimento à comunidade sul-mato-grossense.

Figura 7 – Capa e fotos do Programa UEMS ACOLHE no portfólio institucional



Fonte: Acervo do Programa.

Outro ponto de destaque foi a premiação do UEMS ACOLHE no III Prêmio Inova-UEMS-2022. A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPPi), via Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), organizou o prêmio de inovação que contou com a participação de diversos projetos. Com a proposta de uma ferramenta educacional, o programa conquistou o 1º lugar na modalidade Faísca, na categoria Direito Autoral, tendo aprovado o projeto “Aplicativo para dispositivos móveis voltado aos refugiados, migrantes e apátridas de MS”. Agora, o próximo passo é a busca de apoio finan-

ceiro para o desenvolvimento dessa ferramenta e disponibilização aos migrantes moradores em MS.

Dentre tantas ações, o maior destaque, sem dúvida, é para a ampliação da equipe do programa, principalmente para as ações do eixo linguístico. Em 2023, chegamos a dados significativos, como exposto na Tabela 2.

Tabela 2 – Números do Programa UEMS ACOLHE - 2023

Cidade	Polos	Turmas	Alunos	Voluntários
Campo Grande	4	5	84	35
Dourados	1	3	87	21
Cassilândia	1	2	27	7
Nova Andradina	1	1	17	8
Total	7	11	215	71

Fonte: Elaborada pela autora, com base nos dados do Programa UEMS ACOLHE, 2023.

Um trabalho mais recente vem sendo organizado pela equipe do Setor de Acolhimento aos Refugiados, Migrantes e Apátridas: o segundo edital de processo seletivo para ingresso de migrantes internacionais em situação de vulnerabilidade da UEMS, que deverá ser lançado em meados de 2023. Antes de acolhermos novos alunos migrantes, buscamos fazer uma avaliação de como foram as ações e seus impactos para esses alunos. Atualmente, estão sendo realizadas reuniões individuais com alunos e o preenchimento de um questionário socioeconômico, para conhecer as potencialidades e as fragilidades do processo e da vida universitária. O resultado desse trabalho norteará as próximas ações direcionadas a esse público.

Assim, com uma história de pouco mais de cinco anos, as ações de acolhimento ao público migrante internacional têm revelado muitas alegrias, descobertas e sonhos na instituição. Poder acolher um migrante, que busca na educação uma mudança de vida, é um deleite à missão institucional da UEMS. Com certeza, grandes projetos ainda nascerão desse programa que, a cada dia, cresce em números e qualidade no acolhimento da população migrante internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que uma trajetória vem sendo construída e que ainda há muito a ser feito. De forma bem clara, refletimos que, mesmo que impacte somente uma pessoa, qualquer ação desenvolvida no programa valerá a pena; defendemos que, se fizermos a diferença na vida dessa única pessoa, já valeu todo o esforço.

Lembramos que todo o trabalho é desenvolvido nos três eixos: linguístico, humanitário e educacional. No eixo linguístico, destacamos que o número de migrantes atendidos vem crescendo a cada ano, mesmo diante de algumas dificuldades: a pandemia de covid-19, o aumento expressivo do número de migrantes que chegam a cada ano, a fragilidade na ampliação do número de voluntários e um espaço fixo para acolhimento de migrantes nas cidades onde as aulas são realizadas.

No eixo humanitário, a grande fragilidade é a ampliação do atendimento da rede de parcerias diante do aumento volumoso das necessidades dos migrantes: cresce a cada dia a demanda por habitação, alimentação, roupas (sobretudo no período de inverno), tra-

balho e renda, sem mencionar as questões de violência e xenofobia, que renderiam um artigo específico para isso.

No âmbito educacional, temos comemorado o ingresso dos migrantes nos cursos de graduação, mas é preciso avançar nas questões de permanência desses estudantes, na questão linguística e acadêmica, além da atualização das normas de revalidação de diplomas de graduação, que se encontra em fase de reestruturação na instituição. Enfim, mesmo com alguns obstáculos, entendemos que o saldo de nossas ações tem sido positivo. Reforçamos, com tudo isso, que a palavra-chave desse projeto é ACOLHIMENTO. E esse conceito tem sido levado muito a sério por toda a equipe do programa, bem como pela rede de parceria estadual.

Entre as experiências compartilhadas até aqui, resta-nos agradecer o apoio institucional que temos recebido, tanto da Reitoria quanto da PROEC. Também agradecemos aos colaboradores voluntários do Programa UEMS ACOLHE, às instituições parceiras, à rede estadual de parcerias de migração, em suma, todos esses agentes que fazem o papel da mola propulsora do acolhimento migratório dentro do estado de MS. Por fim, agradecemos aos migrantes internacionais, que aceitaram compartilhar suas experiências conosco e buscaram na UEMS a oportunidade de melhorar suas vidas e ousar sonhar com uma vida mais digna.

Ainda, salientamos que muitos projetos ainda estão sendo construídos para o público migrante, como o Clube de Português, o Sarau Internacional, a ferramenta educacional e o Centro de Acolhimento. Mas essas experiências, quiçá, serão compartilhadas em uma próxima edição comemorativa.

Portanto, para finalizar, ressaltamos que a UEMS está de braços abertos para receber os migrantes internacionais e está à disposição no processo de transformar suas vidas.

Vida longa à UEMS!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, J. C. P. de. Ensino de português língua estrangeira/EPLE a emergência de uma especialidade no Brasil. *In*: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J.; ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S. (org.). **Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 723-728.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas**. Nova York: ACNUR, 1954. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_sobre_o_Estatuto_dos_Apatridas_de_1954.pdf. Acesso em: 31 ago. 2023.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Relatório de Tendências Globais do ACNUR**. Brasília, DF: ACNUR, 2019. Disponível em: http://www.acnur.org/portugues/2018/06/19/mais-de-68-milhoes-de-pessoas-deslocadas-em-2017-e-essencial-um-novo-acordo-global-sobre-refugiados/#_ga=2.174030629.709432021.1535315347-2098782148.1524424016. Acesso em: 20 jun. 2019.

AMADO, R. de S. O ensino de português como língua de acolhimento para refugiados. **Revista da Sociedade Internacional Portuguesa Língua Estrangeira**, [s. l.], v. 4, n. 2, 2013.

ANÇÃ, M. H. Entre língua de acolhimento e língua de afastamento. *In*: ENDIPE, 13., 2006, Recife. **Painéis** [...]. Recife: Universidade Fe-

deral de Pernambuco, 2006. Disponível em: endipe.pro.br/anteriores/13/painéis/paineis_autor/T2660-1.doc. Acesso em: 13 jul. 2017.

BARBOSA, L. M. de A.; SÃO BERNARDO, M. A. The role of language in social integration of refugees. *In*: GOROVITZ, S.; MOZZILLO, I. (org.). *Language contact: mobility, borders and urbanization*. Cambridge Scholars Publishing, [s. l.], v. 1, p. 107-118, 2015.

BARBOSA, L. M. de A.; SÃO BERNARDO, M. A. Português para refugiados: especificidades para acolhimento e inserção. *In*: SIMÕES, D. M. P.; FIGUEIREDO, F. J. Q. (org.). **Metodologias em/de linguística aplicada para ensino e aprendizagem de línguas**. 1. ed. Campinas, SP: Pontes, 2014. p. 269-278.

BRASIL. **Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949**. Regula a aquisição, a perda e a requisição da nacionalidade e a perda dos direitos políticos. Brasília, DF: Casa Civil, 1949. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0818.htm. Acesso em: 27 maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 6.815, de 18 de agosto de 1980**. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Brasília, DF: Casa Civil, 1980. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm#:~:text=N%C3%A3o%20poder%C3%A1%20ser%20resgatado%20no,de%20turista%20ou%20em%20tr%C3%A2nsito.&text=Art.,-26. Acesso em: 27 maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Imigração. Brasília, DF: Casa Civil, 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 26 maio 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017**. Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei

de Migração. Brasília, DF: Casa Civil, 2017b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Decreto/D9199.htm. Acesso em: 26 maio 2019.

COSTA, L. R. **Os Direitos Humanos na política migratória brasileira**. Campo Grande: Life, 2020.

COSTA, R. R.; AMARAL, A. P. M.; COSTA, L. R. *et al.* **Missão, Carisma Scalabriniano e Pastoral dos Migrantes no Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Life, 2020.

DELFIN, R. B. **Lei de Migração entra em vigor, mas regulamentação ameaça avanços**. Disponível em: <https://migramundo.com/lei-de-migracao-entra-em-vigor-mas-regulamentacao-ameaca-avancos/#:~:text=A%20nova%20Lei%20de%20Migra%C3%A7%C3%A3o,potencial%20amea%C3%A7a%20%C3%A0%20soberania%20nacional>. Acesso em: 16 maio 2023.

GROSSO, M. J. Língua de acolhimento, língua de integração. **Revista Horizontes de Linguística Aplicada**, [s. l.], v. 9, n. 2, 2010, p. 61-77.

INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. **Migração e refúgio**: ação em rede e práticas acolhedoras no Brasil. 2. ed. Brasília, DF: FICAS; HDMI, 2020.

INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. **Refúgio, migrações e cidadania**. 2. ed. Brasília, DF: FICAS; HDMI, 2020. (Caderno de Debate, 15).

MATO GROSSO DO SUL. **Decreto nº 14.558, de 12 de setembro de 2016**. (Revogado pelo art. 16 do Decreto nº 15.697, de 16.6.2021 – DOMS, de 17.6.2021.) Institui o Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas no Estado do Mato Grosso do Sul (CERMA/MS). Campo Grande: SEAD, 2016. Disponível em:

<http://www.sead.ms.gov.br/wp-content/uploads/2022/04/Decreto-N-14.558-12set2016-Institui-o-CERMA-MS.pdf>. Acesso em: 16 maio 2023.

MATO GROSSO DO SUL. **Decreto nº 15.697, de 16 de junho de 2021**. Reorganiza o Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas (CERMA/MS), nos termos que especifica, e dá outras providências. Campo Grande: SEAD, 2021. Disponível em: <http://www.sead.ms.gov.br/wp-content/uploads/2022/04/Decreto-N-15.697-de-16jun2021-Reorganiza-o-Cerma.pdf> . Acesso em: 16 maio 2023.

OLIVEIRA, A. Processamento da informação num contexto migratório e de integração. *In*: GROSSO, M. J. (dir.). **Educação em portu-guês e migrações**. Lisboa: Lidel, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/539>. Acesso em: 21 ago. 2020.

RAMOS, A. de C.; VENTURA, D.; DALLARI, P. Regulamento pode desvirtuar nova Lei de Migração. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, nov. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2017/11/1936382-regulamento-pode-desvirtuar-nova-lei-de-migracao.shtml>. Acesso em: 23 ago. 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 269, de 20 de junho de 2017**. Aprova normas para revalidação de diplomas de graduação expedidos por instituições estrangeiras de ensino superior. Dourados, MS: UEMS, 2017a. Disponível em: https://portal.uems.br/assets/uploads/registro_academico/revalidacao/1_2019-11-12_11-21-12.pdf. Acesso em: 16 maio 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Resolução CEPE-UEMS nº 1.871, de 21 de junho de 2017**. Homologa, com alteração, a Deliberação nº 213, da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de

11 de abril de 2017, que aprova normas para revalidação e reconhecimento de diplomas de programas de pós-graduação “stricto sensu” expedidos por instituições estrangeiras de ensino superior e pesquisa. Dourados, MS: UEMS, 2017b. Disponível em: https://portal.uems.br/assets/uploads/registro_academico/revalidacao/2_2019-11-12_11-21-12.pdf . Acesso em: 16 maio 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Deliberação CA/COUNI-UEMS nº 15, de 15 de maio de 2018.** Aprova a cobrança de taxas e estabelece valores para revalidação e reconhecimento de diplomas de Programas de Pós-Graduação “stricto sensu” expedidos por instituições estrangeiras de ensino superior e pesquisa. (Homologada com alterações pela Resolução COUNI-UEMS Nº 532, de 18 de setembro de 2018). Dourados, MS: UEMS, 2018a. Disponível em: https://portal.uems.br/assets/uploads/registro_academico/revalidacao/1_2019-11-12_11-42-11.pdf . Acesso em: 16 maio 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Resolução COUNI-UEMS nº 532, de 18 de setembro de 2018.** Homologa, com alteração, a Deliberação nº 15, da Câmara de Administração, do Conselho Universitário, de 15 de maio de 2018, que aprova a cobrança de taxas e estabelece valores para revalidação e reconhecimento de diplomas de Programas de Pós-Graduação “stricto sensu” expedidos por instituições estrangeiras de ensino superior e pesquisa. Dourados, MS: UEMS, 2018b. Disponível em: https://portal.uems.br/assets/uploads/registro_academico/revalidacao/1_2020-04-20_10-32-26.pdf. Acesso em: 16 maio 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. Extrato do Acordo de Cooperação Mútua nº 1074/2020. **Diário Oficial do Estado:** Campo Grande, n. 10.180, p. 33, 2020. Acesso em: 16 maio 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. Extrato do Acordo de Cooperação Mútua nº 1075/2020. **Diário Oficial do Estado**: Campo Grande, n. 10.262, p. 63, 2020. Acesso em: 16 maio 2023.

ZOTTOS, A. R. L. C.; MAGALHÃES, V. M. F.; SILVA, J. F. S. Português como língua de acolhimento e inserção social: relatos de experiência no Programa UEMS ACOLHE. *In*: SOUZA, F. B.; ALMEIDA, L. P. (org.). **Expressões acadêmicas e diálogos sobre migração, refúgio e políticas sociais**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. v. 2. p. 115-136.

***Kixoku koêku
vékoku ne ihíkaxoti
têrenoe Dalila Luiz
yoko huvó'oxeake
Universidade
Estadual****

Dalila Luiz

Léia Teixeira Lacerda

Onilda Sanches Nincao

* No português, "A contribuição da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul para a trajetória da professora terena Dalila Luiz".

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, apresentamos um breve histórico da trajetória de vida da Professora Dalila Luiz, destacando o período em que estudou na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* Mestrado Profissional em Educação. Dalila Luz atuou, por um período, como professora no curso de pós-graduação *lato sensu* em Língua e Cultura Terena, na mesma instituição.

A ideia de produzir este texto em parceria com a Profa. Léia Teixeira Lacerda, da UEMS, e a Profa. Onilda Sanches Nincao, da UFMS, surgiu por parte dela, a fim de registrar a importância desta instituição, tanto na sua formação quanto na trajetória de formação de acadêmicos indígenas – no que se refere ao incentivo para a formação inicial e continuada –, para acadêmicos, egressos e pro-

fessores – tendo em vista que tem oportunizado a ampliação de conhecimento em algum momento na vida das pessoas indígenas e não indígenas. Assim, expressamos nossa admiração e orgulho em fazer parte da história dessa instituição e, também, por fazer parte da construção dos conhecimentos adquiridos pela Dalila Luiz no Mestrado Profissional em Educação, no período de 2014 a 2016.

Os 30 anos da criação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul se constituíram por meio de lutas, resistências e persistências nos propósitos de exaurir-se no presente, como registra Le Goff (1990, p.181):

[...] em face do tempo mostra que o comportamento “normal” é um equilíbrio entre a consciência do passado, do presente e do futuro, com algum predomínio da polarização para o futuro, temido ou desejado, ou seja, pensar no futuro é uma consequência do presente.

Gratidão àqueles que iniciaram esse propósito, já que foi por meio deles que a instituição se edificou, formando pessoas de vários lugares do estado de Mato Grosso do Sul e do país, acolhendo as diferenças, recepcionando grupos de pessoas étnicas, de línguas, culturas, tradições e costumes diferentes, abrindo-lhes a porta e oportunizando-lhes uma vida de qualidade por meio da educação e de conhecimentos adquiridos.

Aos professores e mestres que tomam para si o ofício de ensinar, todo nosso carinho nessas três décadas de funcionamento da UEMS. Aos dirigentes que dedicam suas vidas por inteiro para que essa instituição tenha sucesso e àqueles que partiram no decorrer dessa trajetória e que não puderam presenciar, nos dias de hoje, a dimensão social da instituição, o nosso afeto e carinho, pelo exemplo que nos deixaram enquanto profissionais e pessoas, pois “[...] a

história deve se mexer, progredir; mais que qualquer outro aspecto, pois não pode parar sendo um andarilho fiel a seu dever de exploração e de aventura” (Block, 1997, p. 21).

Recapitular uma história de vida é uma tarefa complexa, pois é necessário remontar o passado e voltar no “túnel do tempo”, como um filme que passa na memória, nas lembranças dos momentos que marcaram as nossas vivências tanto de professoras quanto de discentes; sejam elas boas ou ruins, foram tecidas, aconteceram e, hoje, apresentam uma parte da história para os nossos leitores, como ressalta Block (1997, p. 44):

Se a história, não obstante, para a qual nos arrasta assim uma atração quase universalmente sentida, só tivesse isso para se justificar, se fosse apenas, em suma, um amável passatempo, como o bridge ou a pesca, valeria a pena todo o esforço que fazemos para escrevê-la?

É possível considerar a construção de uma história de vida desde o início da gestação do ser humano. Ainda de acordo com Bloch (1997), esse aspecto não se dissocia do vivido, tendo em vista que “[...] não tem como pensar na existência sem viver a história”, cada ação pertence a um fundamento, e cada fundamento pertence a uma história; assim, lembramo-nos de Heródoto, o “pai da História”, que, no século V a.C., foi um dos primeiros historiadores que buscava remontar o passado, mas sobre o qual se “indaga”, se “testemunha”.

Dessa perspectiva, apresentamos dados da trajetória de vida da Professora Terena Dalila Luiz, considerando que a história não só deve permitir compreender o “presente pelo passado” – atitude tradicional –, mas também compreender o “passado pelo presente” (Bloch, 1997, p. 44-50).

Outro aspecto que precisa ser destacado é que a construção de uma história se constitui pela vivência dos fatos ocorridos, e toda fase vivida se constitui a partir da relação de existência, pois toda existência tem uma relação com o tempo – o tempo vivido. Le Goff (1990, p. 7) relata que, através do tempo, “[...] as diversas sociedades e culturas inventaram um instrumento fundamental, que é também um dado essencial da história, ou seja, o “calendário” em que se resume entre o passado e o presente e vice-versa”. Segundo a História, a história se inicia com um relato, por meio da narrativa daquele que viveu e sentiu, assim como nas citações de Le Goff (1990, p. 9) ao afirmar que “[...] este aspecto da história-relato, da história testemunho, jamais deixou de estar presente no desenvolvimento da ciência histórica”.

Assim, a história se constrói pelos relatos e, com o passar do tempo, foi se constituindo em livros, arquivos, sendo transferida, nos dias de hoje, para os computadores, envolvendo pesquisas arqueológicas, antropológicas para construção de dados. São construções inacabadas, ou seja, não são prontas e acabadas, resultando na construção do historiador; sejam elas orais ou etnotextos, irão sempre expor uma ideia ou uma narrativa, como afirma Salling Ollesen (2011, p. 139):

[...] em certos casos, a narrativa é vista como um paradigma em si, visto que ela em si mesma, ou a narratividade, obtém um caráter de essência humana, de antropologia, sem estar ligada a uma relação concreta de história de vida ou de biografia. Em outros casos, é a singular biografia que constitui o documento concreto que representa um valor em si ou uma verdade que a biografia e a narrativa deixariam transparecer.

Segundo os teóricos da área de História, a história é uma prática social que busca transformar e influenciar a vida dos sujeitos, por meio da leitura, representando um enriquecimento notável, evitando que

[...] à falsa problemática da infraestrutura e da superestrutura. Mas também não privilegiar as novas realidades, não lhes conferir, por sua vez, um papel exclusivo de motor da história. Uma explicação histórica eficaz deve reconhecer a existência do simbólico no interior de toda realidade histórica (incluída a econômica), mas também confrontar as representações históricas com as realidades que elas representam e que o historiador apreende mediante outros documentos e métodos – por exemplo, confrontar a ideologia política com a práxis e os eventos políticos. E toda história deve ser uma história social (Le Goff, 1990, p. 13).

A intenção, neste texto, não é falar da “história” em si, mas como os seus instrumentos nos possibilitam descrever uma biografia, a partir do registro e das consequências de uma vivência, pois reviver a história é fazer descobertas, levar aos confrontos de ideias, conhecer diferentes aspectos das narrativas históricas e descortinar o vestígio dos códigos culturais.

Portanto, ao retornarmos à história da trajetória percorrida por uma pessoa, por meio dessa construção, podemos descortinar as adversidades e as dificuldades encontradas durante o seu caminhar, da carreira estudantil à profissional. Também é possível identificar uma gama de (pré)conceitos que foram encarados, como é o caso da Professora Dalila Luiz, que nos procurou recentemente para narrar um pouco dos enfrentamentos feitos ao longo da sua vida¹.

¹ Dessa entrevista, foram extraídas todas as falas da professora reproduzidas neste texto.

Desse modo, para a produção deste texto, seguimos as orientações previstas nas legislações, como a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012; o Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, e a Resolução CONEP nº 510/2016, a fim de garantir segurança para a nossa entrevistada.

A TRAJETÓRIA DE DALILA LUIZ A PARTIR DA SUA DISCURSIVIDADE

A Professora Dalila se apresenta destacando: “[...] sou indígena da etnia Terena, moradora da Aldeia Bananal, Distrito de Tau-nay, município de Aquidauana”. A aldeia Bananal está localizada a 60 km de Aquidauana, lugar próximo ao qual há um conjunto de aldeias (Aldeia Ipegue, Colônia Nova, Aldeia Morrinho, Água Branca, Lagoinha, Imbirussú); à sua volta, estão localizadas as retomadas, que “eram fazendas” e, atualmente, estão sendo ocupadas pelo povo Terena. Nessa área, tem sido desenvolvida a agricultura familiar para garantir o sustento desse grupo.

Dalila salienta acrescenta: “[...] nasci e cresci nesta aldeia, filha de pais indígenas, todos nascidos e crescidos nessa aldeia. Meus pais são pessoas que não tiveram oportunidades de estudar, por mais que fossem leigos”; tinham experiências de vida, como afirma Freire e Guimarães (2001, p. 232) em suas reflexões camonianas:

E um grande respeito, também, pelo saber “só de experiências feito”, como diz Camões, que é exatamente o saber do senso comum. Discordo dos pensadores que menosprezam o senso comum, como se o mundo tivesse partido da rigurosidade do conhecimento científico. De jeito nenhum! A rigurosidade chegou depois.

Freire sustenta, em sua obra, a valorização desse saber imediato, que se constitui por meio das vivências cotidianas e, por isso, é aprazível registrar com orgulho essa experiência de vida que seus pais tiveram, entretanto não significa que os saberes que tinham eram sem perspectivas, mas poderia ter melhorado a qualidade de suas vidas se tivessem tido oportunidade de estudar, visto que, como Freire considera, “[...] a educação tem o poder de transformar.”

Nesse sentido, Moacir Gadotti (1991, p. 84) enfatiza que “[...] a transformação da educação não pode antecipar-se à transformação da sociedade, mas esta transformação necessita da educação”, portanto, seus pais tinham em mente a importância da educação ou dos estudos. Os pais de Dalila, como pessoas cristãs, incentivaram os filhos no “caminho em que deveriam andar”, para usar as palavras dos Provérbios de Salomão (Bíblia, 2012), para que fossem bem-sucedidos em suas trajetórias futuras, buscando, da melhor forma, condições para o conforto e o sustento da sua família. Para tanto, fundaram o primeiro comércio denominado bolicho² na região, localizado na aldeia de Bananal.

É possível afirmar, na perspectiva freiriana, que o conhecimento se constitui por meio do “saber de experiência” e assume uma condição epistemológica fundante, demonstrando a valorização do convívio, a partir da superação dos termos científicos, pois permite ao sujeito construir a base epistemológica, ressignificando lugares a partir de memórias constituídas e experiências historicamente vividas em um contexto social.

Embora toda vivência imprima suas marcas, Dalila relembra com orgulho da figura do pai, o qual considerava como uma pessoa persistente, pois foi, para si e seus irmãos, um pai “lutador e traba-

² É o nome dado a um comércio pequeno localizado na residência de uma família.

lhador". Em sua narrativa, destaca que David Luiz (*in memorian*) buscava o melhor para os seis filhos que tivera com a Dona Tereziinha Francelino. Viveram na Aldeia Bananal, onde criaram os filhos, enfrentaram muitas dificuldades, mas sempre se mostravam persistentes, fortes e corajosos, pois administrar um comércio teria que ter suas habilidades e boas relações com as pessoas da comunidade.

No entanto, Dalila salienta que seu pai foi surpreendido por uma doença que o levaria à morte aos 53 anos. Ele, que sempre foi um homem forte, vivenciou, em um curto espaço de tempo, uma situação frágil, que o levou. Dalila destaca que, naquele momento de despedida, se sentiram "abandonados", mas confortados "pela família e, principalmente", acrescenta a professora, "por Deus ter nos agraciado com o tempo que nos permitiu estar conosco, pois ele foi o maior incentivador do que sou hoje".

CAMINHOS PERCORRIDOS ENTRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO INDÍGENA

No que se refere ao seu processo de escolarização Dalila, afirma: "[...] tive uma infância tranquila, assim como todas as crianças vivenciei bons momentos com meus pais, pude desfrutar o suficiente do que eles puderam oferecer para mim e como filha mais velha dos 6 (seis) irmãos, sempre fui a mais cobrada nas obrigações de casa e principalmente nos estudos".

Dalila informa que os pais eram pessoas rígidas, sistemáticas, que educavam os filhos por meio de olhares. Desde então, "[...] eu e meus irmãos já sabíamos ler os seus olhares, dizendo ou faz, ou faz". Também avalia que, hoje, entende as aflições que lhe fizeram passar; como pai/mãe, era necessário ensinar os valores por meio

de códigos rígidos e de regra. Avalia, ainda, que todo ensinamento passa por um processo, para não ser esquecido, mas, mesmo assim, muitas vezes “desviei dos caminhos em que devia andar”. Isso acontecia porque o desejo deles era o de que se tornasse “alguém” e, além do mais, tinham como referência que “o filho sábio é a alegria do coração do pai, mas o filho insensato é a tristeza de sua mãe”, segundo as palavras dos Provérbios de Salomão (Bíblia, 2012). Quando perguntada sobre a sua vida escolar, registra que

[...] iniciou em uma escola da aldeia, a Escola Municipal Indígena General Rondon³. Essa escola é uma instituição responsável por formar vários outros alunos dessa aldeia e das demais aldeias vizinhas, isso porque era a única para atender o entorno das aldeias.

Desse modo, menciona que, com o passar do tempo, foram fundadas as outras escolas que estão localizadas em outras aldeias, uma vez que muitos estudantes que passaram pela Escola Municipal Indígena Polo General Rondon estão com suas profissões atualmente, tornando-se, como dizia seu pai, “alguém na vida”. Dalila lembra que estudou nessa escola desde a infância: “a escola era um lugar onde encontrávamos os amigos”, como destaca Freire:

Lugar onde se faz amigos, [...] gente que trabalha, que estuda, que se alegra, se conhece, se estima. [...] e a escola será cada vez melhor na medida em que cada um se comporte como colega, amigo, irmão [...] nada de ser como a o tijolo que forma a parede, indiferente, frio, só. [...] numa escola assim vai ser fácil estudar, trabalhar, crescer, fazer amigos, educar-se, ser feliz⁴.

³ O nome dado pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1910.

⁴ Poema *A Escola é de autoria do educador Paulo Freire*, disponível em (http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/07082015_poema__a_escola.pdf).

Com base nessa pequena poesia de Freire, é possível identificar a importância da escola na vida de uma pessoa, tanto para o seu crescimento intelectual quanto na vida pessoal. Ao encerrar os anos iniciais, Dalila lembra que foi necessário mudar de escola, pois a escola em que estava matriculada atendia até esse período da formação dos educandos. Foi transferida, assim, da escola pública para a escola da Missão.

Com a mudança, era necessário caminhar por três quilômetros por dia, até o distrito de Taunay, para estudar na escola Evangélica Lourenço Buckman, inicialmente dirigida pelos missionários vinculados à *South America Indian Mission* (SAIM); muitos estudantes foram obrigados a frequentá-la ao terminar os anos iniciais, “[...] seja com sol, chuva, frio, andando (a pé) ou de bicicleta era necessário se deslocar, em busca de uma formação para tornarmos ‘alguém na vida’”.

Já em 1992, o poder público municipal atendeu à necessidade e ao anseio da comunidade; finalmente, os Anos Finais (de 5^a a 8^a série) foram implantados na Escola General Rondon, localizada na aldeia Bananal, com a finalidade de atender aos estudantes das demais aldeias vizinhas. Assim, as crianças deixam de se deslocar para o distrito, e Dalila retoma os estudos na sua escola de origem, pois seus pais consideraram por bem que ela retornasse, em razão da reprovação ocorrida na 6^a série na Escola da Missão e, também, porque estaria “debaixo dos olhos dos pais”. No entanto, salienta que não era obrigatório esse retorno, ficando a critério de cada família.

Ao terminar os Anos Finais na escola da aldeia, mais um processo estava por vir... Era necessário ir para a cidade, pois, naquela região, o Ensino Médio não era oferecido em nenhuma das escolas citadas. Sobre esse momento, Dalila relata: “[...] fui obrigada a mu-

dar para a cidade, para dar continuidade aos estudos, não tendo sido diferente na vida dos demais estudantes que optavam em dar continuidades em seus estudos”, contudo, aqueles que não conseguiam devido à falta de apoio ou recurso financeiro, “[...] se viam em uma única opção, partir para o contrato na Usina de corte de cana-de-açúcar”.

A professora Dalila registra que as usinas de corte de cana-de-açúcar recrutavam homens das aldeias, oferecendo-lhes “subemprego”, saindo de suas aldeias para cidades como Nova Alvorada, Quebra-coco e Sonora, por um período de 45, 60 ou 90 dias de contrato, retornando às aldeias por alguns dias para, depois, retornarem ao trabalho novamente.

Com relação às meninas, não foi diferente, pois também foram feitos contratos para serem babás e domésticas em casas de famílias. Muitas dessas meninas que saíram de suas aldeias foram levadas para cidades distantes, como São Paulo e Rio de Janeiro, e muitas não voltaram, constituindo suas famílias nos lugares para onde foram levadas.

Dalila registra que foi contratada como doméstica e babá para trabalhar em uma casa de família na cidade de Aquidauana e, em seguida, em Campo Grande. Buscando dar continuidade aos estudos, nesse período, trabalhava durante o dia e estudava à noite.

Nesse período foi uma trajetória muito difícil, corria risco de vida, porque a distância em que percorria da escola para casa era significativa, e as aulas terminava às 23 horas da noite, onde em um desses dias sofreu uma perseguição, um homem desconhecido me perseguiu de moto oferecendo carona, nesse momento ele desce da moto me pressiona para me levar. Mas felizmente havia guardas que vigiava o bairro, que na-

quele momento me proporcionou segurança. Mesmo com essas situações não me abalei.

Na mudança da aldeia para cidade, como relembra Dalila, vivenciou várias situações desagradáveis. Foram momentos difíceis, pois estava de passagem em um “lugar estranho”, cujo cenário era muito diferente da aldeia. Principalmente no espaço escolar, havia estranhamento no processo de ensino e aprendizagem e no convívio com uma diversidade humana: estudantes, professores, funcionários e demais pessoas, cada um com seus hábitos, costumes e crenças diferentes do seu contexto social, comprovando o que afirma Libâneo (2004, p. 21): “[...] a escola pode ser organizada para funcionar ‘cada um por si’, estimulando o isolamento, a solidão e a falta de comunicação ou pode estimular o trabalho coletivo, solidário, negociado, compartilhado”.

Essa diferença pôde ser vivenciada por meio do convívio no dia a dia com as pessoas que estavam inseridas naquele espaço escolar, sobre as quais Dalila afirma:

[...] não pude saber o que pensavam, mas a meu ver era vista como “incapaz” ou “desinformada”, evidenciando na organização dos grupos para a realização das atividades pedagógicas ao ser solicitadas pelos professores. Muitas vezes acabava ficando sozinha para fazer os trabalhos. Nessa época, essa hostilidade dos colegas era um dos maiores desafios enfrentados, até me sentia inferior aos outros, mas não desanimava.

Nessa perspectiva, talvez esse desafio não se constitua somente para os estudantes, como no caso da Dalila, que considera: “[...] para escola era mais, por se deparar com a diversidade naquele espaço, o certo é que a escola deva cumprir a sua missão, mas era necessário proporcionar as experiências de aprendizagens”, sem

deixar de considerar o espaço em que se vive e a maneira de construir significados, como destaca Libâneo (2004, p. 11):

[...] enfrentar os problemas e dilemas reais do cotidiano das escolas e dos professores talvez seja uma empreitada bem mais penosa do que fazer a denúncia dessas refuncionalização das escolas a serviço dos interesses das elites econômicas e financeiras.

Assim, a escola é um espaço de diálogo, um ponto de referência para encaminhamentos, pois, partindo dessa preocupação, permite a participação dos jovens indígenas nas organizações e na militância para a melhoria da educação escolar, ressignificando o olhar do Outro sobre os povos originários, sobre a escolarização e toda forma de viver em uma comunidade, com seus costumes e suas tradições.

Marcos Terena compartilha suas experiências vividas dentro e fora do contexto indígena, principalmente com aqueles que saem de suas aldeias em busca de ampliar seus conhecimentos nas grandes cidades, conscientizando-os, e salienta aos mais jovens que é possível viver no mundo não indígena sem se distanciar da sua identidade e das suas origens, ou seja, “sem deixar de ser Terena” (Marcos Terena)⁵

Em 1997, a Profa. Dalila concluiu o seu curso de magistério, na Escola Estadual Arthur de Vasconcelos, em Campo Grande, destacando que esse período foi marcado por muitas dificuldades e desafios, de modo que retornou à sua aldeia de origem. Em 1998, já com a família constituída e com um filho para cuidar, teve a oportunidade de iniciar na carreira docente na escola em que estudou.

⁵ Marcos Terena saiu de sua aldeia muito jovem e foi morar na “cidade grande” para estudar, tornando-se um representante indígena em organizações nacionais e internacionais.

Segundo Dalila, esse era o momento de colocar em prática “os conhecimentos adquiridos”. Como afirma Freire (2010, p. 58), “[...] ninguém começa a ser professor numa certa terça-feira às 4 horas da tarde [...] Ninguém nasce professor ou marcado para ser professor. A gente se forma como educador permanentemente na prática e na reflexão sobre a prática”.

Dalila considera o seu retorno à Escola General Rondon um privilégio, visto que foi uma valorização da sua conquista pessoal, ao ser aceita na escola em que estudou e, sobretudo, por poder contribuir para a (re)construção da educação diferenciada, intercultural e (multi)bilíngue, que, outrora, não era discutida em contexto das políticas públicas voltadas para a formação de professores no Brasil. A professora destaca que “[...] nesse período as pessoas consideravam ‘feio’ falar a língua indígena, aspecto muitas vezes questionados pelos pais das crianças ‘porque aprender a língua se já convivo com ela, isso vai atrapalhar os estudos do meu filho’”.

Dalila salienta que essa frase também ouviu dos seus pais, no entanto, argumenta:

[...] se deixarmos esses comentários nos atrapalhar pode ser que atrapalhe – mas pude trazer isso para outra visão e construção – a de que nunca seremos “iguais” aos não indígenas – apenas emprestamos a cultura de linguagem para a sobrevivência em meio ao contato deles, pois aprendi que sou capaz de chegar onde estão. Ser indígena não me torna inferior, mas me fortalece e me orgulha em ser diferente.

Dalila expressa sua fé e religiosidade em seu discurso: “[...] sou muito grata a Deus, primeiramente, que me capacitou para chegar aos meus objetivos, pois se não fosse a sua Graça, não seria possível realizar os meus projetos, principalmente pelo privilégio de

fazer parte de uma cultura que “era” vista como incapaz.” O maior responsável por isso é o “Senhor”, sabedor de todas as coisas e nada que foi criado pelas suas mãos, foi envergonhado e/ou confundido e somos parte dessa criação linda e inexplicável, como está escrito “de todas as culturas, línguas e nações [...] no tempo e no espaço virão te adorar. (Apocalipse, 15: 04)”.

A professora também expressa a sua gratidão aos seus pais, que foram os maiores incentivadores da sua trajetória estudantil, de modo que, mesmo em situações desagradáveis e sem condições financeiras, não desistiu dos estudos, principalmente porque os seus primeiros professores estavam dentro de casa. Destaca que, com os filhos, aprendeu a dádiva de ser mãe e, na maioria das vezes, os deixou para se dedicar à vida profissional. Nessa oportunidade, faz uma pausa e pede-lhes desculpas pelas ausências, nos momentos que precisaram de um colo, um carinho, quando as mães acalmam suas crianças para curar um machucado e as beija, afirmando “não foi nada”.

Dalila registra que a sua constituição de educadora-professora foi exercida tanto na escola quanto dentro de casa, tendo em vista que cumpria a sua missão como Freire (2010, p. 145) afirma ser: “[...] como prática estritamente humana jamais pude entender a educação como uma experiência fria, sem alma, em que os sentimentos e as emoções, os desejos, os sonhos devessem ser reprimidos por uma espécie de ditadura reacionarista”.

Para ela, foi desafiador conciliar a carreira docente e as tarefas de mãe/mulher/esposa

Isso porque existia aquela visão de que lugar de mulher era em casa, cuidando de seus afazeres, ainda com filhos que dependiam da minha existência e de-

dicação. Mas me orgulho dos meus filhos já adultos hoje, a cada dia aprendo com eles, principalmente em lidar com o que pensam e planejam para um futuro próspero, sem desconsiderar o legado que fora passado pelos meus pais o “caminho que se deve andar”.

PROFISSÃO PROFESSORA

Como mencionamos anteriormente, em 1998, Dalila inicia o exercício da profissão-professora na escola onde foi aluna, retornando para constituir-se como professora. Em sua narrativa, essa inserção marca duas situações: “[...] primeiro, a aprovação no concurso público municipal em Aquidauana, efetivando-se como professora concursada e segundo, o início da discussão sobre a gestão e o funcionamento da escola indígena” e do modelo de educação escolar indígena, pois, até então, a escola que a formou era modelo de escola não indígena e vinha atuando com o ensino tradicional.

Nessa trajetória profissional, Dalila considera que avançou muito no que se refere ao convívio, ao conhecimento e à experiência. Assumiu salas de aulas das séries iniciais e, em seguida, como professora de Educação Infantil, também foi efetivada no concurso, em mais um período. De 2009 a 2016, atuou na direção da Escola Municipal Indígena Polo General Rondon, função que permitiu consolidar sua experiência e que promoveu seu crescimento profissional.

Nesse período, Dalila lembra que muitas situações aconteceram: “[...] várias experiências de convívio, pois é nessa hora que nos colocamos no ‘lugar do outro’, e, também, os confrontos que não deixaram de fazer parte, sendo um deles que marcou a minha trajetória, no ano de 2013”, referindo-se à primeira retomada do

território da região Taunay/Ipegue, momento em que ocorreram embates entre os indígenas e os fazendeiros da região.

A Professora Dalila registra que uma “retomada” foi organizada pelas lideranças natas e caciques de todas as aldeias da região, incluindo a participação das lideranças das Aldeias Limão Verde, Cachoeirinha/Miranda, Dois irmãos do Buriti e Dourados. Nesse ato da, a comunidade escolar – estudantes, pais, professores e funcionários – participaram efetivamente do processo de luta, a fim de reconquistar o território.

Como Dalila relembra, nos primeiros dias da retomada, as aulas foram paralisadas, devido à participação dos professores no processo. Apesar do medo, nada impediu a comunidade escolar de estar presente. Nesse embate, muitas experiências foram vividas e adquiridas com as lideranças, pois, em alguns momentos, as aulas aconteceram dentro desse território: salas de aulas foram montadas nesses espaços, atendendo vários estudantes. “[...] enfrentamos alguns pais que não concordaram com as aulas sendo ofertadas nessas retomadas. Entendíamos a preocupação deles, primeiro porque era perigoso levar as crianças em um espaço de risco como esse, mas os que concordaram estiveram junto conosco nessa luta”. Esses territórios não foram homologados até os dias de hoje, “mas ainda estamos na luta para sua concretização”, destaca a professora.

Os gestores da Secretaria Municipal de Educação de Aquidauana demonstravam certa resistência por ser o órgão responsável pelas escolas municipais indígenas e por toda a comunidade escolar, já que estavam sob sua responsabilidade os diretores, coordenadores pedagógicos das escolas das aldeias Bananal, Ipegue, Água Branca e Lagoinha, e as extensões das escolas das aldeias Morrinho, Imbirussu e Colônia Nova.

Dalila considera que os indígenas, nesse momento, se tornavam protagonistas de sua história; as lideranças, professores e caciques foram organizando desde as aulas até os recursos necessários para aquele momento de luta. As aulas que aconteceram nessa localidade trouxeram muito aprendizado, uma vez que as próprias lideranças compartilhavam seus conhecimentos, assim como os anciões da comunidade. Como destaca Freire (2014, p. 8), “[...] não há homem sem mundo, nem mundo sem homem, não pode haver reflexão e ação fora da relação homem-realidade”.

Em todos esses processos, aprendemos que, em momentos como esse de luta por interesses da comunidade, é possível rever a posição dos professores indígenas: ir à luta em parceria com as lideranças, não somente para exercer o papel de transmissor de conhecimento em quatro paredes, mas para participar ativamente em todo o processo de luta para o benefício das crianças e da comunidade indígena, possibilita pensar uma educação diferenciada, específica e indígena, já que todo processo se constitui aprendizado, como ressalta Libâneo (2004, p.111):

[...] a educação escolar tem a tarefa de promover a apropriação de saberes, procedimentos, atitudes e valores por parte dos alunos, pela ação mediadora dos professores e pela organização e gestão da escola. O encargo das escolas, hoje, é assegurar o desenvolvimento das capacidades cognitivas, operativas, sociais e morais pelo seu empenho na dinamização do currículo, no desenvolvimento dos processos do pensar, na formação da cidadania participativa e na formação ética.

Com o passar do tempo, é possível notar que a discussão da educação escolar indígena tem avançado nas pesquisas acadêmicas entre os indígenas e indigenistas, possibilitando-nos entender que a

escola é um espaço onde se constitui o diálogo sobre a diversidade, sobretudo porque a escola é um “lugar” de encontro de sujeitos diversos, como afirma Laraia (2004, p. 29):

[...] no âmbito educacional, a diversidade cultural diz respeito a uma coexistência de várias etnias e culturas dentro de uma mesma comunidade escolar, reconhecendo esse espaço como um grande canal de vivências de valores, permeado de diversas formas de se viver, onde muitas culturas se encontram.

A profissão de professor vem ao encontro desse diálogo, com o desafio de rever concepções e paradigmas, criando espaços inclusivos, respeitando, valorizando mecanismos metodológicos para atender às diversidades culturais dos estudantes. E, como professora/educadora, faz-se necessário vivenciar e se sensibilizar a partir do “olhar dos Outros” (Dayrell, 1996).

Dalila destaca que ser professora não é apenas transmitir conhecimento, mas fazer parte do processo de crescimento pessoal e profissional de um indivíduo. “Por isso busco contribuir no sentido de dar suporte para que esse estudante tenha oportunidades melhores das que vivenciei mostrando-lhes os possíveis caminhos”, completa. Nessa busca de aprimoramento profissional, foi necessário se preparar para frequentar a universidade. Assim, em 2004, concluiu o curso de Pedagogia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Aquidauana, que oportunizou a formação em serviço de professores para continuidade dos seus estudos.

No entanto, Dalila aponta ser necessário repensar na formação de professores para melhor atendimento dos estudantes, pois, como afirma Ferreira (2003, p. 120), ser educador é

[...] ajudar os alunos a desenvolverem o espírito crítico e a adquirirem os conhecimentos, as atitudes, as capacidades e o empenhamento necessários para participarem numa atividade democrática, que contribua para que os ideais da democracia se tornem realidades.

A CHEGADA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

No que se refere às relações de alteridade vividas durante o período em que estava cursando o Mestrado Profissional em Educação, Dalila destaca as contribuições dadas pelos professores da UEMS não só na sua formação acadêmica e profissional, mas também na sua vida pessoal, tendo em vista que estabeleceu vínculos, tanto com os professores, os colegas discentes, quanto com os técnicos administrativos que atuam no referido programa.

A professora também ressalta que a UEMS possui uma estrutura que se assemelha à identidade e ao caráter indígena já na sua construção arquitetônica. Libâneo (2004, p. 7) afirma que a universidade “[...]é vista como um ambiente educativo, como espaço de formação construído pelos seus componentes, um lugar em que os profissionais podem decidir sobre seu trabalho e aprender mais sobre sua profissão”, e acrescenta que é “[...] um tipo de gráfico/estrutura que mostra as inter-relações entre os vários setores e funções de uma organização ou serviço” (Libâneo, 2004, p. 101).

Em sua busca pelo aperfeiçoamento na carreira docente, Dalila também registra que “a sala de aula nos obriga a buscar cada vez mais conhecimentos”. Freire (2010, p. 29) destaca que “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”. Seguindo essa ideia, no período de 2014 a 2016, venceu mais uma etapa da vida acadê-

mica, no Programa de Mestrado Profissional em Educação, cursado na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Dalila lembra que enfrentou muitos desafios durante o processo de leitura e escrita de sua dissertação *A prática pedagógica de professores Terena: o uso de “temas geradores” no processo de alfabetização*, trabalho relevante em que busca analisar a contribuição dos temas geradores no processo de alfabetização dos estudantes indígenas em processo de letramento, com destaque para a atuação dos professores indígenas nas formações realizadas pela Ação Saberes Indígenas na Escola, um programa organizado pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Educação. Dalila foi estudante do programa de 2013 a 2017, e registra que, durante as aulas das disciplinas que cursou, aprendeu muito com os professores, realizou leituras de autores clássicos e atuais das áreas de educação, formação de professores, história da educação escolar indígena no Brasil, entre outras áreas das ciências da educação:

[...] essas leituras ajudaram-me estabelecer relações entre os temas geradores, concebidos pelo Paulo Freire, os saberes tradicionais dos Terena e os conhecimentos científicos. Escrevi os capítulos da minha dissertação, vivenciando, cada uma das etapas previstas no meu projeto de pesquisa. No início tive muitas dificuldades! Não nego, de jeito nenhum que tive muitas dificuldades com a escrita acadêmica, mas procurei me dedicar às leituras dos teóricos apresentados em sala de aula pelos meus professores, buscando fazer um exercício constante de uma escrita, que evidenciasse a minha produção autoral e o diálogo entre os estudiosos da educação escolar indígena e as contribuições de Paulo Freire. Recordo-me também que participei de vários eventos, colóquios e palestras que impactaram positivamente na minha formação e na minha carreira docente na EMI General Rondon.

A participação no mestrado contribuiu muito com a minha atuação em sala de aula, especialmente, no que se refere à realização das sequências didáticas, tendo em vista que foi possível planejá-las, a partir das percepções dos estudantes Terena e também como os conhecimentos se constituem ao longo no processo de ensino e aprendizagem das crianças (Luiz, 2023).

Ao retornar à Escola Municipal Indígena Polo General Rondon, “no coração e no chão da escola”, após sua formação no Mestrado Profissional em Educação, constituiu um novo olhar para a pedagogia indígena, vendo uma “nova” oportunidade, confirmando Libâneo (2004, p. 22) quando afirma que “[...] há todo um mundo de significados, valores, atitudes, modos de convivência, formas de agir e resolver problemas, que possibilita definir uma cultura própria de cada escola, e que tende a permanecer oculta, invisível”.

Nesse sentido, destaca: “[...] foi possível reaprender para ‘desvendar’ a cultura e os saberes que nos influenciam, tanto no pensar, quanto no modo de agir”. Os conhecimentos adquiridos com os professores da UEMS têm sido compartilhados com a comunidade escolar por meio da

[...] participação na organização e gestão do trabalho escolar, os professores podem aprender várias coisas, como tomar decisões coletivamente, formular o projeto pedagógico, dividir com os colegas as preocupações, desenvolver o espírito de solidariedade, assumir coletivamente a responsabilidade pela escola, investir no seu desenvolvimento profissional. Mas, principalmente, aprendem sua profissão (Libâneo, 2004, p. 23).

Dalila avalia que a UEMS tem buscado incluir os indígenas em seu contexto acadêmico, dando-lhes oportunidade de acesso tanto nos cursos de graduação quanto nos programas de pós-gradua-

ção. Dessa forma, oferece um espaço de diálogo, buscando construir um ensino intercultural, a exemplo da Pedagogia Intercultural que está sendo implementada na Unidade Universitária de Amambai, para atender os Guarani Kaiowá e os Guarani Nandeva.

Cabe lembrar a oferta do curso Normal Superior Indígena, implementada pela UEMS nas Unidades Universitárias de Aquidauana e Amambai, no período de 2001 a 2004, objetivando a formação do professor indígena voltada para o atendimento das comunidades indígenas que compõem os povos do Pantanal e o Cone Sul. Em Glória de Dourados, foi ofertado o curso Agroecologia na Associação de Agroecologia em 2004.

O curso Normal Superior Indígena teve como objetivo principal a formação de professores indígenas, sendo fundamental para uma educação escolar indígena que contemple os direitos e garantias dos povos indígenas no Brasil, previstos na Constituição Federal de 1988 e nos documentos oficiais do Ministério da Educação. O curso Normal Superior Indígena na UEMS, implementado em 2006, teve sua oferta suspensa, apesar da existência de demanda pela formação específica de professores indígenas.

A proposta do Curso Normal Superior Indígena, efetivada pela UEMS, contribuiu para a formação de professores indígenas, e muitos egressos do curso passaram a ser reconhecidos por seus pares como professores habilitados – não mais leigos – e, hoje, desenvolvem um trabalho pedagógico diferenciado, com competência e criticidade frente aos desafios propostos pelos contextos em que as escolas indígenas estão inseridas.

Dalila não fez parte do Normal Superior Indígena ofertado na UU de Aquidauana, mas afirma que “[...] a instituição muito contribuiu para minha formação, oportunizando meu crescimento

profissional, assim como aos demais parentes que estiveram nesse espaço, retornando para suas aldeias com os conhecimentos adquiridos”. Atualmente, é funcionária pública efetiva, posto que ocupa há 25 anos, da Secretaria Municipal de Educação de Aquidauana, buscando participar das discussões da educação, principalmente a educação escolar indígena. Como professora e militante das causas indígenas, se empenha em ações que valorizem a língua indígena Terena no contexto escolar.

A professora Dalila avalia que a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul muito contribuiu nesse processo, por se constituir em um espaço de oportunidades para a continuidade dos estudos, considerando a cultura constitutiva da identidade dos acadêmicos indígenas, suas diferenças, como o seu “jeito de ser como povo”, e as línguas desses povos originários.

Ao oferecer o curso de pós-graduação *lato sensu* em Língua e Cultura Indígena, professores indígenas e não indígenas tiveram a oportunidade de dar continuidade aos estudos e ministrar aulas. Também puderam se aprofundar e valorizar a língua e a cultura Terena, desempenhando de maneira adequada a sua função social, pois a escola é

[...] um lugar de aprender conhecimentos, desenvolver capacidades intelectuais, sociais, afetivas, éticas, estéticas. Mas é também lugar de formação de competências para a participação na vida social, econômica e cultural. No segundo sentido, por meio de canais de participação da comunidade, a escola deixa de ser uma redoma, um lugar fechado e separado da realidade, para conquistar o status de uma comunidade educativa que interage com a sociedade civil. Vivendo a prática da participação nos órgãos deliberativos da escola, os pais, os professores, os alunos, vão aprendendo a sentir-se responsáveis pelas decisões

que os afetam num âmbito mais amplo da sociedade (Libâneo, 2004, p. 114).

O balanço que Dalila faz da sua inserção no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* Mestrado Profissional em Educação da UEMS é:

[...] essa experiência ampliou as minhas reflexões sobre as singularidades presentes no fazer pedagógico, pois é preciso considerar a história de vida dos estudantes Terena no seu processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista que essas reflexões impactaram a minha atuação em sala de aula. Tanto que resolvi continuar estudando o tema da pesquisa desenvolvida no Profeduc no Doutorado em Educação na Unicamp, estabelecendo o recorte voltado para a língua Terena.

Como pesquisadora e protagonista dessa história, atualmente, está vivenciando o desafio de escrever uma tese no Programa de Doutorado em Educação, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), na linha de pesquisa Linguagem e Arte na Educação, sob a orientação da Profa. Dra. Jaqueline Mendes, desde 2020. Nesse programa, tem feito leituras filosóficas, refletindo sobre a sua proposta de pesquisa, ou seja, buscando aprimorá-la: “[...] penso que seria não necessariamente aquele que anuncia a possibilidade do novo, mas sim aquele que procura viver as situações e dentro dessas situações vividas produzir a possibilidade do novo” (Gallo, 2002, p. 2).

Assim, no seu doutoramento em educação na Unicamp, está dando continuidade à pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação da UEMS, e afirma que busca analisar a língua Terena no contexto do currículo escolar, bem como descrever como o bilinguismo pode ser implementado no processo de ensino e aprendizagem, “[...] nos abrindo um caminho para a busca de

novos conhecimentos e estratégias para o aprimoramento do contexto escolar”, conforme nos ensina (e nos encoraja) Paulo Freire, tendo em vista que o professor deve buscar melhorar sua prática e formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita desse texto nos oportuniza constatar que a professora Dalila Luiz tem muito prazer em fazer parte da construção de conhecimentos de crianças e jovens Terena, tendo em vista que tem se empenhado nessa caminhada como profissional de educação. Também tem orgulho em fazer parte da etnia Terena, pois tem construído a sua formação continuada a fim de retornar à sua comunidade para contribuir com o seu povo, de maneira alinhada às lições de Freire (2010, p. 69): “aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito” e “a curiosidade como desafio para provocar algum conhecimento provisório de algo” (Freire, 2010, p. 87).

Também foi possível constatar, por sua ordem discursiva, que o/a professor/a se torna a chave principal na formação dos sujeitos, uma vez que deve saber ouvir, sentir, olhar o que cada educando apresenta, com o intuito de articular os saberes necessários ao processo de ensino-aprendizagem. Ninguém nasce professor ou é marcado para ser professor; “a gente se forma como educador permanentemente na prática e na reflexão sobre a prática” (Freire, 2010, p. 58).

A formação religiosa recebida no contexto familiar oportuniza a Dalila considerar que “tudo aquilo que vivenciamos é dádiva concedida pelo Criador”. Na sua percepção, ser professor é um

dom que nos é dado para ensinar “os caminhos que devem andar”, porque nos leva a confiar no potencial de cada estudante que chega em nossas salas de aulas, oferecendo-lhes dedicação, atenção, respeitando as diferenças, oferecendo-lhes meios para superar suas dificuldades. Portanto, “[...] o professor que não leve a sério sua formação, que não estude que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe” (Freire, 2010. p. 92).

Esses últimos anos evidenciam o quanto é desafiador atuar como professor em uma escola pública, principalmente ao vivenciar o contexto social em que a escola se insere, por isso, “[...] não posso ser professor sem me por diante dos meus alunos, sem revelar com facilidade ou relutância na maneira minha de ser, de pensar politicamente” (Freire, 2010, p. 96).

Dalila considera que os professores podem se posicionar porque são admirados pelos estudantes, confirmando que “não se escapa o que pensam de mim, como a postura ética ao conduzir a docência, distanciando da conduta autoritária, mas de forma respeitosa, desenvolvendo suas atividades. O professor a favor da esperança tem me animado apesar de tudo” (Freire, 2010, p. 102).

Assim, considera que a UEMS tem uma função social significativa, pois nos mostra os caminhos para construirmos uma perspectiva de vida melhor, como afirma Block (1997, p. 45) “[...] a experiência não apenas nos ensina que é impossível decidir previamente se as especulações aparentemente as mais desinteressadas não se revelarão, um dia, espantosamente úteis à prática”.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. Tradução de João Ferreira de Almeida. Nova tradução na linguagem de hoje. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2012.

BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. Disponível em: <https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/02/bloch-m-apologia-da-histc3b3ria.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2023.

BLOCH, M.; BLOCH, É.; LE GOFF, J. A história, os homens e o tempo. *In*: CASTRO, M. (ed.). **Introdução à História**. Lisboa: Publicações Europa-América Ltda., 1997. p. 85-102.

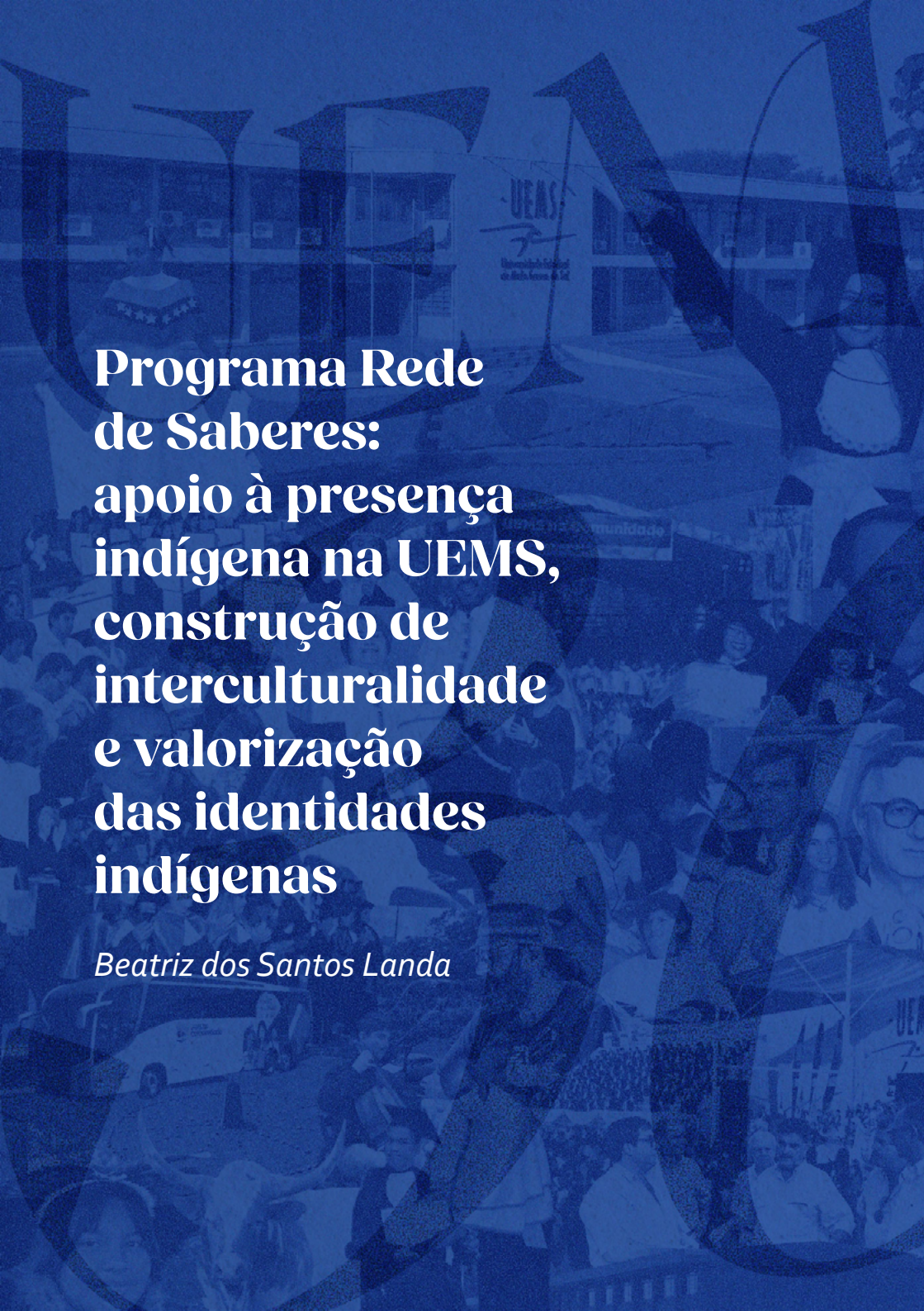
BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Brasília, DF, 13 jun. 2013. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2023.

BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2023.

BRASIL. **Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, de 24 de fevereiro de 2021**. Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/imagens/Oficio_Circular_2_24fev2021.pdf Acesso em: 03 jun. 2023.

DAYRELL, J. A escola como espaço sócio-cultural. **Ensino Sociologia**, [s. l.], 1996. Disponível em: <https://ensinosociologia.milharal.org/files/2010/09/Dayrell-1996-Escola-esp%C3%A7o-socio-cultural.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2023.

- FERREIRA, M. **Animação, gestão e parceria**. Lisboa: Universidade Aberta, 2003.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- FREIRE, P. **Educação e mudanças**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **Aprendendo com a própria história**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- GADOTTI, M. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.
- GALLO, S. Em torno de uma educação menor. **Educação & Realidade**, [s. l.], v. 27, n. 2, 2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25926>. Acesso em: 3 jun. 2023.
- LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico**. 17. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* Campinas, SP. Ed. Unicamp, 1990. (Coleção Repertórios). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4594598/mod_resource/content/1/LE_GOFF_HistoriaEMemoria.pdf. Acesso em: 02 jun. 2023.
- LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola teoria prática**. 5. ed. Porto Alegre: Alternativa, 2004.
- LUIZ, D. **Depoimento**. Campo Grande: [s. n.], 2023. 1 fita cassete (60 min).
- OLESEN, H. S. Exploração do sujeito problemático: história de vida, subjetividade, experiência de vida. **Educação**, [s. l.], v. 34, n. 2, 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/faced/article/view/8698>. Acesso em: 2 jun. 2023.



**Programa Rede
de Saberes:
apoio à presença
indígena na UEMS,
construção de
interculturalidade
e valorização
das identidades
indígenas**

Beatriz dos Santos Landa

INTRODUÇÃO

A bordar o Programa Rede de Saberes, que é executado desde o ano de 2006, significa não somente relacionar essa ação como um dos elementos que foram sendo construídos na UEMS para promover e fortalecer a presença e a permanência de acadêmicos/as indígenas na instituição, mas também refletir, tendo por base uma “tentativa” de autoetnografia, sobre a minha experiência como coordenadora do programa por quase 17 anos, no intervalo de março de 2018 a abril de 2021¹.

O objetivo desta breve reflexão – em virtude do espaço disponível não permitir que se apresente a maioria das experiências

¹ Entre março de 2018 e fevereiro de 2019, estive em afastamento para pós-doutorado em Educação na UCDB. No período de junho de 2019 a maio de 2021, estive à frente do Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação, Gênero, Raça e Etnia (CEPEGRE) na UEMS.

vividas ao longo do período², os momentos de angústia, dúvidas, desafios que esse tipo de atuação na universidade apresenta, tampouco que se relacione todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para que o programa se tornasse referência para os/as indígenas da instituição, mesmo que ainda seja necessário avançarmos para garantir a permanência desse segmento discente na instituição – é tecer algumas considerações sobre aspectos que considero relevantes para a compreensão do significado do programa para os/as acadêmicos/as indígenas, para a instituição e para mim. Serão experiências e recortes que concorrem para a compreensão da transformação causada na/para/sobre a UEMS pela presença de representantes dos povos indígenas do MS, em sua maioria, mas também de outros estados que, nesse tempo, buscaram na formação em nível superior uma alternativa para transformações pessoais, familiares e nas comunidades das quais são originários.

Não será produzida uma linha do tempo *stricto sensu*, apesar de ela existir internamente a cada tópico abordado, mas a pretensão é que tanto os temas selecionados, as pessoas citadas e a narrativa produzida, articuladas especialmente com minha experiência na coordenação, evidenciem os desafios e estratégias produzidas na tessitura do diálogo com os/as acadêmicos indígenas nesse devir que se transmuta constantemente, porque o que era viável nos anos iniciais do programa para resolver as problemáticas que se apresentavam, atualmente, deve ser analisado e definido a partir de outras perspectivas. Isso não significa que a experiência acumulada deva ser descartada; ao contrário, ela serve de iluminação e inspiração

² Outros dados e reflexões, consultar em: Vianna et al. (2014) e Aguilera Urquiza e Nascimento (2013).

para decisões mais acertadas e rápidas para cada situação que se apresenta. Algumas delas serão apresentados neste texto.

A CONSTRUÇÃO DO PROJETO PROGRAMA REDE DE SABERES NA UEMS

Neste momento, será necessário retornar a 2005, quando, no mês de março, com doutorado em História recém-concluído na PUCRS, fui convidada pelo Prof. Dr. Antônio Brand³, que, na época, coordenava o NEPPI/UCDB⁴, a participar de um evento sobre a temática indígena em Dourados, para falar sobre um projeto financiado pela Fundação Ford em apoio à permanência de indígenas no Ensino Superior, que estava sendo articulado com o pesquisador Antônio Carlos⁵, do Museu Nacional/UFRJ, denominado Trilhas de Conhecimento⁶, sendo que um dos núcleos previstos seria no MS.

Sabendo que a UEMS tinha um número expressivo de estudantes, propôs que, para MS, houvesse dois núcleos, pois assim abrangeria o maior contingente de indígenas no Ensino Superior. Depois dos trâmites burocráticos na reitoria, iniciamos a elaboração conjunta do projeto que ocupou praticamente todo o ano de 2005.

3 Graduado em História pela UNISINOS e doutorado pela PUCRS. Falecido em 2012, este pesquisador tem sua vida entrelaçada com a de muitos jovens pesquisadores/as indígena e não indígena que hoje estão começando a ocupar os espaços universitários como estudantes de pós-graduação e como docentes, os espaços de gestão em órgãos que tratam de educação, saúde, territórios, bem viver, produção agroecológica, sustentabilidade que atravessam os corpos e vidas indígenas.

4 Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas/Universidade Católica Dom Bosco.

5 Antônio Carlos de Souza Lima, graduado em História pela UFF e doutor em Antropologia Social pela UFRJ.

6 <http://laced.etc.br/acervo/livros/o-projeto-trilhas-de-conhecimento/>

Pela UEMS, além de mim, foram fundamentais as técnicas administrativas Nidene Cardena de Souza⁷, Elizabeth Dias Rode⁸ e Miriam Montenegro de Rosa⁹, que atuavam na Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários/PROEC, pois ficou definido que o Programa ficaria vinculado a essa pró-reitoria, pois estavam imbricadas a assistência estudantil e a relação com outra instituição.

Já pela UCDB, além do professor Brand, participou, de maneira integral, a professora Eva Maria Luiz Ferreira¹⁰, que se tornaria a responsável por toda a parte administrativa do projeto, tornando-se referência nas tratativas entre as instituições, bem como das decisões coletivas envolvendo as demais coordenações locais.

No cenário nacional, a UEMS foi a terceira IES com ações afirmativas para negros, por meio da Lei nº 2.605, de 06 de janeiro de 2003, com reserva de 20% das vagas, e a primeira para indígenas garantidas pela Lei nº 2.589, de 26 de janeiro de 2002, com um percentual de 10% definido pelo Conselho Universitário da UEMS (Cordeiro; Landa; Lacerda, 2018).

Em 2005, a UEMS estava recebendo o ingresso da segunda turma com cotas para indígenas e ainda se organizando para compreender essa presença, sendo que foi um grupo muito hostilizado e incompreendido, pois racismo, preconceitos e discriminações se confundiam, aliados ao receio que essas pessoas causavam em muitos da comunidade acadêmica, tanto docentes quanto discentes e técnicos, já que ainda são vistos e produzidos como sujeitos

7 Graduação em Ciências/Matemática pela SOCIGRAN, e Mestre Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos pela UEMS.

8 Graduada em Pedagogia/UFMS e mestre em Educação pela UCDB.

9 Graduada em Serviço Social pela Associação de Ensino de Ribeirão Preto/SP.

10 Graduada em História pela UCDB e Mestra em História pela UFGD.

genéricos, estereotipados, exóticos, primitivos, atrasados, distantes temporalmente da sociedade nacional e, de repente, estavam em cursos como Direito, Enfermagem, Agronomia, nas licenciaturas e necessitando de atenção assim como os/as demais discentes.

Eram comuns relatos de discriminação por parte de docentes e discentes, mas que somente eram verbalizados em momentos muito específicos e nunca no período em que alguma ação pudesse ser feita contra esse tipo de comportamento. Após 19 anos do primeiro ingresso com cotas, ainda existem casos assim se repetindo, e, em sua maioria, continuam não sendo denunciados nos canais hoje existentes, entre eles a ouvidoria.

É compreensível que isso ocorra em virtude de os grupos subalternizados e vulnerabilizados, em geral, não encontrarem respaldo para as suas reivindicações de justiça, simetria e igualdade, resolvendo como é possível cada situação com participação/acolhimento de amigos/as, familiares e apoiadores/as, e isso ainda é um desafio a ser enfrentado, necessitando que sejam criados alternativas e protocolos coletivamente para que acreditem e confiem em soluções institucionais.

Para a elaboração do projeto com a realidade dos/das acadêmicos/as da UEMS, optou-se por ouvir os discentes das Unidades Universitárias com mais presença indígena, que eram Dourados, Aquidauana, Amambai e Maracaju. Entre as demandas elencadas pelos/as estudantes, constavam laboratórios de informática e acesso à internet, aquisição de bibliografias básicas (pois relatavam que, quando chegavam na biblioteca, todos os exemplares estavam indisponíveis), apoio à participação e organização de eventos, formação de docentes para compreender a realidade dos/das indígenas, cursos

e monitorias para as disciplinas consideradas difíceis, especialmente as das Ciências Exatas, entre outras.

O que ficou evidenciado em todos os encontros realizados foi o reconhecimento de que estavam sendo ouvidos nas suas necessidades, mesmo não tendo a certeza da concretização do projeto. Em mais de uma oportunidade após o projeto ter iniciado, o depoimento de Rose Mariano da Silva¹¹ ainda é bem presente quando relembra que, após o grupo em Dourados ser ouvido, teria dito aos demais que participaram da reunião: “Este projeto não vai acontecer. Mais uma vez falamos para nada”.

Depois da aprovação do projeto, foi instalado, em 2006, o primeiro laboratório do Rede de Saberes¹² em Dourados, conforme tinha sido solicitado pelos/as acadêmicos/as, assim como a aquisição de bibliografias, cursos específicos de formação para a comunidade acadêmica, cursos diferenciados em unidades diversas, nos quais era abordada a articulação entre os saberes ocidentais e os saberes indígenas, com participação de estudantes de outras unidades. Nas outras unidades, não foi possível instalar laboratório de informática, mas foi negociado com as gerências e coordenações que oportunizassem atendimentos diferenciados aos/às indígenas nas suas especificidades, assim como eram adquiridos bibliografias e materiais quando demandados, e formações específicas e partici-

11 Graduada em 2010 na Enfermagem de Dourados.

12 Em outro tópico, serão apresentados os desafios para a concretização dessa demanda e os laboratórios que posteriormente foram instalados, destacando que todos os reitores eleitos após o professor Luiz Antônio Álvarez Gonçalves (in memorian) – em cuja gestão o Programa Rede de Saberes teve seu início –, a saber, Gilberto José de Arruda, Fábio Edir dos Santos Costa e Laércio Alves de Carvalho, apoiaram as iniciativas e ações propostas, tanto para a sua implantação e consolidação quanto para a sua expansão.

pações em eventos eram viabilizados. Para o coordenador geral do Trilhas de Conhecimento (Lima, 2018, p. 412),

Diversas foram as atividades desenvolvidas pelo Programa Rede de Saberes que, após essa etapa inicial, receberia mais dois financiamentos da Fundação Ford/PHEI. Mas, sem sombra de dúvidas, foram fundamentais a articulação institucional, local, regional e nacional, bem como a abertura de espaços para que os estudantes indígenas em formação pudessem exercer as atividades universitárias, especialmente por meio da iniciação à pesquisa e de tutorias e cursos específicos.

É importante destacar que a participação dos/das acadêmicas em todas as etapas de planejamento, execução e viabilização das ações e atividades do Programa Rede de Saberes contaram sempre com esse protagonismo, pois, em todas as reuniões realizadas com a coordenação geral e em outros momentos somente da UEMS para traçar estratégias específicas, participavam representantes das Unidades Universitárias que contavam com a presença de indígenas. Essa diretriz participativa dos/as estudantes foi definida em seus primórdios e segue até o momento.

PRESENÇA INDÍGENA NA UEMS DESDE A IMPLANTAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

Os estudos com/sobre povos indígenas no Brasil têm apontado que, em geral, são compreendidos como sujeitos genéricos e em íntima relação com o meio ambiente, podendo-se afirmar que essa visão pode ser considerada “positiva”, mas, na maior parte do tempo, são vistos como atrasados, primitivos, preguiçosos, sujeitos, bêbados, relacionando-os a pobreza, miséria e desigualdade social

e que impedem o desenvolvimento do país por reivindicarem suas terras ancestrais e tradicionais em um processo que os coloca como subalternos à sociedade nacional (Bonin, 2010; Collet; Paladino, 2014, entre outros).

Essa imagem negativa cristalizada que está dispersa na sociedade impede que sejam percebidas as potências desses povos em termos socioculturais e ambientais, educacionais, produção econômica diferenciada, preservação ambiental, produção de conhecimento por meio de epistemologias outras, construção de uma sociedade do bem viver, entre tantas outras possibilidades que são negadas, negligenciadas e desconsideradas por serem resultado do racismo estrutural que envolve os povos indígenas.

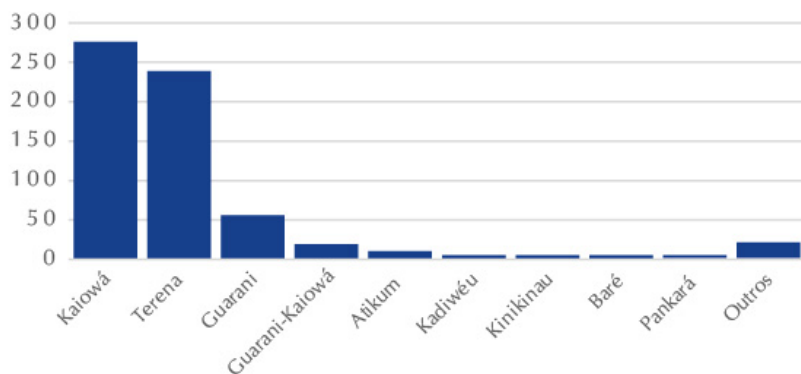
A universidade tende a reproduzir a sociedade no seu pensamento hegemônico, e o ingresso de indígenas no Ensino Superior, e na UEMS em particular, foi acompanhado de estranhamento, desconfiança e preconceito, pois provocou a emergência de situações de discriminação provocadas por segmentos da comunidade acadêmica que nunca ocorreriam se o sistema de cotas não viabilizasse a entrada de pessoas negras e indígenas em seus quadros discentes, que, independentemente do povo e do tipo de intervenção que é efetuada por essas pessoas nas salas de aula (participante ou não, falante ou silencioso etc.), faz emergir o desconhecimento e o distanciamento que a maioria da população brasileira possui sobre eles.

Nesses 17 anos, o perfil dos/as indígenas que ingressam na UEMS mudou, a comunidade universitária mudou, e a instituição também criou mecanismos para acolher indígenas, pessoas negras, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, mas ainda permanecem muitas estruturas e pensamentos baseados na colonialidade do ser, do saber e do poder que subalternizam os saberes produzidos por esses

segmentos (Quijano 1989, 2005; Mato, 2017; Nascimento; Vieira; Landa, 2019).

A presença indígena na UEMS, desde a implantação das ações afirmativas, foi sendo gradativamente ampliada na ocupação das vagas, pois, a título de comparação, foram efetuadas 64 matrículas em 2004 e 260 em 2023 no primeiro ano, corroborando a importância das ações afirmativas como oportunidade de acesso ao Ensino Superior. Os ingressantes variaram ao longo desse período, uma vez que há especificidades, como a ampliação ou a redução do número de cursos, e formas diferenciadas de ingresso (vestibular, SISU, processo seletivo interno, processos específicos e diferenciados para cursos interculturais e, mais recentemente, análise do histórico escolar).

Atualmente, são 625 matrículas, em 10 Unidades Universitárias presenciais e 5 polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em que a instituição atua, das quais 366 estão nas licenciaturas, 255 nos bacharelados e 3 nos tecnológicos. Nelas, 275 acadêmicas/os pertencem ao povo Kaiowá, 238 aos Terena, 55 aos Guarani, 18 aos Guarani-Kaiowá, 3 aos Kadiwéu e 2 aos Kinikinau, referente ao território de MS. Já de outros estados, são 9 Atikum, 2 Pankará e 2 Baré. Há aquelas/es que não têm etnia identificada, que somam 21 pessoas.

Gráfico 1 – Matrículas de indígenas em 2023, distribuídas por povos indígenas.

Fonte: Elaborado pela autora.

O Gráfico 1 evidencia que a maioria das vagas por cotas na instituição está sendo ocupada por jovens provenientes dos municípios localizados no estado de Mato Grosso do Sul. Esses dados relacionam-se às políticas públicas implementadas nos territórios indígenas, em resposta às demandas dos movimentos sociais, especialmente os que possuem foco na educação, como o movimento de professores indígenas, que apresentam dados sobre o aumento de adolescentes concluintes do Ensino Fundamental e Médio, além de estudos indicando que o Ensino Superior é um horizonte a ser buscado, mesmo com os problemas que essa etapa da educação vem apresentando, especialmente após a pandemia: “A presença indígena no ensino superior é irreversível, seja como estudantes ou como docentes: essa é uma nova configuração que precisa ser acompanhada por políticas públicas para garantir o ingresso, a permanência e a conclusão nas graduações” (Landa; Lacerda; Catanante, 2020, p. 88).

Há, ainda, a vinda de acadêmicos/as de outros estados, que se inserem nas políticas de acesso que às universidades públicas vêm adotando nos últimos vinte anos, especialmente o SISU¹³, e que vem atraindo jovens para ingresso na UEMS. Destaca-se, por exemplo, que há nove discentes do povo Atikum, de Pernambuco, que estão matriculadas/os no curso de Medicina, o que exigirá da universidade um olhar ainda mais atento para as políticas institucionais de permanência desses/as ingressantes

A presença de 156 discentes Kaiowá está concentrada na Unidade Universitária de Amambai, localizada no sul do estado, em territórios classificados como reservas, áreas demarcadas e áreas retomadas com historicidades e organização social específicas que estão começando a ser estudadas por acadêmicos/as que cursam História e Ciências Sociais, contribuindo para uma compreensão êmica dos contatos entre indígenas e não indígenas nesse espaço com histórico de desrespeito e violência estatal contra os seus modos de vida e existência, territórios e a todos os aspectos que os diferenciam do restante da sociedade.

A Unidade apresenta mais de 90% de estudantes indígenas nos dois cursos com cotas de 10% (História e Ciências Sociais), mas, em virtude de fatores variados, ingressaram mais pessoas do que o previsto pelas políticas de ingresso, entre elas, a opção dos indígenas de não ingressarem por cotas, o que vem transformando completamente o perfil dos discentes no local. Cariaga (2021, p. 91) reproduz a fala de uma aluna em evento na Unidade em que afirma

13 O Sistema de Seleção Unificada (SISU) reúne, em um sistema eletrônico gerido pelo MEC, as vagas ofertadas por instituições públicas de Ensino Superior de todo o Brasil, sendo a grande maioria delas ofertada por instituições federais (universidades e institutos). O sistema executa a seleção dos estudantes com base na nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Para mais informações, acessar: <https://acessounico.mec.gov.br/sisu>.

que “Antes não tinha indígena na universidade, agora, se o ônibus da aldeia não vier, não tem aula”, reconhecendo essa hegemonia de estudantes indígenas nos dois cursos ainda ofertados atualmente ¹⁴.

A oferta da primeira turma de Pedagogia Intercultural neste ano de 2023 atua no sentido de ampliar a forte presença Kaiowá na Unidade. Essa primeira oferta foi feita com a perspectiva de proporcionar formação específica e diferenciada, com uso da Pedagogia da Alternância, para pessoas que já estão atuando na Educação Infantil e na primeira etapa do Ensino Fundamental nos municípios de Amambai e Caarapó¹⁵ que fizeram convênio com a UEMS com vistas a garantir que somente profissionais com nível superior adequado possam atuar nessa etapa da educação, diminuindo a presença de leigos no processo educacional, em consonância com as políticas de educação intercultural demandadas pelos movimentos indígenas.

A situação apresentada pela Unidade de Amambai revela a importância que o Ensino Superior tem para as famílias Kaiowá e Guarani, e que a UEMS, por ser uma instituição pública, deve estar alinhada com as transformações no perfil dos discentes, assim como deve promover perspectivas interculturais na proposição e na execução dos currículos nos cursos, nas metodologias de ensino, nas relações interpessoais, e que as negociações entre os/as acadêmicos/as, lideranças e ñanderus e ñandesys e os não indígenas que atuam nesses espaços (docentes, discentes, técnicos/as administrativos/as, terceirizadas/os) busquem a simetria na sua efetivação, para,

14 O curso de História está sendo desativado, pois foi transferido para Campo Grande, e conta com somente duas turmas regulares. O curso de Ciências Sociais está com oferta suspensa e em processo de estudo para sua reoferta, transferência ou proposição de um novo PPC.

15 Município localizado a 275 km da capital Campo Grande.

como destaca Cariaga (2021, p. 98), “[...] tornar as experiências de sala de aula mais próximas às referências de mundo dos estudantes, desprendendo-se um pouco das ementas das disciplinas em favor da leitura e dos debates de textos, de pesquisas e de outras formas indígenas de produção autoral”.

No período de 2006 a 2023, foram graduados/as 323¹⁶ indígenas de várias etnias, provenientes tanto do etnoterritório Cone Sul, que abriga os povos Guarani e Kaiowá em sua maioria, assim como do etnoterritório Povos do Pantanal, do qual são provenientes indígenas dos povos Terena, Kadiwéu e Kinikinau, além de outros estados da Federação. É preciso ressaltar que o percentual de ocupação das vagas previstas está em torno de somente 50% do total, pois há Unidades e cursos que não completam as vagas por razões diversas.

O acompanhamento dos/as egressos/as ainda não está sistematizado, mas as informações que existem atualmente indicam que há uma alta empregabilidade para os/as licenciados/as nas aldeias de que são originários, especialmente em Pedagogia, Letras e Ciências Biológicas. As oportunidades para os/as graduados/as nos bacharelados (Enfermagem, Direito, Engenharias) têm requerido um tempo maior para a sua efetivação, bem como para os/as que concluem os cursos tecnológicos.

O 1º Encontro de Egressos e Egressas Indígenas da UEMS, ocorrido no ano de 2018, teve a participação de mais de oitenta egressos/as tanto como participantes como palestrantes; na ocasião, foi apresentado um gráfico que demonstrava o percentual de concluintes por modalidade de curso, sendo 55,6% nas licenciaturas, 37,9% nos bacharelados e 6,5% no tecnológicos. A formação por

16 https://portal.uems.br/assets/uploads/registro_academico/numeros/2_2019-04-03_15-43-23.pdf

áreas de conhecimento apontava 29,6% nas Ciências Humanas; 20,1% em Linguística, Letras e Artes; 17,2% nas Agrárias; 14,8% nas Ciências Aplicadas, e os demais distribuídos nas demais áreas. Esses dados são até 2018, quando tinham se graduado 196 indígenas. Nos últimos cinco anos, houve um incremento de mais de 60% de indígenas que se graduaram, atingindo o número de 323 profissionais nas diversas áreas do conhecimento.

Outro dado relevante é que há um percentual de estudantes que continua na pós-graduação não somente no MS, mas também em outros estados. Há que se destacar que a inserção desses/as egressos/as acontece nos espaços de saúde, nas escolas, seja como docentes, seja na gestão, como vereadores e ocupando cargos nos municípios, na assessoria de deputadas e no Ministério dos Povos Indígenas (MPI), o que se traduz como uma conquista histórica dos povos indígenas por meio de seus movimentos sociais, definindo políticas que são fundamentais para o bem viver dos povos indígenas, a proteção do meio ambiente e a garantia de direitos conquistados na Constituição Federal de 1988.

PROTAGONISMO DOS/AS ACADÊMICOS/AS INDÍGENAS NA UEMS

“Nunca mais sem os povos indígenas”, ou outras frases com o mesmo significado, tem alertado sobre o deslocamento das relações assimétricas que os/as não indígenas mantiveram com os indígenas ao longo do tempo. Se, anteriormente, a escolarização era usada como justificativa para decidir sobre as ações a serem realizadas em território indígena ou mesmo desrespeitar as decisões comunitárias sobre assuntos que atingiam a vida dos povos indígenas, após

a Constituição Federal de 1988, houve um incremento na formação escolarizada de indígenas em todos os níveis e nacionalmente, que resultou no acesso coletivo desse segmento da população ao Ensino Superior, no qual a UEMS é um exemplo, pois foi a primeira universidade a ter cotas reservadas especificamente para indígenas.

Assim, desde a elaboração do projeto até a atualidade, por formas diretas ou indiretas, sempre houve a participação dos/as acadêmicos/as, e o protagonismo ocorreu em vários momentos, mas especialmente nas lutas e demandas que se apresentavam. Como exemplo, pode ser citado o bloqueio da rodovia Guaicurus, em virtude do atraso no pagamento do benefício do Programa Vale Universidade Indígena (PVUI) pelo Governo Estadual. Esse ato repercutiu e, no dia seguinte, a bola estava na conta dos/as beneficiários/as. Após esse acontecimento, foi criada a Associação dos Acadêmicos Indígenas da UEMS, que nunca chegou a ser regularizada *stricto sensu*, mas cujas presidências, com o apoio dos/as demais acadêmicos/as, obtiveram conquistas importantes, como: fortalecimento da identidade indígena na instituição e discussão sobre alterações no PVUI (Arildo França e Agnaldo Areco)¹⁷, passes municipais para a universidade que fica a 20 km da cidade (Tatiane Martins Gomes)¹⁸, transporte da aldeia Jaguapiru à universidade (Tiago Fernando Aquino Soares)¹⁹. A pandemia interrompeu essa sequência, e, no momento, não há mais a figura que articula o coletivo de estudantes indígenas da UEMS. Arrisco a afirmar que o conjunto das estruturas atualmente existentes prescindia de uma pessoa que represente todos/as, pois,

17 Graduado em Direito em 2010.

18 Graduada em Turismo em 2015.

19 Graduado em Direito em 2021.

em cada Unidade, há os/as que, junto com as coordenações locais, buscam resolver os desafios que se apresentam.

Para os povos falantes da língua materna indígena, a língua portuguesa hegemônica na universidade apresenta-se frequentemente como um grande desafio a ser superado, especialmente no momento de produzir e apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O aluno Rezeno Jorge, do povo Kaiowá, solicitou apresentar o TCC na língua materna, e o pedido foi acolhido por orientador, coordenação e banca. A partir dessa primeira experiência, outras passaram a ocorrer, tanto em língua Guarani como em Terena, agora acontecendo de forma sistemática.

Verifica-se que estudantes que pouco se expressaram ao longo de sua formação, ao terem reconhecida a sua língua para esse momento considerado muito angustiante, expressam-se com a segurança que deveria ter sido constante ao longo da sua formação. Por receio de sofrer preconceito linguístico, evitam falar em sala de aula, manifestar-se coletivamente ou limitam suas participações orais, transformando o espaço universitário em um local de sofrimento e superação diária para a continuidade do curso. Os pesquisadores Santana e Paim (2018, p. 16) afirmam que

[...] os conflitos e tensões no âmbito acadêmico [...] contribuem para a construção de um futuro mais dialógico e respeitoso dentro do espaço acadêmico em relação à experiência de quem vive a universidade e tem o que falar sobre esse espaço, revelando as violências e tensões que se fazem presentes em seus corpos e em suas experiências.

É impossível não abordar, neste texto – em que trazemos as memórias, as alegrias e as dores dos/as protagonistas da história de um projeto que ainda está sendo construído dia a dia –, o impacto

da pandemia da covid-19, um evento que atravessou a trajetória dos/as acadêmicos/as indígenas na sua forma mais cruel, trazendo o reconhecimento das imensas desigualdades em que o país está imerso. Esse evento avassalador que foi a pandemia de covid-19 teve a condução negligente, desastrosa e omissa do presidente Jair Bolsonaro, que foi acionado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), no Superior Tribunal Federal (STF), para criar um gabinete de crise, devido ao descaso com o qual os povos indígenas estavam sendo tratados na crise sanitária.

O estado de Mato Grosso do Sul não acompanhou o que estava acontecendo em nível federal, e houve iniciativas para conter o avanço da pandemia em territórios indígenas, com uma imensa contribuição da sociedade civil organizada, que criou alternativas e estratégias para se fazer presente, nas quais contaram com a participação de estudantes universitários, professores/as ou não, que estiveram presentes para evitar o ingresso de não indígenas nos territórios, inclusive com uma portaria²⁰ expedida pela Fundação Nacional do Índio²¹ (FUNAI) impedindo o acesso.

A UEMS, assim que foi reconhecida a pandemia, alterou as formas de realizar o processo de ensino e aprendizagem, e as aulas passaram a ser *online*, para evitar a propagação do vírus. Assim, as relações que eram presenciais passaram e ser realizadas por meio de telas, mediadas por programas que objetivavam a permanência do grupo de estudantes para a realização das atividades acadêmi-

20 Portaria nº 419/PRES, de 17 de março de 2020.

21 Somente em 1º de janeiro de 2023, a FUNAI passa a se denominar Fundação Nacional dos Povos Indígenas, por meio da Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, que estabeleceu a organização dos órgãos da Presidência da República e dos ministérios.

cas²². Os resultados disponíveis demonstram que, mesmo com as intervenções da instituição e de apoiadores/as nas U.U., as evasões, os trancamentos e as reprovações foram significativos e precisam ser melhor conhecidas para compreender o efetivo impacto da pandemia entre os/as indígenas no Ensino Superior, corroborando que ainda há uma longa trajetória para a diminuição das desigualdades sociais e econômicas desses povos.

Esses exemplos confirmam a importância da participação dos/as indígenas nas decisões que envolvem o coletivo na instituição, para que sejam construídas relações interculturais efetivas, além de ser necessário promover a escuta atenta quando as demandas são levadas às instâncias decisórias, como docentes, colegiados de curso, coordenações, entre outras.

ACOLHIMENTO NO PROGRAMA REDE DE SABERES

Nessa trajetória feita com políticas públicas e institucionais e compartilhada com pessoas que foram fundamentais para a construção do Programa Rede de Saberes enquanto uma maneira de se relacionar com os indígenas que passaram a ingressar na universidade a partir de 2004, é preciso que seja reconhecida uma pessoa que, em sua singeleza, amorosidade, dedicação, compromisso e tantas outras características que promovem o acolhimento respeitoso, tem sido um esteio para as/os acadêmicas/os de Dourados, que com ela convivem diariamente, mas também para os de outras Unidades Universitárias, por meios variados, no início do projeto, por telefone

22 Foram muitas as legislações internas a cada etapa da pandemia, mas elas não serão tratadas, pois não é foco deste texto.

(quando essa era a comunicação mais comum) e e-mail, e, atualmente, pelo WhatsApp, que é a Antônia de Souza Silva²³.

Antônia é responsável pela não evasão de acadêmicas/os em casos em que o racismo, o preconceito e a discriminação foram insuportáveis no ambiente institucional. Os conselhos, os abraços afetuosos e a palavra de estímulo e reconhecimento da força ancestral para não desistir proporcionaram as condições para reconhecerem que não estavam sozinhos/as nesse ambiente que ainda é hostil e assustador para pessoas que vêm de outra matriz epistemológica e cujos modos de vida em suas comunidades são constantemente apontados como “atrasados”, “primitivos”, “retro-gados” e como fatores de “impedimento para o desenvolvimento” do país. São vários os depoimentos, tanto de egressas/os quanto de graduandas/os, mas selecionamos dois que representam o início do Rede de Saberes na UEMS e as percepções sobre a atuação da Antônia. Para Lidimara Francisco Valério²⁴, que ingressou no ano de 2004 na UEMS, Antônia

Foi uma pessoa muito importante para nós. [...] Quando a gente entrou, a gente estava perdida. Não sei se a universidade não estava pronta para receber a gente ou a gente pra lidar com aquele mundo que a gente não estava acostumada. Saí da comunidade e na universidade havia muitos olhares, nós éramos os diferentes, ainda eram poucos indígenas. O olhar da classe dominante era muito forte para a gente. Nós não tínhamos nada específico, era tudo no geral. A

23 Antônia de Souza Silva atua na parte administrativa desde julho de 2006, substituindo Tônico Benites, que atuou de março a julho de 2006 e que é graduado no Curso Normal Superior na UEMS, fez doutoramento em Antropologia na UFRJ e, hoje, é coordenador da Regional da FUNAI de Dourados e docente do curso de Pedagogia Intercultural na U.U. Amambai.

24 Graduada em Pedagogia na UEMS/Unidade Universitária de Dourados, em 2018.

sala de informática, foi terrível. Tinha medo de apertar qualquer tecla, porque eu não sabia mexer em nada. Aí veio a sala do Rede de Saberes e ganhamos a dona Antônia. Era como uma mãe para a gente. Até me emociono. Como ela foi acolhedora para todos nós. Será eterna em nossos corações. Será uma eterna gratidão, porque ela abraçou a gente de uma forma muito especial, porque não foi fácil a nossa luta dentro da universidade.

Esse depoimento apresenta vários elementos que demonstram a necessidade de se promover ações nos espaços universitários que atuem para além dos aspectos econômicos e acadêmicos, visando a permanência dos grupos historicamente desfavorecidos no sistema educacional. Para os indígenas, o reconhecimento de que eram considerados/as diferentes pelas/os não indígenas trazia a informação não verbalizada de que sua presença era e ainda é considerada indesejável no ambiente universitário. Também ficam evidenciados as lutas e os desafios constantes para permanecer na universidade, superando as pressões e tensões acadêmicas, econômicas, epistemológicas, sociais e psicológicas envolvidas em cada etapa da trajetória universitária.

A pesquisadora Clarice Cohn (2016, p. 20) afirma que é necessário “reconhecer a capacidade que estes estudantes têm de responder àqueles sofrimentos”, mas é importante que, institucionalmente, se compreenda que o acolhimento e a promoção dessas pessoas marcadas pela negação e/ou desvalorização das suas identidades devem se aliar às demais políticas de permanência cujo foco seja a minimização das vulnerabilidades econômicas. A afirmação repetida por acadêmicas/os de diferentes povos, e ouvida tantas vezes por mim desde a implantação do Programa a Rede de Saberes, de que a Antônia é “como uma mãe” remete a uma relação cons-

truída com confiança, respeito e afetividade, em que, em ambos os lados, existe a entrega sincera para o fortalecimento das subjetividades, muitas vezes já muito maltratadas pelo racismo estrutural presente nas relações entre indígenas e não indígenas.

ESPAÇOS INDÍGENAS E INTERCULTURAIS

A presença de pessoas indígenas no Ensino Superior deve ser acompanhada de outros elementos materiais e simbólicos que reforcem a importância do ingresso, mas que também demarquem uma especificidade nos processos educativos nas suas diversas modalidades e níveis, pois, no decorrer do contato entre indígenas e não indígenas, o acesso à educação em geral foi negado, negligenciado e usurpado enquanto um direito dos povos indígenas, servindo, na maior parte do tempo, para as tentativas de transformar o “índio” em “uma pessoa civilizada”, que se espelhasse e reproduzisse o modo de vida dos não indígenas em seu cotidiano, em processos de apagamento, invisibilização e ocultamento dos outros modos de existir. Buscava-se integrar o indígena à sociedade nacional, por meio de práticas integracionistas, homogeneizadoras e assimilacionistas que desvalorizavam os modos próprios de produzir e compartilhar saberes e conhecimentos construídos coletiva e socialmente. O desconhecimento, a desqualificação e a desvalorização das muitas outras formas de produzir conhecimento foram sempre marginalizadas ao longo do tempo.

Conforme apresentado anteriormente, o primeiro local onde foi instalada uma estrutura de apoio e identificação étnica na UEMS foi a Unidade Universitária de Dourados, no bloco E, em um pequeno local onde, anteriormente, funcionava o xerox para os/as aca-

dêmicos/as da instituição. Nesse local, foram instalados os primeiros computadores com acesso à internet e de uso exclusivo das/os indígenas e de colegas apoiadores/as que realizavam as atividades solicitadas conjuntamente, o que era percebido como uma situação a ser incentivada, pois não se transforma a sociedade sem o apoio de outros segmentos e instituições.

Uma situação que me marcou foi ver escrito, na parede do laboratório de informática recentemente inaugurado, e que era motivo de orgulho para as/os acadêmicas/os indígenas, a expressão “aldeinha dos índios”. Escrita com giz, em letras legíveis de longa distância na parede de tijolos, demonstrava o descontentamento de algumas pessoas e setores não com a saída²⁵ do xerox do local, pois estava em um ponto estratégico na instituição, mas por ser ocupado rapidamente por um laboratório com uso específico para os indígenas.

Ao conversar com um acadêmico que participava de movimentos sociais e foi muito presente na implantação do Programa Rede de Saberes desde a elaboração do projeto inicial, ele disse o seguinte: “Já estamos acostumados com isso. Todos os dias sofremos preconceito. Deixe passar o tempo que as pessoas se acostumam”. Para minimizar os efeitos nefastos do racismo, foram promovidas formações frequentes sobre a temática indígenas para docentes, discentes e técnicos/as administrativos/as.

Aquelas frases, ditas naquele momento e daquela forma, me soaram e me soam ainda hoje como uma forma de resistência que não vai para o enfrentamento, porque sabe que não havia um/a au-

25 Na época, perguntei ao reitor professor Luiz Antônio Álvares Gonçalves se a saída do xerox não causaria uma onda de protestos. Ele respondeu que o contrato tinha encerrado e que aquele serviço não poderia mais continuar. O serviço foi transferido para outro local.

tor/a ser identificado/a e, portanto, seria uma busca em vão, reconhecendo que os indígenas são guerreiros (termo muito utilizado nos momentos de tensão) e que resistiriam àquele tipo de agressão. Por outro lado, também é possível analisar como certo conformismo e aceitação de uma situação que é inaceitável, porque, para ele, talvez o comportamento daquelas pessoas que tentaram desvalorizar a conquista obtida pelo grupo de indígenas que estudava em Dourados não se alterasse, considerando a trajetória já experienciada antes.

No ano de 2010, essa estrutura de apoio foi transferida para um local maior, com mais computadores, impressoras, acesso à internet e com um micro-ondas para uso das pessoas que circulavam no local. No período da pandemia, o local foi ampliado e foi reinaugurado em 2022, após retorno às aulas presenciais; hoje, possui uma copa com micro-ondas, geladeira, mesa de refeição, além de laboratório, espaço para estudo e para o apoio administrativo.

É importante ressaltar que os outros cinco espaços criados posteriormente nas Unidades de Amambai, Campo Grande, Jardim, Aquidauana e Naviraí, inicialmente, tiveram apoiadores/as que são docentes ou técnicos/as da instituição. O compromisso de apoiar a permanência de indígenas na instituição se traduziu em locais que iniciam em locais pequenos, muitas vezes compartilhados, e, gradativamente, pela dedicação dos/as docentes que lá atuam e se dispõem a enfrentar o novo desafio, vão conquistando uma situação mais adequada.

Em Amambai, a gerente da Unidade, Viviane Scalon Facchin²⁶, sempre demonstrou interesse pela situação dos/as indígenas que estudavam naquela Unidade, e, por meio dela, havia o acompanhamento efetivo no local, mesmo sem ter um espaço que pudesse

²⁶ *In memorian.*

ser disponibilizado para utilização pelo Rede de Saberes. Esse contato era tanto via gerência quanto por meios variados. Lembrando que, nos anos iniciais do programa, os meios de comunicação eram bastante restritos, sendo que o WhatsApp, mais comum modo de comunicação com docentes e discentes hoje, especialmente após a pandemia, só surgirá posteriormente. No ano de 2019, o prof. Diógenes Cariaga²⁷ assumiu a função de coordenar as atividades locais. Em 2023, a gerência²⁸ também disponibilizou um local maior, que está passando por reformulações.

Em Campo Grande, a professora Sônia Albuquerque Filiú²⁹ assumiu a tarefa, porque fazia pesquisas com povos indígenas e, por muito tempo, lutou para conseguir um local para a instalação de um espaço de acolhimento desses povos, mas a disputa por espaço era enorme. No ano de 2018, finalmente houve a liberação de uma sala pequena, onde foi possível colocar computadores, impressora, ter um espaço para armazenamento de materiais, e que se tornou referência para os/as indígenas da unidade. Alguns ficaram responsáveis pelo local, cumprindo suas horas como bolsistas de programas institucionais e estaduais em que ingressaram por meio dos editais. Atualmente, a profa. Leia Teixeira Lacerda³⁰ e o prof. Diógenes Cariaga estão na coordenação das ações no local.

Aquidauana sempre apresentou problemas na distribuição dos espaços, e o atendimento aos/às acadêmicos/as, desde o início do Programa, era realizado diretamente com os/as alunos/as, por

27 Graduado em Ciências Sociais (UFMS) e doutor em Antropologia (UFSC).

28 Flávio Rodrigues Lhopes, Gerente da U.U. de Amambai.

29 Graduada em Pedagogia pelo Instituto Adventista São Paulo e doutorado em Educação/UCDB.

30 Graduada em Psicologia (UCDB) e doutora em Educação (USP).

meios que foram variando ao longo do tempo, conforme destacado, e as representações locais mantinham intenso diálogo para que pudessem também ter acesso aos bens que o Programa, enquanto foi financiado, podia oferecer.

Com a transferência do professor Rogério Ferreira da Silva³¹, pertencente ao povo Terena, houve a possibilidade de um espaço, que acabou se concretizando, mas dividindo com o gabinete de trabalho do referido docente. A demarcação de um espaço para uso dos/as acadêmicos/as indígenas como um espaço específico iniciou-se no ano de 2018, e, neste momento, ainda é objeto de um processo de luta para um local maior, inclusive na retomada da participação efetiva do grupo de indígenas presentes na unidade.

Na U.U. de Jardim, a demanda surgiu de estudantes que sabiam de espaços do Rede de Saberes em outras unidades, e também do reconhecimento da importância das ações realizadas pelo Programa, que ouviram de profissionais que atuam na escola e que participaram em Dourados e em outras instituições, inclusive nas aldeias, de várias ações que contribuíram para a formação qualificada e socialmente referenciada desses/as profissionais, especialmente pelas oficinas e cursos diferenciados que foram proporcionados pelo Programa.

Assim, as tratativas para a existência desse local para atendimento ao segmento indígena foram concluídas no ano de 2022, com a inauguração de um espaço coordenado pela Profa. Dra. Adélia Evangelista que contou com a presença do reitor³² da UEMS e de lideranças indígenas das aldeias próximas à Unidade³³. Na inaugu-

31 Engenheiro Agrônomo pela UFRRJ e doutorado em Solos na UEL/PR.

32 Prof. Dr. Láercio de Carvalho.

33 Lideranças indígenas Terena: Ramão Silva (cacique da Aldeia Taboquinha); Val-

ração, houve apresentações da dança feminina *Siputerena* ou *Putu-Putu* da etnia Terena, conduzidas pelas acadêmicas indígenas e mulheres da comunidade, como manifestação e reafirmação das Outras linguagens culturais dos povos indígenas da região³⁴.

Na U.U. de Naviraí, assim como em todos os locais já elencados, é fundamental a presença de pessoas que tenham ou que desenvolvam a sensibilidade e o comprometimento para as questões e temáticas indígenas, para que seja possível implementar ações de apoio aos/às discentes, mesmo que em passos que parecem curtos, mas que transformam a vida de segmentos vulnerabilizados pelo processo excludente vivido no país. A chegada do Prof. Dr. Manuel Caleiro³⁵ ao curso de Direito – que possui acadêmicos/as Kaiowá e Guarani, provenientes de aldeias situadas em municípios situados a mais de 100 km e que viajam diariamente para estudar sob condições bem adversas, por motivos variados – tem representado um estímulo para a continuidade no curso, por ser um apoiador que defende as demandas indígenas nos colegiados e em outras instâncias da instituição.

Em negociação com a gerente³⁶ da Unidade, inicialmente, houve o compartilhamento de um espaço com outro curso, e, posteriormente, em outubro de 2020, houve a liberação de outro local que demarca a presença indígena e os seus modos de existir e cons-

mir Rocha (Aldeia Água Branca); Joel (Aldeia Cabeceira) e Adelvar Pereira Barros (cacique na Aldeia Brejão), o Vereador Terena Sérgio Marques – Nioaque.

34 <https://portal.uems.br/noticias/detalhes/-uems-de-jardim-destaca-novo-espaco-da-rede-de-saberes-voltado-ao-acolhimento-a-indigenas-145349>

35 Graduado em Direito na UFPR e doutoramento pela UFPR.

36 Profa. MSc. Inês de Souza Barba.

truir universidade pautados pelo respeito e compromisso com suas comunidades.

Esse conjunto de ações para a criação de estruturas que promovam o acolhimento, o cuidado, o respeito e a reafirmação do processo inclusivo que não deve se esgotar no acesso pelas cotas, e continuar em toda a trajetória desses sujeitos que foram historicamente usurpados do direito ao estudo, resultou na efetiva institucionalização das ações do programa Rede de Saberes, quando o grupo de responsáveis/coordenadores desses espaços interculturais, juntamente com mais uma pesquisadora³⁷ da temática indígena e um técnico administrativo³⁸, participaram do edital para a criação de até três CEPEX, que são os Centros de Ensino, Pesquisa e Extensão, que buscam articular o tripé que caracteriza as universidades, além de fomentar grupos de pesquisa, consolidar linhas de pesquisa (aqui alinhadas com as temáticas indígenas), incentivar a formação de recursos humanos, e, no presente caso, acompanhar, apoiar, valorizar as trajetórias de indígenas que ingressam na instituição.

O CEPEX Rede de Saberes Indígenas/CEPERSI foi criado por meio da Portaria nº 003, de 27 de janeiro de 2023, publicada no *Diário Oficial* nº 1.061 de 30 de janeiro de 2023. Como essas estruturas foram apresentadas como um todo indissociável para comprovar a existência de laboratórios para a criação do centro, hoje, elas estão asseguradas e institucionalizadas com objetivos e metas previstas no seu plano de trabalho.

Como o Programa Rede de Saberes era e continua sendo um projeto coordenado por mim, enquanto docente da instituição, a

37 Amanda Danaga. Docente da U.U.de Paranaíba e Doutora em Antropologia pela UFSC.

38 Jean Willian de Souza. Graduado em Pedagogia/UFGD.

qualquer momento, poderia ser interrompido por motivos variados. Como um CEPEX institucionalmente constituído, as ações nele previstas estão asseguradas, assim como todos os espaços construídos com muita determinação dos/as docentes que assumiram a tarefa de acolher os/as indígenas que demandavam locais em que pudessem demarcar suas identidades em cada Unidade Universitária.

Os/as acadêmicos/as indígenas na UEMS, provenientes tanto dos territórios de MS como de outros estados, que trazem para a universidade suas alegrias, suas dores, seus modos de existir e resistir, seus saberes, suas línguas originárias, suas epistemologias, cosmologias, cantos, rezas, danças, artes, as formas de produzir e construir conhecimentos baseados na ancestralidade, na espiritualidade e na coletividade, precisam estabelecer relações interculturais entre os/as discentes, com docentes e técnicos/as apoiadores/as, e a instituição, por meio de estratégias diversas, tem que implementar espaços onde o respeito e a valorização da diversidade sociocultural seja um valor a ser propagado e constantemente produzido/promovido/fortalecido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita deste texto poderia ser feita a partir de perspectivas diversas, mas a opção de fazer uma reflexão da minha trajetória como coordenadora do Programa Rede de Saberes na maior parte da sua execução requereu um retorno ao passado para selecionar o que seria abordado e qual a melhor maneira de fazê-lo. Muitas situações também significativas não foram apresentadas nem analisadas, assim como pessoas que contribuíram para a permanência dos/as acadêmicos/as indígenas ficaram invisibilizadas.

A intenção era escrever a partir das experiências que foram me afetando ao longo desses anos, e que compreendo como elementos fundamentais para que o programa Rede de Saberes se consolidasse, se tornasse referência na instituição no apoio aos/às indígenas, mesmo com todos os desafios que ainda precisam ser superados, e que somente será possível por meio do diálogo igualitário e simétrico entre a comunidade acadêmica e os/as estudantes indígenas para encontrar soluções negociadas para as demandas que surgem no cotidiano da universidade.

Sem dúvida, houve avanços significativos na construção de processos interculturais na instituição, nas práticas burocráticas, nas relações com a comunidade acadêmica, nos órgãos que atuam com os/as estudantes indígenas que protagonizaram situações em que as reivindicações ocorreram por estratégias diversas e sempre coletivas tendo como fundamentos as identidades étnicas, ancestralidades e espiritualidades. Essas ações têm favorecido que os universos simbólicos dos quais esses indivíduos são herdeiros/as transformem as práticas pedagógicas e promovam relações mais colaborativas na universidade.

REFERÊNCIAS

AGUILERA URQUIZA, A. H.; NASCIMENTO, A. C. **Rede de Saberes**: políticas de ação afirmativa no Ensino Superior para indígenas no Mato Grosso do Sul. 1. ed. Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.

BONIN, I. T. Povos indígenas na rede das temáticas escolares: o que isso nos ensina sobre identidades, diferenças e diversidade? **Revista Currículo sem Fronteiras**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 73-83, jan./jun. 2010.

CARIAGA, D. E. É possível guaranizar a universidade? Reflexões iniciais sobre Antropologia e a presença dos estudantes indígenas na UEMS em Amambai (MS). **Anuário Antropológico**, [s. l.], v. 46, p. 78-99, 2021.

CORDEIRO, M. J. J. A.; LANDA, B. S.; LACERDA, L. T. Permanência na educação superior: ato de resistência de negros/as e indígenas pela identidade e formação. *In*: SOUZA, A. da S. Q. S.; MACIEL, C. E. (org.). **Desafios na educação superior**: acesso, permanência e inclusão. Curitiba: CRV, 2018.

COHN, C. Uma década de presença indígena na UFSCar. **Campos**, [s. l.], v. 17, n. 2, 2016

COLLET, C.; PALADINO, M.; RUSSO, K. **Quebrando preconceitos**: subsídios para o ensino das culturas e história dos povos indígenas. Rio de Janeiro: Laced, 2014.

LANDA, B. S. A presença indígena no ensino superior da UEMS: a mobilização dos/das estudantes na construção de processos interculturais. *In*: RAM – REUNIÓN DE ANTROPOLOGÍA DEL MERCOSUR, 12., 2018, Posadas - Argentina. **Libro de Actas** [...]. Posadas, Argentina: Universidade Nacional e Misiones, 2018. v. 1. p. 4856-4871.

LANDA, B. S.; LACERDA, L.T.; CATANANTE, B. R. Concepções de estudantes indígenas e não indígenas do Ensino Médio sobre o ingresso no ensino superior em duas Instituições escolares em Mato Grosso do Sul. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, [s. l.], v. 10, p. 72-91, 2020.

LIMA, A. C. S. Ações afirmativas no ensino superior e povos indígenas no Brasil: uma trajetória de trabalho. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 24, n. 50, p. 377-448, 2018.

LIMA, A. C. S.; BARROSO, M. M. (org.). **O projeto trilhas de conhecimentos e o ensino superior de indígenas no Brasil**: uma experiência de fomento e investigação para ações afirmativas. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2018.

MATO, D. Superar el racismo oculto e interculturizar las universidades. Experiencias, avances y desafíos. **Revista +E 7**, Buenos Aires, p. 188-203, 2017.

NASCIMENTO, A. C.; VIEIRA, C. M. N.; LANDA, B. S. Experiências interculturais na Universidade: a presença dos indígenas e as contribuições à lei nº 11.645/08. **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 39, n. 109, p. 397-416, set./dez., 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur).

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. 2. ed. Coimbra: Alamedina, 2009.

SANTANA, T. O.; PAIM, E. A. Mônadas sobre mulheres indígenas na universidade. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**. Dossiê História Indígena e estudos decoloniais, [s. l.], n. 31, 2018.

VIANNA, F. L. B.; FERREIRA, E. M. L.; LANDA, B. S.; AGUILERA URQUIZA, A. H. **Indígenas no Ensino Superior**: as experiências do programa Rede de Saberes, em Mato Grosso do Sul. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2014.



UEMS (1993-2023): relatos de uma trajetória

Zélia R. Nolasco dos S. Freire

INTRODUÇÃO

E lá se foram 30 anos de história, 30 anos de vida, 30 anos de juventude, 30 anos de trabalho, 30 anos de dedicação, 30 anos de sonho, 30 anos de esperança, 30 anos errando e aprendendo (quem não erra?), 30 anos caindo e levantando (essa parte é a mais importante) sem perder a ternura e a confiança de que toda a transformação ocorre na Educação e pela Educação. 30 anos nos quais duas trajetórias se cruzam, dois caminhos se encontram, e a história de uma é a história da outra, ou, pelo menos, andaram e andam lado a lado até hoje. É assim que vejo a história da UEMS e é assim que me incluo na sua história, que é também parte da minha. É nosso tempo, nossa força de vida, nossas experiências e aprendizados. Não sei se conseguirei separar vida profissional de vida pessoal porque só tenho uma vida.

Quando a Editora UEMS publicou o edital para um dossiê comemorativo “30 anos da UEMS” para o registro e divulgação da história da instituição, na minha mente, surgiu uma grande incógnita: participar ou não? De que forma escrever? Pensei comigo, o que tenho para registrar não tem como se fixar em um gênero apenas, talvez o lírico e/ou o épico. Há quem diga que o gênero trágico, talvez o cômico, até o tragicômico seria o mais indicado. E o que dizer da comédia? Não. Espero ficar entre o lírico e o épico, me perdoem se uma vez ou outra os outros gêneros insistirem em dar o ar de suas graças. Eles são deveras teimosos e maquiavélicos.

A partir daí, vi-me diante de uma encruzilhada: *Dom Quixote de La Mancha*, de Miguel de Cervantes, e *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto; eis-me de frente com Dom Quixote e Policarpo Quaresma. Aqui preciso dizer-lhes que até pensei em escolher heroínas, mulheres protagonistas na literatura, e, embora saiba que temos algumas, não me ocorreu, nesse momento, nenhum nome à altura dos aqui citados que os ideais fossem grandiosos e semelhantes aos deles. Como eu sempre falo e alguns até riem quando ouvem, “não sou filha de mãe assustada”. Na verdade, não sou mesmo. Se tem uma heroína a quem devo fazer referência, essa é minha mãe. E, se fosse para fixá-la em uma narrativa literária, colocá-la-ia como uma protagonista em romances sobre a Guerra do Paraguai, tal qual Senhorinha.

Preciso confessar que me vi, na verdade, durante esses anos, fazendo o papel desses dois protagonistas, heróis, sonhadores, visionários e lunáticos. Mas, daí, pensei comigo: tudo bem, afinal, esse é o verdadeiro papel de uma professora. E, lendo o edital, vi que a opção pelo gênero memórias era uma das propostas, e é por aí que me enveredo.

CONCURSO DOCENTE

De repente, não mais que de repente, me vi entusiasmada tal qual no momento em que me propus a fazer o concurso docente para professora do Ensino Superior da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Era o ano de 1999. Com um histórico e currículo em escolas particulares, ministrava as disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura no Ensino Fundamental e Médio. Logo, isso me endossou a pleitear uma vaga no Ensino Superior. Aliás, ressalto que experiência na docência deveria ser um dos pré-requisitos para o Ensino Superior. Digo isso porque tenho visto alunos de licenciatura, bolsistas de iniciação científica, depois no mestrado e doutorado como bolsistas e, então, aprovados em concurso público para o Ensino Superior, chegam em sala de aula sem nenhuma experiência como professor.

Hoje temos os Programas do PIBID e o estágio à docência que aproximam mais o aluno de licenciatura da experiência de sala de aula; na minha época, não tínhamos isso, porém, ainda na graduação, comecei a trabalhar como monitora na UEDI, da tia Eliane, e essa experiência contribuiu para decidir sobre o que faria quando me formasse.

Era o ano de 2000 quando assumi a vaga de docente para a área de Letras na UEMS. Naquela época, os professores eram verdadeiros caixeiros-viajantes, iam de uma Unidade à outra semanalmente; minha *via crucis* passou por várias Unidades da UEMS: Amambai, Jardim, Maracaju, Glória de Dourados. Já que os professores não permaneciam muito tempo em determinada Unidade, a rotatividade era alta.

Imaginem vocês quando, no início, assumi aulas na Unidade de Amambai, a carga-horária toda lá, foi uma verdadeira maratona. As disciplinas eram as que apareciam; ainda bem que todas eram da minha área de formação: Linguística, Estágio Supervisionado em Língua e Literaturas em Língua Portuguesa. Lembro-me carinhosamente dessa época. A gerente era a Profa. Viviane Scalon Fachin (*in memoriam*), da área de História, que Deus a tenha. Foi ela que me recebeu e me hospedou em sua casa quando cheguei, e a coordenadora era a Veronice Farias de Moura.

Não posso deixar de fazer referência às professoras Ivonete Stéfanes e Cláudia Mariza, que também fizeram parte dessa jornada. Tornamo-nos grandes amigas. Até me familiarizar com essa *via crucis*, íamos de ônibus para Amambai, já que a Verô, a Ivonete e a Cláudia moravam em Dourados também. Com o tempo, passamos a ir de carro; íamos em três, às vezes, quatro professores, semanalmente. Em Amambai, inicialmente, permanecia por dois dias, segunda e terça-feira; chegava segunda pela manhã e retornava na terça após às 23h.

Literalmente, ficávamos à disposição da UEMS por tempo integral. Preciso dizer que Amambai deixou-me a impressão de uma cidade apazível, bem organizada, principalmente, no bairro em que fica a Unidade; era perceptível o bom padrão de vida de seus moradores, e alguns diziam que era devido ao fato de ser zona de fronteira, onde era frequente o contrabando e o tráfico de drogas, e isso nos amedrontava.

Várias vezes, visitei as cidades vizinhas Tacuru, Nova América, para acompanhar os alunos no estágio, fazíamos visitas técnicas, entre elas, na Escola Técnico Agrícola de tempo integral e um curtime local, para checarmos as condições e as relações humanas,

de trabalho, e viabilizamos projetos em parceria: redação, língua portuguesa, leitura etc. Fizemos excelentes trabalhos e atividades de ensino com a comunidade escolar.

Enfatizo que a UEMS é o que é devido aos alunos que por aqui passaram, mas, principalmente, devido aos professores e técnicos que deram e dão o seu melhor todos os dias para que ela se destaque no *ranking* de Instituições do Ensino Superior, até porque muitos que por aqui passaram não desenvolveram vínculos com a UEMS e foram embora na primeira oportunidade; alguns apenas atravessaram a rua; outros mudaram de estado. Mas está tudo certo, a vida segue o curso natural das coisas.

PROFESSORES, TÉCNICOS, ALUNOS, ENFIM, AMIGOS

Recordo-me de grandes profissionais, seres humanos maravilhosos e pessoas amigas com as quais tive o privilégio de trabalhar durante esses anos de UEMS, e farei referência a alguns deles. Foi nesse período que conheci a Profa. Leocádia Petri Leme (*in memoriam*), mulher e profissional a quem sempre admirei, corajosa, determinada e pulso firme, que administrou sabiamente a instituição.

Wilma Leda foi outra pessoa que marcou meu período inicial na Instituição, lembro-me que, ao assumir o concurso, ainda estava vinculada à Escola UEDI, pois já havia iniciado as aulas e estava aguardando arrumar outro professor para ficar no meu lugar quando a Wilma me chamou e, direta como sempre, me perguntou se eu iria ou não continuar com a UEMS, já que, por ser dedicação exclusiva (DE), o professor não pode ter outro vínculo empregatício (naquele momento não sabia ou nem me atentei para o que era DE). De imediato, disse-lhe que estava providenciando o desligamento

da escola e que, tão logo resolvesse, ela seria informada. Caso usasse chapéu, retirava-o para essa grande profissional.

Outra grande profissional e amiga que fez parte dessa história foi a técnica administrativa, de início em Amambai, depois como gerente da Unidade de Dourados, a Profa. Veronice Faria Moura. Antes de mais nada quero agradecer-lá pela parceria que tivemos e por ter contribuído da forma que contribuiu nos eventos que organizamos, durante vários anos, quando estava na gerência. Quando entrei na UEMS, reencontrei a Verô, visto que nós já nos conhecíamos de um grupo de corretores de redação do vestibular, juntamente com a Profa. Alzira, a Profa. Helena e o Luís, seu esposo. Era muito trabalho; líamos e corrigíamos centenas de redações de vestibular; às vezes, uma redação passava até por um terceiro avaliador e, então, discutíamos e chegávamos a um veredicto final. Isso demonstrava a seriedade e a responsabilidade com que o grupo trabalhava. Aprendíamos muito com essas trocas.

Aliás, vários professores já eram antigos colegas da época em que trabalhávamos na rede privada, entre eles: Prof. Geraldo (Erasmus Braga), Prof. Emílio (Erasmus Braga), Prof. Dalton (UEDI), Prof. Agnaldo (Erasmus Braga), Prof. Noé (Erasmus Braga), Profa. Vera Lutti (Erasmus Braga). Vários técnicos também já tinham cruzado o meu caminho antes da UEMS; com alguns, fiz a graduação no Ceud, outros, a vida se encarregou de nos aproximar: Regina Meyer, Rosa Decian, Marinalva da S. Pedro, Darci Omodey, Leila Roque, Angela Mercí, Valéria, Márcia, Georgina e Laura. Se, por falha de memória, deixei de citar alguém, peço desculpas antecipadamente.

Outra pessoa que reencontrei, após muitos anos, foi o técnico Robson. Acredito que o Robson seja um dos que conheci quando criança. Estudamos juntos na primeira série do Ensino Fundamental,

na Escola Estadual Menodora Fialho de Figueiredo, com a professora Massae. Sim, ao vir para a UEMS, várias pessoas retornaram ao meu círculo de amizades, e o Robson foi uma delas. Lembro-me que, juntamente conosco, estudava também o Marcos Gino, outro menino que se destacava por sua inteligência; soube depois que ele é professor da UFGD, inclusive, o encontrei algumas poucas vezes na universidade.

Vejam só: relato isso porque nada é por acaso na vida da gente. Fico feliz em saber que aquelas crianças cresceram e se realizaram enquanto seres humanos. Preciso dizer, ainda, que o Prof. Luiz Antônio Alvares Machado (*in memoriam*), ex-reitor da UEMS, também deixou marcas na nossa história. Na da UEMS, por motivos óbvios, e, na minha, por ter sido uma pessoa com um senso de humanidade extraordinário, pois, num dado momento em um dos tantos eventos que organizei na instituição, estava eu procurando uma tomada para ligar uma máquina de café no *hall* de entrada do Anfiteatro do bloco A, térreo, quando o então Magnífico Reitor se aproximou e disse “Profa. Zélia vou providenciar isso” e ele mesmo resolveu no ato. A propósito, ninguém imaginaria que aquele evento daria tanto pano para manga, quem sabe, no momento oportuno, ainda volte a abordar mais detalhes sobre ele. Porém, aconteceram coisas que até Deus duvida, e é melhor que fiquem onde estão, seguras pelo desconhecimento da maioria.

O QUE SERIA DE MIM SEM MEUS ALUNOS?

Além desses professores, técnicos e colegas que destaquei anteriormente, preciso dizer que já perdi a conta de quantos alunos passaram por mim. Ou eu por eles? Acredito até que seja eles que

passaram por mim, afinal, passaram e foram embora, o que é natural. Todos foram muito importantes e marcaram, de alguma forma, o meu dia a dia aqui na instituição. Agora há alguns que realmente preciso citar, pois deixaram muito deles comigo. De memória, lembro-me do aluno Sílvio Emerson Rompatto (*in memoriam*), que, antes de ser aluno de Letras, era técnico do laboratório de línguas, proativo, um rapaz inteligente e que contribuiu na organização de vários eventos, junto com a comissão organizadora. Morreu muito jovem por um motivo insignificante. Dessa época, me vêm à memória outros alunos e alunas que também fizeram parte da nossa história na instituição: Eni, Lilian, César, Katiúscia Ricardo, Laureane, Mábeli, Paula Abrão, Gleice Jane, Sara, Simone, Rosineide, Cássia Regina, Katiúscia, Hiluska, Érica Berloff, Amanda Barbosa, Fernanda Pache, Camila, Edvaldo, Marcos, Luana, Micheli, Carolaine, Jaqueline Zanzi, Rozana, Célia, Fátima Neide, entre outros. Sei que corro o risco de deixar de citar muitos, pois a memória dessa professora que já entrou nos “enta” faz um certo tempo não colabora, mas é um risco que tenho que correr.

São deveras muitas histórias. Histórias que em muito se aproximam das aventuras e peripécias de D. Quixote e Policarpo Quaresma. Aqui seria um projeto educacional para o Ensino Superior, e, em primeiro lugar, preciso enfatizar o que faz um professor de Ensino Superior, e que não é para qualquer um não: ministra aulas, orienta TCC, orienta IC, orienta aluno na pós-graduação, coordena e desenvolve projetos de pesquisa, ensino ou extensão, participa de reuniões intermináveis, entre elas: colegiado, pedagógica, CDE, Coes, Couni, Cepe, Comissão de bolsas etc. Para todos os projetos, há a obrigatoriedade de se entregar relatório a cada seis meses, e IC também. Quando o aluno faz o relatório, deve-se corrigir, com-

plementar e restabelecer a ordem mínima; quando não fazem, o professor mesmo é obrigado a fazê-lo, pois, caso contrário, ficará inadimplente na Pró-Reitoria.

CAPACITAÇÃO DOCENTE

Quando se pensa em um professor iniciante no Ensino Superior, é possível traçar alguns passos. Caso tenha entrado apenas com título de Especialista, terá que aguardar, no mínimo, dois anos do estágio probatório para pleitear um afastamento para capacitação, e, nesse momento, o que lhe resta é começar um diálogo com um programa de pós-graduação, cursando disciplina como aluno especial, uma por semestre, e, quando chegar o momento, fazer a solicitação de aproveitamento de créditos, e tudo vai se encaixando. Esse foi o caminho que muitos professores seguiram, inclusive eu.

Nessa fase, a profa. Veronice e eu fizemos algumas disciplinas no Câmpus da UFMS de Três Lagoas. Só posso dizer que sobrevivemos, mas as peripécias enfrentadas durante as viagens dentro desse estado, deixo para lá, levaremos para o túmulo. E isso tudo trabalhando, isto é, ministrando aulas e tudo o que isso acarreta e correndo atrás de capacitação, cursando disciplinas como aluna especial, leituras e mais leituras, artigos e seminários. Durante o mestrado, tive um afastamento de seis meses no final para a escrita da dissertação e, no doutorado, tive afastamento integral.

Preciso dizer que o afastamento para capacitação com bolsa (ou mesmo sem bolsa) é um investimento que a instituição proporcionou e proporciona aos professores e a si mesma. Agradeço imensamente a oportunidade de participar desse processo. No mestrado, algumas disciplinas na UFMS, em Três Lagoas, depois na Unesp,

Câmpus de Assis; no doutorado, Unesp de Assis e Ibilce, em São José do Rio Preto. Viajar semanalmente, não queiram saber o que é isso. Aliás, adoraria que os nossos administradores passassem por uma experiência como essa para terem o mérito de fazer parte da administração pública ou ser representantes públicos. Talvez aí, quem sabe, saberiam valorizar o professor.

Alguns grupos de professores foram contemplados com DINTERS e MINTERS, programas de pós-graduação em parceria com outras instituições, pelo que me recordo, tivemos um Programa de Doutorado Interinstitucional (DINTER), desenvolvido em cooperação com o Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no período compreendido entre os anos 2010-2014. Tivemos também essas parcerias para capacitação dos professores na área da Administração e na área do Direito.

ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

Em relação ao histórico de organização de eventos na área de Letras, comecei muito cedo; assim que cheguei à UEMS, resolvi enfrentar os desafios de organizar eventos que contribuíssem para a formação acadêmica de nossos alunos. Antes de relacionar os eventos realizados, é preciso fazer um breve histórico de como tudo aconteceu.

Em 2002, participei do XIII Fórum Acadêmico de Letras (FALE), na UNEMAT, Câmpus de Cáceres; ministrei uma oficina e, entusiasmada com o evento, participei no ano seguinte, em 2003, no XIX FALE na Universidade Federal de Goiás (UFG), e em 2004, em Palmas, no Tocantins, na Universidade Luterana do Brasil (UL-

BRA), e levei os alunos para participar dessa vez. Consegui levar uns 14 alunos, de van, para participar do evento. Tantos desafios enfrentados além dos perigos nessas rodovias brasileiras. Em 2005, a organização do XV FALE ficou sob nossa responsabilidade na Sede da UEMS, em Dourados. Recordo-me que a Pró-Reitora de Extensão era a Mazé, grande profissional. O FALE é um evento internacional e itinerante, promovido pela Associação Nacional de Pesquisa na Graduação em Letras (ANPGL) desde 1990, e, ao final de cada edição, é feita uma eleição para escolher a próxima instituição a organizar.

Dessa forma, os eventos foram pensados e organizados desde o I Encontro de Pesquisa em Letras, sendo criado, posteriormente, o I Encontro de Pesquisa na Pós-Graduação em Letras, pois foi uma sequência natural, visto que criáramos a especialização *lato sensu* em Estudos Linguísticos e Literários.

Durante o período de afastamento para o doutorado, não foi realizada nenhuma edição do Congresso Nacional dos Estudos Linguísticos e Literários de Mato Grosso do Sul (CNELLMS). Com isso, após retornar do doutorado, em 2009, em conversa com os professores da área, juntamos todos os eventos em um só por uma questão de otimizar recursos e, também, não perder o histórico desses eventos. Desse modo, já estamos no X Encontro de Pesquisa na Graduação em Letras (EPGL), IX Congresso de Estudos Linguísticos e Literários de Mato Grosso do Sul (CNELLMS), VII Encontro de Pesquisa na Pós-Graduação de Letras (EPPGL) e II Encontro do ProfLetras.

A partir do momento em que assumi a coordenação do ProfLetras, em 2019, criamos e agregamos o I Encontro do ProfLetras de Dourados para contribuir para a formação pedagógica dos professores-alunos matriculados no ProfLetras da UEMS. Esses eventos reuni-

dos têm caráter multidisciplinar e destinam-se a estudar as diversas relações entre os vários segmentos do saber relativo à linguagem, bem como discutir e debater o estado da arte dos estudos de linguagem nos diversos níveis no ensino, na pesquisa e na extensão. Congregam profissionais que atuam nas áreas de Linguística, Línguas e Literaturas, nas diferentes regiões do Brasil.

Na área de Literatura, destacamos a importância das obras literárias de escritores sul-mato-grossenses como representação de fatos históricos e culturais de um povo e de uma época. Sublinha-se, assim, uma perspectiva teórico-crítica, cuja proposta visa refletir acerca das produções regionais enquanto narrativas que são tessituras do local, a partir das quais os autores/escritores formularam diversas abordagens de um entorno comum.

Já na área de Linguística, constata-se o grande laboratório da fronteira para a pesquisa de dialogismos e neologismos linguísticos. Para isso, vários pesquisadores contribuem para o ensino na graduação, assim, o tripé da instituição é fortalecido. Enfim, esse projeto justificou-se por sua relevância científica e social para o MS e para o Brasil. Recordando-me ainda do XV FALE que organizamos em Dourados, é importante registrar que, naquela época, não tínhamos um anfiteatro que coubesse todo o público esperado, quase mil estudantes de todo o país; desse modo, alugamos uma mega tenda da Prefeitura Municipal de Dourados, que foi instalada onde foi construído o teatro novo. A tenda tinha um palco, e alugamos cadeiras para que os participantes se acomodassem.

Era tudo muito difícil e tinha que fazer e pensar em tudo. Alguns alunos ficaram alojados no quartel, outros ficaram alojados no próprio campus. Muitos colegas e alunos contribuíram na organização, o que facilitou um pouco meu trabalho. Mas lembro-me que

tive que ir até um sítio vizinho à UEMS solicitar que emprestassem um trator para que a tenda fosse armada. Ainda, para a reserva do anfiteatro do Parque dos Ipês, deixei um cheque-caução com um aluno, mas esse cheque foi extraviado; felizmente, uma boa alma encontrou e deixou no meu banco. Ninguém imagina o que já tivemos que fazer para que esses eventos saíssem do papel, mas valeu a pena. Talvez, hoje, não sei se faria essas loucuras mais.

Ressalto, por fim, que já escrevi e reivindiquei muito para a UEMS e pela UEMS. Deem uma olhada na mídia sul-mato-grossense para se inteirar desse histórico. Em 2022, publiquei o livro *Palavras movediças*, pela Editora Life, que contém alguns textos desses.

CRIAÇÃO DE CURSOS TECNOLÓGICOS

Ainda resgatando todas as peripécias quixotescas, houve um período em que assumi a Divisão de Educação Profissional e Tecnológica (DEPT), momento no qual foram criados alguns Cursos Tecnológicos na UEMS, na gestão do Prof. Gilberto Arruda: Engenharia de Alimentos em Naviraí; Horticultura em Ivinhema; Agroecologia e Sucroalcooleira em Glória de Dourados. Foi um grande desafio todo o processo de criação e escrita do Projeto Político Pedagógico de cada curso, além de visitar cada Unidade, reuniões e mais reuniões. Foi tudo muito instigante, e a instituição e todos os envolvidos cresceram com isso.

Cada curso tinha suas especificidades e singularidades, e lá ia eu para reuniões em Brasília, *workshops*, reuniões com prefeitos com o objetivo de angariar parcerias, enfim, até o momento, vejo como um projeto ousado e que, se tivéssemos estruturado, teria sido muito melhor do que foi. Foram tantos profissionais e colegas en-

volvidos nessa proposta, que peço desculpas, mas não dá para citar aqui. Mas, creiam, reconheço positivamente o trabalho de cada um de vocês. Sei que a UEMS somos nós, e a UEMS (instituição) não tem como fazer esse reconhecimento, por isso, faça aqui esse registro.

PFRH-PB10

Após ter assumido a DEPT, apareceu uma proposta da Universidade da Petrobrás. Não vou historicizar muito o processo, pois as demandas foram inúmeras, mas, finalmente, após muito trabalho e persistência, assinamos um convênio com a Petrobrás. O projeto teve o seguinte título: Programa de Formação de Recursos Humanos (PFRH- PB 10). Confesso que, quando o filho é bonito, a situação muda completamente, apesar da gestação de risco. E foi o que aconteceu. Graças a Deus e ao trabalho realizado, esse projeto foi deveras primoroso para a instituição e para todos: cursos, professores e alunos envolvidos.

Foram cinco cursos com cinco bolsas cada, por turma/ano, a saber: Engenharia Ambiental, Engenharia Física, Agronomia, Química Industrial e o Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais (PGRN). Agradeço muito ao Prof. Dr. Alessandro Minillo, professor visitante que trabalhou conosco durante a vigência do Convênio, de 2012-2014, profissional centrado, competente e que soube enfrentar os desafios. Em 2014, veio à público o rombo governamental na Petrobrás e, com isso, o fim do convênio.

COORDENAÇÃO DO PROFLETRAS

O trabalho de professor não é algo constante, monótono, tal qual uma boa parcela da sociedade imagina. Está mais para uma engrenagem, como os moinhos de vento de Dom Quixote: numa hora venta para um lado, noutra hora, para outro; às vezes, calmo, às vezes, um verdadeiro tornado. Por vezes, o professor está lá quietinho ministrando aulas, mas, com sinceridade, não é tão quietinho, porque ser professor nos leva a estar sempre conectados com a busca do autoconhecimento e do autoaperfeiçoamento, além de querer ministrar sempre uma aula melhor que a outra. Além disso, o professor também assume outras funções na instituição. Uma das últimas que assumi foi a de coordenadora do Mestrado Profissional em Letras – ProfLetras, Mestrado em Rede coordenado pela UFRN, de 2019-2023. Nesse período, tivemos que pensar em Planejamento estratégico, impacto econômico, social e cultural do Programa, internacionalização, inserção (local, regional) e visibilidade do Programa. É preciso dizer que muito foi feito, mas há muito mais ainda por fazer, principalmente no que diz respeito valorização do professor que trabalha na pós-graduação. Nesses quase 15 anos de pós-graduação, não vi nenhum *plus* para o professor de Pós, a não ser o *plus* de trabalho. Houve um ou outro edital para publicação, mas sem constância ou continuidade.

CURSO NORMAL SUPERIOR

Fazendo um paralelo com um outro curso que já tivemos na nossa instituição – aliás, diga-se de passagem, foi com ele que a UEMS começou: o Curso Normal Superior, com início em 2000, que

levou, ao longo de 10 anos, aproximadamente dois mil professores a conquistar a formação universitária –, ambos, tanto o Normal Superior quanto o ProfLetras, foram criados pensando em qualificar professores que já atuam na rede pública de Educação Básica. Falar do Normal Superior, falar da UEMS, significa falar em Eliza Cesco, do escritório de representação da UEMS em Campo Grande: “O curso foi fundamental para Mato Grosso do Sul porque elevou consideravelmente a qualidade da educação básica”, assim ela se manifestou na mídia sobre o Normal Superior. Destaco, ainda, que, na época, a atual vice-reitora, a profa. Dra. Celi Corrêa, era a gerente da UEMS em Campo Grande, e a secretária estadual de Educação era a Sra. Nilene Badeca. A propósito, fiz parte do Conselho Estadual de Educação (CEE) por um período curto, porém com muito aprendizado.

Desde o início do ProfLetras, vejo o quanto são semelhantes entre si: ProfLetras *versus* Curso Normal Superior, já que possuem prazo de validade como tudo na vida. Há de chegar o momento em que não teremos mais professores na Educação Básica sem mestrado, e daí, sim, com certeza a qualidade do ensino será outro. Para isso, é preciso (e aproveito para reivindicar) que as Secretarias de Educação tanto do município quanto do estado proporcionem condições para seus professores fazerem o ProfLetras. Embora o ProfLetras, assim como o Normal Superior, seja voltado para o professor que já está efetivado e em sala de aula, nada impede que seja liberado de um percentual de aulas na rede, 50% da carga-horária seria excelente.

A UEMS ENTRE AS GRANDES

Enfim, 30 anos para uma instituição pública no MS é muito, sem dúvida. Mas pouco, comparando-se a instituições renomadas.

Vejam a história de quem ocupa o primeiro lugar no *ranking Quacquarelli Symonds*, do Reino Unido: o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), fundado em 1861 e localizado na cidade de Cambridge, nos EUA, é referência no mundo todo por suas pesquisas nas áreas de Ciências Exatas e Biológicas e já formou mais de 80 laureados com o prêmio Nobel. Já a universidade brasileira mais bem qualificada nesse *ranking* é a Universidade de São Paulo (USP), fundada em 25 de janeiro de 1934, que está em 115ª posição.

A edição de 2023, lançada pelo *QS ranking*, leva em conta 6 fatores para estabelecer as posições das instituições: reputação acadêmica, reputação para os empregadores, proporção entre os números de alunos e professores, citações por docente e proporção de professores estrangeiros e de alunos do exterior. Desse modo, o MIT lidera como melhor universidade do mundo.

Na 2ª posição, está a Universidade de Cambridge (1209); em 3ª, Stanford (1891); em 4ª, a Universidade de Oxford (1096); em 5º lugar do ranking, a Universidade de Harvard (1636); empatadas em 6ª posição, estão a Caltech – Instituto de Tecnologia da Califórnia (1891) e a Imperial College London (1907); na 8ª posição, está a University College London (UCL) (1826); em 9ª, está a Instituto Federal de Tecnologia de Zurique (ETH Zürich) (1855); o 10º lugar é ocupado pela Universidade de Chicago (1892).

O *QS Ranking* é liderado majoritariamente por instituições norte-americanas e britânicas. Entre as universidades da América Latina, todas melhoraram de posição em relação ao *ranking* anterior. As que ficaram em boas posições foram: Universidade de Buenos Aires (UBA) (1821), em 67º; a Universidade Nacional Autónoma de México (UNAM) (1551), em 104º; a Pontifícia Universidade Católi-

ca de Chile (UC) (1888), em 121°; a Universidade do Chile (1842), em 167°; e o mexicano Tecnológico de Monterrey (1943), em 170°.

Desse lugar, e comparado às universidades da América Latina, a Universidade de São Paulo (1934), em 115°, assume lugar de destaque. É óbvio que sabemos tudo o que está em jogo ao fazermos essas inferências. Essa classificação apresentada pelo *QS Ranking* seguiu os seis fatores citados; agora, também são avaliados fatores ligados ao ambiente estudantil, como, por exemplo, a proporção entre o número de estudantes de PhD e de alunos da graduação. Levando tais critérios em conta, as melhores universidades do mundo aparecem em outra posição, não necessariamente a que foi apresentada. De qualquer modo, as boas universidades sempre figuraram no *ranking*, às vezes para mais, às vezes para menos.

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Ao verificar o histórico dessas instituições, principalmente de tempo de fundação e o fato de que, em sua maioria, são instituições privadas, vocês devem estar se perguntando: como ousa fazer esse comparativo? Sim, não tenho culpa se sonho alto. Sonho em ver a educação como um projeto governamental sério, com um fundo criado especificamente para escolas, professores e alunos. Sonho com o dia em que os administradores irão pagar o piso (isso é o mínimo) dos professores e, quiçá, fazer tal qual o prefeito Valdeli Rosa, de Costa Rica, interior de MS, que pagou o 14°, 15°, 16° e ainda metade de um 17°. Usou o dinheiro do Fundo para a Manutenção e o Desenvolvimento da Educação Básica. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o Ideb, combina resultados de exames padronizados no país inteiro, com informações sobre o rendimento escolar dos

estudantes. Segundo dados do indicador de 2015, a média nacional ficou em 5,5, e a de Costa Rica foi 6,3.

Sonho com o dia em que o total de recursos destinados à educação será realmente gasto em educação. Sonho com o dia em que todo e qualquer desvio ou má destinação de recurso público será punido e restituído aos cofres públicos. Aliás, são sonhos possíveis, basta vontade política e jurídica. Bem, não tenho dúvidas: chegará o dia em que a UEMS será uma grande e renomada universidade; talvez, eu não esteja mais aqui, mas, de qualquer modo, trabalho e sonho para que isso aconteça.

Por enquanto, em 30 anos, a contribuição da UEMS para a sociedade sul-mato-grossense tem um histórico a apresentar: 25 mil profissionais formados até 2023, aproximadamente; aproximadamente, dez mil alunos matriculados. É importante ressaltar que 85% dos nossos alunos são do MS, logo, a UEMS atende ao nosso povo, facilitando a vida de muitos sul-mato-grossenses, pois não precisam sair do estado para estudar; 76% dos nossos alunos são oriundos da rede pública de ensino; 85% dos nossos alunos vêm de famílias que ganham até 5 salários mínimos. Percebem a importante função social desempenhada pela UEMS?

A UEMS está com 66 cursos de graduação, 22 cursos de especialização *lato sensu*, 14 programas de mestrado e 2 programas de doutorado. É a primeira universidade do Centro-Oeste a conquistar um doutorado institucional; é a segunda universidade de MS com a maior oferta de vagas na Graduação; é a terceira universidade de MS com a maior oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu* e, ainda, está em 23 municípios do MS, sendo 15 deles com cursos presenciais e 7 com polos de atendimento para cursos à distância, EAD. Além disso, a UEMS é a primeira universidade brasileira a ga-

rantir a inclusão de indígenas em todos os cursos de graduação, o que reflete impacto na inclusão social, racial e étnica; como resultado dos reflexos da educação profissional, temos 79% dos profissionais formados pela UEMS trabalhando em suas áreas de formação.

ARTE, LITERATURA E CULTURA

Em relação às artes, à literatura e à cultura, registro que a UEMS teve alguém que lhe dedicou um carinho especial, Adilvo Mazzini do Centro Cultural Guaraoby, antes chamado de Coral Santa Cecília. Adilvo Mazzini dedicou sua vida à cultura. Conseguiu manter o Guaraoby aberto por 45 anos, tempo após o qual, não obtendo respaldo do poder público para manter as atividades culturais, fechou as portas. Como diz o poeta Emanuel Marinho¹ (2001), “Poesia não compra sapatos, mas como andar sem poesia?” Em 2014, o maestro Adilvo Mazzini transferiu o prédio do então Espaço Guaraoby à UEMS, e Mazzini faleceu em 2019.

A Casa da Cultura UEMS - Espaço Guaraoby é a mais nova referência da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul fora da cidade universitária, endereço da sede da instituição. Em 06 de julho do corrente ano, o espaço Guaraoby foi reinaugurado após um longo período destinado à reforma, e o Grupo Arandu alegrou o público presente com suas apresentações. É importante enfatizar que a palavra *Arandu* é a junção de três termos: *ara* (tempo), *hendu* (escutar), *arandu* (sábio), resultando no significado de “saber escutar o tempo”, caminhando na direção do futuro nos rastros dos antepassados, fortalecendo a cultura, vivendo o tempo Guarani Kaiowá. No local, o público também conferiu a “Exposição Arqueológica da

¹ Nascido em Dourados-MS; poeta, ator e educador; é considerado uma das maiores referências de MS.

Memória”, com registros fotográficos do acervo histórico do Centro Cultural Guaraoby.

BAÚ DE MEMÓRIAS

Como estou revirando o meu baú de memórias relacionadas à UEMS, não poderia deixar esse registro de fora, até porque uma coisa puxa outra e, ao falar de *arandu*, me lembrei de outro escritor que também fez muito pela cultura em Dourados, Nicanor Coelho. Antigamente, Nicanor Coelho possuía uma editora e foi prestador de serviços na publicação dos cadernos de resumos de alguns eventos que organizei na UEMS; sem mencionar que ele foi o proponente da criação de uma disciplina de Literatura Regional sul-mato-grossense, porém sem êxito.

Em 2017, o Governo do Estado, não satisfeito, acabou retirando a disciplina de Literatura da Grade Curricular do Ensino Médio. Para quem não é da área de Letras, da área de Humanas, não faz ideia do que isso representa para todo o Ensino Superior, isto é, das Licenciaturas que trata da formação de professor. A propósito, ressalto aqui aquela citação de Goethe²: “O declínio da literatura indica o declínio de uma nação”. Sim, digo, estamos em declínio! Enfim, como manter inúmeros cursos de Letras, que formam professores de literatura, em funcionamento se, ao final, na rede pública, não existe mais concurso para professores de literatura? Vejam que descompasso! É o verdadeiro nivelamento por baixo.

² Johann Wolfgang Von Goethe (1749-1832) foi um escritor alemão do século XVIII. Escrevia poemas, peças de teatro, autobiografias, reflexões sobre literatura, arte e ciências naturais e romances. Algumas de suas obras mais conhecidas são Fausto e Os sofrimentos do jovem Werther.

Será que não perceberam que essa decisão interferiu sobremaneira na estrutura acadêmica da área de Letras das universidades – UEMS, UFGD, UFMS etc. – e vem causando prejuízos imensuráveis na formação educacional e cultural de nossos alunos enquanto seres humanos críticos. Isso se tornou uma tragédia vivenciada por professores que investiram em formação por anos a fio. Professores que dedicaram e dedicam uma vida à sua profissão. Como dizia Émile Zola³ (1840-1902), “Os governos suspeitam da literatura porque é uma força que lhes escapa”, por isso a querem bem longe da formação dos nossos alunos. Lógico, preferem indivíduos apáticos, sem criticidade e que se deixam servir como massa de manobra.

Afinal, o que presenciamos no corrente ano (2023), em inúmeros Instituições de Ensino Superior, foi uma verdadeira evasão dos alunos das universidades. Esse problema não foi privilégio somente da UEMS. Já é quase metade do ano letivo, junho, e estamos abrindo edital para angariar alunos para suprir as vagas ociosas de inúmeros cursos da instituição, principalmente, as licenciaturas. Porém, o que muitos não perceberam é que a classe média é a que ocupa as vagas nas universidades, e ela diminuiu drasticamente o número de filhos: um, dois filhos, no máximo. Isso é bom, muito bom, pois estão ficando mais responsáveis quanto a colocar um filho no mundo, mas, automaticamente, não teremos mais salas de aula com 40 ou 50 alunos tal qual estávamos acostumados. E, depois da pandemia que abalou o mundo, tudo ficou de cabeça para baixo. Estamos tentando resgatar uma boa parte dos seres humanos, pois esses ficaram meio perdidos, fora de si, alheios às responsabilidades que antes eram tão

3 Émile Zola (1840-1902): escritor francês, criador e um dos representantes mais expressivo da escola naturalista; importante figura libertária da França.

naturais. Diria que as pessoas estão se repensando, estão em *stand by*.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Serviço Social da Indústria/Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Sesi/Senai), em parceria com o Instituto FSB Pesquisa, depois dos 16 anos, apenas 15% dos jovens estão em salas de aula: “Os dados são fortes. Só 15% da população atualmente estuda. É claro que, na idade escolar, o número sobe para 53%”, segundo o diretor-geral do Senai e diretor-superintendente do Sesi, Rafael Lucchesi (SESI, 2023).

Das pessoas que não estudam, 57% disseram que abandonaram a sala de aula porque não tinham condições. A necessidade de trabalhar é o principal motivo (47%) para interrupção dos estudos. “Um número muito alto de pessoas deixa de estudar por falta de interesse na escola que, muitas vezes, não tem elementos de atratividade para os jovens e certamente esses números se agravaram durante a pandemia”, afirmou Lucchesi.

O levantamento mostrou que apenas 38% das pessoas com mais de 16 anos de idade que atualmente não estudam alcançaram a escolaridade que gostariam. Ainda conforme essa pesquisa, para 18% dos jovens de 16 a 24 anos, a razão para deixar de estudar é a gravidez ou o nascimento de uma criança. A evasão escolar por gravidez ou pela chegada de um filho é maior entre mulheres (13%), moradores do Nordeste (14%) e das capitais (14%) – o dobro da média nacional, de 7%.

Entre as pessoas que responderam à pesquisa, 23% disseram que a alfabetização deveria ser prioridade para o governo, seguida pela instituição de creches (16%) e pela ênfase no Ensino Médio (15%). A educação pública é vista como boa ou ótima por 30% da população, índice que sobe para 50% quando se fala de edu-

cação privada. Entre os fatores para aumentar a qualidade, os mais citados são o aumento do salário dos professores, mais capacitação desses profissionais e melhores condições das escolas. Para Rafael, Lucchesi, a pesquisa traz uma dura reflexão sobre a necessidade de aumentar a qualidade da educação e a atratividade da escola, e, “como resultado geral, melhorar a produtividade das pessoas na sociedade”.

O que vemos não apresenta nada de novo, porém vem reforçar o que já é dito e conhecido por todos, inclusive dos administradores públicos. Eles são os responsáveis pela real transformação da sociedade, já que são eles que criam leis e são responsáveis por sua execução.

Esse panorama apresentado pela pesquisa, que a maioria dos jovens deixa a escola devido ao trabalho, creio que está mudando. Pelo menos, as Instituições de Ensino Superior estão com um grande número de bolsas e, ultimamente, ampliou-se mais ainda o leque, com a permissão para que o aluno possa acumular certos tipos de bolsas. Contudo, em relação à interrupção dos estudos pela necessidade de trabalhar, no Ensino Médio, o que vejo é a falta de conscientização da importância dos estudos para uma melhor qualidade de vida. Digo isso porque nada impede o jovem que precisa trabalhar de fazê-lo durante o dia e estudar à noite, ou, ainda, se não tem afinidade com a formação acadêmica, deve ter com a formação técnica. Ou uma ou outra; o que não pode é ficar à margem, sem formação.

Endosso plenamente os fatores apontados como responsáveis por melhorar a qualidade do ensino: a valorização do professor, por meio de uma boa remuneração; mais condições para que os professores possam se capacitar, isto é, fazer mestrado, doutorado

e pós-doutorado; melhorar as condições das escolas. Sim, tornar o ambiente escolar um ambiente agradável, limpo, bonito, arejado, com espaços que propiciem ao aluno se sentir bem, isso faz toda a diferença. Veja bem: tudo ao nosso redor mudou, menos as escolas. Muitas continuam com o mesmo velho e tradicional sistema GLS: giz, lousa e saliva.

Recordo-me que viabilizamos para que os cursos de Letras da UEMS tivessem ar-condicionado, o que não foi nada fácil. Às vezes, fazemos algumas loucuras, mas, quando vi, já tínhamos feito. O fato é que uma temperatura agradável proporciona uma melhor recepção e aquisição do conhecimento em sala de aula, além do bem-estar coletivo.

Outro fator que preciso destacar é a melhor avaliação das escolas particulares em relação às públicas; atualmente, sinto dizer, isso é real, com exceção, é claro, de algumas poucas escolas públicas nas quais a Associação de Pais e Mestres (APM) funciona, já que, naquelas, os professores possuem um acompanhamento didático e metodológico mais de perto, além de serem avaliados constantemente pelo seu desempenho. E em se tratando das Instituições de Ensino Superior, as privadas são malvistas por alguns, pelo fato de terem uma administração empresarial da educação. No entanto, penso que, se essa forma de administrar fosse adotada, melhoraria muito a instituição pública e o ensino público.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES X ENSINO DE QUALIDADE

Ao falar em formação de professores e ensino público, preciso registrar que tenho acompanhado, em parte, o ensino público da rede estadual de MS, principalmente o Ensino Fundamental e

Médio, em Dourados, que é o foco para atuação do aluno de Letras, tanto dos estagiários do IV ano de Letras quanto professores da Rede que são alunos no ProfLetras. Em Dourados, o Governo Estadual, via Secretaria Estadual de Educação implantou o ensino de tempo integral, desde 2016, em algumas escolas, aliás, com um nome bastante sugestivo de Escola de Autoria. A ideia é excelente, porém sua implantação e execução ainda precisam de (re)ajustes. Digo mais, a diferença entre a teoria e a prática ainda é substancial, mesmo já passados seis anos, já que, na proposta pedagógica da “Escola da Autoria”, o estudante fortalece as práticas educativas com acolhimento, clubes de protagonismo, tutoria e liderança de turma, reflexões e discussões sobre as temáticas e sobre práticas educativas no modelo pedagógico que o irá nortear ao Ensino Superior e vida adulta com êxito. Porém, na prática, nem todas as escolas que estão em tempo integral receberam as adequações estruturais necessárias para que possam atender esses alunos durante o dia inteiro, com refeitórios, área de descanso, vestiários e banheiros; e os professores ainda estão enfrentando um processo de adaptação, visto que a proposta inicial não foi mantida. De início, o professor teria dedicação integral à escola, tempo dividido entre sala de aula e preparo; agora, muitos professores precisam se lotar em diversas escolas para completar a carga horária e gastam um tempo enorme nesse deslocamento; sem falar que, para os tais “projetos de vida”, nem sempre os profissionais contratados estão preparados.

ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

No que diz respeito à autoria e ao protagonismo, faço aqui um paralelo com a Creditação da Extensão que foi aprovada na

UEMS, e, até o momento, os professores não estão seguros da forma como isso será efetivado. Imaginem: destinaram 10% da carga-horária do Projeto Político Pedagógico do Curso para a Extensão, o que equivale, no Curso de Letras, a quase 400 horas. Como um aluno que já tem um curso pesado, pois cursar Letras nunca foi fácil, irá dispor de mais toda essa carga horária? Em seu dia a dia, tem a prática como componente curricular, para algumas disciplinas; muitos fazem PIBID, ou PIBIC, ou Estágio à docência, ou PIBEX, ou PIBIXIN, entre tantas outras atividades acadêmicas. Não será o caso de se perguntar: querem o fim das licenciaturas? Ou querem o fim da universidade pública? Do jeito que está indo, nossos alunos migram para instituições privadas, para cursos EAD, e opções é o que não falta.

É preciso muito cuidado, pois, na busca por melhorar o ensino, muitas vezes, acaba-se por retroceder. Lembro-me de que fui voto vencido, no COUNI, em relação à creditação da Extensão, bem como em relação a seu percentual. Mais uma vez, vejo a inclusão a qualquer custo, colocam goela abaixo do professor e do aluno, e que se virem. ensino, pesquisa e extensão são constituintes do Ensino Superior, são o tripé da instituição, isso todos sabem. Ambos são igualmente importantes e não se sobrepõem. Porém o ensino é função inerente ao professor; já a pesquisa é consequência do ensino (ou vice-versa); a extensão, da forma como estava, a meu ver, era mais democrática. Vejo a extensão tal qual o voluntariado: é importante, ninguém nega, mas faz quem quer, quando quiser e a carga-horária que lhe for conveniente, pois temos uma carga horária obrigatória de atividades complementares (200 horas) nas quais já se contempla esse viés extensionista. Já imaginaram se a pesquisa tam-

bém exigir que lhe seja creditada essa mesma quantidade de horas? O que será do nosso aluno? E dos professores?

Falando nisso, preciso fazer referência à Educação Especial, outro ponto nevrálgico na Educação e para a qualidade do ensino, tanto do Fundamental e Médio quanto do Superior. Educação especial e educação inclusiva, apesar de termos distintos, são fundamentais para garantir que todas as pessoas tenham acesso à educação de forma igualitária. Tratando-se da área educacional, a escola se viu, de uma hora para outra, responsável por acolher corretamente os alunos com deficiência. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), “[...] entende-se por educação especial, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

A educação inclusiva tem crescido nos últimos anos, e digo sempre que tem ocorrido uma inclusão a qualquer custo e até um nivelamento por baixo. Trata-se de um modelo educacional que visa garantir o acesso à escola, independentemente de o aluno ter ou não algum tipo de deficiência. Dessa forma, desde a Educação Infantil até a Superior, todos participam do processo de ensino-aprendizagem em um mesmo ambiente. Ademais, classe social, cor, raça, cultura (povos indígenas, quilombolas e ribeirinhas) também são levadas em consideração. Ou seja, o principal objetivo da educação inclusiva é valorizar a heterogeneidade dos alunos e promover a igualdade de oportunidades, apesar de o processo de aprendizagem ser único de cada pessoa. Preciso registrar que, nesse quesito, a UEMS é a precursora tendo como expoente dessa causa a Profa.

Maria José de Jesus Alves Cordeiro, a Profa. Maju, sempre empenhada em tudo o que faz, profissional competente e corajosa.

Na escola especial, os alunos com deficiência participam do processo de ensino-aprendizagem separados dos demais estudantes, seja em instituições diferentes ou em turmas distintas. Já a educação inclusiva estimula e desenvolve a autonomia desses alunos em meio às turmas com alunos diversos. Como se vê, na teoria, é maravilhoso, mas, na prática, a situação está difícil, pois estão incluindo alunos na escola regular, com graus de deficiência que essa inclusão pouco ou nada reverterá em benefício do(s) próprio(s) aluno(s); porém, quase sempre, ocorre um transtorno desnecessário à toda a turma da qual essa criança especial faz parte. Muitas vezes, o professor especial, contratado para atender especificamente determinado aluno especial, faz papel de babá ou de cuidadora. São desgastes profundos, sobretudo para o professor da turma, sobrecarregando-o sobremaneira em suas atividades. Não é à toa que a classe dos profissionais da educação é a que contém um maior número de profissionais doentes, em licença médica ou readaptados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, falar sobre os 30 anos da UEMS implica fazer uma ampla revisão na educação desde a base até o Ensino Superior no MS, mas o espaço não nos permite. Ressalto que é preciso que os professores sejam ouvidos, consultados e que suas prioridades sejam consideradas, pois uma educação de qualidade se faz com um professor capacitado, saudável e entusiasmado com o que faz.

Mudar o mundo não é fácil, mas um pouquinho a cada dia, a cada aula, é perfeitamente possível, e isso o professor pode fa-

zer. Pensando nesse professor ideal, deixo uma sugestão para todos os envolvidos com a educação, principalmente para os professores: um filme intitulado *O último vagão*, dirigido por Ernesto Contreras e escrito por Javier Peñalosa. Esse filme aborda a vida desafortunada de crianças que vivem suas vidas em meio à pobreza e problemas sociais, em uma pequena região do México. Enquanto seus pais trabalham na construção de uma ferrovia, as crianças conhecem um mundo otimista e cheio de esperanças: o mundo da Educação. Nessa trama, temos como batedora de caminhos a professora Georgina, que é aquela que, com amor, dedicação e doação de seu tempo e de sua vida, transforma a vida daquelas crianças e daquela comunidade.

Com a globalização, romperam-se as barreiras sociais, culturais e, também, filosóficas entre pessoas de diversos países. Dessa forma, assim como na literatura, somos apresentados a novos costumes, novas culturas e novas perspectivas de enxergar as coisas como elas de fato são. Mas, além do lado positivo, a globalização também nos mostra os desafios sociais e econômicos vividos em alguns países, haja vista que não é de hoje que vemos a triste realidade do país latino com relação à sua baixa qualidade de vida e à esperança de muitos em viver o verdadeiro “Sonho Americano”.

Dessa forma, podemos ver que o drama apresentado toca nessa ferida ainda aberta e, por enquanto, sem esperança de cicatrizar. Em meio a uma narrativa que apresenta diversos personagens bens construídos, fica difícil definir um único protagonista. Contudo, é inegável que, de tantos personagens explorados, Ikaal (Kaarlo Isaacs) é o que se destaca. Paralelo ao drama vivido por Ikaal e sua família, também somos apresentados às lutas particulares da professora, Georgina (Adriana Barraza), ao mesmo tempo em que

somos apresentados a Chico (Diego Montessoro), Valeria (Frida Cruz) e Tuerto (Ikal Paredes), crianças e suas famílias, que não têm recursos nem oportunidades, e, ainda assim, mantêm o sonho de uma vida melhor.

O sonho das crianças é ter uma vida melhor nos Estados Unidos, quando eles falam como gostariam de ser quando crescerem, e onde gostariam de estar. O personagem principal Ikal, uma criança que ainda não era alfabetizada e se mudava muito, devido às mudanças de emprego do pai, desenvolve laços afetivos com a professora Georgina, que ensina o jovem a ler e o incentiva a se autoconhecer. Há, também, uma trama paralela em que são mostradas escolas fechadas pelo governo, e o personagem que tem essa função (embora o faça sem que seja sua vontade) tem uma grande ligação com o final do longa. Quem leu o romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, reconhecerá a estratégia utilizada pelo diretor ao unir as duas pontas da vida de Ikaal.

A realidade abordada, embora se passe no México, é muito semelhante àquela com que nos deparamos no dia a dia nas escolas brasileiras, e o professor é o único que está na linha de frente, sempre atento às histórias das inúmeras crianças que por ele passam e que precisam encarecidamente de carinho, apoio e instrução para seguirem um caminho mais promissor. Grande parte dos professores que atuam nas Redes Públicas de Ensino hoje, quer seja estadual ou municipal, é egresso da UEMS. Logo, são frutos da UEMS que já estão espalhados por esse MS a fora. E muitos, com certeza, foram contaminados pela leitura de romances de cavalaria e outras narrativas, tal qual o protagonista de D. Quixote, bem como Policarpo Quaresma e a profa. Georgina do filme *O último vagão*, ambos confundindo fantasia e realidade. Assim, a leitura é apontada como uma


atividade muito poderosa, capaz de mudar o comportamento de um indivíduo e, até mesmo, de o corromper. Afinal, o bom professor anda na corda bamba, entre a realidade e a ficção. Às vezes, é preciso apenas utilizá-las na dose certa, já que, como diz o velho ditado popular e tema do famoso conto “O Alienista” de Machado de Assis, “De médico e de louco todo mundo tem um pouco”. Adaptando-o para o contexto, faço uma paráfrase: “De professor e de louco todo mundo tem um pouco”.

Parabéns à UEMS pelos 30 anos! Parabéns aos Reitores e Reitoras que deram sua contribuição para que chegássemos até aqui! Parabéns aos alunos atuais e egressos que escolheram a UEMS! Parabéns aos colegas, amigos e professores que fizeram e fazem parte dessa linda história da Educação no MS! Cabe, finalmente, fazer um agradecimento especial a todos os que estiveram envolvidos com a construção dessa história: professores, alunos e técnicos. Sem o empenho de todos, nada teria sido possível. Viva a UEMS!

REFERÊNCIAS

MARINHO, E. **Caixa de Poemas**. 3. ed. Dourados, MS: [s. n.], 2001.

SESI. Só 15% dos brasileiros com mais de 16 anos estudam atualmente, mostra pesquisa Sesi/SENAI. **Agência de Notícias da Indústria**. [S. l.], 26 maio 2023. Disponível em: <https://www.rn.sesi.org.br/15-dos-brasileiros-com-mais-de-16-anos-estudam-atualmente-mostra-pesquisa-sesi-senai/>. Acesso em: 12 set. 2023.



**Percursos
históricos do setor
de atendimento
psicológico da
Universidade
Estadual de Mato
Grosso do Sul
(1990-2023)**

Natali Portela

Lais Castro

Jaqueline de Andrade Torres

INTRODUÇÃO

Para muitos jovens, o ingresso no Ensino Superior pode se estabelecer como um marco de passagem importante que explicita a transição da adolescência para a fase adulta. Nesse momento e durante toda a sua trajetória em um curso de graduação, o estudante confronta-se com a necessidade de assumir novas responsabilidades e de tomar decisões significativas para o futuro (Portela, 2017). Demandas típicas da vida universitária são potencialmente estressoras e ansiogênicas, e podem desencadear crises psicológicas e sociais, na medida em que necessitam de desenvolvimento de novos recursos para serem atendidas (Teixeira, 2008). Basso-Musso e colaboradores (2008) colocam as exigências curriculares inerentes à vida acadêmica como ponto diferencial possivelmente produtor de estresse, e afirmam que “[...] o estresse

no ambiente universitário pode-se definir como as reações físicas e emocionais que ocorrem quando as exigências curriculares excedem as capacidades, os recursos ou as necessidades do estudante” (Basso-Musso *et al.*, 2008, p. 806). Além disso, conflitos sociais e afetivos, questionamentos profissionais, a necessidade do desenvolvimento da autonomia, o eventual distanciamento da casa da família e a ambientação em uma nova cidade, entre outros acontecimentos característicos dessa fase, exercem peso relevante nesse quadro.

Esse cenário característico de ambientes e comunidades universitárias, portanto, não poderia ser diferente na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), criando condições e demandas para atuação de profissionais da Psicologia. Atualmente, a UEMS mantém o Setor de Atendimento Psicológico (SAP), situado na Divisão de Atendimento Estudantil (DAE), que, por sua vez, é vinculada à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEC). O SAP é centralizado na sede, que fica na cidade de Dourados, mas tem atuação em todas as unidades da UEMS, distribuídas pelo território sul-mato-grossense.

Este capítulo pretende apresentar os percursos dos serviços de atendimento psicológico oferecidos ao corpo discente da UEMS, desde as primeiras iniciativas até a constituição e formalização do atual SAP.

OS PRIMEIROS ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS NA UEMS E O SURGIMENTO DO SAP

Os primeiros atendimentos psicológicos voltados aos discentes da UEMS ocorreram na década de 1990, pela psicóloga e professora Ednéia Albino Nunes Cerchiari. Naquela época, Edneia

ministrava, no curso de Enfermagem, em Dourados, as disciplinas “Psicologia Geral” e “Psicologia Aplicada à Enfermagem”, quando começou a ser bastante procurada por alunos que se queixavam de aparentes dificuldades emocionais. Diante de um expressivo número de estudantes que demonstravam a necessidade de algum tipo de apoio psicológico, a professora iniciou uma oferta de atendimentos para o corpo discente daquele curso.

Depois, com o crescimento da demanda, em parceria com as coordenações dos cursos de Enfermagem e de Letras, deu-se início ao Projeto de Extensão para Implantação do Centro de Atendimento Psicológico à Comunidade Acadêmica (alunos, professores e funcionários), com a finalidade de formalizar, nas instâncias superiores da UEMS, o trabalho que já vinha sendo realizado informalmente. Assim, em maio de 2000, foi implantado o Centro de Atendimento Psicológico na UEMS (CAP/UEMS).

No CAP/UEMS, eram oferecidos atendimentos a discentes, servidores administrativos e docentes. Nesse sentido, tendo em vista o crescimento da procura e a necessidade de fortalecimento dos programas de assistência que objetivassem a redução da evasão acadêmica, em junho de 2003, a UEMS abriu uma vaga para psicóloga, a ser preenchida via concurso público para provimento de cargos efetivos, especificamente para a realização dos atendimentos ao corpo discente.

Assim, a partir de abril de 2004, com a conclusão do referido concurso público, a instituição passou a contar com a técnica de nível superior (TNS) – Psicóloga Natali Portela, em seu quadro de servidores. A profissional foi lotada na PROEC e passou a ser responsável por oferecer atendimentos psicológicos estritamente aos alunos. Desse modo, a disponibilização de apoio psicológico aos

estudantes, com formalização inicial via projeto de extensão, desdobrou-se em um serviço regular e permanente ofertado ao corpo discente, dentro do âmbito da assistência estudantil, passando a ser chamado de Serviço de Atendimento Psicológico – que, mais tarde, em 2022, foi transformado em um setor, mantendo, entretanto, a sigla original (Setor de Atendimento Psicológico, SAP).

Também desde o ano de 2004, o SAP está centralizado na Unidade Universitária de Dourados, sob responsabilidade da psicóloga Natali Portela. Em 2017, o serviço ramificou-se para a Unidade Universitária de Campo Grande, ficando sob responsabilidade de Janis Naglis Faker, TNS com formação em Psicologia.

A UEMS é uma instituição de ensino superior (IES) *multicampi*, atualmente com 15 unidades universitárias espalhadas pelo estado de Mato Grosso do Sul (MS). Por alguns anos, o atendimento presencial às unidades universitárias da UEMS que não contavam com lotação presencial de psicólogas aconteceu de forma pontual e mediante demandas específicas, pois havia dificuldades de deslocamento das profissionais e, também, de respectivos custeios. Em vista disso, a Instrução Normativa PROEC-UEMS nº 002/2017 disponibilizou a aquisição de passagens intermunicipais para que alunos de outras unidades pudessem ser atendidos em Dourados e/ou em Campo Grande. Essa instrução normativa foi uma ação relevante para possibilitar a utilização do serviço para todos os estudantes da instituição. Contudo, tornar o SAP efetivamente acessível para todo o corpo discente necessitava de mais medidas, por exemplo, a contratação de mais psicólogas para ampliar o atendimento e de forma descentralizada.

Nesse aspecto, é importante ressaltar que o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRA-

CE, 2012) apontou o acompanhamento psicopedagógico como uma das áreas estratégicas na formulação de políticas de assistência estudantil confirmando que

Problemas psicossociais, tais como ansiedade, depressão, preocupações com os estudos e dificuldades de relacionamentos, são comumente encontrados em estudantes universitários e, quando não avaliados e tratados adequadamente, podem levar às evasões que são onerosas para o ensino público, para a sociedade e, principalmente, para o próprio estudante (Cerchiarri, 2004, p. 46).

A partir das crescentes demandas relacionadas à saúde mental da comunidade acadêmica, ficou mais explícita a necessidade de ampliar os atendimentos e o acesso dos estudantes a esse serviço. Assim, em 2019, ocorreu a abertura de mais duas vagas para TNS – Psicólogo, via concurso público para provimento de cargos efetivos da UEMS. Como consequência, em 2021, tomaram posse as psicólogas Jaqueline de Andrade Torres, em Campo Grande, e Laís Castro, em Dourados.

Naquela época, o mundo ainda enfrentava a pandemia de covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, iniciada no final de 2019, e tal cenário fez com que o SAP suspendesse os atendimentos presenciais, iniciando, assim, a oferta de atendimentos na modalidade *online*. A pandemia também repercutiu na procura pelos serviços de suporte psicológico em todo o mundo; no SAP, não foi diferente, elevando ainda mais a necessidade de expansão do quadro de profissionais para o setor. Diante desse contexto, nos anos de 2022 e 2023, foram feitas outras nomeações oriundas do referido concurso, e entraram em exercício, respectivamente, as TNS – Psicólogas Raquel Kurtz Wahl, em Paranaíba, e Tamiris Lopes Ferreira,

em Aquidauana. Dessa forma, o SAP passou a estender atendimentos psicológicos presenciais também para essas duas unidades, para além dos grandes centros (na sede, em Dourados, e na capital de MS, Campo Grande).

Considerando a aposentadoria da TNS Janis Naglis Faker, em 2023, o SAP conta, até o presente, com cinco psicólogas, distribuídas nas unidades: sede, em Dourados (2); Aquidauana (1); Campo Grande (1); e Paranaíba (1). Há previsão de efetivação de mais uma profissional na unidade de Campo Grande, nos próximos meses, a partir da escrita deste capítulo.

Em suma, essa é a composição e o alcance do SAP até o momento: estudantes de todas as 15 Unidades Universitárias da UEMS contam com a disponibilidade de atendimento psicológico na modalidade *online*, e o corpo discente das unidades universitárias de Aquidauana, Campo Grande, Dourados e Paranaíba já são contempladas com ofertas de atendimentos presenciais. Além disso, recentemente, o setor passou a contar com projetos de atendimento a grupos e de rodas de conversa para a comunidade acadêmica, em maior integração com outros setores da DAE, a serem descritos ao longo deste capítulo.

ATRIBUIÇÕES E SERVIÇOS OFERTADOS PELO SETOR DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO

O atual Setor de Atendimento Psicológico da UEMS visa integrar o estudante à vida acadêmica, auxiliando-o na busca de soluções para questões de ordem psíquica, social, educacional e profissional que possam interferir em seus processos de aprendizagem (Portaria PROEC-UEMS nº 02/2021). Trata-se, portanto, de um

cuidado em saúde mental que faz parte de uma política de assistência à permanência estudantil, motivo pelo qual o setor está na DAE, que, por sua vez, faz parte da PROEC.

O SAP está voltado estritamente aos estudantes, não excluindo, no entanto, a possibilidade de que professores e familiares recebam orientações, quando necessário. Como pré-requisito para poder utilizar os serviços oferecidos pelo setor, basta a vinculação a qualquer Unidade Universitária da UEMS. Satisfeita essa exigência, para solicitar atendimento, não é necessária nenhuma espécie de encaminhamento, nem possuir queixa relacionada a questões acadêmicas: basta procurar o SAP e solicitar¹ um primeiro atendimento.

Todos os procedimentos são determinados de acordo com cada caso, respeitando-se as necessidades e disponibilidades de cada estudante e em total concordância com o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005) e com outros dispositivos do Sistema Conselhos de Psicologia. Além disso, todos os atendimentos individuais têm sido previamente agendados e podem ser feitos nas modalidades presencial² ou *online* (nesse caso, preferencialmente via *software* Skype, que utiliza criptografia de ponta a ponta).

Os serviços oferecidos pelo SAP estão de acordo com a Portaria PROEC-UEMS nº 02/2021, dispositivo que estabelece as atribuições dos Setores e Serviços vinculados à PROEC, a saber:

- a) contribuir para o desenvolvimento psicológico do aluno da UEMS, visando a otimização de suas capacidades subjetivas, assim como a utilização de recursos institucionais, considerando as relações existentes en-

¹ Via endereço atendimentopsicologico@uems.br.

² Nas Unidades Universitárias de Aquidauana, Campo Grande, Dourados e Paranaíba.

tre aspectos emocionais, processo educativo e capacitação profissional;

b) prestar assistência psicológica aos alunos regulares dos cursos de graduação e pós-graduação da UEMS, em nível preventivo e terapêutico, com uma abordagem biopsicossocial;

c) realizar trabalho em psicoterapia individual e/ou em grupo, atendendo às necessidades dos alunos, utilizando-se de técnicas e teorias reconhecidas cientificamente, em acordo com as orientações do Conselho Federal de Psicologia Brasileiro e com o Código de Ética Profissional do Psicólogo;

d) prestar orientações profissionais aos alunos, visando o melhor aproveitamento e desenvolvimento do potencial humano, fundamentados no conhecimento psicológico e em uma visão crítica do trabalho e das relações do mercado de trabalho;

e) encaminhar aos serviços da comunidade os alunos que requeiram diagnósticos e tratamento de problemas psicológicos específicos, cuja natureza transcenda a possibilidade de solução na Instituição, buscando a atuação integrada entre a Universidade e a comunidade;

f) dar continuidade aos atendimentos prestados a alunos egressos (concluintes) pelo período de tempo necessário à desvinculação destes do SAP;

g) contribuir com docentes e discentes, visando à superação de dificuldades de caráter psicológico que interferem no processo ensino-aprendizagem;

h) fornecer relatórios estatísticos a respeito do Setor sempre que solicitados pela Instituição, zelando pela confidencialidade das informações;

i) zelar pela confidencialidade dos documentos produzidos (prontuários) relacionados aos atendimentos prestados;

j) zelar pelo cumprimento de normas, rotinas e procedimentos administrativos;

k) apoiar os demais Setores e Serviços da Divisão de Atendimento Estudantil em atividades relacionadas ao campo de atuação da Psicologia (UEMS, 2021).

Em outras palavras, as práticas exercidas no SAP variam de acordo com cada caso e, a depender da demanda, podem incluir psicoterapia breve individual, orientações e aconselhamentos psicológicos, orientações profissionais, atendimentos em grupo, encaminhamentos para outros profissionais, entre outros. Todos os procedimentos realizados pelo SAP acontecem, imperativamente, mediante a completa ciência e concordância da pessoa a ser atendida, respeitando-se as necessidades e disponibilidades de cada caso e em perfeito acordo com os dispositivos do Sistema Conselhos de Psicologia.

Os casos de atendimentos individuais são, atual e historicamente, a maior demanda do SAP. Esse fato corrobora a representação social do trabalho do psicólogo no Brasil, em que se espera serviços individualizantes e altamente subjetivistas (Praça; Novaes, 2004), portanto, é esperado que os serviços psicológicos estejam estabelecidos com tal característica na UEMS.

Para fins de gestão dos serviços (a serem) desenvolvidos no SAP, os dados do setor são organizados e publicados via estatística, especialmente no que diz respeito aos atendimentos individuais, conforme segue:

- I. números de solicitações e agendamentos de atendimento (geral, por Unidade Universitária e por curso);
- II. números de atendimentos que foram efetivamente realizados (geral, por Unidade Universitária e por curso);
- III. números de alunos atendidos (geral, por Unidade Universitária e por curso);
- IV. índices de ausências (geral, por Unidade Universitária e por curso).

Nesse sentido, na Tabela 1, estão apresentados os dados relativos ao período de abril de 2004 até dezembro de 2022, tempo em que foram agendados 12 133 atendimentos, entre os quais 8 034 foram realizados, contemplando mais de mil estudantes.

Tabela 1 – Atendimentos individuais ofertados e realizados pelo Setor de Atendimento Psicológico da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul ao corpo discente de todas as Unidades Universitárias (2004 - 2022)

Ano	Atendimentos agendados	Atendimentos realizados	Estudantes atendidos	Índice de ausência
2004	364	236	51	35,1%
2005	473	323	55	31,7%
2006	266	181	34	31,9%
2007	263	165	38	37,2%
2008	198	138	19	30,3%
2009	189	133	29	29,6%
2010	211	148	38	29,8%
2011	352	245	50	30,3%
2012	349	225	39	35,5%
2013	399	283	40	29,0%
2014	437	284	52	35,0%
2015	297	205	40	30,9%
2016	234	151	32	35,4%
2017	361	208	54	42,3%
2018	538	314	83	41,6%
2019	1 190	688	114	41,3%
2020	1 895	1 156	146	37,3%
2021	2 118	1 599	198	24,5%
2022	1 999	1 352	256	32,4%

Fonte: Dados do Setor de Atendimento Psicológico da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

É importante mencionar que os dados apresentados numericamente são uma forma de o setor se organizar e pensar seus próximos passos, mas, infelizmente, considerar apenas esses números é uma maneira bastante deficitária de visualizar os impactos do SAP na comunidade acadêmica da UEMS, visto que, dessa forma, escapam os sentidos produzidos nos serviços do setor, isto é, os números não comportam os benefícios que os estudantes eventualmente tenham tido em melhoria de qualidade de vida dentro e fora da instituição.

Em todo caso, o setor tem se esforçado em ampliar o tipo de serviço oferecido, e uma das iniciativas foi batizada de “Psicopapo”, atividade ofertada para grupos de estudantes em datas e com temas previamente definidos. São, basicamente, rodas de conversa que objetivam promover trocas entre pares, por meio de reflexões, desabafo, compartilhamento de alegrias, sofrimentos, angústias e estratégias utilizadas para lidar com os desafios e dificuldades, tanto na vida acadêmica quanto para além dela. O papel da psicóloga fica mais na mediação e na estimulação de interações.

Nessa modalidade de atendimento, destacam-se as edições voltadas para o atendimento de estudantes indígenas, que tendem a preferir atividades coletivas a individuais. Com relação às políticas de ações afirmativas em vigência nas universidades públicas brasileiras, a UEMS foi pioneira, no país, na implementação de cotas indígenas em seus processos de admissão, sendo relevante a contextualização do cenário atual para o entendimento do trabalho que o SAP vem desenvolvendo com estudantes indígenas.

O MS tem a segunda maior população indígena do Brasil, sendo território de oito etnias: Atikun, Guarani, Guató, Kadiwéu, Kaiowá, Kinikinaw, Ofaié e Terena. Os povos Kaiowá e Guarani são

mais numerosos e ocupam, tradicionalmente, a região sul do estado. As disputas de terras marcam as relações entre indígenas e latifundiários do agronegócio, e, nesse cenário, os povos originários lutam cotidianamente pela demarcação de seus territórios, papel do Estado brasileiro via Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).

As terras indígenas são alvo de disputa justamente porque envolvem a propriedade privada da terra e, conseqüentemente, os lucros e possibilidades de exploração delas por parte do agronegócio. Nesse aspecto, importa destacar que, para os povos indígenas, além da garantia da produção necessária à vida, existe uma relação espiritual com a terra; sendo assim, sua exploração para extração de lucro significa não apenas devastação ambiental, mas também aponta para a inviabilização coletiva, cultural e espiritual desses povos originários.

Tal cenário, que conjuga, por um lado, a luta pela demarcação das terras indígenas, e, por outro lado, os interesses econômicos e políticos do agronegócio, é marcado historicamente pela violência por parte dos grandes proprietários de terra e do Estado, fatos que remontam à história brasileira de colonização e, já no século XX, às frentes de ocupação da terra na região Centro-Oeste.

Para além de históricos de desnutrição e precariedade nas condições de vida dos povos indígenas no MS, confrontos acirrados em meados de 2022 produziram mortes de lideranças indígenas, pelo menos dez pessoas feridas com armas de fogo e comunidades despejadas ilegalmente, em ações estatais extremamente violentas. Trata-se, assim, de uma dramática situação de violação de direitos humanos de pessoas indígenas que, no caso dos Guarani e Kaiowá, vivem na região de Dourados e Amambai, duas cidades nas quais a UEMS possui Unidades Universitárias.

Essas violências se somam ao racismo estrutural, à intolerância religiosa (materializada com a queima de casas de reza), à insegurança alimentar, ao luto pelos familiares perdidos na disputa de terras, ao medo de novas mortes, entre outros aspectos. Esse processo, que combina diversas formas de violência e de sofrimento tem graves repercussões para a saúde mental de estudantes indígenas, interferindo diretamente em seu aproveitamento universitário, em seu futuro profissional, e se relaciona à permanência na universidade.

Em consonância com o Sistema Conselhos de Psicologia, que, em 2022, lançou as “Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) Junto aos Povos Indígenas”, via Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), o SAP tem se solidarizado com a realidade cotidiana desses discentes, em suas comunidades, ofertando espaços de discussões e acolhimento dentro da instituição, nesses espaços denominados “Psicopapo”. Essas rodas de conversa estão sendo ampliadas para outras unidades, com outros grupos de estudantes, tendo ocorrido em Paranaíba e programadas para acontecer em Campo Grande. Cada Unidade Universitária tem suas especificidades, bem como cada grupo de discentes; logo, cada edição de “Psicopapo” é pensada partindo das demandas do local e de participantes em potencial.

Como mencionado, o SAP faz parte da DAE. Essa divisão tem realizado uma série de eventos híbridos (ou seja, presenciais e com transmissão *online*, simultaneamente) ou estritamente virtuais, e cada evento dessa série fica sob a responsabilidade de determinado grupo vinculado à DAE (não necessariamente de apenas um setor), que deve zelar pelo desenvolvimento e pela organização. São alguns dos objetivos dessas *lives* a promoção de debates e a criação de condições para formação complementar dos discentes da UEMS

acerca de diversas temáticas. As psicólogas do SAP ficam responsáveis por relacionar os eventos da DAE com questões em saúde mental, especificamente.

Dois exemplos são as *lives* de setembro de 2022 e de maio de 2023, ambas gravadas e disponíveis no canal da DAE no YouTube. A primeira ocorreu de forma estritamente virtual; foi intitulada “Entre a cura e o cuidado: contribuições sobre a determinação social da medicalização” e abordou questões relacionadas com a determinação social do processo saúde-doença e as associações entre a forma como produzimos a vida no capitalismo, a exploração e a opressão e o sofrimento (decorrente da culpabilização) dos sujeitos, assim como as expressões disso no âmbito universitário.

O evento contou com a participação de duas psicólogas vinculadas ao SAP, Natali Portela e Lais Castro, e com uma convidada externa, a também psicóloga Dafne Drumond Boni, de Curitiba (Paraná). A segunda *live* ocorreu de forma híbrida, presencialmente na Unidade Universitária de Campo Grande, contando com duas psicólogas do SAP: Jaqueline de Andrade Torres e Raquel Kurtz Wahl. Como maio é considerado o mês da diversidade de gênero e sexual, o evento teve como título “Gênero e Diversidade Sexual na Universidade”. Dessa vez, foram duas as participações externas: a psicóloga Aline Cantini Ibarra e o psicólogo João Fernando Vilela, coordenador da Comissão de Gênero e Diversidade Sexual do Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso do Sul (14ª Região). Esse segundo evento superou as expectativas da organização, contando com expressivas participações (perguntas, comentários etc) tanto virtual quanto presencialmente.

Ainda, para além dos serviços mencionados, também foram ofertadas por psicólogas vinculadas ao SAP assessorias técnicas no

processo de criação dos dois cursos de graduação em Psicologia da UEMS, nas Unidades Universitárias de Campo Grande e de Coxim. As duas psicólogas de Campo Grande, à época, Janis Naglis Faker e Jaqueline de Andrade Torres, fizeram parte da comissão de elaboração do projeto pedagógico do curso (Portaria PROE-UEMS nº 70/2022) da Banca Examinadora de Seleção Docente da Unidade de Campo Grande (Portaria “P”/UEMS nº 348/2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O SAP começou de forma espontânea, por demanda dos discentes da UEMS, e, por meio de um projeto de extensão, foi abrindo caminhos para sua institucionalização e consolidação como uma importante ferramenta em prol da permanência estudantil em todas as Unidades Universitárias dessa IES pública.

Nos seus primeiros anos, o SAP esteve presente na vida universitária de incontáveis estudantes, cujos números não estão acessíveis, pois seus registros não foram sistematizados desde o início. A partir de 2004 até o presente, ao menos mil discentes foram impactados diretamente pelo SAP, não sendo possível, infelizmente, saber o número real de estudantes beneficiados pelo setor em atividades que escapam do atendimento individual.

De qualquer modo, o SAP continua produzindo e registrando histórias, cotidianamente, por meio da busca de inovações, máxima qualidade nos serviços, comprometimento ético e social, entre outros, sempre guiado pelas demandas do corpo discente, em convergência com a evolução da própria Psicologia, no MS e no Brasil.

REFERÊNCIAS

BASSO-MUSSO, L. *et al.* Fatores derivados dos laboratórios intra-hospitalares que provocam estresse nos estudantes de enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [s. l.], v. 16, n. 5, p. 805-811, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v16n5/pt_02.pdf. Acesso em: 27 maio 2015.

CERCHIARI, E. A. N. **Saúde mental e qualidade de vida em estudantes universitários**. 2004. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 10, de 21 de julho de 2005**. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, DF: CFP, 2005.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**, Uberlândia, 2012. Disponível em: http://www.assistenciaestudantil.cefetmg.br/galerias/arquivos_download/Revista_Fonaprace_25_Anos.pdf. Acesso em: 10 maio 2017.

PORTELA, N. **Saúde mental dos estudantes de enfermagem durante os primeiros contatos com a prática profissional: uma intervenção dialógica**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ensino em Saúde) – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Dourados, MS, 2017.

PRAÇA, K. B. D.; NOVAES, H. G. V. A representação social do trabalho do psicólogo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s. l.], v. 24, n. 2, p. 32-47, jun. 2004.

TEIXEIRA, R. C. **Qualidade de vida e eficácia adaptativa em estudantes universitários**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Resolução COUNI-UEMS nº 292, de 9 de novembro de 2005**. Estabelece as atribuições do Técnico de Nível Superior e do Assistente Técnico de Nível Médio da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Dourados, MS: UEMS, 2005.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Instrução Normativa nº 2, de 14 de fevereiro de 2017**. Regulamenta a utilização de passagens terrestres para alunos dos cursos de graduação presenciais das Unidades Universitárias que receberem atendimento psicológico nas Unidades Universitárias de Dourados e Campo Grande, financiado pelo Programa de Assistência Estudantil (PNAEST), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Dourados, MS: UEMS, 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Portaria nº 02, 11 de fevereiro de 2021**. Estabelece as Atribuições dos Setores e Serviços vinculados à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEC). Dourados, MS: UEMS, 2021.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Celi Corrêa Neres

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus Pantanal; docente do Mestrado Profissional em Educação (PROFEDUC/UEMS) e dos cursos de Pedagogia e Psicologia (UEMS). Desenvolve pesquisas e tem produção bibliográfica nas áreas da educação especial e inclusão, psicologia, tecnologia assistiva, educação e acessibilidade.

Maria José de Jesus Alves Cordeiro

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Pós-Doutorado em Educação pelo Instituto de Educação/UFMT, com bolsa do CNPq; docente no curso de Pedagogia e no Mestrado em Educação. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero, Raça e Etnia (GEPEGRE/CNPq/UEMS); pesquisadora filiada à Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN); pesquisadora da Rede Universitas/Br; membro da diretoria da Associação Internacional de Investigadores/as Afrolatinos/as e Caribenhos/as (AINALC); membro da Academia Feminina de Letras e Artes de Mato Grosso do Sul (AFLAMS) - cadeira 18; gestora na Educação Superior - Pró-Reitora de Ensino.

Erika Kaneta Ferri

Doutora em Educação pela UNICAMP; Mestre em Saúde Coletiva pela UFMS; Especialista em Educação Profissional em Saúde pela FIOCRUZ; graduada em Enfermagem pela UEMS; docente do qua-

dro efetivo da UEMS, no curso de Medicina. Atualmente, ocupa o cargo de Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEC).

Sandra Espíndola Macena

Doutora pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e docente de Língua Portuguesa, lotada no curso de Letras/Habilitação português e espanhol e da pós-graduação Mestrado Profissional em Letras (Profletras), na Unidade Universitária de Dourados. É coordenadora do Programa Residência Pedagógica e exerce a chefia imediata da Divisão de Publicações, na Unidade de Dourados. Desenvolve pesquisas e tem produção bibliográfica nas áreas do ensino: multiletramentos, gêneros textuais e/ou discursivos.

SOBRE OS AUTORES

Ângela Aparecida da Cruz Duran

Doutora em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco da Universidade de São Paulo; Mestre em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP); professora do Ensino Superior, nos cursos de Direito e Especialização *lato sensu* em Direitos Humanos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba-MS. Foi pesquisadora de temáticas nas seguintes áreas de conhecimento: Antropologia, História, Filosofia, Sociologia, Teoria Geral do Direito, Direitos Humanos e Direitos Fundamentais, Direito e Políticas Públicas para o Ensino Superior, Ensino Jurídico, Educação em ou para os Direitos Humanos. Aposentou-se em março de 2022.

Beatriz dos Santos Landa

Professora adjunta da UEMS; Doutora em História pela PUCRS, docente do Programa de Ensino de História (ProfHistória), da UEMS, e do Programa em Antropologia Social, da UFGD; coordenadora do CEPEX Rede de Saberes Indígenas (CEPERSI-UEMS) e do Saberes Indígenas na Escola na UEMS. Membro do CEPEGRE/UEMS.

Carla Villamaina Centeno

Professora associada do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação (PROFEDUC-UEMS). Possui graduação em História pela FUCMAT (1990), Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2000) e Doutorado em Educação-História e Filosofia, pela Uni-

versidade Estadual de Campinas (2007). É coordenadora do Grupo de Pesquisa GEPSE/HISTEDBR. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, atuando principalmente com os seguintes temas: organização do trabalho didático, Mato Grosso do Sul, pensamento educacional e fronteira.

Dalila Luiz

Indígena Terena; Mestre em Educação pelo Programa de Mestrado Profissional em Educação da UEMS e Doutoranda no Programa de Doutorado em Educação da Universidade Estadual de Campinas-SP; professora efetiva da Rede Municipal de Ensino de Aquidauana, Especialista em Gestão Escolar/UCB e Pedagoga pela UFMS, campus de Aquidauana.

Delaine Marcia Martinelli

Graduada em Letras (1992) e Mestre em Linguística e Semiótica, pela UFMS. Ministrou aulas na UNIGRAN até 2017. Em 2018, atuou como professora no curso de Pedagogia, modalidade EaD, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. É servidora pública concursada, desde 2004, como técnica de nível superior da UEMS. Desempenha a função de Diretora de Registro Acadêmico desde 2019.

Diego Pereira da Silva

Professor da Rede Municipal de Ensino de Paranaíba-MS; graduado em Pedagogia e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba-MS, no qual foi bolsista DS-CAPES.

Eduarda Fernandes da Rosa

Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS); graduada em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo, pelo Centro Universitário da Grande Dourados (Unigran); servidora técnica de nível superior da UEMS, Dourados-MS.

Élida Galvão do Nascimento

Mestre em Educação pela Universidade do Oeste Paulista (Unoeste); Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela UNIGRAN e em Libras pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI); graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Volta Redonda; profissional técnica da Educação Superior, no quadro efetivo, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Elza Sabino da Silva Bueno

Doutora em Letras pela Universidade Estadual Paulista – FCL-UNESP/Assis-SP; docente da graduação e da pós-graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidades Universitárias de Dourados e Campo Grande; coordenadora adjunta do Mestrado Profissional em Letras (Profletras). Coordena o projeto de pesquisa “Apoio à qualificação docente: Profletras em MS”, com recurso da Fundect, pelo Edital 025/2015. É colaboradora no projeto de pesquisa “(Multi) Letramentos e os Gêneros Textuais e/ou Discursivos: Contribuições para o Ensino e Aprendizagem de Línguas em Tempos Digitais” (Proppi/UEMS).

Estela Natalina Mantovani Bertoletti

Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), atuando no curso de Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação, na Unidade Universitária de Paranaíba-MS; graduada em Letras, Especialista em Língua Portuguesa; Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista, campus de Marília-SP.

Jaqueline de Andrade Torres

Psicóloga (CRP 14/06193-6); Mestre em Psicologia e Pós-Graduada em Avaliação e Perícia Psicológica, pela Universidade Católica Dom Bosco; membra da diretoria da Sociedade Brasileira de História da Psicologia (2021-2023) e da Comissão de História da Associação Brasileira de Ciências do Comportamento; técnica de nível superior – Psicóloga no Setor de Atendimento Psicológico da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (SAP/DAE/PROEC/UEMS).

Joaquim Carlos Klein de Alencar

Professor de Ensino Superior nos cursos de Direito da UEMS de Dourados, Jardim e Aquidauana, lotado nas disciplinas História do Direito, Direitos e Garantias Fundamentais e Direito Administrativo; coordenador do curso de Direito de Dourados; Mestre em Educação pela UEMS; Doutorando em História pela UFGD.

Kátia Cristina Nascimento Figueira

Doutora e Pós-Doutorado em Educação pela UFSCar; docente do curso de Pedagogia e do Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande; líder do grupo de pesquisa Edu-

cação Cultura e Diversidade, UEMS/CNPq; associada ao Centro de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação, Linguagem, Memória e Identidade da UEMS.

Lais Castro

Psicóloga (CRP 14/08740-9); Doutora em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá; técnica de nível superior – Psicóloga no Setor de Atendimento Psicológico da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (SAP/DAE/PROEC/UEMS).

Léia Teixeira Lacerda

Doutora em Educação pela USP; docente do curso de Pedagogia e do Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande; líder do grupo de pesquisa Educação Cultura e Diversidade, UEMS/CNPq; pesquisadora associada do Centro de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação, Linguagem, Memória e identidade/UEMS.

Maria Bezerra Quast de Oliveira

Pedagoga, Especialista em Metodologia do Ensino pela Universidade de Brás Cubas/SP e em Avaliação Institucional pela Universidade de Brasília (UNB); professora nos cursos de licenciatura em Letras-Inglês, na Unidade Universitária de Dourados; coordenadora e professora do curso de Pedagogia a distância em convênio com a CAPES/UAB. Exerce função docente na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul desde 1998.

Maria Leda Pinto

Doutora em Letras pela USP; docente sênior do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* Mestrado em Letras, do Programa de Mestrado Profissional em Educação e do Programa de Mestrado Profissional em Letras e em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande; pesquisadora do grupo de pesquisa Educação Cultura e Diversidade UEMS/CNPq e do Núcleo de Estudos Bakhtinianos (NEBA/UEMS/CNPq); associada ao Centro de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação, Linguagem, Memória e Identidade.

Natali Portela

Psicóloga (CRP 14/02268-5); Mestre em Ensino em Saúde pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; chefe do Setor de Atendimento Psicológico da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (SAP/DAE/PROEC/UEMS).

Neide Araújo Castilho Teno

Doutora em Educação e Mestre em Letras; pesquisadora sênior do Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) e do Programa de Mestrado Acadêmico em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidades Universitárias de Dourados e Campo Grande; coordenadora do projeto de pesquisa “(Multi) Letramentos e os Gêneros Textuais e/ou Discursivos: Contribuições para o Ensino e Aprendizagem de Línguas em Tempos Digitais”, cadastrado na Proppi/UEMS. Foi colaboradora do projeto de pesquisa “Apoio à Qualificação Docente: PROFLETRAS- Mato Grosso do Sul”, com recurso da FUNDECT.

Onilda Sanches Nincão

Doutora em Linguística Aplicada, concentração em Educação Bilíngue, pela Unicamp. Docente do curso de Licenciatura Intercultural Indígena/CPAQ e do Programa de Mestrado Profissional em Letras do campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; líder do Grupo de Pesquisa “Formação de Professores de Línguas para Contextos Multiculturais”, UFMS/CNPq; pesquisadora associada do Centro de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação, Linguagem, Memória e identidade/UEMS.

Samira Saad Pulchério Lancillotti

Professora sênior do Mestrado Profissional em Educação da UEMS/UUCG. Tem Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS e Doutorado em Educação (Filosofia e História da Educação) pela Universidade Estadual de Campinas/Unicamp. É integrante do GEPSE/HISTEDBR-MS. Tem experiência em pesquisa, na área de Educação, com ênfase em História da Educação e Educação Especial, atuando principalmente com os seguintes temas: trabalho docente, organização do trabalho didático, deficiência e trabalho.

Vanessa Maciel Franco Magalhães

Mestre do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Tem Especialização em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e graduação em Letras - Habilitação Português Espanhol, pela mesma instituição. É membro do Programa UEMS ACOLHE - Acolhimento Linguístico, Humanitário e Educacional ao público migrante de MS, vinculado à Cátedra Sérgio Vieira de Mello da Uni-

versidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Está cursando 7º semestre de Serviço Social, pela UNIGRAN. Atualmente, é servidora técnica administrativa de nível superior da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Dourados, atuando na Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEC). É coordenadora do Projeto de Extensão Curso Básico de Espanhol para Universidade Aberta a Melhor Idade (UNAMI).

Zélia Ramona Nolasco dos Santos Freire

É professora dos cursos de Letras. Possui Mestrado e Doutorado em Letras pela Unesp, campus de Assis-SP. Publicou vários artigos, capítulos e livros, entre eles: *Lima Barreto: Imagem e Linguagem* (2005); *Lima Barreto e a Literatura Comparada, ensaios* (2011); *A concepção de arte em Lima Barreto e Leon Tolstói: divergências e convergências* (2016) e *Palavras Movediças* (2022).

O tempo, inexorável, põe tudo em perspectiva. Quando se olha para trás, toda uma carga emocional irrompe, com força, uma força imensurável que nos aprisiona. Este livro é tessitura de muitas mãos, mãos jovens e sonhadoras, não tão jovens, mas ainda sonhadoras, de professores e profissionais técnicos que ansiaram e lutaram para que o sonho de uma universidade pública, inclusiva e de qualidade socialmente referenciada que fosse a face do Mato Grosso do Sul, se tornasse realidade. A primeira universidade estadual acolhia profissionais vindos de todos os estados da federação, sobretudo, de Mato Grosso do Sul. **UEMS 30 anos** é fruto de seres desejantes, desejantes de conhecimento, científico, empírico, da alma humana, de sensibilidades. A obra, que procura retratar os sentimentos individuais e coletivos construídos ao longo dos 30 anos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, a UEMS, nasceu de cada um desses seres, dos mais recônditos municípios aos mais centralizados, até chegar à capital; todos tiveram voz. Que a leitura deste texto leve a tempos sonhadores e desejantes, ao futuro, recheado de perspectivas de crescimento pessoal e de possibilidades de realização dos sonhos de cada jovem que pretenda se profissionalizar com qualidade, competência e, principalmente, visando um mundo mais humanizado.